



**Jacqueline Teixeira**

**"Paisagens semióticas da infância em deslocamento: uma  
análise de narrativas multimodais em campanhas  
humanitárias"**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Orientadora: Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro  
Abril 2024



**Jacqueline Teixeira**

**"Paisagens semióticas da infância em deslocamento: uma análise de narrativas multimodais em campanhas humanitárias"**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Liana de Andrade Biar**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Adriana Nogueira Accioly Nóbrega**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Jana Tabak**

UERJ

**Liliana Cabral Bastos**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Rosana Kohl Bines**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Alejandra Judith Josiowicz**

UERJ

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.

Teixeira, Jacqueline

"Paisagens semióticas da infância em deslocamento : uma análise de narrativas multimodais em campanhas humanitárias" / Jacqueline Teixeira ; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2024.

209 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2024.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Infância (s). 3. Deslocamento forçado. 4. Campanhas humanitárias. 5. Narrativa. 6. Multimodalidade. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

*A meu avô Mauricio, terno e lindo migrante (in  
memoriam).*

*A Amira, Malak, Carol, Fabian, Nicole e tantas  
outras crianças que, como ele, corajosamente  
cruzaram e ainda cruzam fronteiras. Resistam!*

## **Agradecimentos**

A meu companheiro pela compreensão diante de minhas inúmeras ausências e angústias.

À minha família pelo estímulo e pela alegria de nossos encontros.

A meu sobrinho Bruno pela ajuda no tratamento das imagens desta tese.

À minha querida e admirada orientadora, Liana Biar, pela confiança na pesquisa e pela paciência nos diversos momentos de turbulência que atravessaram o processo de pesquisa e escrita.

Às professoras que participaram da banca pela disponibilidade. Foi uma honra tê-las em minha defesa.

A todas as professoras do programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio por terem contribuído em minha formação.

À Cátedra Sérgio Vieira de Mello por viabilizar reflexões e partilhas de conhecimento sobre o deslocamento humano na contemporaneidade, tema tão relevante e sensível.

Aos funcionários da PUC-Rio, sempre gentis e educados.

Aos colegas do NAVIS pelas aprendizagens, especialmente a Cleide, pessoa linda e generosa, pelas trocas e pelo incentivo.

À PUC-Rio pelas prorrogações e pelos auxílios concedidos, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.

Às minhas companheiras do Colégio Pedro II, em especial a Fabrícia, que gentilmente me ajudou na formatação desta tese.

Às amigas e aos amigos que souberam compreender meu afastamento em diversos momentos.

Às amigas Ana Claudia, Kate e Inês pelo carinho e compartilhamento de livros, eventos e matérias que dialogavam com o tema desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## Resumo

Teixeira, Jacqueline; Biar, Liana de Andrade (orientadora). Paisagens semióticas da infância em deslocamento: uma análise de narrativas multimodais em campanhas humanitárias. Rio de Janeiro, 2024. 209p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Segundo a ONU, presenciamos a pior crise humanitária do século. Esse quadro torna-se ainda mais grave quando envolve o deslocamento de crianças. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) afirma que “conflitos, violência e outras crises deixaram um recorde de 36,5 milhões de crianças deslocadas no final do ano de 2021, o número mais alto já registrado desde a Segunda Guerra Mundial”. Desse total ainda se encontram excluídas as deslocadas por desastres naturais ou mudança climática, assim como as recém deslocadas em 2022 pela invasão russa na Ucrânia. Diante da desordem do quadro internacional, organizações multilaterais, responsáveis pela gestão das “vidas precárias” (Butler, 2018), mais do que nunca precisam arrecadar fundos para a implementação de projetos e programas de assistência a essa população através da sensibilização pública. Este presente estudo elegeu como objeto analítico campanhas de organizações multilaterais – Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – veiculadas pela plataforma YouTube, cuja temática centra-se na infância em deslocamento forçado. A partir da análise de quatro produções fílmicas selecionadas, procuramos investigar como a criança/infância, em contexto de refúgio, é representada em interface com a grande narrativa (Lyotard, 2009; Shoshana, 2013) hegemônica que, ao essencializá-la e normatizá-la, produz dicotomias que separam o que está dentro ou fora de lugar, trazendo consequências importantes para a imaginação e gestão da infância em tal contexto. Tratando-se de produções fílmicas, palavra e imagem articulam-se na construção de significados tanto sobre a infância como sobre o próprio processo migratório, geralmente apagando os aspectos macrossociais, sob a égide da linguagem humanitária. A fim de iluminar tais questões, lançamos mão de categorias analíticas da Análise de Narrativas (Labov e Waletzky, 1969 e Labov, 1972; Bamberg e Georgakopoulou, 2008; Bastos e Biar, 2015; Bucholtz e Hall, 2005) transpostas ao contexto multimodal (Kress e Van Leeuwen, 2006). A análise, além de problematizar certas representações que reforçam estereótipos (Bhabha, 2006, 2009; Chouliaraki, 2006, 2010; Tabak e Carvalho, 2018, entre outros), procurou identificar os processos que

produzem diferentes afetos entre espectadores e representados. A ambivalência da vítima essencializada, que gera piedade e/ou medo, solidariedade e/ou repressão está no cerne da questão da representação dos refugiados (Chouliaraki, 2006, 2010), e a imagem da criança, além de intensamente explorada, é hoje, cada vez mais, disputada no mercado de doações transnacional. Simultaneamente, no entrelace com teorias da visualidade (Sontag, 2003; Chouliaraki, 2006, 2010; Rancière, 2014; Lenette, 2017; Butler, 2018), buscou-se refletir, a partir dos dados, sobre as limitações, os desafios e tensionamentos inerentes à representação daqueles que sofrem, sem deixar de lançar luz sobre o protagonismo e a resistência que ecoaram na voz e na imagem das crianças no espaço micro da representação.

**Palavras-chave:** infância (s); deslocamento forçado; campanhas humanitárias; narrativa; multimodalidade.

## Abstract

Teixeira, Jacqueline; Biar, Liana de Andrade (advisor). *Semiotic landscapes of childhood in displacement: an analysis of multimodal narratives in humanitarian campaigns*. Rio de Janeiro, 2024. 209p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

According to the UN, we are witnessing the worst humanitarian crisis of the century. This situation becomes even more serious when it involves the displacement of children. The United Nations Children's Fund (UNICEF) states that “conflict, violence and other crises have left a record 36.5 million children displaced by the end of 2021, the highest number ever recorded since the Second World War”. This total does not include those displaced by natural disasters or climate change, as well as those newly displaced in 2022 by the Russian invasion of Ukraine. Faced with the disorder in the international situation, multilateral organizations, responsible for managing “precarious lives” (Butler, 2018), more than ever need to raise funds to implement assistance projects and programs for this population through public awareness. This study chose as its analytical object campaigns by multilateral organizations – the United Nations Children's Fund (UNICEF), the International Organization for Migration (IOM) and the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) – broadcast on the YouTube platform, whose theme focuses on children in forced displacement. Based on the analysis of four selected film productions, we sought to investigate how the child/childhood, in the context of refuge, is represented in interface with the hegemonic grand narrative (Lyotard, 2009; Shoshana, 2013) which, by essentializing and normalizing it, produces dichotomies that separate what is in or out of place, bringing important consequences for the imagination and management of childhood in such a context. In the case of film productions, word and image come together in the construction of meanings about both childhood and the migratory process itself, generally erasing macrosocial aspects, under the aegis of humanitarian language. In order to shed light on such questions, we make use of analytical categories from Narrative Analysis (Labov and Waletzky, 1969 and Labov, 1972; Bamberg and Georgakopoulou, 2008; Bastos and Biar, 2015; Bucholtz and Hall, 2005) transposed to the multimodal context (Kress and Van Leeuwen, 2006). In addition to problematizing certain representations that reinforce stereotypes (Bhabha, 2006, 2009; Chouliaraki, 2006, 2010; Tabak e Carvalho, 2018, among others), the analysis sought to

identify the processes that produce different affects between spectators and those represented. The ambivalence of the essentialized victim, which generates pity and/or fear, solidarity and/or repression, is at the heart of the issue of refugee representation (Chouliaraki, 2006, 2010), and the image of the child, in addition to being intensely exploited, is now increasingly disputed in the transnational donation market. At the same time, in the interweaving of theories of visuality (Sontag, 2003; Chouliaraki, 2008, 2010; Rancière, 2014; Lenette, 2017; Butler, 2018), we sought to reflect, based on the data, on the limitations, challenges and tensions inherent to the representation of those who suffer, while shedding light on the protagonism and resistance that echoed in the voice and image of children in the micro space of representation.

**Keywords:** childhood(s); forced displacement; humanitarian campaigns; narrative; multimodality.

# Sumário

Introdução.....	15
2 Contexto de pesquisa .....	19
2.1 Entrando em campo: motivações.....	19
2.2 Atravessamentos.....	23
2.3 (Re) construindo o objeto da pesquisa.....	25
2.3.1 Vídeos de campanhas humanitárias: que gênero é esse? .....	26
2.3.2 Apresentação dos dados .....	35
3 Humanitarismo: governança, refúgio e imagens de dor .....	43
3.1 Refúgio e organizações internacionais .....	43
3.2 Humanidade e governança humanitária .....	48
3.3 Imagens humanitárias: a dor alheia .....	58
4 Infância(s) .....	66
4.1 Construção social e filosófica da infância.....	68
4.2 Normatização e contribuições dos Estudos da Infância ...	73
4.3 Infância em deslocamento forçado: titular de direitos? ....	80
5 Aporte teórico-metodológico.....	89
5.1 Justificativa da pesquisa .....	89
5.2 Posicionamento metodológico e natureza da pesquisa.....	91
5.3 O recorte analítico e os procedimentos para a análise .....	93
5.4 Entrelace teórico .....	97
5.4.1 Análise de Narrativa .....	97
5.4.1.1 Modelo laboviano e seus desdobramentos .....	98
5.4.1.2 Construções identitárias.....	101
5.4.1.3 Teoria da multimodalidade .....	104
6 Análise dos vídeos de campanhas humanitárias.....	110

<b>6.1 Vídeo 1: Crianças como Amira estão fugindo da violência brutal .....</b>	<b>112</b>
<b>6.2 Vídeo 2: Dia das crianças.....</b>	<b>126</b>
<b>6.3 Vídeo 3: A história de Malak .....</b>	<b>143</b>
<b>6.3.1 Tristeza anunciada .....</b>	<b>145</b>
<b>6.3.2 Complicações na travessia.....</b>	<b>147</b>
<b>6.3.3 Saudade e solidão .....</b>	<b>153</b>
<b>6.4 Vídeo 4: #aindadátempo (E se fosse o seu filho?).....</b>	<b>159</b>
<b>6.5 Reflexões sobre a construção da comoção .....</b>	<b>169</b>
<b>6.6 Pulando a cerca: pequenas “posturas e imposturas” .....</b>	<b>175</b>
<b>6.6.1 Amira .....</b>	<b>175</b>
<b>6.6.2 Fabian.....</b>	<b>176</b>
<b>6.6.3 Malak .....</b>	<b>177</b>
<b>7 Interseccionalidade .....</b>	<b>179</b>
<b>7.1 Questões de raça e racismo .....</b>	<b>180</b>
<b>7.2 Questões de gênero .....</b>	<b>186</b>
<b>8 Considerações por uma infância plural.....</b>	<b>193</b>
<b>8.1 Limitações.....</b>	<b>198</b>
<b>8.2 Contribuições e desdobramentos .....</b>	<b>199</b>
<b>9 Referências Bibliográficas.....</b>	<b>201</b>

## **Lista de Figuras e Tabelas**

### **Figuras**

Figura 1 – Caixa itinerante

Figura 2 – Material produzido pelas crianças

Figura 3 – Desenhos e mensagens

Figura 4 – Pinturas e mensagens

Figura 5 – Mensagens das crianças venezuelanas

Figura 6 – Mãos dadas

Figura 7 – Correios

Figura 8 – Campanha ACNUR

Figura 9 – Campanha OIM

Figura 10 – Unfairytale Tales

Figura 11 – Malak Unicef

Figura 12 – Ainda dá tempo Unicef

Figura 13 – Amira ACNUR

Figura 14 – Menino anônimo ACNUR

Figura 15 – Acolhimento ACNUR

Figura 16 a 18 – Apresentação das crianças OIM

Figura 19 – Saudades OIM

Figura 20 – Lembranças de Carol OIM

Figura 21 – Lembranças de Fabian OIM

Figura 22 – Lembranças de Nicole OIM

Figura 23 – Rotina OIM

Figura 24 – Rotina Caro OIM

Figura 25 e 26 – Rotina Fabian OIM

Figura 27 – Vida no Brasil OIM

Figura 28 – Futuro OIM

Figura 29 e 30 – Mensagem OIM

Figura 31 – O mar Unicef

Figura 32 – Malak Unicef

Figura 33 Malak e a mala Unicef

Figura 34 – Os coletes Unicef

Figura 35 – O barco Unicef

Sequência 1: figuras 36 a 39 – Malak saudades Unicef

Sequência 2: figuras 40 a 42 – Malak e a professora Unicef

Sequência 3: figuras 43 a 44) – Malak e os amigos Unicef

Figura 45 – Programa fictício 1 Unicef

Sequência 4: figuras 46 a 49 – Imagens de crianças Unicef

Figura 50 – Direitos violados Unicef

Figura 51 – E se fosse seu filho? Unicef

Figura 52 – Contextualização Unicef

Figura 53 – Estande fictício Unicef

Figura 54 – Programa fictício 2 Unicef

Figura 55 – Coda avaliativa 1 Unicef

Figura 56 – Coda avaliativa 2 Unicef

Figura 57 – Fabian e estudo OIM

Figura 58 – Boleia de caminhão ACNUR

Figura 59 Corpo desnutrido ACNUR

Figuras 60 e 61 – Meninos brincando OIM

Figura 62 – Meninas brincando OIM

Figura 63 – Menino e o cuidado ACNUR

Figura 64 – Comissão de frente

## **Tabelas**

Tabela 1 – Total de vídeos

Tabela 2 – Títulos por agência

## **Díaspóra**

Canção dos Tribalistas

*Acalmou a tormenta  
Pereceram  
Os que a estes mares ontem se  
arriscaram  
E vivem os que por um amor tremeram  
E dos céus os destinos esperaram*

*Atravessamos o mar Egeu  
Um barco cheio de Fariseus  
Como os Cubanos  
Sírios, ciganos  
Como Romanos sem Coliseu*

*Atravessamos pro outro lado  
No rio vermelho do mar sagrado  
Os center shoppings superlotados  
De retirantes refugiados*

[...]

*Onde está  
Meu irmão sem irmã?  
O meu filho sem pai  
Minha mãe sem avó?  
Dando a mão pra ninguém  
Sem lugar pra ficar  
Os meninos sem paz*

*Onde estás, meu Senhor  
Onde estás?  
Onde estás?*

*Deus, ó Deus, onde estás que não  
respondes?  
Em que mundo, em que estrela tu te  
escondes  
Embuçado nos céus?*

*Há dois mil anos te mandei meu grito  
Que em balde desde então corre o  
infinito  
Onde estás, Senhor Deus?*

*“Amanhã pode ser tarde para proteger uma criança inocente da fome, da violência e do desastre”. (Campanha ACNUR)*

## 1

### **Introdução**

Ao abrir esta introdução, trazemos um enunciado que compõe uma das campanhas que serão analisadas neste estudo. Nesse pequeno excerto, dois aspectos importantes já se anunciam: a emergência que caracteriza a narrativa e a mobilização moral e emocional que envolve a representação da criança em sofrimento, posicionando-a como vítima da violência.

Em 2015, a imagem do corpo sem vida do menino sírio Alan Kurdi de 3 anos produziu gigantesca onda de comoção e solidariedade. A imagem tornou-se um ícone sobre a temática do refúgio, trazendo a questão ao debate público. Crianças são “vítimas ideais”, ou seja, signos com grande carga emotiva e moral justamente porque a percepção de injustiça se potencializa em relação a pessoas que não podem ser responsabilizadas pela violência sofrida. Além disso, como apontam pesquisadores que se debruçaram sobre o evento (Berents, 2019; Holanda, 2019; Franzon, 2020; Souza Júnior, 2020), a comoção global não se deu apenas em razão do fato lastimável, mas principalmente pela forma como foi representado, propiciando conexões a partir de índices presentes na imagem, que levaram os espectadores a decodificá-los considerando seus próprios códigos culturais. Sem dúvida, apesar de sua ambivalência, a imagem aproxima experiências de vidas distantes, constituindo-se tanto como recurso de sensibilização, como acervo de memórias individual e coletiva da nossa (des)humanidade.

Esta pesquisa propôs-se, no limite de suas possibilidades, a construir conhecimento acerca da representação da infância em situação de refúgio, em campanhas produzidas por Agências multilaterais e veiculadas pela plataforma YouTube. Foram selecionadas para este estudo quatro campanhas em diferentes estruturas composicionais, a fim de se ter uma visão mais ampliada dos modos de construção das campanhas na contemporaneidade. Essas campanhas hoje contam com o avanço tecnológico como potente recurso em sua produção e circulação, possibilitando maior visibilidade à causa por elas defendida, como também maior

arrecadação junto ao público global, já que circulam em diversas mídias e redes sociais.

Podemos dizer que, apesar das tentativas de inovação ao gênero, inclusive com crianças sendo protagonistas de suas histórias, o que nos parece ser uma representação mais respeitosa e digna, a centralidade permanece no sofrimento, na falta e no desvio de uma infância autorizada universalmente (Bhabha, 2006, 2014; Tabak, 2018, 2023; Hanson, 2022; Chouliaraki, 2010, 2013, entre outros), trazendo, como consequência, o apagamento das grandes desigualdades geopolíticas que empurram essas vidas e histórias para as bordas do sistema. Diante disso, assistimos hoje a ascensão da política humanitária ao centro do poder (Fassin, 2012), como forma de governança das vidas “indesejáveis” e/ou “ameaçadoras”, que devem ser controladas, reguladas e servis (Foucault, 2008), de modo a não colocar em risco a ordem internacional e local dos Estados-nação.

Encapsulando todos os problemas e desigualdades do brutal mundo em que vivemos, a imagem da criança-vítima é usada politicamente para mobilizar emoções e afetos, expandindo não só sentimentos compassivos diante da injustiça, como julgamentos hostis e estereotipados aos Estados que representam (Berents, 2020). Apesar de seu uso político (e mercadológico), a infância segue muitas vezes silenciada ou minorizada, sem grande reconhecimento de sua participação e agência no quadro sociopolítico.

Nosso objetivo, ao conduzir esta investigação, foi buscar entender, dentro do espaço micronarrativo das campanhas, as contradições, limites e tensões que se impõe à visualidade e narrativa da infância em deslocamento, principalmente dentro de um dispositivo muitas vezes controverso e ambíguo, como veremos nas análises, que se constitui de longa data como prática social a serviço da solidariedade e da inclusão, a partir de um ideal de humanidade compartilhado.

Portanto, inserida no campo da Linguística Aplicada (LA), que entende a linguagem como uma prática ou atividade social, investigá-la é, por assim dizer, criar inteligibilidade acerca da sociedade e da cultura (Fabrício, 2006). Entendendo as campanhas aqui analisadas como formas de narrar infância e refúgio, portanto, produtoras e/ou reprodutoras de discursos que circulam no imaginário social, nosso objetivo será, sempre tentativamente, perseguir e evidenciar os índices discursivos que nelas emergem e os sentidos por eles produzidos.

Como referencial teórico recorreremos à teoria da Análise de Narrativa (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972; Bamberg e Georgakopoulou, 2008; Bastos, 2008; Bastos e Biar, 2015, Bucholtz e Hall, 2005). Em razão da natureza dos dados, ou seja, por se tratar de um texto multimodal, também traremos algumas categorias da Gramática Visual de Kress e van Leeuwen (2006). Além desses autores, outros comparecerão nesta tese, de modo a contribuir para o aprofundamento das análises.

Tendo por base o aporte teórico apresentado, buscamos responder às perguntas que nortearam os objetivos desta pesquisa, a partir dos dados:

- i) Como a criança/infância é representada nas campanhas selecionadas?
- ii) Que narrativas sobre a infância e o refúgio se atualizam nelas?
- iii) Que estratégias são mobilizadas para a construção da comoção e a partir de que índices?
- iv) O que se pode ponderar sobre a relação estabelecida entre as campanhas e o mercado de doações na atualidade?

A fim de responder às inquietações promovidas pelas perguntas de pesquisa, esta tese foi estruturada em oito capítulos que passamos a apresentar.

No capítulo 2 discorreremos sobre o contexto da pesquisa, apresentando suas motivações e atravessamentos em razão da COVID-19, cuja consequência foi a mudança de rota e o realinhamento da pesquisa. Além disso, apresentamos uma reflexão sobre o gênero narrativo investigado – *campanhas humanitárias*, quando fomos auxiliadas, especialmente, pelos estudos de Chouliaraki (2010, 2013, 2021) e Lenette (2017) sobre a iconografia do gênero. Por fim, elencamos sinopticamente as peças audiovisuais que foram selecionadas, disponibilizando os links de acesso.

Nos dois próximos capítulos, procuramos trazer reflexões sobre alguns temas que atravessam a pesquisa. Através do diálogo com diversos autores de diferentes campos do conhecimento, reafirmamos a perspectiva interdisciplinar proposta pela LA.

No capítulo 3, buscamos refletir sobre o instituto do refúgio e a produção do refugiado no espaço internacional. Ainda neste capítulo, discutimos sobre questões que envolvem o idealismo abstrato da humanidade e sua governança e, por fim, num encontro entre fotografia, mídia, arte e política da representação, discutimos sobre a visualidade da imagem intolerável.

No capítulo 4 mergulhamos no universo das Infâncias, buscando, inicialmente, compreensão sobre a construção social e filosófica da categoria, para depois caminhar pelos Estudos da Infância, campo investigativo que vem se ampliando a partir da construção normativa da categoria e da consolidação da criança como sujeito de direito. Terminamos o capítulo investigando, mais detidamente, a infância em processo de migração.

No capítulo 5 apresentamos o aporte teórico-metodológico que guiou a pesquisa, salientando nosso alinhamento às perspectivas qualitativas e interpretativistas que elegem o micro como espaço de investigação, reconhecendo, também, a natureza situada do conhecimento, portanto, sempre provisório. Além disso, explicamos o percurso metodológico, justificando escolhas e recortes para a seleção e apresentação dos dados. Ainda nesse capítulo, revisamos os estudos da Análise de Narrativas, seus pressupostos, desdobramentos e novos entendimentos que ampliaram o campo analítico. Ao realizar a análise, procuramos identificar a recorrência dos elementos estruturadores da narrativa, observando sua produção e função no contexto discursivo da campanha. Também foi realizada a apresentação da teoria da Multimodalidade, elegendo algumas categorias que contribuíram para a análise das imagens, em interface com o texto verbal.

No capítulo 6 enveredamos pela análise das quatro campanhas selecionadas, componentes centrais desta tese. Por se tratar de um texto multimodal, empreendemos as análises no imbricamento entre os códigos verbal e não verbal. Salientamos que aspectos expressivos como gestos, expressões faciais e movimentos corporais também foram incorporados à análise. Cada uma das seções corresponde a uma das peças audiovisuais selecionadas que, inclusive, intitulam-nas. Nosso objetivo foi tratar cada peça como um texto único, priorizando sua estrutura e composição integralmente.

No capítulo 7, em razão dos atravessamentos de raça e gênero que se tornaram presentes nos dados, trouxemos breves considerações sobre os temas, sem pretender esgotá-los. Nosso objetivo foi observar como esses dois aspectos estruturais se interseccionam na narrativa visual da infância.

Finalizando esta tese, no capítulo 8, apresentamos os possíveis entendimentos construídos a partir das análises, bem como as limitações e contribuições para desdobramentos em futuras pesquisas.

## Contexto de pesquisa

O presente capítulo procurará descrever o contexto em que se deu a pesquisa, que tem como objetivo investigar a construção/representação do refúgio e da infância em campanhas humanitárias produzidas por instituições internacionais – Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Nosso principal objetivo foi investigar, no espaço micro dessas campanhas, como os macrodiscursos se atualizam nelas. Todas as produções fílmicas que serão aqui investigadas encontram-se disponíveis na plataforma YouTube, embora a menção a outras, que não sejam foco da análise, poderá ocorrer como forma de exemplificar discussões e reflexões propostas ao longo do texto.

Além de expor as motivações e pretensões deste estudo, este capítulo apresentará sinopticamente os dados que embasaram as análises, tendo como fio condutor os Estudos da Linguística Aplicada à realidade social, naturalmente *indisciplinar*, como nos ensina Moita Lopes (2006). Ou seja, ao construir pontes entre diferentes áreas do conhecimento e estabelecer uma relação dialógica entre elas, ultrapassa fronteiras disciplinares com o intuito de entender os fenômenos e eventos da complexa vida em sociedade.

Para tecer o contexto desta pesquisa, apresentaremos as motivações iniciais e os atravessamentos que levaram à mudança de perspectiva em meio à turbulência do período pandêmico<sup>1</sup> que, inexoravelmente, atingiu toda comunidade global, expondo ainda mais as fragilidades de um sistema tão desigual.

### 2.1 Entrando em campo: motivações

A partir de 2015, com o agravamento da crise política, econômica e social na Venezuela, o número de pessoas que atravessava a fronteira em busca de asilo e refúgio no Brasil aumentava a cada dia. Mesmo já acolhendo pessoas de outras

---

<sup>1</sup> Consideramos importante localizar e registrar historicamente teses escritas durante a pandemia de Covid-19.

nacionalidades em situação semelhante e tendo nosso ordenamento jurídico leis progressistas em relação ao refúgio, a chegada dos venezuelanos alcançou proporções até então desconhecidas, provocando repercussões gigantescas. O país precisaria se organizar com rapidez para lidar com acolhimento, registro e integração, em grande escala, de pessoas que ansiavam por uma vida possível aqui. Além disso, a imagem internacional brasileira de país cordato, acolhedor e hospitaleiro precisava ser garantida, ao revés da política nacional de extrema-direita que ocupava o governo nessa ocasião.

Em resposta ao fluxo migratório venezuelano, o Brasil implementou a Operação Acolhida na cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, principal porta de entrada no país, em 2018. O objetivo dessa operação, articulada e coordenada pelo governo federal com o apoio de entes federativos, agências da ONU, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e entidades privadas, totalizando mais de 100 parceiros, conforme portal da Casa Civil<sup>2</sup>, era oferecer assistência emergencial aos migrantes que chegavam pela fronteira com o estado de Roraima. Essas barreiras humanitárias preveem organização e controle de fronteiras, assegurando recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem de todos aqueles/aquelas que buscam asilo e proteção.

Nesse mesmo ano, 2018, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) implementou a Cátedra Sérgio Vieira de Mello para refugiados (CSVM) – projeto multidisciplinar que agrega pesquisadores de diversas áreas, com o objetivo de construir conhecimentos acerca da situação dos refugiados no Brasil. Esse projeto, em cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), reúne diversas universidades que, “além de difundir no ensino universitário temas relacionados ao refúgio, também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro dessa temática”, bem como “ações para fomentar o acesso ao ensino, a revalidação de diplomas e o ensino da língua portuguesa à população de refugiados”, de acordo com o portal do ACNUR e da CSVM<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2> acessado em janeiro de 2023.

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/> acessado em janeiro de 2023.

É nesse contexto que esta pesquisa se insere, vinculada à Puc-Rio e integrada aos objetivos da CSVN desde 2019, ano de entrada no doutorado, cujo interesse mais amplo era buscar entender essa realidade através das histórias desses atores sociais que ingressavam em nosso país. Os recortes e contornos da pesquisa começaram a se definir no desenrolar do curso, principalmente no que tange ao público-alvo da pesquisa – as crianças –, ainda pouco investigado, embora atualmente represente a metade da população deslocada globalmente, representando um grande desafio para as políticas internacionais.

Ainda nesse ano de início da pesquisa e em decorrência de uma das disciplinas oferecidas pela CSVN, estabeleceu-se uma feliz parceria com a professora Rosana Kohl Bines<sup>4</sup>, idealizadora do projeto “caixa itinerante”, que tinha por objetivo compartilhar mensagens, pinturas e desenhos produzidos por crianças venezuelanas do abrigo de Boa Vista - RR com alunos do Ensino Fundamental I de escolas no Rio de Janeiro. Não é nosso intento aprofundar aqui as ricas possibilidades dessa conexão entre as “crianças de lá e as crianças de cá”, mas não há como não ressaltar a inspiradora recepção desse material pelas crianças nas escolas. De pronto se engajaram à proposta de também reenviarem desenhos e mensagens às crianças do abrigo, com curiosidade e interesse pungentes de saber mais e mais sobre como viviam e quem eram as crianças em situação de refúgio. Souberam transformar a emoção e o estranhamento iniciais em solidariedade e afeto nas mensagens de encorajamento aos companheiros distantes.



Fig.1 Caixa Itinerante<sup>5</sup>



Fig.2 Material produzido pelas crianças/RJ

<sup>4</sup> Professora do departamento de Letras da Puc-Rio e do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, além de pesquisadora integrante da CSVN com interesse em narrativas de deslocamento e refúgio; dimensões estéticas e políticas em escritas de experiências-limite; estudos da infância: teorias e práticas artísticas; o livro infantil e juvenil no campo expandido da literatura e das artes.

<sup>5</sup> Todas as imagens compõem o arquivo pessoal da pesquisadora.

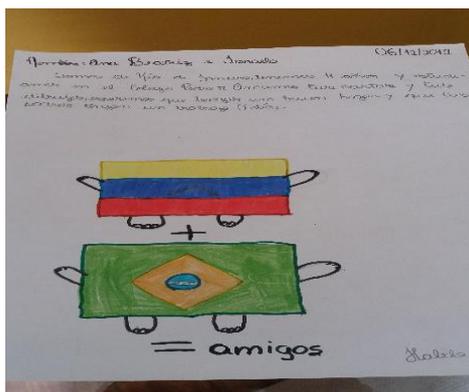


Fig.3 Desenho e mensagem



Fig.4 Pintura e mensagem



Fig.5 Mensagem das crianças venezuelanas

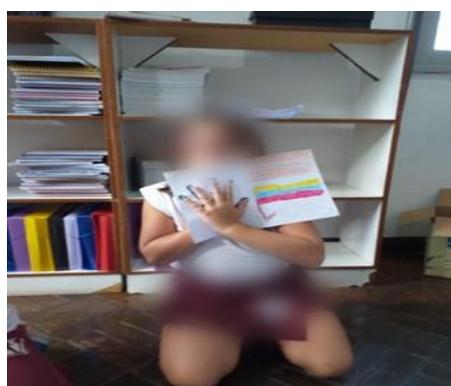


Fig.6 Mãos dadas

Na figura 1 temos a caixa itinerante que circulou em escolas aqui no Rio de Janeiro. Nela havia mensagens e desenhos de crianças do abrigo de Boa Vista, que foram lidas e apreciadas pelas crianças nas escolas. As figuras 2 a 5 apresentam desenhos, dobraduras e mensagens produzidas pelos estudantes para as crianças venezuelanas. Interessante observar a presença recorrente de bandeiras das duas nacionalidades – Brasil e Venezuela – como forma de reconhecimento das diferentes territorialidades que implicam distâncias geográficas e culturais, mas que, juntas nos desenhos, parecem significar a transposição das fronteiras e das diferenças pelas crianças, reconhecendo-se como “amigos”. A figura 6 foi nomeada como “Mãos dadas” pela pesquisadora. Também pôde-se observar a recorrência de mãos impressas por tintas ou contornadas com lápis colorido, tanto no material das crianças venezuelanas como no das brasileiras. É bonito imaginar que essas mãos imprimem uma presença simbólica, um pedaço de si que é enviado a outro, simulando um toque de mãos num gesto de acolhimento...



Fig.7 Correios

Ao término dessas aproximações e compartilhamentos, os materiais produzidos pelas crianças foram selecionados e enviados ao abrigo de Boa Vista pelos Correios. Contamos com a participação e ajuda de voluntários locais no abrigo para a recepção e apresentação desse material às crianças. Pelas fotos e mensagens compartilhadas pelos voluntários do abrigo com a professora Rosana K. Bines, a chegada desse material foi um momento significativo e festivo para as crianças venezuelanas.

Dessa primeira parceria de inserção no campo, outra surgiu através da articulação da mesma professora junto à Caritas do Rio de Janeiro. Dessa vez, a proposta era um projeto de formação de recreadores que assistiriam filhos de refugiados, enquanto os pais participavam de aulas de língua portuguesa na UERJ. A convivência, as trocas, conversas e brincadeiras com o grupo de professores, recreadores e, principalmente, crianças seriam, sem dúvida alguma, solo fecundo para o desenvolvimento da investigação a partir da experiência sensível, tornando-se parte central e motivadora da pesquisa. Estávamos todos envolvidos e animados. Chegamos a participar de planejamentos e alguns encontros de formação, mas ainda sem as crianças.

## 2.2 Atravessamentos

Em meio ao entusiasmo e às aprendizagens ao longo de 2019, finalizamos o ano com a firme expectativa de iniciar o projeto em parceria com a Cáritas no primeiro semestre de 2020. Só não contávamos que, logo ali à frente, uma pandemia sabotaria nossos planos e expectativas. De início, imaginávamos que haveria apenas um protelamento, mas que brevemente retornaríamos a nossa rotina e nossos

projetos. No entanto, a cada nova semana, éramos surpreendidos com prorrogações de suspensão de aulas e atividades coletivas. Fomos traídos em nossas certezas...

Com o agravamento da pandemia da Covid-19 em escala global, o número diário de óbitos disparava diante de nossos olhos e mentes angustiadas. A princípio era o vizinho, o outro distante de nossa rede de contatos e convívio, de outro bairro, estado ou país. Por um breve tempo, a pandemia nos conectou como comunidade global, mediada pela mídia e pelas redes sociais, principalmente em razão do longo afastamento social como estratégia para conter a contaminação.

Embora tenhamos todos e todas sido ameaçados, atestando nossa intrínseca e humana vulnerabilidade diante de um vírus, sua disseminação e letalidade também não se deu de forma igualitária. Inicialmente, o grupo de idosos e/ou portadores de comorbidades foi o mais atingido, prevalecendo a lógica hierarquizante da vida biológica. Mas a vida social também tem suas próprias hierarquias. Mais que nunca as desigualdades estruturais se impuseram durante o período, atingindo violentamente grupos “precarizados” economicamente. Entre esses grupos encontravam-se também aqueles que vivem em zonas de conflitos ou que delas fogem: os milhares de refugiados e deslocados ao redor do mundo. Como medida de proteção e controle para limitar a circulação de pessoas e a disseminação do vírus, muitos países fecharam suas fronteiras, aprofundando ainda mais a vulnerabilidade dessa população.

No Brasil, essa tragédia mundial agravou-se sob o desgoverno do então presidente Jair Bolsonaro que, com discursos negacionistas sobre o vírus e a ciência, incitava a população a abandonar o isolamento social, minimizando o perigo da contaminação e descredibilizando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em relação a nossas fronteiras, várias normativas foram editadas ao longo do período, restringindo os direitos de migrantes, inclusive contrariando dispositivos legais existentes. Entre as arbitrariedades e retrocessos legais, destacam-se a repatriação ou deportação imediata e inabilitação de pedido de refúgio. Tais medidas não só impediam a entrada de migrantes no país, como instituíam a deportação imediata, prática não adotada pelo Brasil por ferir o princípio de *non-refoulement*, ou seja, a impossibilidade de deportação de pessoas para o país do qual fugiram. Vários casos de deportação foram notificados, inclusive envolvendo

crianças e adolescentes, o que viola o Estatuto da criança e do adolescente e o compromisso humanitário internacional brasileiro<sup>6</sup>.

Não temos a intenção de analisar com profundidade esse triste capítulo da nossa história, mas interseccioná-la ao período em que esta pesquisa redesenhou-se. Atravessada pelo isolamento social e pela inviabilidade de retorno ao projeto de interação presencial com os sujeitos da pesquisa – as crianças – cujas possibilidades de interação digital também lhes foram subtraídas, realidade comum a toda população empobrecida, novos caminhos precisaram ser traçados. Relevante destacar, também, que os abalos no fazer da pesquisa justificaram-se não só pela distância entre pesquisadora/pesquisados, mas pela própria condição subjetiva/psicológica de ambos os atores.

Não há como desconsiderar o terreno movediço em que esta pesquisa, assim como tantas outras, moveu-se e sobreviveu ao esfacelamento dos sujeitos. Como bem sintetizou a XV edição da JED – Jornada de Estudos do Discurso – realizada pela Puc-Rio, em 2021, em formato on-line, precisamos todos “recalcular a rota”, juntar os cacos e os afetos, buscando reconstruir sentidos, pois a rotina da vida, tal como a conhecíamos, parecia distante de nós naquele momento.

Em virtude desse contexto, não foi possível, como desejado inicialmente, a aproximação com as crianças, sujeitos da pesquisa, para, a partir dessa aproximação, ouvir suas histórias. O redesenho ou a nova rota perseguida centrou-se, então, nos vídeos das campanhas humanitárias produzidos pelas organizações internacionais Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – veiculadas pela plataforma YouTube, cuja temática centra-se na infância em deslocamento forçado. A partir dessa investigação, buscamos entender como a criança/infância é representada e como a empatia é produzida no espectador a partir dos modos de construção das campanhas.

### **2.3 (Re) construindo o objeto da pesquisa**

---

<sup>6</sup> Para maior aprofundamento sobre a deportação no período pandêmico no Brasil e a ação da Defensoria Pública, ver Fonseca, Medeiros e Miranda (2021) “*O controle migratório nas fronteiras do Brasil durante a pandemia: sinais do autoritarismo à nossa porta*”. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/36377/23827> . Acessado em 20 de jan. 2023

Tendo redefinido os rumos da pesquisa, vimos recolhendo vídeos de campanhas humanitárias que abordam a temática da criança em deslocamento, entre 2020 e 2022, e debruçando-nos sobre eles. Esses vídeos são idealizados e produzidos pelas organizações internacionais ou multilaterais (UNICEF, ACNUR e OIM), portanto, a circulação ocorre internacionalmente em mídias sociais, mas, para o escopo desta pesquisa, apenas aqueles disponíveis na plataforma YouTube foram privilegiados. Essas organizações serão melhor apresentadas no capítulo 3.

O corpus foi composto por 37 vídeos, independente do ano de publicação na plataforma, do país e da organização internacional que os publicou. Nosso objetivo foi, inicialmente, ter uma visão panorâmica dessas campanhas. A partir daí, iniciou-se o processo de seleção daqueles que seriam analisados na pesquisa. Um dos critérios para a seleção foi observar as semelhanças e diferenças na estética de apresentação da temática e suas conseqüentes implicações na construção dos sentidos. Os critérios e a metodologia serão mais aprofundados no capítulo 5 deste estudo.

Ainda que, neste momento de análise, as vozes das crianças em movimento nos cheguem através de campanhas produzidas por organizações internacionais que perseguem determinados objetivos, acreditamos ser importante lançar um olhar atento a essas representações a fim de problematizá-las e evidenciar as narrativas por elas construídas ou atualizadas.

Antes da apresentação dos dados da pesquisa, ou seja, os vídeos selecionados para análise, faz-se necessária uma curta reflexão sobre esse gênero narrativo e seu papel social.

### **2.3.1 Vídeos de campanhas humanitárias: que gênero é esse?**

Bakhtin (1979), ao se dedicar ao estudo dos gêneros textuais, sublinhou o vínculo intrínseco entre linguagem e atividades sociais. Segundo o autor, os enunciados são produzidos dentro de determinadas esferas de ação atendendo a fins específicos, o que significa dizer que cada esfera ou situação social sugerirá tipos **relativamente** estáveis de enunciados. “A linguagem penetra na vida por meio dos enunciados concretos e, ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida se introduz na linguagem” (Fiorin, 2008).

Apreende-se, portanto, que seu estudo não pretendeu codificar nem normatizar formas e usos, embora seja possível observar certa regularidade na constituição dos enunciados – conteúdo temático, estilo e organização –, mas, sobretudo, que o gênero une estabilidade e instabilidade, permanência e mudança. Essa ambiguidade reflete a própria dinâmica social em que as atividades se tornam mais e mais complexas, podendo inclusive levar alguns gêneros a desaparecer ou se transformar, assim como novos podem surgir, como no caso dos meios digitais, que propiciam participação e comunicação on-line, desde que haja as condições materiais necessárias a esse tipo de comunicação.

Neste mundo contemporâneo globalizado e interconectado – mas sem passe livre para todos – cada vez mais as narrativas são construídas no entrelace das linguagens verbal e não verbal. Estamos permanentemente interconectados a partir da difusão e expansão tecnológica, interagindo com grande diversidade de textos multimodais em nossas práticas sociais, como por exemplo, a plataforma YouTube, local de compartilhamento de produções fílmicas institucionais ou caseiras, fonte dos dados desta pesquisa. Portanto, ao propormos uma análise dos vídeos de campanhas humanitárias, torna-se necessária a atenção aos seus índices verbais, visuais e sonoros na construção de significados, a partir de suas formas de representação de uma determinada “realidade”.

Embora a tecnologia tenha ampliado e intensificado a difusão de informações e imagens, a representação mediada do sofrimento humano a antecede em distintos suportes, desde a pintura, passando pelas fotografias nas mídias impressas, até chegarmos às imagens televisivas, quando deixaram de ser estáticas e ganharam movimento. Sem dúvida, esses avanços trouxeram consigo a ideia de que o que se vê é realmente “a verdade” pela imposição de seu realismo. No entanto, sabemos que a realidade mediada pressupõe a perspectiva de quem a vê e a reproduz e com que finalidade, interferindo consideravelmente na forma como entendemos e concebemos o mundo. Ou como Kress e van Leeuwen nos informam:

As estruturas visuais não reproduzem simplesmente as estruturas da “realidade”. Ao contrário, **elas produzem imagens da realidade** que estão ligadas aos interesses das instituições sociais nas quais as imagens são produzidas, onde circulam e são lidas. Elas são ideológicas. Estruturas visuais nunca são meramente formais: elas têm uma dimensão semântica profundamente importante. (Kress e van Leeuwen, 2006 – *tradução e grifo nossos*)

Como nos apontam os autores, nenhuma representação é transparente ou neutra. As escolhas feitas na construção do campo visual, assim como as escolhas lexicais ou oracionais nas representações verbais, produzem “realidades” e sentidos. Nosso olhar, através das imagens, é convidado a compartilhar determinadas visões de mundo, de forma a naturalizar ou rejeitar certas concepções.

Os vídeos das campanhas que serão analisados desfrutam hoje do avanço tecnológico e por isso circulam globalmente em diversas mídias e redes sociais em sua dupla potência comunicativa: palavra e imagem.

Mas afinal, que gênero é esse? Em que atividade social está inserido e com que finalidade?

Antes, precisamos lembrar que as imagens de sofrimento e deslocamento humanos circulam em nossa sociedade desde longa data, como na tela renascentista “A expulsão do paraíso” de Michelangelo (1509). Segundo Terence Wright (2002)<sup>7</sup>, as pinturas inspiradas por temas bíblicos desempenharam um papel central no desenvolvimento da representação visual ocidental sendo possível identificar nas imagens contemporâneas certas aproximações e semelhanças em relação ao conteúdo e estilo. Além disso, esse autor propõe que a iconografia cristã e a tradição bíblica são as raízes culturais mais amplas em que se forjaram tanto a representação do sofrimento dessa população como a moralidade ocidental, que encarna o ideal do “bom samaritano”.

Tendo por base os discursos de natureza moral e religiosa, o gênero *campanha humanitária* constitui-se “como um elo na cadeia complexa de outros enunciados” (Bakhtin, 1997), estabelecendo uma relação dialógica entre eles. Podemos considerar que, no deslocamento histórico-social, muitas campanhas desvincularam-se dos discursos informados por valores cristãos de caridade e assumiram, na modernidade, os discursos normativos dos direitos humanos, embora ambos convivam e disputem, em alguma medida, o mercado de doações na contemporaneidade. Além disso, como enunciativas de discursos em defesa de oprimidos e empobrecidos, as campanhas também respondem, nessa cadeia enunciativa, a discursos de exclusão, preconceito e xenofobia contra determinados

---

<sup>7</sup> Ver artigo Terence Wright (2002) Moving image: the media representation of refugees. Neste artigo o autor apresenta três categorias bíblicas para análise de imagens de deslocados que ainda podem ser encontradas na atualidade: Queda do homem; Fuga para o Egito e Êxodo. Além disso, sugere que a imagem de “Madonna and Child”, imagem bíblica da maternidade, pode ocorrer em qualquer das categorias.

grupos sociais, como aqueles em deslocamento forçado. Contudo, como veremos, muitas vezes o enquadramento dado aos sujeitos representados nas campanhas pode gerar efeitos e sentimentos contraditórios nos espectadores, mantendo-se as assimetrias da humanidade.

As campanhas estruturam-se a partir de dois eixos: dar visibilidade a uma causa, no nosso caso a infância em trânsito, e arrecadar fundos para o financiamento de projetos de assistência à causa por elas defendida. Mas, para que seus objetivos sejam atingidos, outro aspecto torna-se relevante: a credibilidade da marca, pois o “mercado do sofrimento humano”, diante da miríade de crises humanitárias em nosso mundo contemporâneo, fez surgir um campo muito disputado entre Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), para atrair investidores ao redor do mundo, sendo eles Estados, conglomerados empresariais e público em geral. Logo, investir em sua imagem positiva, responsável, com a assunção de “neutralidade política” torna-se também mais uma estratégia de ação.

Importante destacar os paradoxos intrínsecos ao humanitarismo e à ação humanitária, como apontados por teóricos. Sendo o humanitarismo o guardião dos princípios universais dos direitos humanos, a ação humanitária dele decorrente tem sua existência e sobrevivência condicionada à manutenção daquilo que lhe é essencialmente contraditório por violar seus princípios. Em decorrência desse paradoxo, outro surge: a mercantilização do sofrimento, da dor e da tragédia humana, transformados em mercadoria vendável e rentável, que obedece a certas estruturas e normas empresariais de mercado, como o *branding*, gestão da marca a partir de estratégias que lhe atribuem valor e credibilidade, e o *marketing*, operacionalização dessas estratégias. Inserida numa lógica neoliberal de mercado e dependente dele para realizar suas ações, em sua maioria financiadas por Estados e grandes conglomerados empresariais, é difícil a manutenção de total neutralidade e isenção, já que as relações locais e globais sempre se dão a partir de interesses políticos e econômicos, o que sugere disputa e poder. Além disso, o investimento financeiro feito por corporações empresariais nessas organizações em adesão a causas humanitárias se reverte em capital simbólico de prestígio e responsabilidade social às marcas dessas corporações junto ao mercado, rendendo-lhes confiabilidade e lucros ainda maiores. Na lógica capitalista, em que visualidade, política e economia caminham lado a lado, é difícil determinar se o que há “é uma

exploração cínica do sofrimento humano ou uma expressão de verdadeira compaixão”, como pondera Höijer (2004).

A fim de atingir seus objetivos, essas campanhas são veiculadas em diversos suportes, como folhetos de propaganda, mídia impressa e televisiva, redes sociais, assim como em shows musicais transmitidos para o mundo todo. Outro recurso muito utilizado para a visibilidade dessas campanhas é sua vinculação a personalidades públicas, estratégia que agrega credibilidade à causa e à instituição, a partir da identificação do público com a celebridade ou de seu desejo em se aproximar ou ser como seu ídolo. A crítica que se impõe a essa estratégia, embora eficiente para atrair multidões e garantir volumosas arrecadações, é a relação, talvez não consciente, estabelecida entre espectador e celebridade. Estando essa relação centrada no desejo narcísico do espectador em identificar-se com a celebridade e com ela interagir, a sensibilidade diante do sofrimento e da dor do outro pode ser minimizada ou completamente apagada. Além disso, enquanto celebridades “emprestam” seu prestígio social à causa dos refugiados, mas também ganham prestígio com eles, estes permanecem silenciados, privados de sua própria narratividade (Chouliaraki, 2010, 2013). A dor e o sofrimento de outros distantes dissipam-se e a causa torna-se secundarizada pelo prazer individual e coletivo produzido pelo espetáculo.

Em termos de linguagem, a narrativa das campanhas utiliza-se de estratégias verbais e não verbais (multimodais), relativamente recorrentes e geralmente apelativas, como forma de promover a comoção e o sentimento de solidariedade nos espectadores. Estudos sobre a iconografia do sofrimento (Boltanski, 1999; Wright, 2002; Chouliaraki e Stolic, 2017; Chouliaraki, 2006, 2010, 2013; Sontag, 2003; Lenette, 2017, entre outros) apontam para a objetificação dos corpos representados, constituindo-os no imaginário social ora como vítimas passivas a quem é necessária qualquer forma de ajuda ora como potencial ameaça à segurança da sociedade nacional, fortalecendo preconceitos, xenofobia e políticas de controle e segregação.

Em sua pesquisa sobre a representação visual de populações em situação de deslocamento forçado e os sentidos que dela decorrem, Lenette (2017) utiliza a arquitetura proposta por Kurasawa (2013), denominada “sentimentalismo humanitário”. Nessa arquitetura Kurasawa identifica quatro tipificações (ou tropos) recorrentes e que adensam as imaginações dos espectadores: *personificação*,

*massificação, cuidado e resgate*. Seu objetivo é “olhar além da superfície e destacar quais temas podem ser enfatizados em tais representações visuais” (Lenette, 2017). Para os autores, a *personificação* geralmente representa uma única vítima ou um pequeno grupo em estado de angústia, o que amplia o sofrimento da vítima, gerando sentimento de pena em relação a ela; a *massificação* produz um efeito “desumanizador e despersonalizador”, uma vez que “as narrativas individuais não são privilegiadas”, apenas evoca repugnância e enfatiza a magnitude da “crise”; o *cuidado* põe em relevo as relações entre os atores humanitários e vítimas, evocando simpatia; por fim, o *resgate* sublinha a nobreza e o heroísmo da atuação das agências, contribuindo para uma imagem passiva e deficitária dos indivíduos regatados em meio a uma “crise”, o que ressalta a “dinâmica desigual entre salvador e vítima” (Idem).

Em complementariedade à arquitetura proposta por Kurasawa, a pesquisadora identifica três novos tropos, *feminização, infância e criminalização*. A *feminização* justifica-se pela predominância de imagens de mulheres e crianças, tidas como frágeis e indefesas, reforçando a ideia estereotipada de gênero ao reafirmar a passividade e não agentividade das mulheres e crianças em deslocamento. A *infância* é um tropo que encapsula valores ocidentais de ternura, inocência e bondade humanas. Posicionada para além das disputas políticas, a infância assume, portanto, um papel poderoso na geração de compaixão e preocupação. A *criminalização* diz respeito a imagens que acentuam crenças de que a população em deslocamento é perigosa e sugere riscos à segurança das nações. Imagens sobre a precariedade dos campos, com suas cercas segregadoras e seus sistemas de controle e vigilância propiciam o medo na imaginação do espectador.

Como destacam os teóricos, encontrar a melhor forma de representar as grandes tragédias e suas vítimas é ainda um enorme desafio. O uso abusivo de imagens desumanizantes, tão exploradas ao longo do tempo em campanhas filantrópicas<sup>8</sup>, produz fadiga da compaixão e rejeição à estética “*do choque*”, pois esse tipo de apelo à ação apoia-se na dicotomia existente na relação sofredor-

---

<sup>8</sup> “Humanitário vem substituir tanto uma nuance sentimental ao conteúdo racional do termo filantrópico, caro ao século das Luzes, como também ao significado paternalista da palavra beneficência e à limitação sociológica do termo solidariedade. A conotação propriamente humana da palavra ‘humanitário’ resulta das atitudes cristãs de compaixão (compartir = sofrer com) e caridade, que levam o homem a se ocupar do sofrimento de outros homens, por simpatia e por amor (caritas)”. (MOLLAT, 1993, apud Ferreira, 2017).

espectador, levando este a identificar-se com o sofrimento do “outro” ou a rejeitá-lo. Essa estratégia, apesar de criticada em razão da fetichização ou espetacularização do sofrimento, ainda é bastante recorrente em campanhas de ajuda humanitária, como em uma das que será analisada neste estudo. Segundo Chouliaraki (2010), essa estética, apesar de propiciar a rejeição e a fadiga da compaixão, ao colocar de forma explícita a miserabilidade de algumas vidas e, de modo implícito, as desigualdades globais, pode despertar no espectador sentimento de indignação ou vergonha em relação ao perpetrador daquele sofrimento, mesmo ele não sendo personificado ou identificado nas campanhas.

Em resposta às críticas e em oposição a estética “do choque”, surge a representação dos “vulneráveis” em “*imagens positivas*”, propiciando emoções também mais positivas no espectador, como simpatia e empatia. Essa estética rejeita a representação da vítima sofredora e aposta em uma representação mais agentiva e digna. A falsa simetria que se estabelece entre o espectador e os retratados na campanha, acaba produzindo o apagamento das desigualdades reais entre os dois participantes da interação. Além disso, ao deslocar o foco da representação para o potencial doador, o *benfeitor*, aquele que torna possível a reversão do sofrimento, reproduz-se a hierarquia presente nas relações colonializadas. Segundo a autora, essas relações seriam instrumentos de afirmação de poder, “na medida em que torna “os outros” objetos perpétuos da generosidade ocidental” (Idem) e, por isso, representados como eternamente gratos.

Nesse campo tensionado, Chouliaraki (Idem) aponta para uma mudança que vem se implementando, orientada por emoções pós-humanitárias de baixa intensidade emocional e formas de agência de curto prazo, como tentativa de renovação e legitimação do gênero narrativo das campanhas, já que as estéticas anteriores falham em sustentar a solidariedade do público diante do sofrimento alheio, o que Boltanski (1999) denomina “crise da política da piedade”. Essa nova estética de produção das campanhas, ancora-se na reflexividade particular do espectador, e não mais na ativação de grandes emoções para mobilizá-lo à ação pública. Além disso, pautando-se pela própria impossibilidade de representação do sofrimento, ou seja, assumindo essa impossibilidade, e tentando responder às críticas impingidas às estéticas anteriores, confronta-nos não mais com a verdade ou o realismo da representação, mas com “atos de representação”, através de jogos imagéticos e verbais na composição de suas narrativas. Ou seja, a representação

torna-se mais ficcionalizada, entretendo e envolvendo o espectador na ludicidade da própria representação em algumas campanhas ou através da ironia e do confronto com valores situados no mundo do possível doador.

Ainda segundo a autora, essa nova estética simplifica a ação e desemocionaliza a causa, ao abandonar os regimes afetivos tradicionais de levar o público à obrigação de ação moral, mobilizada por sentimento de culpa e indignação (*efeito de choque*) ou empatia e gratidão (*imagens positivas*). Há três razões para que a simplificação e a desemocionalização ocorram: primeiro, porque a emoção não é mais tão imediata como nas demais, cujo foco era a contemplação de “*imagens de choque ou positivas*”. A nova estética centra-se na ficionalização da realidade, como já exposto, apostando na capacidade autorreflexiva do espectador. Utilizando-se das novas ferramentas digitais para seu incremento, em que a ironia e o hiper-realismo habituais dos jogos virtuais apresentam-se como alternativa, levam o espectador a refletir sobre a situação exposta a partir de sua própria experiência ou na confrontação e no contraste dos mundos distantes, mas sem grande envolvimento emocional.

Um dos exemplos apresentados por Chouliaraki para ilustrar sua argumentação é a campanha da ONG World Food Programme (WFP) de 2006, intitulada “The NO-food diet”<sup>9</sup>. Nela, a história é narrada na voz de um locutor que, inicialmente, apresenta uma receita para emagrecer: uma mãe africana recolhe sementes secas para fazer o jantar. Enquanto cozinha, vai ludibriando os filhos até que adormeçam sem comer. A narrativa finaliza certificando a eficácia da “dieta sem comida” que “leva 25 mil pessoas a perderem peso todos os dias”. Acompanhando essa narrativa final, imagens de grupos de pessoas, inclusive crianças, são retratadas na tela.

Embora essa campanha ainda se utilize de imagens de indivíduos em situação vulnerável, a questão nodal é a forma como a campanha se estrutura através da ironia, provocando os espectadores sobre seus hábitos alimentares, sobre a cultura da dieta, contrastando estilos de vida que se alternam entre a abundância e a escassez. Ou seja, a cultura do controle de peso, em meio à abundância, em contraste com vidas que lutam para sobreviver diante da escassez de alimento.

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CfFmo1tlmwk>. Acessado em fev/ 2023.

A segunda razão apontada pela autora é a vinculação à marca de credibilidade, legitimada pelo público, em razão do sucesso e alcance de suas campanhas, sempre conectadas com amplas questões sobre direitos humanos. A qualidade da produção estética e a grande circulação, resultado de um robusto investimento de marketing em sua imagem, garantem a confiabilidade do cidadão moderno.

A terceira, seria a tecnologização da ação, pois essas campanhas vêm sempre acompanhadas de link para doação on-line ou outra forma de ação, como assinar uma petição, que permita o espectador aderir à campanha de forma rápida e simples, bastando um clique no link indicado. Essa simplificação da ação, implementada pelas novas tecnologias, reforça o imediatismo sem esforço que permeia nossa sociedade pós-moderna, trazendo para o campo humanitário uma mudança moral significativa na forma de engajamento às causas, embora potencialmente eficiente. Aqui, muitas vezes o que define o engajamento não é necessariamente a causa, mas a adesão à marca da organização a que a campanha está vinculada. Através de um processo de identificação com o discurso humanitário da organização, o espectador é levado a apoiá-la e, ao fazê-lo, sente-se feliz consigo mesmo por ser um cidadão empreendedor, ativo e engajado com grandes causas (Chouliaraki, *Idem*), atitudes que se encontram alinhadas ao estilo de vida contemporâneo e ao que se espera do cidadão cosmopolita.

Embora as três estéticas narrativas utilizadas nas campanhas articulem afetos em relação ao sofrimento humano, as novas formas de traduzir e representar o sofrimento desvinculam-se dos discursos universais da moralidade e das grandes emoções como causa para o dever de agir. Essas novas estratégias propõem um modelo em que a particularização da causa, ou seja, a decisão para se engajar passa a ser regulada pela livre escolha, pelo julgamento individual, pelo prazer de se sentir conectado e engajado e não mais pela lógica impositiva de uma narrativa moral. Os valores de liberdade e engajamento político e social do cidadão da pólis moderna, presentes nos macrodiscursos, são ativados e valorizados nessas campanhas.

Não obstante a lógica de mercado também estivesse presente no modelo das campanhas anteriores, esse novo formato não está livre de justificadas críticas em razão da enorme mercantilização das causas, umas mais rentáveis e por isso mais visíveis que outras em função de maior ou menor adesão a elas. Além das questões de mercado e financiamento, outro aspecto sugere preocupações, segundo a autora.

Ao desvincular o ativismo de uma causa moral maior, afasta-se de sua “função pedagógica de educar a moral” (Chouliaraki, 2008, 2012, 2013) daqueles que estão em condições diferentes das dos indivíduos representados nas campanhas.

O foco da nova estética desloca-se do sofrimento das vítimas para o mundo particular, reflexivo e autocentrado do próprio espectador, sem colocar em questão o motivo da existência da própria campanha, fato recorrente nas demais estéticas também – o apagamento das questões políticas que produzem as desigualdades globais. Assim, estimulando um ativismo narcisista, “uma sensibilidade que torna as emoções do “eu” a métrica para a compreensão dos sofrimentos do mundo em geral” (Chouliaraki, 2010), e não mais sua subordinação à causa, a autora considera que talvez se torne ainda mais difícil a conciliação com os que de nós diferem.

Assim, os gêneros, como já apontado por Bakhtin, por constituir as práticas sociais e ao mesmo tempo ser constituído por elas, é mutável em razão das transformações que ocorrem na própria sociedade. Ou seja, esse gênero narrativo multimodal não escapa da inevitável vinculação à sociedade onde circula e é produzido, pois precisa atender às demandas e novas formas de estar no mundo. A nova tendência, em um movimento dialético, incorpora o perfil do indivíduo pós-moderno e ao mesmo tempo o reproduz em sua busca por prazer imediato e consumo simplificado de produtos – inclusive ideias, concepções de mundo e estilo de vida.

É no embaralhamento das tendências desse gênero contraditório e controverso e na tensão em representar aqueles que sofrem, que nossa análise pretende trafegar. Passaremos agora à apresentação dos vídeos das campanhas que serão analisados.

### **2.3.2 Apresentação dos dados**

Chegando à parte final deste capítulo, apresentamos sumariamente os dados que serão analisados mais aprofundadamente no capítulo 6.

Como dito anteriormente, os vídeos de campanhas com os quais vamos operar tematizam a infância em trânsito e foram produzidos pelas Organizações Internacionais ACNUR, UNICEF e OIM, disponibilizados na plataforma YouTube. No total foram selecionados 37 vídeos, mas proporemos a análise de quatro deles.

Embora não haja interesse em aprofundar a metodologia neste momento, esclarecemos que a princípio a única restrição para a geração dos dados foi a temática – refúgio – e representados – crianças.

À medida que entrávamos em contato com os dados, alguns aspectos tornaram-se relevantes e, conseqüentemente, orientaram os critérios de seleção, como por exemplo, a distinção entre as campanhas. É bom ter em mente que essas instituições atuam internacionalmente, portanto, com públicos, cultura e posições geopolíticas diferentes. Embora os macrodiscursos nos informem que somos todos cidadãos do mundo, pertencentes a uma “aldeia global”, legitimada pela lógica da globalização neoliberal e das novas tecnologias que nos interconectam, sabemos o quão falacioso é esse discurso. Esse aspecto traz implicações para as representações e interpretações e estará em pauta no capítulo de análise.

Todas as campanhas em análise apresentam-se em linguagem fílmica, constituindo-se como narrativas multimodais, já que são construídas em duas modalidades de linguagem: não verbal e verbal, comparecendo justapostas em algumas, já em outras, não. Como esse gênero caracteriza-se por dar prioridade à sensibilização do espectador, procuramos privilegiar estéticas que se diferenciaram tanto na promoção da emoção como na representação das infâncias.

Apesar das diferentes tendências que acompanham o gênero, como nos informou a teorização de Chouliaraki na seção anterior, foi possível observar que há hibridismos e intercambialidade entre elas nas campanhas em análise. Por estarem todas em um espaço virtual, apresentam sempre uma convocação ao espectador para uma ação: “*curta, compartilhe ou clique no link para doação*”, estabelecendo, portanto, uma interação on-line entre instituição e espectador, pois o esperado (ou intencionado) pela instituição é que, a partir da relação mediada entre representado-espectador, a aderência a ela ocorra. Outra recorrência observada foi o destaque dado às logomarcas das instituições. Elas aparecem nas imagens, nos uniformes dos voluntários, nas tendas dos abrigos e, com relevância, ao final da edição, o que Lenette (2017) denomina *tropos de resgate e cuidado*, evidenciando para o espectador a presença da organização nas crises humanitárias e sua atuação junto às crianças em condições vulneráveis.

Quanto ao modo de produção, foi possível constatar o processo de montagem, quando seleção e organização de imagens e textos são realizados na edição. A estética de apresentação dos representados se dá pelos *tropos de personificação*

(Idem), quando o representado é identificado, nomeado, singularizado em contraste ao *tropo da massificação* (Idem), quando os representados são apresentados em grandes grupos ou em massa, subtraindo-lhes a individualização. Houve flutuação em relação a esses *tropos* entre as campanhas ou mesmo no interior delas, com a alternância entre imagens personificadas e massificadas. Mesmo quando imagens de crianças são individualizadas, no correr de algumas campanhas, essas imagens avançam de uma para outra sem qualquer identificação ou referência a quem está sendo representado, produzindo como resultado, ao final da edição, uma representação análoga à massificação.

Foi possível observar em algumas campanhas a tentativa de dar protagonismo ao representado, na medida em que a própria criança conta ou esclarece determinados aspectos de sua vida ou mesmo narra um texto já roteirizado. Ainda é um protagonismo em amadurecimento como estratégia nas campanhas, com perguntas feitas às crianças, aproximando-se do gênero entrevista. O modelo mais difundido é o de narração na voz de um locutor, cujos tons sérios e sombrios, com ênfases prolongadas em certas partes, denotam a relevância e a urgência da ação humanitária como forma de solucionar ou minimizar o sofrimento dos representados.

Para finalizar, por serem narrativas breves que tentam sensibilizar as audiências para envolvê-las com a campanha, os vídeos são de curta duração, fato que leva a sumarizar as narrativas e condensar as histórias dos representados, não havendo espaço para a contextualização dos motivos mais amplos que suscitam os sofrimentos, produzindo, assim, o apagamento dos grandes problemas macroestruturais, característica marcante em todas as campanhas. O eixo estrutural – sensibilização; convocação à ação; destaque ao símbolo da organização humanitária – são recorrentes nesse gênero textual, podendo haver pequenas variações ou especificidades em algumas campanhas. A seguir, apresentamos os vídeos que serão objetos de análise no capítulo 6.

### **Vídeo 1: Crianças como Amira estão fugindo da violência brutal**

Link de acesso <https://www.youtube.com/watch?v=ifg2hwn8OaU>

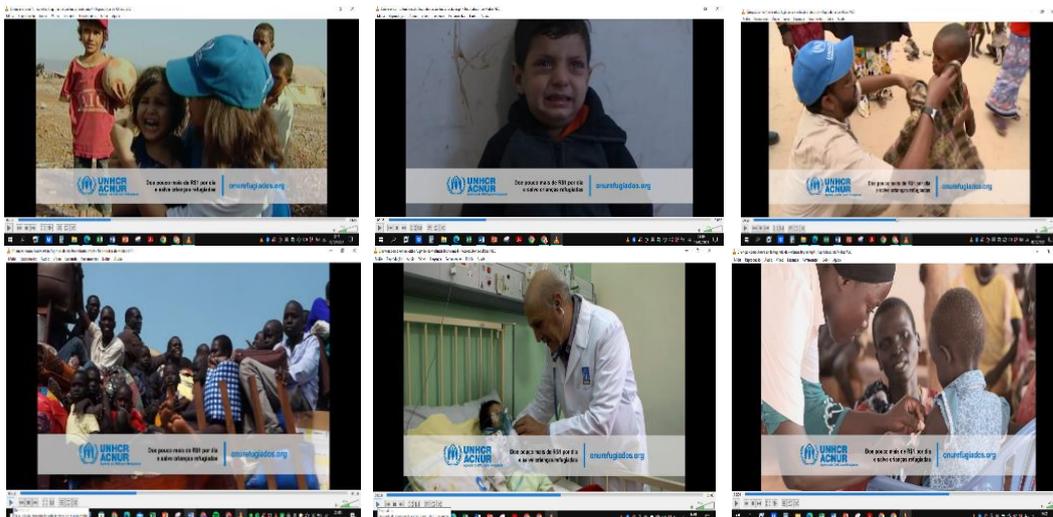


Fig. 8 Campanha ACNUR

Imagens/vídeos: @vídeo ACNUR

Essa campanha do ACNUR (2018), continua a ser veiculada tanto no YouTube quanto em outras mídias sociais. Nela, a história da protagonista Amira é contada na voz da narradora do vídeo que nos relata a tragédia ocorrida com a menina iemenita, 6 anos de idade, afônica em razão da explosão de uma bomba perto de casa enquanto brincava. Sua identificação é registrada tanto na imagem como na voz da narradora (*tropo de personificação*). Com o propósito de despertar a compaixão do espectador e de torná-lo um doador, a vulnerabilidade e a dor das crianças são exploradas com intensidade. Além de Amira, outras imagens de crianças em situação de deslocamento são apresentadas, contudo a individualização delas é suprimida, ao não serem nomeadas ou identificadas e por não terem ao menos sua história narrada.

O ponto central dessa campanha é a escolha da história a ser contada, em detrimento de outras, e o papel do ACNUR no auxílio a essas populações, através de imagens de voluntários uniformizados, da tarja ao longo do vídeo com a logomarca, o endereço eletrônico e a convocação para a ação de doação (*tropos de resgate e cuidado*).

A estética da representação nesta campanha utiliza *imagens de choque* (Chouliaraki, 2010) para sensibilizar as audiências, associadas a um texto verbal que interpela a moral do espectador, que poderá se engajar ou não, a partir de sua avaliação particular. A forma de engajamento coaduna-se com a nova atitude pós-moderna através do acesso simples e imediato de participação ou doação on-line.

## Vídeo 2: Dia das crianças

Link de acesso: [https://www.youtube.com/watch?v=-wqdw\\_1pMeU](https://www.youtube.com/watch?v=-wqdw_1pMeU)



Fig. 9 Campanha OIM

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

Essa campanha foi veiculada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em comemoração ao dia da criança, outubro de 2021, pela plataforma YouTube. Sua filmagem foi realizada em um parque, índice discursivo e orientador da narrativa que compõe a campanha, em que brinquedos e brincadeiras, além de fitas coloridas que conotam a alegria e a leveza da ambiência, nos remetem ao universo da infância, em contraste com o primeiro vídeo apresentado. As três crianças – Carol, Fabian e Nicole – aparecem em primeiro plano, tendo sempre ao fundo a mesma orientação, o parque. O menino que aparece ao lado de Fabian (segunda imagem acima) não é identificado nem participa no desenrolar da campanha.

Às crianças são apresentadas perguntas que vão sendo respondidas individualmente, após suas apresentações iniciais (nomes e origem, embora todas sejam venezuelanas vivendo no Brasil), seguindo um formato de entrevista. Observam-se cortes na edição e montagem sequencial das falas e imagens, que se alternam entre as três crianças. Cada pergunta se destaca na tela em primeiro plano com letras brancas e grandes, tendo, sempre em segundo plano, cenas com as crianças brincando. Observa-se que suas falas foram gravadas separadamente, estando cada uma delas em diferentes espaços do parque. Nesse vídeo não há participação de qualquer adulto em cena nem narrador, tendo as crianças o protagonismo e a voz (*tropo de personificação*).

Aqui, a interação com a organização humanitária também acontece ao longo do vídeo, evidenciada pela logomarca, porém de forma menos incisiva que no primeiro. Ao final, a interação da organização com espectador se realiza através da convocação para a ação “*Curta, comente, compartilhe*”. Portanto, diferenciando-

se da estética de representação da infância do primeiro vídeo, apresenta “*imagens positivas*” (Chouliaraki, 2010), e convida o espectador a um tipo de ação solidária on-line como forma de participação ativa de engajamento à causa. Não há solicitação de doação em dinheiro.

### Vídeo 3: A história de Malk

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=m3WzqNJw5j0>

Em março de 2006, a Unicef lançou três animações infantis sob o título– *Unfairy Tales* – podendo ser traduzido em “*contos que não são de fada*”, a partir de histórias reais de três crianças que fugiram de zonas de conflito – Malak, Mustafa e Ivine – sendo elas também as narradoras das próprias histórias. O título da trilogia sugere uma ambiguidade irônica ao aludir a ideia de injustiça e contrapô-la à expressão convencionalizada como “contos de fadas”, gênero narrativo comumente atribuído às crianças. Essa contraposição perturba ao deslocar o conceito hegemônico de infância.

Ao final de cada uma das animações, a criança representada se apresenta ao espectador em sua imagem “real” através de uma pequena narrativa emocionada. O hibridismo dessa campanha, ou seja, a utilização de imagens ficcionalizadas e reais, retoma e reforça a ironia do título da campanha.



Fig. 10 Unfairy Tales

Imagens/vídeos: @vídeo UNICEF

Não pretendemos analisar as animações, mas o relato testemunhal de uma das crianças representadas nas animações: *Malak*, menina síria de 7 anos de idade, à época, narradora de sua experiência diaspórica da síria à Grécia em um barco.



Fig. 11 Malk Unicef

Imagens/vídeos: @vídeo UNICEF

A narração de Malak, na animação, é bem mais curta, havendo uma condensação de passagens mais significativas de sua história. Já em seu relato testemunhal, a experiência é narrativizada com riqueza de detalhes, evidenciando a grande eloquência e competência da narradora. Foi possível observar que, silenciosamente, seu corpo movimentava-se, havendo inquietude nas mãos que gesticulavam, índices que ficaram ocultos na narração da animação. Esse texto gestual interessou-nos na análise.

Observa-se o processo de montagem, uma vez que outras imagens comparecem no vídeo em função de “ilustração”, ancorando o que está sendo narrado pela menina, como um barco em alto-mar, coletes salva-vidas e outras que, embora imprimam certo realismo à história, estão fora de seu contexto original e podem se adequar a distintas histórias. No entanto, mais que seu fim ilustrativo, interessa-nos sua função na narrativa.

Essa campanha difere-se das demais por ser, como já dito, um relato pessoal da menina, a protagonista da história, que assume sua enunciação (*tropo personificação*). Outra diferença significativa é a referência à organização, que só aparece no primeiro e último quadro, além de não haver nenhuma convocação para ação imediata do público nesse vídeo.

#### Vídeo 4: #aindadátempo

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=3OHFHQAtLUo>



Fig. 12 Ainda dá tempo Unicef

Imagens/vídeos: @vídeo UNICEF

Essa campanha foi lançada pela Unicef em 2015, ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 25 anos. A montagem do vídeo foi feita a partir de cenas reais gravadas em uma grande feira de intercâmbio da América Latina, realizada em São Paulo no mesmo ano. Durante a feira, foi montado um estande com nome fictício “*ECA Exchange Programs – To change children’s lives*”, onde atores contratados tentavam convencer os visitantes, pais em busca de intercâmbio para seus filhos, a aderirem a um dos programas propostos. Sua composição distingue-se das demais, além de explorar com intensidade a ironia constitutiva da contemporaneidade.

Passaremos agora aos capítulos 3 e 4, cujos temas atravessam e conversam com a pesquisa.

*“eles nem imaginam o que é/ perder seu lar e talvez/ nunca mais encontrar outro/ ter sua vida inteira/ dividida entre duas terras/ e se tornar a ponte entre dois continentes.*

*Rupi Kaur*

### 3

## **Humanitarismo: governança, refúgio e imagens de dor**

Este capítulo pretende refletir sobre a condição político-social da pessoa em situação de refúgio e as implicações do humanitarismo na gestão de vidas tidas como indesejáveis. Sendo essas vidas o centro das ações de determinadas organizações internacionais, importa-nos entender como suas representações são veiculadas e discursos são construídos em campanhas que pretendem mobilizar a emoção e o engajamento público, sobretudo, a partir de um ideário de humanidade comum, direitos universais e compaixão, quase sempre transitórios e em permanente tensão.

### **3.1 Refúgio e organizações internacionais**

O deslocamento de pessoas, voluntária ou involuntariamente, foi marca recorrente no processo civilizatório desde os tempos mais remotos. Segundo Marques e Leal (2017)<sup>10</sup>, esse fenômeno tende a aumentar à proporção que a humanidade cresce, potencializando crises indistintas de natureza econômica, política ou social. Violações de direitos humanos, perseguições políticas ou religiosas, guerras e, mais recentemente, os desastres naturais são algumas das razões que justificam esses inúmeros deslocamentos humanos na contemporaneidade.

Segundo a ONU, presenciamos o maior fluxo de refugiados desde a II Guerra Mundial, principalmente no continente europeu, insuflado em 2021 com a tomada do Afeganistão pelo Talibã e em 2022 pela guerra na Ucrânia. Na América Latina, a partir de 2015, também assistimos ao fluxo migratório de venezuelanos,

---

<sup>10</sup> Andressa Clycia Mello de Souza Marques e Marília Daniella Freitas Oliveira Leal em seu artigo: *Migrantes venezuelanos no Brasil: cooperação como meio para garantir direitos*, 2017.

decorrente do agravamento da crise política, social e econômica em seu país. Esses são apenas alguns dos conflitos recentes que se unem a outros, cuja extensão e complexidade afastam possibilidades de implementação de solução pelos mecanismos internacionais. Diante disso, o refugiado vem se tornando uma categoria que, na arena jurídico-política, nacional e internacional, tensiona questões humanitárias, sócio-políticas e subjetivas, além de colocar em xeque as fronteiras que constituem os estados-nação na modernidade e sua soberania. Como expõe Agamben (2007):

Se o refugiado representa, no ordenamento do Estado-nação, um elemento tão inquietante, é antes de tudo porque, rompendo a identidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade, põe em crise a ficção originária da soberania moderna. (p.138)

A ordem e a subjetividade política, conforme estudos na área de Relações Internacionais, encontram-se dentro do espaço doméstico, ou seja, no limite das fronteiras do Estado-nação. Fora dessa ficção delimitada, existiria apenas o espaço anárquico do internacional, que se pauta pela relação desigual entre Estados soberanos e pela ausência de uma autoridade supranacional.

O princípio da soberania nacional, segundo Walker (2013), ancora-se simultaneamente no estabelecimento de fronteiras que delimitam o espaço-tempo e conferem autonomia política interna, produzindo, assim, subjetividades políticas dentro do estado-nação. Pode-se concluir, portanto, que essas delimitações conduzem a relações assimétricas entre insiders e outsiders.

Sendo assim, o refugiado, o que está fora/outsider, é, pois, o produto ou, nas palavras de Moulin (2012), “o sintoma de uma estrutura internacional organizada ao redor do medo patológico da morte iminente, representada pela presença do outro e de uma condição anárquica”. Além disso, o refugiado traz à tona toda a lógica excludente também existente na internalidade do espaço doméstico do Estado que não provê segurança e proteção a seus cidadãos. Segundo Haddad (2008), o refugiado é pautado por uma dupla exceção: doméstica e internacional.

A fim de estabelecer a união entre os povos e organizar a “bagunça” do espaço internacional, ao final da primeira guerra mundial, foi criada a Liga das Nações, primeira organização internacional, que ansiava promover a paz entre os Estados soberanos. No entanto, vários fatores, como a distinção entre países vencedores e vencidos, a Grande Depressão em 1929, que intensificou individualismos e

nacionalismos extremos, culminando com a saída da Alemanha da Liga em 1933, a organização fracassa em seu propósito pacifista.

Herdeira da Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas (ONU) é criada ao final da segunda Guerra Mundial, a princípio com 51 Estados-Membros. Hoje, 193 países fazem parte da organização, tendo o mesmo propósito de sua antecessora, ou seja, criar mecanismos para estabilização do sistema internacional, visando às condições necessárias para a cooperação entre Estados e o enfrentamento dos grandes desafios globais.

O Sistema ONU, como é conhecido, é um sistema complexo, formado por “agências especializadas, fundos e programas, que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos”, como é o caso do ACNUR e da OIM, entidades que se complementam e desenvolvem conhecimentos e práticas no campo da assistência a pessoas em deslocamento, e o UNICEF, especializado na promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente, incluindo aqueles em deslocamento forçado.

O ACNUR foi criado em 1950, com mandato para três anos após a Segunda Guerra Mundial, entretanto permaneceu atuando em favor das populações deslocadas e, a partir de 1995, se tornou responsável pelas pessoas apátridas globalmente. Atualmente, segundo o site da agência, conta com quase 12 mil funcionários e está presente em cerca de 130 países com mais de 460 escritórios. A OIM, criada em 1951, busca promover a migração ordenada e segura e trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais, intergovernamentais e não-governamentais, estando presente em mais de cem países. No Brasil, tem sede em Brasília, desde 2016, e escritórios em diversas cidades. O UNICEF, criado em 1946, teve o compromisso de ajudar crianças no pós-guerra. Hoje atua em mais de 190 países e territórios, cuja missão se mantém a mesma: proteger os direitos e o bem-estar das crianças e adolescentes ao redor do mundo.

Embora as ações dessas entidades sejam importantes na coordenação e proteção da população em trânsito, parece não haver um consenso dentro dos estudos na área de Relações Internacionais quanto ao papel das organizações de modo geral. Algumas teorias apontam para um ceticismo, condicionando suas existências aos interesses dos Estados mais poderosos, além de não haver autoridade das organizações para garantir que tratados e decisões sejam cumpridos; outras acreditam que é possível interferir nas relações entre os Estados, “na medida

em que a negociação sobre as normas das organizações é um processo contínuo”, ou seja, Estados buscam controlar as organizações e estas encontram espaço para relativa autonomia (Herz, Hoffmann e Tabak, 2015). Além disso, segundo as autoras, a aposta dessa corrente mais otimista é a de que “Estados com uma reputação negativa teriam dificuldades em ser aceitos como parceiros em mecanismos de cooperação”, o que poderia fragilizar algumas posições, já que é impossível ter controle absoluto sobre os movimentos futuros no espaço globalizado, no qual o princípio cooperativo se faz necessário.

Outra perspectiva relevante é a observância marxista das relações de poder entre Estados, concebendo as organizações internacionais como “arena de formação de coalizões entre potências capitalistas, como espaço de formação de hegemonia e reprodução das relações dominantes” (Idem), reconhecidamente marcadas pela divisão Norte/Sul global.

Em oposição à noção de que o espaço internacional caracteriza-se apenas pela disputa por poder, a perspectiva cosmopolita admite a “adoção de uma atitude normativa e uma preocupação com a emancipação da humanidade”, conforme as autoras. O fortalecimento da democracia ampliaria o conceito de cidadania, que tinha como base apenas o Estado-nação. Pela necessidade global de gerir problemas que extrapolam as fronteiras do Estado, como tráfico de drogas, pandemias, regulação de mercados, aquecimento global, deslocamentos humanos, entre outros, que envolvem a comunidade internacional, o conceito de cidadania cosmopolita torna-se relevante, tendo como premissa a ideia de valores e de ser humano universais.

Essa noção universalista desenhou-se a partir de movimentos filosóficos e religiosos ao longo da história de nossa civilização, desdobrando-se nos ideais iluministas. A partir daí, tensões entre sujeito local e global, ou seja, entre a cidadania nacional e universal, começam a ganhar nova dimensão, pois ao considerar os direitos universais inalienáveis, cujo poder soberano do Estado não poderia atingir nem negligenciar, a soberania estatal também é colocada em xeque.

Os “direitos do homem”, em sua dimensão universal, propagados pelos ideais iluministas de igualdade entre todos os indivíduos, prosseguem sua trajetória histórica e, em 1948, é proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Assembleia Geral da ONU. A partir dela, tratados, pactos e outras normativas ampliaram o escopo legal de forma a garantir os direitos humanos.

Segundo Herz, Hoffmann e Tabak (2015), “ainda que de difícil implementação, o arcabouço legal representa a presença de princípios cosmopolitas”, que convivem em permanente tensão com interesses e identidades particulares/locais.

Por fim, destacamos a perspectiva crítica pós-colonial. Embora as críticas voltem-se, principalmente, às operações de paz, a cada dia mais frequentes, consideramos relevante a reflexão de como essas operações inscrevem-se em padrões coloniais atualizados, que operam à luz de hierarquias e binarismos como “moderno e tradicional”, “ordem e desordem”, “progresso e subdesenvolvimento”, em que o Ocidente rico, desenvolvido, etnicamente branco, moderno e humanitário impõe sua ordem global enquanto valor universal. Acreditamos que tais críticas extrapolam as operações de paz e espraiam-se em outras direções e ações dessas organizações, como nos discursos e imagens que pretendem representar a população em deslocamento forçado.

Interessa-nos destacar que as perspectivas apresentadas não se pretendem exaustivas, mas apenas elucidativas dos dissensos e tensões que permeiam o campo de estudo das Organizações. A observância dessas variáveis nos será útil e contribuirá para a análise dos dados desta tese.

Antes de concluir esta seção, gostaríamos de retornar à DUDH que, ao conceber direitos fundamentais a toda pessoa humana, em sua dimensão internacional e universal, corrobora para o surgimento de outras normativas, na esteira desse ideário. Com objetivos específicos, o Estatuto do refugiado de 1951, nasce como uma resposta humanitária ao grande número de pessoas deslocadas no período pós-guerra. Em sua instituição, o marco temporal e espacial – “acontecimentos anteriores a 1º de janeiro de 1951” - delimita e define a quem a norma alcançava, ou seja, os deslocados da Europa pós-guerra, não atingindo pessoas de outros cantos do mundo. Apesar disso, alguns autores e teóricos acreditam na possibilidade de ampliação dessa interpretação, uma vez que os acontecimentos poderiam ter atingido outras pessoas além do continente europeu, deixando, pois, ao Estado a decisão sobre o alcance do termo.

Diante da imprecisão dessa definição e em decorrência de novos fluxos de pessoas em deslocamento forçado, o protocolo de 1967 e a Convenção de Cartagena, respectivamente, ampliam a definição de refugiado, extinguindo o anterior marco temporal:

*As pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984)*

Apesar da ampliação do conceito de refugiado ter ratificado os compromissos com os princípios dos direitos humanos, a ambiguidade da DUDH se mantém em razão de seu caráter não vinculador ou obrigatório por parte dos Estados que, no fim das contas, são os responsáveis pela governança e administração da população, inclusive aquela em situação de refúgio, tratada recorrentemente como ameaça à soberania e à segurança do Estado nacional.

### **3.2 Humanidade e governança humanitária**

Como visto, o Sistema ONU, entre outros objetivos, ocupa-se em garantir a cooperação entre as nações para a observância dos direitos humanos, através de “um regime internacional” composto por normativas e organizações com atuação em diferentes áreas. Sabemos que essa complexa estrutura internacional e intergovernamental, responsável pela salvaguarda dos direitos humanos, opera com o apoio dos Estados, tendo frágil poder para impor mudanças substantivas na ordem mundial. Entretanto, essas Organizações ou Agências possuem conhecimentos técnicos especializados em sua área de atuação e logram reconhecimento amplo na sociedade global, como é o caso do ACNUR, da OIM e do UNICEF, capazes de influenciar e modelar a opinião pública de modo a pressionar governos em determinadas situações humanitárias. A fim de minimizar a disputa e o confronto político, apresentam-se apolíticas e têm como princípio a neutralidade. Para tal posicionamento, ancoram-se em discursos humanitários, baseados em uma moral universal. Nas palavras de Ferreira (2017) “os princípios que animam o movimento Humanitário integram as ideias de universalidade dos Direitos Humanos difundidas nos séculos XIX e XX. ”

Embora reconhecendo a relevância da ONU e de suas agências, seus fundos e programas como mantenedores das relações entre Estados nacionais e sua ampla atuação na proteção de vulneráveis em situações de guerras, entre outras emergências, poderíamos nos questionar até que ponto sua fundação e existência deflagram a espúria humanidade da qual fazemos parte. Sua fundação, bem como

a DUDH, surge em decorrência de episódio devastador, cometido dentro dessa abstração denominada “humanidade”, em que alguns matam ou aniquilam outros através de guerras e/ou políticas covardes e excludentes. Parece não haver uma singular e universal humanidade tal qual todo o sistema e os direitos humanos procuram reivindicar, mesmo porque, se realmente houvesse, sua reivindicação seria desnecessária. Na verdade, os direitos humanos supostamente constroem humanos (Douzinas, 2007), que inexoravelmente são diversos, singulares e dinâmicos.

É preciso lembrar que os direitos humanos sacralizam uma visão eurocêntrica de humanidade, que rechaça a diferença e institui sua lógica moralizante. Costumeiramente, apagam a diversidade e substituem a singularidade humana por modelos idealizados “fundamentalmente ideológicos, particulares e não universalizáveis” (Pussetti, 2021).

Arendt, em seu livro *Origens do totalitarismo* ([1951] 2012), quando discute o *Declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do homem*, já apontava para o paradoxo contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos por ter como referência “um ser humano “abstrato”, que não existia em parte alguma” a não ser aquele inserido e diluído como “membro de um povo”, cuja cidadania lhe seria devida. Entretanto um homem, afastado de suas origens, de seu lar e sem pertencimento a uma comunidade nacional e política, torna-se vulnerável ao perder seus vínculos, sendo arrastado para fora da humanidade<sup>11</sup>. Segundo a autora “Como a humanidade, desde a Revolução Francesa, era concebida à margem de uma família de nações, tornou-se gradualmente evidente que o povo, e não o indivíduo, representava a imagem do homem”. Contudo, parece-nos que o conceito de povo também não dá conta desse espírito universalizante, já que perceptíveis são as diferenças morfológicas que acentuam a pluralidade, jamais a uniformidade. O intelectual estadunidense de origem paquistanesa, Asad Haider (2019), cita em seu livro o filósofo Étienne Balibar para referendar o significante “povo” em suas duas acepções. Assim ele diz:

---

<sup>11</sup> Focamos na questão do indivíduo em situação de refúgio, mas essa expulsão da humanidade não o circunscreve apenas. Mulheres, transexuais, negros, favelados, empobrecidos e tantos outros adensam essa população dos excluídos do modelo universal e hegemônico de humanidade, mantendo-se a contradição: humanos não reconhecidos como humanos.

O primeiro sentido de “povo” internaliza a fronteira nacional(...)é um sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginária(...) mas que na realidade consiste de populações heterogêneas colocadas juntas pela migração e pelo deslocamento – uma pluralidade suprimida pela fantasia de uma essência racial unitária. O segundo sentido é o político, o que parece estar em nossa Declaração dos direitos dos cidadãos. Destinada (*ou deveria*) a ser aplicada independentemente da identidade. (*Inclusão nossa*)

Para Arendt, os Direitos inalienáveis do Homem são inexecutáveis e mostram-se frágeis em relação às diásporas, que, ao perderem sua comunidade, perdem também o “direito a ter direito”. Suas vidas expostas à nudez, privadas de humanidade, sobrevivem pela caridade e não por direitos. Ainda destaca que quanto mais o ser é “demasiada ou simplesmente humano” maior o risco de ser considerado inferior e descartável, levando-a à conclusão de que “a própria expressão “Direitos Humanos” tornou-se para todos os interessados – vítimas, opressores e espectadores – uma prova de idealismo fútil ou de tonta e leviana hipocrisia”.

As palavras da autora ainda ecoam e o paradoxo em questão permanece, já que a tensão entre o particular e o universal parece difícil de ser ultrapassada. Como Butler (2000) descreve, em diálogo com as ideias hegelianas, “Embora a princípio a universalidade denotasse aquilo que é autoidêntico a todos os seres humanos, ela perde essa autoidentidade como consequência de sua recusa em acomodar todos os humanos dentro de seu alcance”, mas ressalta que a “universalidade pertence a uma luta hegemônica aberta”. Diante disso, a DUDH, marco civilizatório importante na política ocidental, tendo como um de seus objetivos restringir o poder soberano do Estado, ainda se realiza de forma residual, destinando-se a certas vidas e não a outras, por ação ou omissão do Estado-nação no exercício de seu poder. Estando a “vida”, como bem inalienável, normatizada no artigo 3º da DUDH – “**Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal**” – podemos nos perguntar: quem está inserido nesse **todo**? A que tipo ou qualidade de vida se vincula? O aniquilamento e a segregação de vidas em razão de guerras e conflitos gestados por sentimentos nacionalistas de segurança, mas, sobretudo, impulsionados pela manutenção do ou luta pelo poder político, territorial, econômico e cultural, produzem continuamente o esfacelamento e a desumanização de considerável parte da humanidade.

Diante desse continuum de violências, além do aumento das instabilidades ambientais em nossa história mais recente, corpos insurgentes cruzam fronteiras em busca de sobrevivência. A luta pela vida torna-se a resistência desses corpos. Corpos que diferem em tons, línguas e credos e que, por isso mesmo, precisam ser apartados, alocados e controlados em subestações de provisoriedade da vida à espera do aceite do país receptor. Entre o horror e a compaixão, esses corpos materializam a *vida nua*, nas palavras de Agamben (2007), que se opõe à *bios*, vida fundada ou mantida dentro dos padrões político-normativos, ou seja, vida politicamente qualificada. Para o autor, a biopolítica (Foucault, 2008) ocidental, opera sistematicamente a exclusão inclusiva na forma de *vida nua*. Em outras palavras, o biopoder captura a vida natural e biológica do ser vivo através de dispositivos (estratégias, práticas e discursos) que a contabilizam, modelam, regulam e controlam. Com isso, institui, simultaneamente, tanto um processo de individualização da vida categorizada e disciplinada, como o de sua coletivização por meio da construção da ideia genérica de população, ou seja, “a ‘dupla constrição’ política que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno” (Foucault, 2008).

Como se depreende, a vida da população ascende ao centro do projeto político de poder, cujas técnicas de disciplina, governança e segurança promoveriam a *vida dócil*, saudável e produtiva. Paradoxalmente, esse poder que se institui e pactua em favor da vida é o mesmo que, nas sociedades contemporâneas, produz “os excedentes”, aqueles que representam ameaça ou desvio às normatizações e regulações impostas, tornando-os “descartáveis e matáveis”. Portanto, à sombra da *política da vida* está inserida a *política da morte*, que o autor identifica como “racismo de estado”.

Mbembe (2016) reintroduz o termo necropolítica para denominar essa política da morte já presente na teoria foucaultiana, porém sob um viés diferente. Importante destacar o distanciamento temporal e o lugar de onde os filósofos elaboram suas teorias. Enquanto Foucault pensa a Europa a partir de mudanças históricas ocorridas naquele espaço, que levaram à reorganização das relações e estruturas do poder, o autor camaronês estrutura seu pensamento tomando por base o processo de colonização exercido pela Europa historicamente, realizando uma virada epistemológica importante. Não é nosso objetivo aprofundar aproximações ou distanciamentos entre os autores, mas nos parece necessário adotar o

posicionamento de um autor que pensa as estruturas de poder postas em ação em países colonizados, como é o caso do Brasil, inserido no bloco geopolítico do Terceiro Mundo, sendo, inclusive, o lugar de enunciação desta pesquisa.

Para Mbembe (2016), a biopolítica não consegue mais explicar as guerras e conflitos na contemporaneidade, principalmente nos países subalternizados e empobrecidos. Hoje a contabilização feita é a de corpos abandonados à própria sorte pelo Estado soberano, já que, em muitos espaços, não responde mais sozinho pelo “direito de matar”<sup>12</sup>. Para o autor:

Este novo momento é o da mobilidade global. Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o único monopólio dos Estados, e o “exército regular” já não é o único meio de executar essas funções [...] Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar.

Em espaços empobrecidos, onde a violência e a morte ocorrem mais acirradamente através de coerção e opressão de vidas “precarizadas”, em que a estrutura corrompida atinge instituições, onde investimento em políticas públicas são recorrentemente sucateadas e, em decorrência disso, muitos deslocamentos humanos ocorrem, a necropolítica está posta. Embora não seja o foco desta pesquisa discutir as causas históricas que produzem as desigualdades econômicas que permeiam as sociedades e desestabilizam a geopolítica, essa questão não é externa à discussão, já que o capital determina quem dita as regras do jogo e quem fica fora dele. Como reitera Silvio Luiz de Almeida, advogado, filósofo, professor e atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, prefaciando o livro de Asad Haider, “todo movimento emancipatório da humanidade precisa assumir uma luta anticapitalista”.

Se a política da morte se impõe globalmente, como pensar o direito à vida? Em diálogo com Agamben, a filósofa Judith Butler (2011, 2018) nos diz:

A guerra procura negar as formas irrefutáveis e contínuas de que todos estamos submetidos uns aos outros, vulneráveis à destruição pelo outro e necessitados de proteção mediante acordos globais e multilaterais baseados no reconhecimento de uma precariedade compartilhada (2018).

---

<sup>12</sup> Esse fato também foi se constituindo à medida que armas nucleares colocariam em questão a própria humanidade. No entanto, assistimos à longa e recente guerra entre Ucrânia e Rússia, nos padrões das guerras modernas, centrada na disputa territorial e por soberania nacional.

Apesar da precariedade comum, decorrente da interdependência humana, Butler (2011) aponta, no decorrer de seu texto, para a distribuição desigual de valoração de determinadas vidas, produzindo o que denomina *vida precária*, ou seja, a vida desumanizada e segregada (*vida nua*)<sup>13</sup> dos direitos a partir de mecanismos engendrados pelo poder político e soberano do (s) Estado (s). Mesmo considerando a existência de uma precariedade comum, há vidas que estão mais expostas à violência e à escassez que outras. Para ela, a distribuição do luto também estaria em disputa política, uma vez que determinadas vidas, ao perderem o direito ao enlutamento público, não existiram como vidas “vivíveis”<sup>14</sup>. Se não há reconhecimento público, a vida inexistirá, logo, não será chorada nem contada como vida.

E o que possibilitaria, então, o reconhecimento de uma vida? Respondendo a essa pergunta, Butler (2018) recorre à política da visualidade, responsável pela imperatividade de *ser visto e de como ser visto*. Argumenta a autora que a forma como certos indivíduos ou grupos são representados e enquadrados discursivamente, principalmente pela representação midiática em situações de guerras e conflitos, determinaria sua humanização ou desumanização (o dilema da representação será aprofundado na próxima seção). Isso explica porque algumas mortes provocam a indignação e comoção enquanto outras não. Para a autora, ao que essa pesquisa também se alinha, o sujeito só existe em dimensão relacional, em interação com o (s) “Outro (s)”. O reconhecimento torna-se ato constitutivo de vinculação ética com a alteridade e, na ausência desta, haveria rejeição a partir da desidentificação, o que pode levar ao desejo de matar, mesmo que simbolicamente,

---

<sup>13</sup> Importante destacar que, após o 11 de setembro, a filósofa Judith Butler adentra mais profundamente a filosofia política. Em interlocução permanente com Hanna Arendt, Foucault, Agamben, entre outros, constrói sua teoria a partir de aproximações e afastamentos. Embora o conceito de *vida precária* aproxime-se do de *vida nua* de Agamben, é preciso destacar dois pontos de disjunção entre esses conceitos. Para Butler, a *vida nua*, tal qual descrita por Agamben, não leva em consideração o controle e a regulação dispendidos pelos aparatos de poder na gestão desses corpos precarizados, portanto, seriam corpos saturados de poder e não vazios politicamente, fadados à exclusão da polis. Butler discorda dessa posição essencializante e vai além ao considerar que a vulnerabilidade pode ser pensada como forma de resistência desses corpos.

<sup>14</sup> A tese de doutorado da profª Etyelle Pinheiro de Araújo, defendida em 2022 na Puc-Rio, “*Cada luto, uma luta: narrativas e resistência de mães contra a violência policial*”, apresenta o movimento coletivo de mães de jovens negros de favelas e periferias mortos em razão dos vários conflitos policiais nesses espaços urbanos economicamente precarizados. As narrativas de sofrimento dessas mães as ajudam a elaborar suas perdas, mas, principalmente, ao ocuparem os espaços públicos, reivindicam o direito ao enlutamento e à existência de seus filhos como vidas pranteáveis.

através da indiferença. O reconhecimento mútuo ocorre na assimetria e na tensão das relações sociais. Seu reconhecimento precisa ser público para contar como vida. Seu sofrimento precisa ser narrado e exposto a fim de interpelar o “Outro” em busca de uma ética da responsabilidade<sup>15</sup> e da não violência (Lévinas, 1999) para que a aporia arendtiana do “direito a ter direito” possa ser diluída.

A partir da premissa proposta por Butler (2018) sobre a importância do reconhecimento público para que certas vidas contem efetivamente como vidas, como se pode pensar as narrativas e representação da população em deslocamento ao ingressarem em um novo país? A que tipo de reconhecimento se vinculam? Para que haja o consentimento de asilo ou refúgio, é necessário que o indivíduo conte e reconte sua história, expondo dores, traumas, perdas, enfim, sofrimentos. E em total sujeição ao poder da política migratória do Estado e de organizações humanitárias, esses sujeitos e suas narrativas são avaliados quanto ao preenchimento de critérios exigidos pela legislação, à revelia de todo sofrimento rasgado na própria carne. Sua tragédia é seu mérito e sua esperança.

Com base em seus estudos na França, um sobre a distribuição de subsídios para quem procura emprego e outro sobre a legalização de imigrantes indocumentados por razões humanitárias, o antropólogo Didier Fassin<sup>16</sup> (2003) apresenta reflexões importantes acerca do uso político do corpo. Ele diz:

O corpo, doente ou sofredor, é dotado, nestas situações, de uma espécie de reconhecimento social que, em última instância, tenta afirmá-lo *quando todos os outros fundamentos de legitimidade parecem esgotados (tradução e grifos nossos)*.

Como fica evidente, o acesso ao direito não se dá pelo reconhecimento da vida humana abstrata, mas, como denominado por Fassin, pela “biolegitimidade” (Idem). Seu intento é demonstrar “uma economia moral da ilegitimidade em que,

---

<sup>15</sup> Em seu livro “Quadros de Guerra” (tradução, 2018), Butler faz uma crítica à nova dimensão discursiva que vem se impondo à noção de responsabilidade - responsabilização, a partir de uma lógica neoliberal de produção de indivíduos autossuficientes. A partir dessa resignificação, a autora tece um longo questionamento sobre o princípio da responsabilidade, inclusive chama nossa atenção para o perigo de uma responsabilidade global, caracterizada pela imposição de uma cultura dominante sobre outra, sem a observância do princípio democrático. Nosso uso aqui limita-se ao princípio geral de uma ética estatal e internacional humanizada e responsável politicamente.

<sup>16</sup> Os trabalhos analíticos do autor circunscrevem-se a partir de sua observação e participação de campo, voltados para a etnografia das vidas apartadas, deslocadas e precarizadas. Embora o autor traga suas críticas à estrutura assistencial francesa e ao *modus operandi* da governança humanitária, essa prática extrapola as dimensões espaço-temporais e apresenta ressonâncias na forma de gerir as populações precarizadas em outros países, como aqui no Brasil.

submissos às relações de poder, esses sujeitos passam a utilizar seus corpos como fonte de direitos” (Idem), sublinhando o uso político do corpo precário. O reconhecimento social nesse contexto se realiza pela performatividade de corpos e narrativas perante a administração do Estado, para que seu direito à vida seja legitimado. Contraditoriamente, quanto mais doente, quanto mais trágica e desgraçada é a vida mais chances de ser reconhecida e, portanto, merecedora da validação generosa do Estado. E, na lida com os mecanismos de exclusão inclusiva (Agamben, 2007) do poder estatal, corpos despojados resistem em luta por sobrevivência.

Mas cabe a pergunta: que tipo de humanidade existiria nesse corpo que se expõe doente e sofrido? Que reconhecimento é esse que concede acesso a um direito também precário, condicionado e condicionante? Claramente, esse reconhecimento enquadra dois tipos de sujeitos: a vítima e o salvador, estabelecendo e mantendo as assimetrias e hierarquias na humanidade. Como ele adverte, “o direito à vida está sendo deslocado da esfera política para a da compaixão” (2014).

A exibição da comiserção, então, substitui o reconhecimento de um direito. A biopolítica do asilo deve ser entendida como a substituição de uma ordem social fundada na “obrigação” por uma ordem social fundada na “solidariedade”. O reconhecimento do status de refugiado por nações europeias torna-se um ato de generosidade por parte da comunidade nacional frente ao “estranho que sofre” (Butt, 2002), em vez de o cumprimento de uma dívida política frente a “cidadãos da humanidade” (Malkki, 1994) (*tradução nossa*)

A esse modelo de governabilidade, centrado na implementação de sentimentos morais na política de gestão de indivíduos vulnerabilizados<sup>17</sup> e tidos como indesejáveis, Fassin denomina *governança humanitária* cuja “combinação particular de políticas de ordem e políticas do sofrimento” promoveriam a “segurança de poucos na *polis*, enquanto o tratamento compassivo no “campo” ou nas fronteiras humanitárias é assegurado a outros que encarnam a vida no limite da humanidade e na ambivalência de sentidos: vítima inocente/ bárbaro perigoso.

A sua vida é agora uma dádiva que lhes foi dada por um generoso gesto de soberania - uma dádiva rara, escassa e excepcional. Como consequência, devem manter-se ligados ao soberano como aquilo que confessaram e se comprometeram a ser: vítimas inocentes e impotentes (Souza, 2020).

---

<sup>17</sup> Optamos pelo uso do termo “vulnerabilizados” por ele ser o resultado de uma condição político-social injusta e desigual que atua em determinadas populações mais expostas ao perigo, em oposição à vulneráveis, condição humana compartilhada.

Essa dicotômica essencialização sequestra e aniquila a subjetivação do indivíduo, produzindo estigmas difíceis de ultrapassar e que, muitas vezes, podem flutuar nos pares da dicotomia, já que a interpretação vincula-se a avaliações de natureza moral do agente julgador e aos enquadramentos dados às questões do refúgio. Como aponta Fassin (2012):

Da mesma forma, “humanitário” deve ser tomado em um sentido amplo, conotando ambas as dimensões englobadas pelo conceito de humanidade: por um lado, a generalidade dos seres humanos que compartilham uma condição semelhante (humanidade) e, por outro lado, um movimento afetivo atraindo os humanos para seus semelhantes (humanidade). A primeira dimensão fundamenta uma reivindicação de direitos e uma expectativa de universalidade; a segunda cria a obrigação de prestar assistência e atenção aos outros: mais uma vez encontramos a articulação entre razão e emoção que define os sentimentos morais. Assim, o conceito de governo humanitário vai além das definições usuais que o restringem a intervenções de ajuda no Terceiro Mundo e corresponde mimeticamente à imagem apresentada por organizações que se autodenominam humanitárias. De fato, o humanitarismo tornou-se uma linguagem que liga indissolavelmente valores e afetos, e serve tanto para definir quanto para justificar discursos e práticas de governo dos seres humanos. *(Tradução nossa)*

O autor não nega nem desmerece a importância da ação humanitária em diversos contextos, mas reflete sobre a ascensão do “humanitarismo” como linguagem e governabilidade ambivalentes. Sua crítica concentra-se em:

[...] uma determinada forma de cinismo quando é empregada a linguagem dos sentimentos morais ao mesmo tempo em que são implementadas políticas que aumentam a desigualdade social, medidas que restringem os direitos das populações imigrantes ou realizam operações militares com objetivos essencialmente geoestratégicos [...] Nessa visão, a linguagem do humanitarismo não passaria de uma cortina de fumaça que joga com o sentimento para impor a lei do mercado e a brutalidade da realpolitik. *(Tradução nossa)*

É na contradição do governo humanitário que violências e desigualdades são construídas através de dispositivos que segregam a humanidade em humanos e sub-humanos. A biolegitimidade reconhece no corpo doente e sofrido o direito à sobrevivência, mas sempre de forma seletiva, insuficiente e desumanamente precarizada. “O sujeito de direitos imaginado e desejado pelas revoluções modernas cede lugar ao humano como vivente, como mera vida biológica” (Souza, 2020). Do fechamento de fronteiras à implementação de políticas restritivas e humilhantes, segue a necropolítica em direção ao extermínio de enormes populações em

deslocamento forçado, assim como de todos os empobrecidos ou deixados nas bordas do tecido social global.

Essa história em andamento não é sobre piedade ou compaixão, mas desigualdade e, sobretudo, resistência. Aprisioná-los em uma moldura vitimizante e submissa a reboque das dores e sofrimentos a eles imputadas é negar-lhes a capacidade de agência e insurgência, afinal, os direitos precisam gozar de universalidade concreta. Como destaca Heider (2019), “a universalidade dos direitos “recusa congelar os oprimidos num status de vítimas que necessitam de proteção.”

É necessário resistir, construir novas estratégias para a viabilização da vida humana indiscriminadamente, acreditar na potência do que ainda não é, mas pode vir a ser. Para Agamben (2015) o refugiado é uma “categoria na qual é hoje permitido entrever as formas e os limites de uma comunidade política por vir”. Optando por uma interpretação otimista das formas e limites vindouros, talvez sua reflexão aponte para a desterritorialização, permeabilidade nas fronteiras, inclusão e convivência entre diferentes, enfim, a extirpação, ou pelo menos o abrandamento, de contingenciamentos, preconceitos e opressões, reconhecendo na interdependência humana a inescapável vulnerabilidade da vida, como referendada por Butler.

Seguindo ainda os passos da autora, que pensa o corpo não apenas como mera superfície onde são inscritos significados histórico-sociais, mas, sobretudo, possibilidade real de resistência e transgressão àquilo que é normatizado:

O poder não é estável ou estático, mas refeito em vários momentos da vida cotidiana; [...] Além disso, a transformação social ocorre não apenas pela mobilização de massas em favor de uma causa, mas precisamente pelas formas como as relações sociais cotidianas são rearticuladas e novos horizontes conceituais abertos por práticas anômalas ou subversivas. (Butler, 2000 – *tradução nossa*)

Como evidenciado por Butler, é nas práticas sociais cotidianas que o poder pode ser desestabilizado e subvertido, produzindo novas e possíveis inteligibilidades acerca do humano – eu e o outro – que não se constitui como ser vazio ou abstrato, pelo contrário, é na materialidade corpórea que a vida se realiza. E mesmo quando são escassas as infraestruturas necessárias para que ela aconteça, “teimosamente” persiste. Se o caráter universal da vida permanece como “promessa ainda não realizada” (Butler, 2000), já que há vidas reconhecíveis e

outras não, significa dizer que “o *'ainda não'* é próprio de uma compreensão do universal: aquilo que permanece *'irrealizado'* pelo universal o constitui essencialmente” (Idem). Portanto, é nessa irrealização que se concentra a força da mudança, somente possível pela resistência coletiva. Para Butler, é necessário apostar no deslocamento de significados e pensar a vulnerabilidade como ação política na esfera pública.

Na próxima seção, discutiremos os processos de aparição e representação do sofrimento de vidas “precarizadas”.

### 3.3 Imagens humanitárias: a dor alheia

Tratando esta pesquisa da análise de vídeos de campanhas humanitárias de crianças em movimento, propomos nesta seção uma reflexão sobre a circulação de imagens-limite de dor e sofrimento alheio, não circunscrita apenas à infância, mas certamente intercambiável. Em consonância com reflexões de alguns autores sobre tais imagens, a tentativa aqui é expandir nossa compreensão imagético-discursiva e ampliar nosso campo interpretativo. Acreditamos que imagens, dispositivos inseridos na dinâmica sócio-política, não são isentas. Isso quer dizer que reiteram, constroem ou modificam discursos que circulam na sociedade.

Sem dúvida, cada vez mais imagens trafegam em nosso mundo contemporâneo em diversos suportes e para fins variados. Como Sontag (1977) destaca, uma sociedade se torna moderna “quando uma de suas principais atividades é produzir e consumir imagens”, consagrada na máxima “*uma imagem fala mais que mil palavras*”. E realmente fala; constrói discursos e narrativas acerca de temas recorrentes na sociedade, além de ferramenta estratégica para impulsionar o consumo. Em razão da expansão tecnológica, sua produção e circulação tornaram-se ainda mais velozes, alcançando visualidades sem precedentes em nossas práticas sociais, tanto em âmbito privado como público, inclusive borrando as fronteiras entre esses polos.

Importa-nos pensar nas imagens que se tornam públicas, especialmente aquelas que referendam as grandes tragédias humanas, como guerras, miséria, fome, deslocamentos, enfim, todo tipo de violência e precariedade. Mas por que grandes tragédias precisam ser referendadas em imagens que chocam? Até que ponto sua circulação é importante? Por que importa comunicar o sofrimento?

A aparição e circulação de imagens da *dor alheia distante* não é um privilégio, se é que devemos usar essa palavra, dos dias atuais. Desde que as câmeras foram inventadas (1839) passaram a ser consideradas “o olho da história” (Sontag, 2003) e as imagens, representações inquestionáveis da realidade, como não poderia ser até então na arte da pintura. No entanto, sabemos que muitas manipulações e montagens subjazem em imagens clássicas de conflitos violentos que marcaram a história da humanidade, sendo ainda uma prática recorrente em determinadas áreas que as utilizam como marketing, propaganda e “arte de consumo”.

Em seu livro *Diante da dor dos outros* (2003), Susan Sontag recupera diversas imagens emblemáticas na historiografia da guerra, reconstruindo seus percursos e desvios no processo de construção e uso social. À época do surgimento da fotografia, acreditava-se no papel pedagógico da imagem implacável e violenta da guerra como forma de trazer à consciência dos que estavam distantes toda a brutalidade e inumanidade dela decorrente, pois “se o horror pudesse ser apresentado de forma bastante nítida, a maioria das pessoas finalmente apreenderia toda a indignidade e a insanidade da guerra”, diz Sontag (Idem). Por outro lado, imagens de guerra muitas vezes estiveram a serviço do alto comando militar dos Estados dominantes combatentes, que ditavam (e ainda ditam) aquilo que podia ou não ser comunicado. Inclusive, o cuidado dado à exposição degradada dos rostos e corpos dos soldados combatentes era desigual. Enquanto aos soldados do exército vitorioso era dado um tratamento honroso, evitando a nua e crua imagem devastadora, o mesmo não ocorria com o inimigo ou adversário.

A esse respeito, Butler, em seu livro *Quadros de guerra* (2018), discute a política da visualidade - ser visto - e os enquadramentos - como ser visto. A forma como certas vidas são enquadradas, favorecem tanto à humanização desses corpos como à sua desumanização, regulando o que conta como vida ou não, havendo, portanto, uma distribuição desigual de visualidade. A autora, como já tratado na seção anterior, acredita que uma vida só tem existência a partir do seu reconhecimento público, podendo ser a imagem um desses momentos, mas não o único, em que demandas políticas poderiam ser reivindicadas. Para Butler, é justamente na regulação da aparição e nas formas de representação, bem como no direito ao luto, que consiste a existência ou não de uma vida. Ambas as autoras, Butler e Sontag, e aqui também poderíamos incluir Chouliaraki, discutem as imagens de sofrimento e desalentos humanos, por caminhos distintos, mas todas

convergem quanto à responsabilidade da mídia ao que é comunicado. Os enquadramentos dados a certas populações constroem e reforçam sentidos – humano/inumano; amigo/inimigo; vítima/ameaça – e contribuem ora para reiteração de discursos preconceituosos que levam à indiferença ou até mesmo à inexistência de certas vidas e certas mortes ora à compaixão inerte, incapaz de subverter ou eliminar as mazelas do mundo.

A grande e conflituosa questão que se impõe à representação e circulação de imagens de dor e sofrimento é: será possível representá-la? Sontag, em seu livro *Sobre fotografia* (1977), já oscilava entre a “celebração e o ceticismo das imagens fotográficas em relação ao sofrimento alheio”, aspecto também evidenciado por Lage (2019), que em seu artigo expõe as tensões e contradições produzidas pelas imagens fotográficas na regulação da comoção. Segundo Lage (Idem), “o que Sontag denuncia é precisamente uma espécie de “analgésia sensorial”, uma atrofia de nossa capacidade de reagir compassivamente às imagens dolorosas”. Tensiona a possibilidade de o espectador sentir-se convidado a refletir sobre as atrocidades humanas, a olhar com atenção para outras vidas, retirando-lhe do cômodo lugar do desconhecimento e da inocência, mesmo havendo sempre a possibilidade de fechar seus olhos ou virar a página, assumindo, assim, sua impotência. Para Sontag (2003), “somos todos voyeurs, querendo ou não”, seja pelo desejo de se confrontar com imagens dolorosas e vencer a fraqueza e a repulsa pela curiosidade ou pelo prazer que certas cenas invocam, seja pela confirmação e alívio de que “isto não está acontecendo comigo” ou “não está acontecendo aqui”. Ainda assim, existe o choque, a comoção e por vezes a culpa.

Algumas imagens se constituíram como símbolos de certas tragédias, a despeito de sua produção, como crianças vietnamitas correndo por uma estrada após a explosão de uma bomba na aldeia em que moravam (1972) ou o corpo do menino Alan Kurdi (2015) encontrado morto em uma praia na Grécia, após a travessia do Mediterrâneo. Imagens tão dolorosas que foram capazes, cada uma à sua época, de mobilizar a opinião pública para protestos contra aquelas atrocidades. Com certeza, a aparição de certas imagens traz para o debate público questões importantes, mas a vergonha, comoção e indignação não se sustentam por muito tempo. Choramos por Alan. Seu enlutamento público traduz-se no reconhecimento de sua existência. Mas quantas outras crianças não tiveram o mesmo reconhecimento? Como sabemos, uma imagem é sempre o resultado de uma escolha e de um

enquadramento, o que sugere desigualdade na distribuição tanto da vida como da morte de certos corpos (Butler, 2018).

Helen Berents (2019) utiliza em seu artigo o termo *telegenia* para se referir a imagens de crianças mortas que vêm circulando mais recentemente e como crianças são “particularmente adequadas para viralidade e status icônico”. Enquanto são apresentadas como vítimas inocentes e descontextualizadas, seus corpos se tornam politizados.

Através do status icônico e dos apelos a noções universalizantes de luto das crianças, a imagem de seus cadáveres pode ser entendida como ‘telegênica’. No entanto, os enquadramentos que permitem que certas mortes de crianças sejam vistas são baseados e embutidos em normas de relações de poder global desiguais. Esses enquadramentos racializados e coloniais nos movem entre o “nós” de uma comunidade política, de uma vida passível de luto, e o Outro que pode ser visto e fotografado na morte. Cadáveres de crianças complicam a compreensão do luto, suas mortes telegênicas podem ser retuitadas e compartilhadas, mas ainda estão saturados de noções de poder e privilégio. Desempacotar essas normas torna visíveis os enquadramentos que permitem que essas crianças representem uma compreensão mais ampla de conflito e desastre. *(Tradução nossa)*

Há dois aspectos importantes levantados por Berents nessa passagem. O primeiro seria a semelhança de Alan Kurdi com o fenótipo de crianças ocidentais, fato que pode justificar a viralização de sua imagem, ou seja, a imagem do corpo morto de Alan o introduziu no “nós” de uma comunidade, entrevendo um aspecto político-racial imbricado na regulação da aparição, circulação e alta comoção produzida por sua imagem. Embora a morte de crianças seja por si só reconhecidamente injusta e compassiva, ainda assim há uma distribuição desigual de visibilidade e compaixão públicas. Algumas tornam-se mais emblemáticas, visíveis e enlutadas, outras nem chegam realmente a existir, permanecendo obscurecidas pelo exotismo ou pelo resultado de enquadramentos desumanizantes. Como argumentou Peter Bouckaert, diretor de emergências da Human Rights Watch, "Na semana anterior, dezenas de crianças africanas foram fotografadas e não houve o mesmo impacto. Há algum etnocentrismo [na] reação a essa imagem, certamente."<sup>18</sup> *(Tradução nossa)*

O outro aspecto destacado pela autora é que, mesmo na comoção pública diante da tragédia de Alan, há um “outro”, um corpo que pode ser visto e

---

<sup>18</sup> Citação retirada do artigo de Oliver Laurent, editor do Lightbox da Time, autor citado no artigo de Helen Berents “*What Aylan Kurdi's image says about the power of photography*” (2015). Disponível em <http://time.com/4022765/aylan-kurdi-photo/>. Acessado em 21 de maio de 2023.

fotografado em sua morte. Será que todos que tuitaram ou publicaram a morte da criança pensaram no sentimento da família? Tuitariam o corpo morto de um filho ou parente? São questões éticas que permeiam o dilema da representação de pessoas, sejam crianças ou não, tanto em sua morte como em sua vida de dor ou miséria. A aparição ou a ocultação de certos corpos, permanece uma escolha difícil. Como salienta Sontag, “o conflito de interesses entre objetividade e subjetividade, entre demonstração e suposição, é insolúvel”. Também Lage e Katlau Filho (2018) destacam em seu belo artigo sobre imagens artísticas de rostos humanos que:

Exposição e desaparecimento, visibilidade e obscurecimento, representação e oclusão... Dilemas contemporâneos cujo pano de fundo é, sobretudo, estético e político. São conflitos travados nos mais diversos processos de sociabilidade, a partir de diferentes práticas: comunicacionais, midiáticas, artísticas...

Talvez possamos recorrer a Rancière aqui, apesar de suas reflexões estarem voltadas à produção artística, mais especificamente, à arte política. De todo modo, acreditamos que os questionamentos propostos pelo autor, na abertura de um dos textos que compõe seu livro “*O espectador emancipado*” (2014), iluminem nossa discussão: “O que torna uma imagem intolerável? Será tolerável criar tais imagens ou propô-las à visão alheia?”

Bom, Rancière não acredita que uma imagem tenha o poder de promover engajamento político a uma causa, ou pelo menos será sempre indecidível. Para ele, o simples fato de olhar uma imagem que denuncia a realidade de um sistema já é ser cúmplice desse sistema. Sua crítica a um certo tipo de imagem militante é que sua denúncia opera dentro do mesmo sistema que produz aquilo que se propõe denunciar, ou seja, uma sociedade do espetáculo em que tudo é transformado em mercadoria para consumo, projetando a intenção do artista e já prevendo o efeito no espectador (recepção).

E Rancière se pergunta: “acaso não seria preciso abolir as imagens, mergulhar a tela no preto, a fim de convocar à ação, única capaz de opor-se à mentira do espetáculo?” Segundo a crítica tradicional, o excesso de imagens a que estamos todos submetidos, passivos consumidores de mercadorias, seria a razão para a banalização do intolerável, hipótese a que o autor não adere. Para ele:

Não vemos corpos demais a sofrer na tela. Mas vemos corpos demais sem nome, corpos demais incapazes de nos devolver o olhar que lhes dirigimos, corpos que são

objeto de palavra sem terem a palavra. O sistema de Informação não funciona pelo excesso de imagens, funciona selecionando seres que falam e raciocinam, que são capazes de "descriptar" a vaga de informações referentes às multidões anônimas. A política dessas imagens consiste em nos ensinar que não é qualquer um que é capaz de ver e falar. E essa lição é confirmada de maneira prosaica pelos que pretendem criticar a inundação das imagens pela televisão.

Rancière acredita que o ceticismo atual foi estabelecido por uma certa conexão entre percepção, emoção, compreensão e ação. “As imagens da arte não são armas de combate”, o que elas podem é reconfigurar “o visível, o dizível e o pensável” para engendrar novas possibilidades de vidas, sem que se tenha, com isso, que antecipar seu sentido e seu efeito. Isso é o espectador quem decidirá. Para ele, o problema não é apresentar a vítima de uma violência, mas:

Está na construção da vítima como elemento de certa distribuição do visível. Uma imagem nunca está sozinha. Pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem. A questão é saber o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca.

Ele apresenta como resistência a esse processo embrutecedor, entre outras, a imagem da artista Sophie Ristelhueber que, ao invés de mirar sua lente para o muro que separa Israel da Cisjordânia, escolhe, numa tomada aérea, a pequenez dos fragmentos de rochas que compõe pequenas barreiras em estradas palestinas. Ao serem tomadas a distância, misturam-se à paisagem rural idílica. O que o autor destaca nessa imagem é a opção feita pela artista em não focar “o emblema da guerra, mas as feridas e cicatrizes que ela deixa no território”, deslocando e embaralhando, assim, “o afeto já surrado da indignação por outros sentimentos mais discretos, até mesmo curiosidade em ver mais de perto”. E reafirma que esse deslocamento “aponta para outra política do sensível, política baseada na variação da distância, na resistência do visível e na indecidibilidade do efeito”. Par a par com a resistência, Rancière apresenta a metonímia, considerada por ele como figura política por excelência. A metonímia provoca um deslocamento do sensível na representação e tensiona nossa percepção, ao apresentar o efeito pela causa ou a parte pelo todo.

Portanto, sua reflexão não nos aponta uma recusa à “imagem intolerável”; a questão é como ver ou lidar com ela e saber dentro de que dispositivo sensível<sup>19</sup> é

---

<sup>19</sup> Rancière nos oferece em seu texto uma explicação para o termo “dispositivo sensível”. “Aquilo que chamamos imagem é um elemento num dispositivo que cria certo senso de realidade, certo senso

apresentada. Assim, a imagem será liberta para que possa criar novas formas de subjetivação política e, com isso, diferentes horizontes de vidas possíveis.

Para finalizar, consideramos importante costurar algumas aproximações entre os autores. Rancière e Butler, apesar de cada um construir seus conhecimentos e reflexões a partir de suas áreas de interesse e estudo, parece-nos que comungam a importância da política de visualidade. Essa política visual relaciona-se aos processos desiguais de distribuição de visualidade, condicionando o tipo de atenção e valor dado a esses corpos.

Sontag, pensando a imagem do sofrimento em interface com a fotografia, principalmente a jornalística, também desconfia da proximidade imaginária com o “outro distante” propiciada pelas imagens e a falsa vinculação que se estabelece entre o espectador privilegiado e aquele que sofre. Considera que a crítica feita à sociedade do espetáculo e ao excesso de imagens de sofrimento universaliza uma visão ocidental dos países ricos que precisam que notícias sejam cada vez mais transformadas em entretenimento ou publicadas em magazines, onde convivem lado a lado imagens de publicidade e consumo, tragédia, miséria e sofrimento. Essa flutuação dificulta qualquer tipo de aprofundamento e atenção detida àquele que sofre, comportamento também observado no telejornalismo. E, acrescentamos, hoje mais fortemente entre uma pesquisa e outra nas páginas da Internet e redes sociais. Talvez, posicionando-se de forma mais pessimista, a autora afirma:

Deixemos que as imagens atroz nos persigam. Mesmo que sejam apenas símbolos e não possam, de forma alguma, abarcar a maior parte da realidade a que se referem, elas ainda exercem uma função essencial. As imagens dizem: é isto o que seres humanos são capazes de fazer — e ainda por cima voluntariamente, com entusiasmo, fazendo-se passar por virtuosos.

A questão que fica sempre sem uma resposta definitiva é até quando precisaremos dessas imagens... enquanto o privilégio de uma pequena parte global determinar quem vive e quem morre, as imagens, queiramos ou não, permanecerão, produzindo solidariedade ou anestesiando nossas emoções. Contudo, podemos

---

comum. Um "senso comum" é, acima de tudo, uma comunidade de dados sensíveis: coisas cuja visibilidade considera-se partilhável por todos, modos de percepção dessas coisas e significados também partilháveis que lhes são conferidos. E também a forma de convívio que liga indivíduos ou grupos com base nessa comunidade primeira entre palavras e coisas. O sistema de informação é um "senso comum" desse tipo: um dispositivo espaço-temporal dentro do qual palavras e formas visíveis são reunidas em dados comuns, em maneiras comuns de perceber, de ser afetado e de dar sentido”.

escolher acompanhar Rancière na crença da força política da imagem, que através da abertura para deslocamentos sensíveis, possibilita novas compreensões das realidades do mundo e possíveis formas de viver ou junto a Butler acreditar na insurgência de corpos negligenciados pelos poderes dominantes e em suas formas de luta, ocupação dos espaços públicos e resistência.

*De tanto se entrevar no mato, / já não sei se é mais índio ou vegetal /  
ou pedra, na ânsia da passagem / de um som do mundo em boca de  
menino som libertador / som moleque / som perverso, / qualquer som  
de vida despertada.*

*Drummond, Boitempo, 1968*

## 4

### Infância(s)

Este capítulo pretende seguir refletindo sobre os Direitos Humanos deslocando-os agora para os direitos cidadãos da (s) infância (s), tendo como mote o questionamento da pesquisadora Jacqueline Bhabha (2006): “*que tipo de ser humano é a criança?*” Para a autora, na teoria dos Direitos Humanos e na prática global atual, a criança complica essa pergunta. Nossa tentativa aqui é entender os processos de construção social da infância, dada as mutações sofridas ao longo da história humana, e sua posição na esfera internacional atual como detentora de direitos, destacando, nesse percurso, as implicações, limitações e ambivalências do sujeito criança no acesso e reconhecimento de tais direitos, principalmente para aquelas em situação de refúgio.

Antes de dar início ao percurso pretendido, torna-se importante explicitar as escolhas lexicais desta pesquisa no que tange à nomeação dos sujeitos que comparecem nesta tese. Muitas são as formas de predizer e anunciar as crianças e adolescentes que migram para outros países: *refugiados, deslocados, em trânsito, em situação de refúgio* e, mais recentemente, como proposto por especialistas e pelo UNICEF, *em movimento*. Estando esta pesquisa vinculada aos Estudos da Linguagem, pensar as formas como são nomeados parece-nos oportuna.

Toda nomeação se realiza através de signos que, com o tempo e o uso social, podem ganhar significados positivos ou negativos ou até mesmo ser ressignificados. Segundo Bakhtin (1990, apud. Ponzio, 2008), o signo verbal caracteriza-se pela dependência entre estrutura e superestrutura e por estabelecer relações entre elas. Sendo ideológico, o signo adapta-se a contextos situacionais sempre novos e diferentes da comunicação social, logo é vivo e dinâmico. Com frequência diversas renomeações são propostas como tentativas de eufemizar estigmas e preconceitos

sociais. Isso ocorreu, por exemplo, na troca do termo “*favela*” por “*comunidade*”, no entanto sabemos que a alternativa simbólica no campo discursivo não garantiu mudanças efetivas para os moradores dessas áreas “precarizadas e marginalizadas”. Se por um lado ameniza o estigma, por outro oculta os processos histórico-sociais que produziram e produzem a realidade das favelas. Como apontam Santana, Silva e Souza (2021)<sup>20</sup>:

Enquanto o termo comunidade é mais brando e denota uma propriedade comum a todos, o termo favela escancara toda uma realidade que se quer ocultar, toda uma realidade perpassada por problemas de ordem social: segurança; e problemas de ordem estrutural: saneamento básico. O termo favela denuncia toda uma realidade, enquanto o termo comunidade oculta. Essa tomada de decisão é totalmente política.

Não à toa atualmente há uma luta dos movimentos sociais pela rejeição do termo “*comunidade*” e a assunção ressignificada do termo “*favela*”, como signo de resistência e identidade. Nada mais apropriado e legítimo que aqueles e aquelas que vivem nesses espaços urbanos marginais e resistem aos estigmas sociais tenham a liberdade para se autoneochar, muito embora ainda não haja consenso dentro das próprias favelas, já que o termo “*comunidade*” está estabilizado na sociedade.

A partir do exposto, poderíamos estabelecer um paralelo com o termo “*refugiado*”, que, assim como “*favelado*”, carrega em si o estigma de uma identidade precarizada e marginal. Discursivamente, a tentativa de novas nomeações é bem-vinda, ao focar na possibilidade de mobilidade ou mesmo de situação provisória (muitas vezes ilusória) de refúgio, trânsito e deslocamento, ao invés da imobilidade aprisionadora de uma moldura identitária fixa. Mais especificamente para as crianças e adolescentes, como já dito anteriormente, o termo “*em movimento*” denota mais suavidade, numa alusão ao movimentar-se, mover-se entre e no mundo, e nele aprender, crescer, transformar (-se) ...

Contudo, além do aspecto discursivo mais favorável, Bhabha (2014) aponta que essa nomeação surge em razão da diversidade de motivações atuais que levam essa faixa etária a migrar, tornando mais complexo seu enquadramento dentro dos limites definidos pela lei do refúgio:

Encaixar todos esses jovens migrantes com motivações diversas no processo de determinação de asilo e na definição de refugiado com o objetivo de garantir um status legal de imigração tornou-se cada vez mais impraticável[...]Essa mudança terminológica refletiu uma nova concepção: crianças e adolescentes migrantes

---

<sup>20</sup> Os autores discutem profundamente a temática no artigo “*O discurso hegemônico e idealista na troca do termo favela por comunidade*”.

estavam se movendo em busca de vários elementos-chave de uma vida com respeito aos direitos ausentes em seus países de origem – segurança, criação, oportunidade educacional, perspectivas econômicas e talvez vida familiar. A dicotomia entre migração forçada e econômica estava dando lugar a um reconhecimento, também para as crianças, da realidade da migração mista (*tradução nossa*).

Diante da complexidade de enquadramento, classificação legal e nomeação dessa população, a expressão “*em movimento*” apresenta-se como aglutinadora ou sintetizadora dessa variedade. Se por um lado a expressão tem a vantagem de não impedir a transição de uma categoria migrante para outra (forçada, voluntária e econômica, acompanhada, separada), por outro tem a desvantagem de obscurecer os desafios que surgem após sua efetivação (Bhabha, 2020).

Ou seja, a solução da complexa realidade de *crianças em movimento* ainda se realiza no campo discursivo, não alcançando, como veremos à frente neste capítulo, a efetividade no desenrolar de sua migração. Apesar disso, como a autora destaca, a própria variedade de categorias e classificações já anuncia um olhar mais cuidadoso da política internacional e estatal para a situação dessas crianças, que ainda seguem subnotificadas, desprotegidas e sem voz, muitas delas vivendo na ilegalidade.

Diante do exposto, esta pesquisa não privilegiará uma nomeação específica, pois mais que classificá-las ou enquadrá-las, nosso objetivo é expandir a compreensão sobre a infância em situação de refúgio e os desafios que se impõem a ela. Mesmo sendo as crianças detentoras de direitos, como previsto pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), sistematicamente permanecem negligenciadas, tendo seus direitos violados. Concebidas por grandes narrativas como depositárias do futuro da humanidade e promessa de progresso da sociedade, o que lhes é oferecido hoje? Como nos informa Sarmiento (2009), pesquisador português do campo dos Estudos da Infância, num tempo em que a infância passa a ser objeto de tantos cuidados e interesses, contraditoriamente se apresenta “como a geração onde se acumulam exponencialmente os maiores indicadores de exclusão e sofrimento”.

#### **4.1 Construção social e filosófica da infância**

É fato que crianças sempre existiram, mas sua representação e inserção na sociedade mudaram bastante ao longo do tempo. Não sendo a infância uma

categoria natural, mas construída histórica e socialmente, tem sua existência datada entre os séculos XVII e XVIII, segundo os estudos sobre representação de crianças nas artes realizado pelo historiador francês Philippe Ariès (1973)<sup>21</sup>. Antes disso, a criança era entendida como um adulto miniatura, não havendo distinção entre estes dois mundos – criança/adulto –misturando-se muito cedo à rotina de afazeres e jogos dos mais velhos. Inclusive, em tempos de grande mortalidade na infância, Ariès aponta certa “indiferença” por parte dos adultos à perda dos miúdos. A sensibilidade em relação a essa faixa etária era inexistente em razão da ausência de consciência sobre as particularidades da criança que, tão logo atingia independência das mães e avós, era naturalmente tratada como se adulto fosse.

Para o autor, o momento de consolidação da família como célula privada da estrutura social trouxe a criança para o centro das atenções, do cuidado e da proteção. A reboque dos sentimentos individualistas e burgueses, a preocupação com a formação moral e disciplinar dos pequenos passou a ganhar relevância, marcando o surgimento da educação formal e início do sistema educacional.

Se por um lado a educação do período fundava-se na ideia de uma infância “selvagem e irracional” que precisava ser controlada e disciplinada, por outro marcava o nascimento da preocupação social com as particularidades dessa fase, assinalando as diferenças constitutivas entre crianças e adultos. “A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos” (Ariès, 1973), referindo-se apenas àquela da classe burguesa, motivo, inclusive, das críticas que recaem sobre sua obra.

Essa ideia de aproximação da infância a um estado primitivo e animalesco, em que a razão seria inacessível, atravessa a história da filosofia, segundo Jeanne Marie Gagnebin (1997), a quem passamos a recorrer para a compreensão desse processo e suas transformações. A relação entre infância e filosofia concentra-se em duas linhas divergentes, já presentes no pensamento platônico: de um lado a ausência de linguagem<sup>22</sup>, ou seja, de razão, que faria da infância o período de ações

---

<sup>21</sup> Importante destacar que as reflexões e análises de Ariès sofreram críticas por tomarem por padrão a nobreza e a sociedade burguesa da França, ocultando as classes populares. No entanto, foi um marco importante para o estudo da infância, tema até então, e até bem recentemente, pouco recepcionado pelos pesquisadores.

<sup>22</sup> A etimologia da palavra infância decorre do verbo em latim *fari*, que significa falar, dizer, e seu participípio presente *fans*, acrescido do prefixo *in*, marcando, portanto, o período da vida humana em que não há fala. (*In Sete aulas sobre linguagem, memória e história*, de Jeanne Marie Gagnebin, 1997).

irrefletidas e egoístas que precisariam ser corrigidas; por outro a condenação à imposição excessiva de regras, normas e conteúdos, que não privilegiaria a alma das crianças, de onde floresceria naturalmente a inteligência de cada uma delas, com observância aos ritmos e interesses individuais.

É nesse paradoxo da infância, ou seja, ameaçadora, selvagem e sem linguagem, mas ao mesmo tempo boa, pura e lócus de naturais potencialidades que a categoria oscilará no decorrer do pensamento filosófico, ora com uma roupagem ora com outra, em geral definido por contextos, ou quem sabe, interesses distintos até os dias atuais. A complexidade da infância parece não tornar fácil e universal a assunção de uma posição, levando a equívocos e confusões no âmbito da educação das crianças, seja pelos pais e adultos, seja pela escola ou mesmo pelos Estados.

Ainda acompanhando a reflexão de Gagnebin (Idem), é em Santo Agostinho que a criança torna-se fonte de pecado, fruto de uma relação libidinosa de seus pais, logo, evidencia sua natureza pecadora, povoada por paixões sem limites e desejos voluptuosos. Embora em Descartes a infância não ocupe mais o lugar do pecado, permanece subestimada e entendida como a fase da ausência da razão, do erro e das crenças cegas, aplacáveis somente pelo racionalismo e pela linguagem. Como salienta Gagnebin (Idem):

A infância tem, nesta tradição de pensamento, um estatuto paradoxal: território perigoso das paixões, do pecado e do erro, zona escura sem os caminhos que traçam as palavras e que ilumina a razão, ela é, no entanto, na nossa miséria humana, o único solo à disposição de onde possa brotar, naturalmente, essa mesma razão que lhe faz falta.

Portanto, a infância se constrói na descrença da natureza humana e na confiança no poder do racionalismo e da linguagem, bastiões da verdade. Em contraposição a essa tese, Rousseau coloca em xeque o racionalismo e sua suposta transparência e totalidade. Para ele, segundo a autora, “a coerência de um discurso não assegura a retidão das intenções de seu autor”. A confiança do filósofo recai sobre o sentimento sincero e a valorização da natureza humana e “da linguagem sem palavras dos sentimentos contra as armadilhas da linguagem mais elaborada.” (Idem). Essa mudança de percepção, que abraça a natureza humana florescente na

infância, ainda não corrompida pela convivência social e mundana, altera a forma de pensar a infância e a educação das crianças.<sup>23</sup>

Ambas as tradições nos chegam até os dias de hoje. Enquanto uma aposta no controle e na necessidade de disciplinar as almas inquietas e sem razão pela imposição de conteúdos e rigores arbitrários, considerando a criança tábula rasa, vazia ou apenas depositária dos conhecimentos e projeções do mundo adulto, a outra opera na ilusão de uma criança naturalmente boa, pura, livre e apartada da arbitrariedade das regras sociais, projetando no prolongamento da infância feliz a garantia de uma vida adulta também feliz. Sabemos que essa equação está longe de ser verdadeira, dificultando, por vezes, a entrada no mundo adulto.

A passagem da infância de *território do pecado e erro a paraíso*, de alguma forma responde a um mundo desencantado e descrente, cuja felicidade natural e individual precisa ser alcançada para valer a pena a vida (Idem). Conscientes ou não, depositamos nas crianças não só nosso desejo idealizado de felicidade como de mundo, muito embora mal consigamos dar conta de estarmos nele. A linha tênue e difícil de ser tracejada entre o encantamento e o desencantamento torna a relação criança/adulto ainda um terreno tanto desafiador quanto ambivalente.

Ao concluir o capítulo “*Infância e pensamento*”, Gagnebin nos lembra que o filósofo Walter Benjamin ao rememorar sua infância não o faz de forma a idealizá-la ou torná-la o “*paraíso perdido*”. Através da distância entre a criança que foi e o adulto que é, explora e avalia caminhos percorridos e rotas abandonadas, buscando pela experiência com a infância “uma releitura crítica do presente da vida adulta”. Nesse retorno à infância, o que chama a atenção de Benjamin é “a inabilidade, a desorientação, a falta de desenvoltura das crianças em oposição à “segurança” dos adultos” (Idem). Para a autora essa experiência devolve a nós, adultos, não a benevolência com a criança que fomos ou com aquelas com as quais convivamos. O que se depreende do pensamento benjaminiano é o esquecimento como adultos de nosso desajustamento em relação ao mundo, de nossas fraquezas, inseguranças e não-soberania, embora tentemos a todo momento provar nossa qualificação para a maioria da razão.

---

<sup>23</sup> A autora chama a atenção para a diferença de educação entre os gêneros, como descrito por várias pesquisadoras, presente na abordagem rousseuniana, evidenciando um posicionamento preconceituoso e machista.

Diante de um mundo em constante transformação, opulento em desafios, desigualdade, injustiça, pobreza, guerras, racismos, como não retornar ao sentimento fundador da experiência da infância? Tal qual crianças nos deslocamos por caminhos incertos e sem as respostas ainda necessárias, ou talvez inalcançáveis, na gestão da vida. Nas palavras finais de Gagnebin (Idem):

Nem domínio do pecado nem jardim do paraíso, a infância habita muito mais, como seu limite interior e fundador, nossa linguagem e nossa razão humanas. Ela é o signo sempre presente de que a humanidade do homem não repousa somente sobre sua força e seu poder, mas também, de maneira mais secreta, mas tão essencial, sobre suas faltas e suas fraquezas, sobre esse vazio que nossas palavras, tais como fios num motivo de renda, não deveriam encobrir, mas, sim, muito mais, acolher e bordar. É porque a in-fância não é a humanidade completa e acabada, (...) que, talvez, ela nos indique o que há de mais verdadeiro no pensamento humano: *a saber, sua incompletude, isto é, também, a invenção do possível.* (Grifo nosso)

Como observa a autora, em oposição ao que nos foi ensinado na infância, ou ao menos fantasiávamos em nossas percepções, a incompletude ou o inacabamento da infância acompanha-nos para além dela, desestabilizando a ideia de soberania do adulto. Mas é justamente nesse estado incompleto que reside também a possibilidade de transformação e criação de novas formas de estar e compartilhar o mundo. Esse caráter dual e paradoxal da infância permanece de Platão à contemporaneidade, acrescido de outros que compõem o cenário dessa categoria social moderna. Construída discursivamente como símbolo do futuro das nações, a criança carrega em si os anseios dos adultos por um mundo melhor em meio ao caos global, marcado por infindáveis conflitos e precarização da vida humana, que levam crianças e jovens a se deslocarem, acompanhadas da família ou não, em busca de sobrevivência. Esse é um gigantesco paradoxo ao qual teremos que responder... Como a infância não se reduz à realidade daquelas que habitam as partes ricas e privilegiadas do mundo nem tampouco experienciam a vida da mesma maneira, os recentes Estudos da Infância passam a denominar essa categoria como *Infâncias* em referência à pluralidade de experiências nessa fase da vida, cuja complexidade desabilita sua apreensão em uma essência universal e idealizada.

Apesar de mudanças importantes terem ocorrido a partir da Convenção sobre os direitos da criança (CDC), aprovada pela ONU em 1989 e ratificada por grande parte dos países, sua imposição normativa ainda é relativa e parcial. Mesmo sendo a criança reconhecida como sujeito de direitos inalienáveis, outras contradições se mantêm e alimentam o questionamento de Bhabha apresentado na abertura deste

capítulo: “*que tipo de ser humano é a criança?* ” E, complementando, poderíamos propor: “*Quais infâncias (crianças) estão representadas nas normativas internacionais como sujeito de direito?* ” “*Que lugar ocupam aquelas que não se adequam às normas estabelecidas?* ”

Continuaremos a perseguir esses inquietantes e desafiadores questionamentos na próxima seção, a partir dos estudos recentes sobre a infância, esperando, com isso, adensar nossa reflexão, sem almejar uma resposta definitiva.

## 4.2 Normatização e contribuições dos Estudos da Infância

Como já visto anteriormente, a infância, como categoria social, surge na modernidade e se constitui em suas especificidades e distinção em relação à vida adulta. Aos poucos os espaços de formação e educação, cuidado e proteção se institucionalizam de modo a garantir que as crianças “domem” seus instintos e sua irracionalidade para se transformarem em adultos coesos e produtivos na maioridade. Apesar da passagem do tempo e das mudanças históricas, políticas e sociais, essa concepção ainda vigora nas normativas nacionais e internacionais e no senso comum de modo geral, considerando-as como seres em transição, sempre em processo de devir (*becoming*).

Além dessa, como já apresentado na seção anterior, outras imagens sociais coexistem e por vezes tensionam e influenciam as ações e práticas cotidianas, trazendo consequências para a existência concreta das crianças. Para Sarmiento e Vasconcellos (2007), essas imagens sociais (criança má, inocente, pecadora, em processo de devir ou naturalmente biológica) “não são compartimentos simbólicos estanques, mas dispositivos de interpretação que se revelam, finalmente, no plano da justificação da ação dos adultos com as crianças”.

É a partir da promulgação da Convenção sobre os direitos da criança (CDC)<sup>24</sup> em 1989, como resposta a pressões de ONGs e organismos internacionais, que o campo dos Estudos da Infância se fortalece e o interesse por essa categoria social,

---

<sup>24</sup> Em artigo produzido a partir de uma entrevista com Allison James, uma das precursoras no estudo da infância, ela afirma não haver como precisar se os estudos pioneiros na área da infância colaboraram ou não com o surgimento da CDC. Mas o fato é que, embora o campo de pesquisa e estudo se consolide a partir dela, discussões e pesquisas anteriores já vinham sendo realizadas, mas ainda sem grande visibilidade. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/RxfzQZ69cFWgG9Yqz8vqHYJ/?lang=pt> Acessado em junho de 2023.

invisível e subestimada como objeto de pesquisa, excluindo-se os campos da educação, saúde e psicologia, vem se consolidando de forma interdisciplinar<sup>25</sup>. A infância e as crianças, até então marginais na sociedade e nas pesquisas acadêmicas, ganham relevância e passam a integrar novos projetos de pesquisa que se diversificam atualmente.

Esse novo campo interdisciplinar tem por objeto/sujeito de pesquisa a infância, considerada uma construção social, logo afetada por processos histórico-sociais, e as crianças, atores sociais capazes de agência, isto é, com capacidade de interferir no mundo e produzir cultura. Como afirmam Sarmiento e Pinto (1997), a distinção conceitual e terminológica entre infância, categoria social, “assinala os elementos de *homogeneidade* deste grupo minoritário, enquanto criança, referente empírico, exige atenção aos fatores de diferenciação e de *heterogeneidade*” na construção de conhecimento. Contudo, isso não significa redundância ou sutileza analítica, mas condição indispensável e necessária para a definição de um campo de investigação. Os fatores de heterogeneidade (as diferentes experiências das crianças) não devem refutar nem apagar as condições específicas e comuns a esse grupo social.

À luz desses estudos, que incluem os campos da sociologia e antropologia, examinaremos alguns dos vários pontos controversos e contraditórios da CDC. Para Marchi e Sarmiento (2017):

O debate acadêmico sobre a normatividade da infância é de grande atualidade no campo dos estudos sociais da infância. E esse debate é crucial, desde logo, para impedir que, no plano da teoria e no plano da prática social, as crianças em situação de exclusão fiquem também simbolicamente excluídas da condição da infância por estarem “fora da norma”. E também porque, sem compreender a diversidade das condições da infância, ficam profundamente limitados o escopo e a capacidade analítica e interpretativa dos estudos sociais da infância.

Embora a CDC tenha sido considerada (e seja) um avanço em razão do reconhecimento e da garantia dos direitos das crianças, algumas críticas e contradições são apontadas por pesquisadores. Em primeiro lugar, é importante que se tenha em mente que a CDC foi fruto de grande negociação internacional devido

---

<sup>25</sup> No entanto críticas apontam que os Estudos da Infância apresentam-se mais multidisciplinares que interdisciplinares, haja vista a pouca comunicação entre as áreas de estudo, que incluem sociologia, antropologia, educação, psicologia, geografia, entre outras. Maior aprofundamento em “*Cross-world and cross-disciplinary dialogue: a more integrated, global approach to childhood studies*”, Samantha Punch (2016).

às diferenças sociais, culturais, religiosas e econômicas que compõem a comunidade internacional. Uma das críticas feitas por teóricos é a de que a elaboração do documento tenha sido dominada por países do Norte global (também hoje denominado mundo minoritário), que de certa forma impuseram seus valores e concepção de infância à CDC, imprimindo um caráter universal de infância, que apaga e deixa de fora outras tantas diferentes realidades. Mais uma vez, como discutido no capítulo 3, a tensão entre particular e universal parece ser irreconciliável, já que questões econômicas tornam desiguais as relações.

Ao considerar a infância idealizada como norma, condiciona as demais ao desvio e à inadaptação, constituindo-as como problema social que precisa ser restaurado para que a ordem seja estabelecida e garantida. O que parece ser apagado ou esquecido nessa dinâmica é a responsabilidade do próprio sistema global na produção do “problema”. Os esforços para normatizar a criança “desviante” e ajustá-la aos padrões concebidos ao que é entendido e definido como “infância” tende a ser mais em razão do potencial perigo que essa criança representa para a ordem do sistema que pelo interesse genuíno por ela. Lembremos que a infância é o futuro da nação e a promessa de um mundo civilizado e ordenado, que será conduzido pelos futuros adultos equilibrados, racionais e coesos, sempre orientados pelo modelo hegemônico. Como destacam Marchi e Sarmiento (Idem), as crianças em situação de exclusão, em condições desiguais de acesso aos direitos básicos, correm o risco de serem duplamente excluídas: da norma e da própria infância.

Outro aspecto controverso na CDC é o estabelecimento do limite etário<sup>26</sup> da infância, de 0 até 18 anos<sup>27</sup> produzindo contradições e exceções na recepção e no tratamento desigual dessas crianças. Como Sarmiento e Vasconcellos (1997) destacam:

Assim "ser criança" varia entre sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior da fratria de uma mesma família e varia de acordo com a estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época.

---

<sup>26</sup> Como Sarmiento (2009) destaca, embora controversa, a demarcação etária é a razão da existência da infância, que se constitui na distinção dos adultos na modernidade. Essa demarcação define a categoria geracional, que é variável no tempo-espço.

<sup>27</sup> Artigo 1 da CDC: “Para efeito da presente Convenção, considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes. ” Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acessado em junho de 2023.

Além dessa problematização trazida pelos autores em relação às diferenças culturais e históricas, destacamos, também, a extensão e abrangência do período. Sabemos que, dentro desse período etário, há diferenças substanciais que vão desde a habilidade de argumentação e representação, em que os mais velhos podem realizá-las com mais desembaraço que as menores, até a forma de acolhimento, já que as menores, ao sugerirem maior vulnerabilidade, inspiram sentimentos mais compassivos. Um desvio cometido por uma criança mais nova é entendido e conduzido, na maior parte das vezes, com mais benevolência pelos adultos e também pelos Estados. Já as mais velhas são tratadas de forma desproporcional e adultizada, principalmente se forem pretas, migrantes ilegais, transexuais, ou seja, as das classes subalternizadas, não sendo reconhecidas em sua condição de criança. As crianças não escapam das experiências nefastas de violência, intolerância e racismo, o que viola sua condição e seus direitos.

Em seu artigo 12, a CDC prevê a participação da criança nas questões e decisões que lhe afetem, no entanto esse artigo é ainda controverso, pois a concepção social e política da criança como sujeito vulnerável e dependente é um obstáculo para que a norma se efetive. Transcrevemos o artigo:

1. Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança.
2. Para tanto, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais ou administrativos que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

O direito à participação e o reconhecimento da agência são aspectos tidos como progressistas em relação a concepções anteriores sobre a criança, que passa a ter o direito a opinar e se expressar livremente e, como normatizado, “*suas opiniões devem ser consideradas em função da idade e da maturidade*”. No entanto, como vêm demonstrando pesquisas na área da infância e do refúgio<sup>28</sup>, esse direito ainda é pouco exercido pelas crianças e jovens. Embora não seja fixada uma idade para

---

<sup>28</sup> Ver artigo “*Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro*” Rizzini, Pereira e Thapliyal (2007) e Dissertação de Mestrado “*Crianças e adolescentes refugiadas e solicitantes de refúgio no município do Rio de Janeiro: desafios e perspectivas para a proteção social*” Thomé (2019).

que a participação da criança se efetive e seja levada em consideração pelas autoridades públicas, ainda assim há a restrição quanto à maturidade, aspecto subjetivo que cabe ao adulto avaliar. Mais uma vez o que se atesta na prática é a resistência ou dificuldade existente em reconhecer a criança como ator social, titular de direitos. A CDC também estabelece que as decisões em relação à criança devem sempre considerar o seu “melhor interesse”. Mas quem o define? Como reforça Cantinho (2018):

[...] se torna crucial garantir a oportunidade de escuta, a participação e o exercício da agência política dessas crianças no que tange às próprias solicitações e aos procedimentos judiciais que vão julgar e definir seu ‘melhor interesse’.

Esses dois princípios – participação e melhor interesse – nem sempre são compatíveis. Quando o determinante do “melhor interesse” e a criança discordarem ou quando a criança não estiver em posição de articular um ponto de vista, um princípio deve dar lugar ao outro (Bhabha, 2006). O lugar ora privilegiado ora desprivilegiado que a criança ocupa em relação ao adulto tensiona as práticas e decisões que envolvem a infância e segue sem resolução.

Apesar das contradições e controvérsias que permeiam a CDC, agravadas pela complexidade que constitui essa categoria social, não se pode deixar de reconhecê-la como um marco normativo importante de proteção aos direitos da infância, tanto local como internacionalmente. Entretanto, entre a norma e sua aplicação concreta existe ainda um longo caminho a ser percorrido. Sua existência não alterou as condições de vida de grande parte das infâncias, principalmente as do mundo majoritário (ou sul global), que vivem em extrema pobreza, expostas a violências de toda ordem e excluídas dos direitos. As ações políticas e macroeconômicas impactam a vida nos países mais empobrecidos, precarizando a vida das famílias, quando estas existem, e a das crianças. E vem impactando a vida no mundo minoritário também, em razão dos grandes deslocamentos na contemporaneidade. Como Sarmiento e Marchi (2008) sinalizam.

O que está aqui em causa, por consequência, é a compreensão de um processo societal, que se articula, primordialmente, com a criação e expansão de direitos individuais, que, por outro lado, são sonogados pelas desigualdades incrementadas pela globalização.

Portanto, podemos considerar que as desigualdades de condições materiais e de acesso aos direitos básicos produzem, por consequência, as diferentes experiências de infância e que, embora a CDC pretenda-se universal, parte significativa desse grupo social não é por ela recepcionada por não corresponder a imagem idealizada construída na narrativa normativa. O caráter paradoxal aloja-se tanto no interior da norma como em sua exterioridade.

Além das contradições discutidas até aqui, outras também comparecem. O fato de a CDC prever a participação ativa e cidadã das crianças, mas nenhuma ter participado de sua elaboração, também é controverso. Esse é um aspecto que endossa a subalternidade da criança ou a superioridade do adulto em relação a ela. Ratifica-se, assim, a relação de dominação, em que a “infantilização” radical da criança justifica as ações protetivas e paternalistas por parte do adulto, cuja racionalidade e maturidade são capazes de decidir isoladamente os destinos da criança. Para Pupavac (2002, apud Castro, 2013), apesar de toda inovação trazida pela legislação, as crianças se tornaram mais objetos de controle que sujeitos, tornando-as muito mais reguladas pelo poder estatal sem que “se tornassem porta-vozes de suas próprias reivindicações”. Encorajá-las a participar proporciona crescimento, responsabilidade e engajamento social e político. Valorizá-las em sua condição de criança que tem o que dizer a respeito de si e do mundo é respeitá-la em sua própria existência.

Em pesquisa realizada com crianças e adolescentes no Rio de Janeiro, Rizzini, Pereira e Thapliyal (2007) puderam verificar que os participantes mostraram conhecer as contradições e os conflitos nos discursos e práticas voltados para a infância e seus direitos. Também Castro, em seu livro “*O futuro da infância e outros escritos*” (2013), onde reflete sobre as incongruências e contradições produzidas pela positivação da infância, apresenta resultados sobre pesquisa realizada com crianças e adolescentes em escolas na mesma cidade. Para a autora, foram muitas as situações em que foi possível observar a hesitação de crianças frente às suas possibilidades de agir e fazer diferença. Em suas palavras:

Crianças padecem de uma posição ambígua em que, por um lado, são vistos como “sujeitos de direitos”, mas, por outro lado, estão sempre sendo lembradas de que ainda são apenas crianças ou que têm que crescer para saber e poder agir... Se, por um lado, o diferencial que crianças apresentam em relação aos adultos serve para fundamentar o dever da sociedade quanto à sua proteção e cuidado, por outro lado,

serve também para marginalizá-las dos processos de construção da sociedade, sob a alegação de que ainda são crianças.

Colocar a infância em questão é encarar os conflitos e desafios que se apresentam e, sobretudo, desestabilizar nossas próprias visões calcificadas de olhar o mundo e de nos entendermos como adultos. Além disso, a autora pondera que “ir além dos direitos significa perceber como o tecido vivo das relações sociais põe em questão a regulação jurídica, quando as disputas do cotidiano levam ao processo permanente de interpretação das normas, ou de sua reinvenção nas práticas cotidianas.” Ou seja, a equalização de certas tensões entre grupos sociais, pretensamente resolvidos na letra da lei, permanecem em desequilíbrio no tecido social.

Na esteira das contradições que nos acompanharam ao longo desta exposição, nos encaminhamos para o final da seção com o preâmbulo da CDC. Nele, observam-se algumas prescrições sobre a vida da criança “*deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão*”. Toda a construção discursiva poderia ser problematizada, mas nos deteremos apenas à imposição normativa de felicidade na infância, como sinalizou a professora Jana Tabak em curso ministrado pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello em 2022. Desconsiderando não só as diferentes realidades como a própria flutuação e inapreensão dessa circunstância na existência humana, propõe, como se fosse possível, controlar ou regular os níveis de felicidade de uma pessoa e obrigá-la a sê-lo. O “mito da infância feliz” (Abramovich, 1983)<sup>29</sup>, ignora as angústias e tristezas que perpassam as crianças e confirma mais uma imagem romantizada do adulto em relação a essa fase da vida. Embora se possa acreditar que a obrigatoriedade enunciada expresse o grande interesse e apreço por seu bem-estar, simultaneamente põe em relevo a natureza da relação adulto-criança, sempre balizada pela tutela do adulto e da norma, alcançando neste dispositivo legal aspectos de ordem íntima e subjetiva da criança.

O projeto emancipatório proposto pelas novas legislações com centralidade na infância ainda é arena de muita contradição, contestação e disputas. As discussões sobre regulação ou vedação do trabalho infantil (Holzscheiter, 2021) são

---

<sup>29</sup> Uma boa reflexão sobre essa falácia é o livro “O mito da infância feliz” organizado por Fanny Abramovich (1983) em que escritores e personalidades públicas apresentam o lado não tão feliz de suas infâncias.

também um exemplo disso, uma vez que certos contextos no mundo majoritário<sup>30</sup> levam crianças e adolescentes a serem os únicos responsáveis econômicos por suas famílias ou mesmo por si próprios nas ruas ou periferias dos centros urbanos. São aspectos controversos que envolvem a cidadania da infância para os quais não há uma solução única, como pretende a norma.

Sem dúvida a CDC trouxe a criança para o centro da política internacional e local, alçando-a a titular de direitos. Mas, como visto, várias questões encontram-se em tensão em sua efetivação, obstaculizando o acesso integral aos direitos por todos os seus titulares – as crianças. Como apontam diversos autores, a imagem universal de infância construída no documento dificulta e tensiona o reconhecimento àquelas que, por contextos adversos e diversos, não correspondem à normatização. Além disso, a participação da criança (artigo 12) ainda logra confusões, desconfianças e tensões, já que aspectos opostos – emancipatórios e paternalistas – convivem lado a lado no documento, como vulnerabilidade e proteção /dependência e participação. Embora o reconhecimento da participação e agência das crianças tenha sido responsável por desarticular certas construções sobre a infância, Tisdall e Punch (2012) destacam a necessidade de que essas categorias sejam mais problematizadas, avaliando seus limites e sua adequação em diferentes contextos. Para as autoras é importante também refletir sobre aquelas crianças que utilizam seu arbítrio para não falar ou participar. Agência e participação, tanto de crianças como de adultos, precisam ser consideradas em contexto histórico, cultural e relacional, intergeracional e intrageracional, não como uma qualidade individual ou intrínseca ao indivíduo, mas produto de aprendizagens interacionais e sociais, como vêm apontando os estudos mais recentes na área das infâncias.

À luz dessas reflexões, examinaremos mais de perto, na próxima seção, infância e migração, tendo como chave de leitura os direitos emanados pela CDC e observando sua complexidade em contextos de deslocamentos forçados.

### **4.3 Infância em deslocamento forçado: titular de direitos?**

---

<sup>30</sup> Essa condição também é atualmente encontrada no mundo minoritário, como afirma Punch (2012) nas crianças “*fora de lugar*” que habitam guetos e ruas e sozinhas respondem por sua sobrevivência e por vezes da família ou comunidade.

Segundo a ONU, presenciamos a pior crise humanitária do século, sendo este também o de maior fluxo de refugiados desde a II Guerra Mundial. Esse quadro torna-se ainda mais grave quando envolve o deslocamento infantil. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<sup>31</sup> afirma que “conflitos, violência e outras crises deixaram um recorde de 36,5 milhões de crianças deslocadas no final do ano de 2021, o número mais alto já registrado desde a Segunda Guerra Mundial”. Ainda conforme nos informa essa mesma organização, nesse montante “não estão incluídas as crianças deslocadas por desastres naturais ou mudança climática, nem as recém-deslocadas em 2022, inclusive pela invasão russa na Ucrânia”.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) divulgou seu relatório anual “Global Trends”<sup>32</sup> em junho de 2023, referente aos dados do final de 2022, informando um aumento de 19 milhões de deslocados globais em relação ao ano anterior, o que perfaz um total de 108,4 milhões de pessoas. Esse quantitativo inclui os refugiados, os solicitantes de asilo e os deslocados internos, aqueles que se deslocam dentro do próprio país, sem transpor qualquer fronteira internacional<sup>33</sup>. Os dados apontam que 52% representam deslocamentos da Síria, da Ucrânia e do Afeganistão. Ainda conforme o relatório, 40% desse total são pessoas com menos de 18 anos, ou seja, uma estimativa aproximada de 43,3 milhões, não havendo diferenças percentuais entre os gêneros. Mas, como autores e as próprias organizações advertem, esses números são estimados, pois ainda há dificuldades para a realização desse controle em várias fronteiras. Outro dado significativo é que os países de baixa e média renda abrigam 76% do total de pessoas em deslocamento forçado.

Hoje são inúmeras as motivações que levam crianças, assim como adultos, a migrar, o que vem dificultando a categorização ou enquadramento legal, cuja nova nomenclatura “*em movimento*”, surge como solução temporária para o problema da especificação. Segundo Bhabha (2020), atualmente a migração não se classifica apenas como forçada ou voluntária. Existem inúmeras variáveis e combinações que compõem o deslocamento. Aqui nos atentaremos à migração infantil em situação de risco, ou seja, àquelas que são forçadas a se deslocar por questões econômicas,

---

<sup>31</sup> Acessível em <https://brasil.un.org/pt-br/186958-unicef-aponta-recorde-de-37-milhoes-de-criancas-deslocadas>. Acessado em 15/08/2022

<sup>32</sup> Acessível em <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>. Acessado em 03/06/2023

<sup>33</sup> A Síria, de acordo com o ACNUR, é o país com mais deslocados internos.

políticas, sociais, ambientais, enfim, por sobrevivência e melhores condições de vida. Em se tratando de migração, a categorização torna-se fator decisivo para que a criança (e mesmo o adulto) possa acessar direitos.

De acordo com o ACNUR, existem diferenças expressas entre migrantes e refugiados. As proteções legais são distintas em relação a essas categorias. Segundo a organização, os refugiados são pessoas que foram forçadas a abandonar seu país de origem, sendo protegidos internacionalmente por tratados e Convenções que lhes asseguram direitos, desde que comprovado o fundado temor de perseguição, fuga de guerras ou em razão de violação de direitos humanos. Já os migrantes, caracterizam-se por uma mudança voluntária motivada pelo desejo de uma vida melhor, não havendo perseguição ou ameaça contra sua vida. Nesse caso, seus direitos ficam circunscritos às leis e aos processos de cada país. No entendimento do ACNUR, os migrantes são “pessoas que se deslocaram por razões que não se encaixam na definição legal de refugiado”.

A questão é que atualmente essas definições embaraçam-se e sobrepõem-se, trazendo dificuldades para os deslocados ao atravessarem fronteiras. Como discute criticamente Thomé (2019) em sua pesquisa, pobreza extrema, falta de oportunidades e desastres ambientais caracterizam os inúmeros deslocamentos atuais, mas na interpretação das organizações não são motivos para a concessão de refúgio, embora a precarização da vida constitua-se como violação aos direitos humanos. Essa não abrangência legal deixa milhares/milhões de pessoas, muitas delas crianças, fragilizadas em seu direito de entrada regular em outro país.

As crianças, comumente consideradas “apêndices” das migrações adultas, passaram a representar grande preocupação internacional e estatal por subverterem essa lógica no presente. Elas buscam refúgio ou asilo em outro país em razão de guerras, conflitos e perseguições, mas também para escapar da miséria e buscar melhores condições de vida ou mesmo para se juntar à família já residente em outro país, com situação legalizada ou não. Esses deslocamentos colocam em risco a vida dessas crianças, que, ao fazerem travessias marítimas ou terrestres sem qualquer tipo de segurança, acabam expostas ao tráfico de pessoas, ao abuso sexual, à fome, às doenças, enfim, a uma diversidade de perigos. Essas crianças podem deslocar-se internamente ou internacionalmente, acompanhadas ou desacompanhadas, podem perder seus responsáveis na travessia ou podem estar sob o domínio de traficantes.

O principal instrumento internacional que regula as questões de refúgio é o Estatuto do refugiado de 1951. Apesar de nele não haver uma menção sequer às crianças, é consensual que, assim como os adultos, elas também gozem dos direitos previstos nesse documento. Segundo Bhabha (2020), a CDC é o documento, em nível internacional, que baliza as ações dos Estados e das organizações em relação à criança. Para Martuscelli (2018), as crianças ainda são invisibilizadas nas Relações Internacionais por considerarem o campo internacional como espaço público, de domínio dos adultos, e as crianças “agentes tradicionais de espaços privados e domésticos”. Contudo, suas imagens são estrategicamente disputadas entre as agências humanitárias para a obtenção de financiamentos. Essas imagens visam sensibilizar a opinião pública e os governantes, mas ainda não foram suficientes para alterar ou criar maior receptividade em relação a seus direitos. Acrescente-se a isso, os discursos construídos na mídia tradicional que muitas vezes as representam ora como vítimas ora como ameaça à nação (Bhabha, 2006; Tabak e Carvalho, 2018). Muitas delas são impedidas de entrar, sendo detidas e deportadas; outras entram ilegalmente ou fogem dos abrigos e permanecem em situação irregular, por medo de regressar ao país de origem e impulsionadas pela esperança de mudar de vida (Bhabha, 2014).

Para a pesquisadora, a ambivalência marca a relação das sociedades e governos com a infância em movimento, suscitando contraditoriamente compaixão/medo ou proteção/punição. De um lado a imagem construída nos discursos das organizações sobre a criança produz simultaneamente a regra e o desvio; de outro, a governança da infância, dividida entre a preocupação em proteger e uma pressão para regular, reforça os mecanismos de controle e segurança dos estados. Como Bhabha (Idem) afirma:

Uma proporção significativa de crianças em movimento não tem tanta sorte. Seu acesso a um status legal durante e após a migração é, na melhor das hipóteses, incerto. Muitos caem na situação precária de ficarem desprotegidos por períodos de tempo variados, entrando e saindo do status legal, dependendo de suas circunstâncias. Números consideráveis não conseguem passar da situação irregular para a legal, por falta de oportunidade, por não saberem como fazer ou ambos [...] O status de migração irregular traz consigo um sério risco de perda de direitos para as crianças, apesar de seu direito a extensas proteções de direitos humanos em virtude de sua condição de menores. Como já observei, não existem mecanismos adequados de supervisão, responsabilização e capacidade de insistir no tratamento adequado (*tradução nossa*).

Os direitos inalienáveis de toda e qualquer criança deveriam ser assegurados, independentemente de sua condição – solicitante de refúgio, asilo ou mesmo por estar em situação irregular no país – mas não é o que ocorre na prática. Vimos recentemente nos EUA crianças separadas de suas famílias, em desafio e completa violação aos princípios internacionais de direitos e proteção à infância. Essa atitude perversa e desumana de impor mais sofrimentos a pessoas em situação já tão vulnerável, marca o não reconhecimento desses indivíduos como crianças, como previsto pela CDC. Bhabha (2014) destaca que a situação na Europa também é relativa e restritiva na maior parte dos países, principalmente em relação a adolescentes. A prática de separação dos pais e detenção de crianças em alguns países, segundo Thomé (2019), é usada como recurso para desestimular a migração, medida ineficaz e que, sobretudo, viola os direitos humanos.

No Brasil, reconhecidamente um país com leis de migração e refúgio progressistas, o cenário também traz dificuldades ao acesso a direitos na prática, como aponta a pesquisa de Thomé (Idem). Mesmo quando o processo de permanência no país é autorizado e concluído, essas crianças enfrentam dificuldade de adaptação ao idioma, às diferenças culturais, à matrícula na rede pública de ensino ou acesso à saúde. Geralmente vivendo em áreas periféricas e em condições precárias, realidade que atinge grande parte da população nacional, ainda convivem com preconceitos e xenofobia em razão da ideia cristalizada na população local de que o migrante disputa com ela o acesso a direitos, reduzindo-lhe as oportunidades, realidade não exclusiva do Brasil.

O direito à participação e agência, como previsto no artigo 12 da CDC, também é limitado para as crianças em movimento. Como já discutido anteriormente, esse aspecto ainda não é consenso entre os agentes, nem mesmo entre as organizações que lidam com crianças em situação de refúgio, alicerçado na forte crença de que “o melhor interesse da criança” é dado pelo adulto e não pela criança envolvida. Aliás, para a criança desacompanhada ou separada solicitante de asilo ou refúgio, o caminho é ainda mais difícil, já que ela precisa de um representante ou tutor para acessar seus direitos, muitas vezes por ela desconhecidos, mesmo entre os mais velhos. Bhabha (2020) apresenta a dificuldade

dos Estados não só em identificar essas crianças, que permanecem subnotificadas<sup>34</sup>, como indicar tutores e representantes, o que gera um grande número de deportação, sem que as crianças sejam ouvidas ou que seus contextos sejam avaliados, colocando mais uma vez suas vidas em risco. Além disso, Martuscelli (Idem) informa que é comum entre os agentes de fronteiras considerarem como o “melhor interesse” para as crianças seu retorno à família, ignorando a situação que as levou a abandonar seu país. Inclusive, a autora destaca que juízes da corte americana não consideram que crianças possam ser perseguidas em razão de raça, religião, nacionalidade ou opinião política, descredibilizando suas narrativas e reduzindo suas chances de permanecer de forma regular no país.

Bhabha (2014) destaca as dificuldades de crianças e jovens que vivem de forma irregular. Muitos, mesmo em face a doenças, negam-se a buscar ajuda médica por medo de serem descobertos. Esse fato agrava o estado de saúde de crianças e adolescentes, levando muitos deles a óbito. Ainda aponta que “no Reino Unido havia 155.000 crianças migrantes irregulares no final de 2007; estima-se que mais da metade (85.000) tenha nascido e vivido toda a sua vida lá”. Ao contrário dos EUA, filhos de pais em situação regular no país não adquirem a cidadania britânica automaticamente. Pais com status irregular, por medo, não buscam as autoridades locais para regularizar a situação de seus filhos, que passam a vida inteira sem cidadania. A autora apresenta vários relatos de jovens sobre seus sentimentos de medo, insegurança e não pertencimento em razão de sua situação, mesmo quando regularizada, já que a fragilidade dos laços com a nação sempre pode levá-los a perder seu status e direitos. Não à toa programas governamentais são lançados vez por outra a fim de regularizar a situação dessa população. Bhabha (Idem) denuncia que o número de crianças e jovens sem status legal é impressionantemente gigantesco, tornando-as invisíveis e excluídas de qualquer sistema de cuidado e proteção, “bem como da agenda política e do debate público”.

Notadamente, crianças em movimento deslocam-se de países com histórico de longos conflitos político-sociais, muitas vezes em consequência de processos coloniais, que desembocam no agravamento da escassez de oportunidades e condições de vida frente ao desmantelamento econômico. Portanto, questões

---

<sup>34</sup> Thomé (2019) também traz em sua pesquisa relatos de agentes do Estado que consideram a possibilidade de subnotificação, principalmente em razão da longa extensão da fronteira brasileira e da falta de fluidez na circulação de informações entre os setores envolvidos.

sociais, políticas, econômicas, assim como catástrofes ambientais, afetam diretamente a vida das crianças e intensificam os deslocamentos na atualidade. Não considerar essas circunstâncias como possibilidade real de concessão de asilo ou refúgio é deixar crianças em situação de vulnerabilidade e desproteção, contrariando não só os direitos humanos, mas também os direitos dos humanos crianças.

Muitas dessas crianças, mesmo quando conseguem ingressar no país de destino, precisam trabalhar para se sustentar ou ajudar a família, assujeitando-se a contextos de exploração, muito embora haja intensas campanhas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do UNICEF para a extinção do trabalho infantil. Essa questão vem sendo desestabilizada por alguns teóricos cujas pesquisas demonstram a dualidade no trato com a criança, sendo em certas situações crianças demais para o exercício da agência e da escolha de seu “melhor interesse” ora grandes o suficiente para ser tratadas como adultas nos pequenos delitos, deslizes ou mesmo diante de interesses estatais, como no recrutamento abaixo da idade indicada pelo Comitê dos Direitos da Criança<sup>35</sup> pelas forças militares. Para Hanson e Molina (2019) e Hanson (2022), a inobservância das assimetrias regionais e dos diferentes contextos em que vivem as crianças somada à solidez dos discursos e imagens universais de uma infância idealizada, impede que se discuta com maior profundidade o direito das crianças à proteção, seja em relação ao trabalho, ao alistamento militar ou outras situações que desestabilizam nossas crenças, imaginações e expectativas como adultos e sociedade.

Em campanha lançada *“Empowering and protecting, not prohibiting”* (Empoderar e proteger em vez de proibir: uma abordagem melhor para o trabalho infantil)<sup>36</sup>, em 2021, ano internacional da ONU para a eliminação do trabalho na infância, pesquisadores apresentaram e discutiram realidades em que as próprias crianças sentem-se responsáveis por suas famílias e expressam seu desejo em participar da vida econômica e política de sua comunidade. Pesquisas realizadas com infâncias ao redor do mundo (Camarões, Índia, Afeganistão, etc) apontam para a necessidade de maior avaliação dos contextos em que o trabalho é parte integrante

---

<sup>35</sup> Embora o Comitê de Direitos da Criança, órgão que controla e monitora a aplicação, pelos Estados, das disposições do CDC, tenha alterado de 15 anos para 18 anos a idade para o ingresso voluntário nas forças armadas, essa limitação etária não é a mesma em diversos países, principalmente quando o recrutamento é feito por grupos armados.

<sup>36</sup> Disponível em [www.opendemocracy.net](http://www.opendemocracy.net) - Acessado em junho de 2023.

da vida de crianças, principalmente em localidades onde a vida é precária e empobrecida. Para esses pesquisadores, desconsiderar essa realidade (ou necessidade) é tornar a vida dessas crianças, famílias e comunidades mais difíceis. Há relatos, inclusive, de sindicatos organizados por crianças trabalhadoras, onde coletivamente reivindicam maior regulamentação do trabalho em condições dignas e seguras, em que lhes sejam assegurados os direitos como a qualquer trabalhador adulto. Além disso, em muitas culturas o trabalho é considerado educativo e edificante desde a mais tenra idade, entendido como espaço de aprendizagens e aquisição de experiências que serão levadas para a vida adulta.

Segundo esse grupo de pesquisadores, uma riqueza de dados mostra que a campanha internacional contra o trabalho infantil foi construída sobre uma série de suposições imprecisas, em grande parte por ignorarem as experiências heterogêneas de crianças trabalhadoras e fecharem os olhos para contextos diversos. Para esses pesquisadores é urgente ouvir essas crianças, reconhecer sua cidadania e protegê-las, respeitando seu contexto e suas necessidades. Ignorar isso é negar seu direito e arrastar grande parte das crianças ao redor do mundo a situações de exploração, assujeitamento e muitas vezes marginalização, sem a proteção, segurança e o respeito que merecem.

Temas como trabalho na infância, crianças-soldado e prostituição são controversos e difíceis, mas precisam ser tratados e discutidos sem as lentes idealizantes que nos acostumamos a examiná-las, assim propõe essa corrente de novos estudos sobre as infâncias em contextos não ocidentalizados, mas que certamente dizem respeito também àquelas que se deslocam de um mundo a outro em busca de mais oportunidades.

Certamente, todos concordamos que em um *mundo ideal e equânime* talvez nenhuma criança devesse exercer atividades laborativas, mas a complexidade da realidade exige respostas mais eficientes e responsáveis, para além da erradicação. Por mais que a perspectiva demonstrada por esses estudos nos desestabilizem e estilhassem o que reconhecemos como o lugar da infância, parece que essa reflexão e discussão precisa entrar em nossas pautas de pesquisa de forma urgente, já que a construção de nosso mundo ideal caminha muito lentamente, arrastando infâncias para as margens do sistema, ele próprio produtor dessas contínuas e desiguais realidades. Honrar o direito das crianças à cidadania sem abandonar as obrigações de proteção permanece um desafio para as políticas públicas nacionais e

internacionais (Bhabha, 2006). A ambivalência das infâncias e o modo como as políticas as reconhecem e encapsulam “precisam ser enfrentadas de frente, em vez de minimizadas ou ignoradas” (Bhabha, 2014).

*“Não existe nenhuma interpretação pura – na verdade, nenhuma metodologia, nenhuma teoria social ou educacional ou forma discursiva pode alegar uma posição privilegiada que possibilite a produção do conhecimento autorizado (...) quer gostemos ou não, como intérpretes estamos todos destinados a fazermos uma análise a partir de dentro de seus limites e de olhos vendados.”*

*Denzin e Lincoln, 2006, p. 288*

## 5

### **Aporte teórico-metodológico**

Antes de propriamente elucidar o contorno metodológico e epistemológico desta pesquisa, torna-se necessário breve preâmbulo para circunscrevê-la, retomando alguns pressupostos já apresentados no capítulo 2, quando fizemos a contextualização da pesquisa. Em 2019, chegando ao final do primeiro ano de doutorado, o recorte da investigação fora decidido: versaria sobre a infância em deslocamento forçado. Embora as campanhas estivessem no horizonte, a possibilidade de participação, junto a Cáritas – RJ, em projeto de formação de recreadores para filhos de refugiados, tornou-se parte central e motivadora da pesquisa. No entanto, em 2020, com o início da pandemia da COVID-19, o projeto foi interrompido.

Diante disso, não foi possível, como desejado inicialmente, a aproximação com as crianças, sujeitos da pesquisa, para, a partir dessa aproximação, ouvir suas histórias. O redesenho ou a nova rota perseguida centrou-se, então, nos vídeos das campanhas humanitárias produzidos pelas organizações multilaterais (UNICEF, ACNUR e OIM), veiculadas pela plataforma YouTube, sobre a infância em deslocamento forçado.

No decorrer deste capítulo, serão apresentados a justificativa e os pressupostos metodológicos que orientam esta tese, bem como a perspectiva epistemológica com a qual se alinha.

#### **5.1 Justificativa da pesquisa**

O presente estudo integra uma pesquisa mais ampla realizada pela *Cátedra Sérgio Vieira de Mello para refugiados da PUC-Rio*, projeto multidisciplinar que agrega pesquisadores de diversas áreas, com o objetivo de construir conhecimentos acerca da situação dos refugiados no Brasil. Esse projeto, em cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), reúne diversas universidades que promovem ações no âmbito acadêmico para a difusão de estudos sobre a temática do refúgio, entre outras ações, como ensino da língua portuguesa à população refugiada e revalidação de diplomas.

Além disso, diante dos inúmeros fluxos migratórios na atualidade, muitos deles realizados por crianças, acompanhadas, separadas ou sozinhas, acreditamos ser uma temática importante a ser investigada, de modo a produzir reflexões que contribuam tanto para a melhor compreensão das infâncias que se deslocam e vivem contextos de alta complexidade, como para construir as condições para uma existência digna, livre de interpretações e estereótipos reducionistas. A criança ainda é pouco prestigiada como sujeito de pesquisa, principalmente em contexto de refúgio. Embora hoje já existam iniciativas decorrentes da discussão proposta pelos Estudos da Infância a partir de uma perspectiva inter/multidisciplinar, ainda há um longo percurso a ser traçado. Berents (2020) destaca o pouco interesse na área das Relações Internacionais em incluir a infância no escopo de suas pesquisas, fato que foi possível de ser verificado quando da revisão de literatura.

Sendo as agências, principalmente o Unicef, as interlocutoras entre as crianças e o público transnacional, constituem-se como autoridades sobre o tema. Portanto, investigar suas campanhas é, por assim dizer, entender as operações discursivas/narrativas que são articuladas na construção das infâncias em situação de refúgio. Ainda que, neste momento de análise, as vozes (e os silêncios) das crianças nos cheguem através de campanhas, que têm por objetivo sensibilizar os espectadores e angariar contribuições financeiras, acreditamos ser importante lançar um olhar atento a essas representações, a fim de pôr em evidência e problematizar o imbricamento vítima/ameaça como constitutivo dos enquadramentos dados às infâncias nas campanhas audiovisuais.

Outro aspecto que consideramos relevante como justificativa para a pesquisa foi o reduzido número de estudos que se aproxima da temática que nos propusemos investigar. Considerando um importante caminho estabelecer um diálogo com investigações já realizadas e avaliar em que medida partilhavam o mesmo interesse,

empreendemos a busca por pesquisas realizadas no período de 2017 a 2021 no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Foram feitas diversas buscas com diferentes descritores. Sobre “infância e refúgio”, dentro do período demarcado, foram encontradas quatorze pesquisas. No entanto, ao refinar os descritores para alcançar algo mais próximo ao nosso propósito, ou seja, infância e refúgio em campanhas humanitárias, nenhum resultado foi encontrado. Procedemos, então, a uma nova busca com o descritor “refúgio e imagem”, resultando dezessete pesquisas.

A partir daí, realizamos a leitura dos resumos e palavras-chave, a fim de verificar a pertinência, chegando a um número reduzido de oito pesquisas, mas apenas cinco estavam autorizadas à divulgação. Mesmo assim, três delas tinham como objeto de análise a circulação da imagem do menino Alan Kurdi, duas da área da Comunicação e uma da Linguística Aplicada. Apenas uma pesquisa na área de Educação aproximou-se mais deste estudo, cujo título é “*A produção da criança refugiada a partir das fotografias nos documentos da Alto Comissariado da Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 2020.*”

A revisão de literatura produzida mostrou que o campo iconográfico da infância em situação de refúgio ainda foi pouco explorado, principalmente no que tange a campanhas humanitárias. A análise das campanhas, entendidas aqui como narrativas construídas no imbricamento semiótico – verbal e não verbal, pode nos fornecer importantes contribuições sobre as dinâmicas envolvidas no ato de representar e como a representação constrói os sujeitos crianças em deslocamento na contemporaneidade. Portanto, esta pesquisa pretende contribuir para o preenchimento dessa lacuna epistemológica e metodológica.

## **5.2 Posicionamento metodológico e natureza da pesquisa**

Esta pesquisa insere-se nos Estudos da Linguagem de natureza interdisciplinar, ou nas palavras de Moita Lopes (2014), *indisciplinar*, pois é na dialogia com outros campos do conhecimento que se pretende ampliar a compreensão e os significados do evento pesquisado. Ancorada na crença de que a linguagem é parte central da vida social, investigá-la é, pois, construir conhecimentos sobre a sociedade a partir de uma observação situada, já que a

realidade objetiva jamais pode ser capturada integralmente (Denzin e Lincoln, 2006, p.19).

Nossa área de análise é micro, não pretendemos fazer generalizações fáceis e simplistas do que é observado (Bastos e Biar, 2015). O conhecimento aqui produzido é sempre um recorte interpretativo das pesquisadoras, sujeitos constituídos de crenças, valores e posicionamentos políticos, jamais isentos ou neutros diante de seu objeto/sujeito de pesquisa, como acreditam os pesquisadores positivistas. Segundo Velho (apud Biar, 2012), “sendo o campo familiar ou exótico, é certo que a ele se impõe um ponto de vista, cuja análise relativamente objetiva pode ser mais ou menos ideológica e sempre interpretativista”, logo, aberta a outras possíveis leituras e interpretações.

Esta pesquisa enquadra-se, portanto, no paradigma qualitativo e interpretativista de pesquisa social, sendo a análise de natureza discursiva e informada pelos Estudos da Análise de Narrativa. A pesquisa qualitativa constitui-se a partir de um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo (Denzin e Lincoln, Idem). Para os autores, essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, envolvendo uma variedade de materiais empíricos como conversas, entrevistas, história de vida, textos, artefatos, produções culturais, enfim, eventos rotineiros e constitutivos da vida social.

Da perspectiva da Análise de Narrativa, segundo Biar, Orton e Bastos (2021), os encontros sociais são sustentados por práticas de linguagem, sejam elas verbais ou não. Embora as campanhas não se estruturam como encontro social face a face, são artefatos ou produções culturais que se constituem pela linguagem, logo, produzem significados sobre o mundo e os sujeitos envolvidos na interação mediada – organizações, representados e espectadores – e propõem determinados engajamentos.

Entendendo as campanhas aqui analisadas como formas de narrar infância e refúgio, logo, produtoras e/ou reprodutoras de discursos que circulam no imaginário social, nosso objetivo será, sempre tentativamente, perseguir e evidenciar os índices discursivos que nelas emergem. Sob a lupa de uma análise situada, pretendemos “deixar ver” como os macrodiscursos se atualizam e atravessam essas narrativas audiovisuais, avaliando também as implicações de tais discursos para a construção social da (s) infância (s) em deslocamento.

Para tal propósito, lançaremos mão de categorias analíticas da Análise de Narrativas (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972; Bamberg e Georgakopoulou, 2008; Bastos, 2008; Bastos e Biar, 2015, Bucholtz e Hall, 2005) transpostas ao contexto multimodal (Kress e van Leeuwen, 2006), em razão da natureza dos dados.

Ao realizar essa articulação teórico-metodológica pretendemos responder às questões que se seguem:

- i) Como a criança/infância é representada nessas campanhas?
- ii) Que narrativas sobre a infância e o refúgio se atualizam nelas?
- iii) Que estratégias são mobilizadas para a construção da comoção e a partir de que índices?
- iv) O que se pode ponderar sobre a relação estabelecida entre as campanhas e o mercado de doações na atualidade?

### 5.3 O recorte analítico e os procedimentos para a análise

Nosso campo de busca de campanhas circunscreveu-se às Agências multilaterais e intergovernamentais que compõem o Sistema das Nações Unidas e têm por objetivo e área de atuação a migração e a infância. Diante disso, foram selecionadas as três Agências envolvidas nesses contextos – OIM – Organização Internacional para as Migrações; ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e UNICEF – Fundo da Nações Unidas para a Infância.

A partir disso, empreendeu-se a busca por peças audiovisuais produzidas por essas três Agências e disponibilizadas na plataforma YouTube no período de 2020 a 2022. Durante o período, fomos selecionando as campanhas que tratavam da infância em situação de refúgio de forma aleatória, construindo um corpus com vídeos que apresentamos nas tabelas a seguir:

Tabela 1 Total de vídeos

<b>Agência</b>	<b>Número de vídeos</b>
UNICEF	20

ACNUR	15
OIM	2
Total	37

Tabela 2 Títulos por Agências

UNICEF	ACNUR	OIM
Nós somos o Unicef	O que é refugiado?	Dia das crianças
Por que o Unicef?	Crianças se solidarizam com refugiados	Ukraine crisis
Super Panas	Ana e outras crianças precisam de ajuda	
Crianças da guerra na Síria	Coral infantil Canarinhos da Amazônia	
E se você tivesse o poder de mudar o futuro?	Coral infantil Canarinhos da Amazônia encanta plateias	
Education is every child's right	Crianças como Amira estão fugindo da violência brutal	
Imagine um mundo melhor para as crianças	Crianças refugiadas sempre nos surpreendem	
Era como se eu não existisse	Crianças representam cerca da metade do número de refugiados	
A situação das crianças em Aleppo	Dia Mundial do refugiado 2022	
Apenas uma criança	Futebol sin fronteras	
A história de Malak	Mais da metade dos refugiados no mundo são crianças	
Malak, como é sua vida um ano depois?	Mohammad, a criança que tem a mesma idade que a guerra da Síria	
Unfair Tales (Mustafá, Malak e Ivine)	Obrigada por estender a mão às pessoas refugiadas	
Nós somos o Unicef	Pelos olhos de uma criança refugiada	
Uma criança é uma criança	Vidas interrompidas	
#ainda dá tempo	Você pode fazer a diferença na vida de uma família	

Crianças refugiadas e migrantes viajaram desacompanhadas		
O que a educação significa para você?		
Voices das crianças sírias		
Você é destemido		
<input type="checkbox"/>	Campanhas selecionadas	

Essas produções circulam internacionalmente e buscam chamar a atenção de um público cada vez maior, dado o alcance dos meios digitais, para a situação de crianças em deslocamento, tendo como finalidade a captação de recursos para subsidiar projetos e programas humanitários. A estética de suas produções distingue-se na representação dessas infâncias e na forma de mobilizar a empatia do espectador, no entanto, muitas delas mantêm elementos-padrão que atendem aos propósitos das campanhas. Foi possível observar, inclusive, que várias imagens se repetem em mais de uma campanha, a partir do processo de montagem. Além do apelo ao engajamento à causa, é muito recorrente a referência à escola ou à educação das crianças, principalmente nas campanhas do Unicef. Apesar da OIM também veicular campanhas sobre o refúgio, poucas com a temática da infância foram encontradas, já que seu âmbito de atuação não se restringe a essa categoria social.

O critério de seleção buscou priorizar alguns aspectos. Primeiro, nosso interesse foi escolher pelo menos uma campanha de cada agência. Em segundo lugar, apresentar diferentes estratégias na construção da narrativa na campanha e, por fim, diferentes contextos geopolíticos. Provavelmente, a partir desses critérios, outras opções poderiam ter sido feitas, pois o processo de escolha passa, necessariamente, pelo olhar subjetivo da pesquisadora. Não foi um processo fácil, pois sempre haveria, e há, a possibilidade de deixar de fora outras tantas com imenso potencial analítico. Acreditamos que o recorte, baseado nos critérios propostos, atendeu aos objetivos da pesquisa, ou seja, apresentar prototipicamente modos de construção narrativa ou, como sugere o título desta tese, uma *paisagem semiótica da infância em deslocamento*. Além disso, uma das agências (Unicef) foi priorizada por termos considerado produtivas para as análises ambas as campanhas,

além de ser a Agência que tem programas mais específicos voltados para a (s) infância (s).

Após a escolha das campanhas, decidimos que seria importante tratá-las em sua integralidade textual verbo-visual, por isso optamos que cada uma delas seria analisada separadamente e intitularia as quatro primeiras seções do capítulo de análise, sendo as demais seções desdobramentos comparativos entre elas. O capítulo de análise, portanto, estrutura-se como a seguir, a partir dos títulos das campanhas.

Seção 6.1 → Crianças como Amira estão fugindo da violência brutal / ACNUR

Seção 6.2 → Dia das crianças / OIM

Seção 6.3 → A história de Malak / Unicef

Seção 6.4 → #ainda dá tempo / Unicef

Seção 6.5 → Reflexões sobre a construção da comoção

Seção 6.6 → Pulando a cerca: pequenas posturas e “imposturas”

Como já dito, a Análise de Narrativa foi o instrumental teórico definido para a investigação das peças audiovisuais. Examinamos as narrativas breves (Bamberg e Georgakopoulou, 2008), bem como a estrutura das narrativas canônicas proposta por Labov; Waletzky (1967) e Labov (1972), privilegiando as ações complicadoras, as orientações, as avaliações e as codas como categorias analíticas. Nosso desafio, como já exposto, foi transpor essas categorias para o texto multimodal e, ao mesmo tempo, operar com categorias da gramática visual propostas por Kress e van Leeuwen (2006). A partir dessa teoria, examinamos a função representacional, interacional e composicional nas imagens, a fim apreender os possíveis significados construídos nelas, concentrando-nos, especialmente, nas categorias de oferta/demanda.

Além disso, importante destacar que, por se tratar de imagens em movimento, foi necessário eleger algumas cenas representativas da narrativa que nos propusemos a analisar, mas sempre procurando não perder de vista a estrutura global da peça audiovisual. No percurso de cada uma delas, haverá uma parte mais descritiva e outra mais analítica, no entanto, em diversos momentos, descrição e análise caminharão juntas.

Os dados e imagens utilizados nesta tese são de domínio público, conforme regulamentado no Artigo 1º, parágrafo único, da resolução número 510 de 2016 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.<sup>37</sup>

## 5.4 Entrelace teórico

Como os dados desta pesquisa apresentam-se em mais de um código semiótico, o entrelace teórico se realiza no alinhamento dos *Estudos da Análise de Narrativa* (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972; Bamberg e Georgakopoulou, 2008; Bastos, 2008; Bastos e Biar, 2015, Bucholtz e Hall, 2005) com os da *Teoria da Multimodalidade* (Kress e van Leeuwen, 2006).

Nas próximas subseções, apresentamos, o quadro teórico que estará em permanente diálogo ao longo das análises.

### 5.4.1 Análise de Narrativa

As narrativas constituem o humano e a vida em sociedade. Contamos histórias para organizar e dar sentido a nossa vida e ao mundo que nos cerca (Bruner, 1986, apud Moita Lopes, 2001). Portanto, estudá-la é buscar compreender a sociedade e o mundo em que vivemos a partir das práticas sociais nas quais estão envolvidas. A narração da vida não está só nas conversas, mas em testemunhos, discursos políticos, embalagens de produtos (De Fina, 2021). A autora estabelece que a narrativa, como prática social, é atravessada pela força das estruturas sociais que modelam as ações dos sujeitos, como também é investida de agência e criatividade, permitindo que os significados sejam permanentemente alterados. Tornando visíveis os processos envolvidos na construção das práticas semióticas sociais, a Análise de Narrativa apresenta-se como um potente instrumental teórico-metodológico para investigá-las.

Pensando nos nossos dados, podemos dizer que as campanhas são uma prática discursiva muito presente em nosso mundo contemporâneo, capaz de persuadir (ou não) o consumidor a se engajar naquilo que está sendo anunciado ou proposto. São narrativas produzidas com objetivos determinados, no nosso caso, sensibilizar e

---

<sup>37</sup> Link de acesso à resolução <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

propor o engajamento à causa. Em razão da própria natureza do gênero, artefatos também publicitários, as peças audiovisuais são construídas em diferentes formatos, utilizando-se de distintas estratégias. O percurso metodológico adotado procurou evidenciar essa diversidade, apresentando-as como prototípicas do gênero, fato que também impôs diferenças e limites para as análises.

A primeira campanha (seção 6.1) apresenta-se em uma modalidade mais tradicional, através de narrativas e imagens apelativas (fotorrealismo). A segunda (seção 6.2) é construída na modalidade entrevista; a terceira (seção 6.3) poderíamos considerar uma história de vida (Linde, 1993) e a última (seção 6.4) apresenta uma estrutura bem diferenciada, com imagens gravadas em um evento real, mas ficcionalizado. O paradoxo será melhor compreendido após o contato com o vídeo e a análise.

#### 5.4.1.1 Modelo laboviano e seus desdobramentos

A sociolinguística inaugura os estudos narrativos a partir das pesquisas pioneiras de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972). A narrativa, nessa concepção, seria a recapitulação de experiências passadas, organizadas temporalmente, que (infere-se) realmente ocorreram. No modelo laboviano uma história deve seguir a sequencialidade cronológica. A ordem dos eventos seguiria um percurso linear e sua alteração comprometeria a interpretação semântica original (Riessman, 1993). Sob essa perspectiva, uma *narrativa mínima* se constitui por um par de orações sequenciadas, que estabelecem entre si uma juntura temporal. Ainda para o autor, toda narrativa possui um ponto, uma razão de ser contada, ou seja, precisa ter reportabilidade. Um evento ordinário não merece ser narrado porque não haveria justificativa que sustentasse a narração ou o interesse do interlocutor. Suas investigações apontaram para a existência de um modelo canônico, a partir da recorrência de certos elementos que estruturam as narrativas. No entanto, salientou não haver a obrigatoriedade da presença de todos, sendo eles:

- **Resumo:** é uma prévia do que será narrado, um sumário narrativo;
- **Orientação:** série de dados contextuais referentes a “o quê”, “quem”, “quando” e “onde” aconteceu a história, ou seja, localizam a narrativa no tempo-espaco e seus participantes;

- **Ações complicadoras:** quando o narrador passa a contar o que aconteceu através de orações encadeadas temporalmente;

- **Avaliação:** momento da história em que o narrador introduz sua perspectiva, expressando o ponto central da narrativa. Ela não precisa estar condicionada a uma determinada posição na estrutura, sendo mais fluida, desloca-se ao longo da narrativa. Bastos (2005) considera a sinalização de clima mais emotivo como fator de reportabilidade. A avaliação pode ocorrer de forma *externa*, quando o narrador interrompe o fluxo narrativo, apresentando posicionamentos, emoções e afetos envolvidos em sua enunciação ou de forma *encaixada*, mantendo o fluxo, mas imprimindo emoções que indicam como os eventos devem ser entendidos pelos participantes;

- **Resolução:** é a solução como resultado das ações complicadoras;

- **Coda:** parte opcional da narrativa, que transporta a audiência do evento narrado ao evento narrativo, ou seja, do tempo da história para o tempo real da interação.

Para Labov, os elementos indispensáveis na composição de uma narrativa seriam a reportabilidade do evento narrado, as ações complicadoras e as avaliações. Como veremos no capítulo de análise, destaca-se a presença de orientações e avaliações como elementos estruturadores na construção das narrativas, tanto das Agências produtoras quanto das crianças representadas, naquelas em que atuam como protagonistas. A coda também é um elemento organizador do gênero, reconectando os espectadores ao evento narrativo, à própria peça publicitária, na qual, geralmente, há uma convocação para ação e/ou engajamento por parte da audiência/espectadores. Na verdade, essa estrutura apresenta-se como recurso que projeta a interação entre Agências e público, marcadamente distante e heterogêneo, através de um contato mediado e virtual.

As ações complicadoras comparecem em maior ou menor grau a depender da campanha que, como já dito, apresenta-se sob diferentes estruturas narrativas. Podemos dizer que apenas uma constitui-se como modelo canônico. As demais apresentam narrativas que diferem do proposto por Labov, embora alguns de seus elementos estruturadores estejam presentes.

Sem dúvida, as contribuições de Labov foram fundamentais para a fundamentação da Análise de Narrativa como instrumental analítico importante na Linguística Aplicada. No entanto, como todo conhecimento não é fixo, mas

construído em permanente processo dialógico, autores como Bruner (1997), Linde (1993) e Riessman (1993) trouxeram novas reflexões que corroboraram para a “segunda virada narrativa”, com a manutenção de alguns pressupostos labovianos, mas aspectos da ordem contextual foram incorporados e tornados relevantes.

Essa nova perspectiva passou a entender as narrativas não apenas como recapitulação fiel de experiências passadas, mas, sobretudo, como uma atividade que (re) constrói experiências, reais ou não, situadas social e historicamente, portanto “possibilitou reflexões sobre a natureza agentiva dos processos de criação de sentido” (Orton, 2020). Em seus estudos na área da psicologia social, Bruner (1997) define a narrativa como uma prática social, que opera com significados públicos e compartilhados, logo, os sentidos subordinam-se ao conjunto simbólico e compartilhado da cultura (Biar, 2012). Destaque-se, também, a natureza dual das narrativas (Bruner, Idem), isto é, quando dois mundos atuam simultaneamente e podem, inclusive, se entrecruzar: o mundo narrado, quer dizer, o mundo da história que está sendo contada, e o mundo narrativo, o evento situado em que a história é mobilizada, cujos processos intersubjetivos atuam na construção e negociação dos significados.

Elementos como estrutura, sequencialidade (Bruner, Idem) e avaliação continuaram tendo um lugar importante para os autores. Os elementos avaliativos, como propostos por Labov e entendidos como intensificadores da ação, salientam certos eventos ou momentos da narrativa através de recursos, como fonologia expressiva (aumento de voz, velocidade, entonação, prosódia), repetição, quantificadores, recursos paralingüísticos e outros. Tannen (2007) considera esses elementos avaliativos como recursos persuasivos ou estratégias de envolvimento, pois criam maior engajamento entre os participantes, o narrador e a história narrada. Como bem define Araújo (2021), estratégias de envolvimento configuram-se como importantes dispositivos para enfatizar determinado ponto, construir significados e mobilizar solidariedade.

Embora a compreensão da narrativa tenha alcançado novos horizontes, no cenário contemporâneo outras formas não canônicas agregaram-se aos estudos do campo, como narrativas habituais, em que os eventos se repetem sem que haja ações complicadoras; narrativas hipotéticas, quando os eventos podem não ser reais, mas propostos como se fossem, e narrativas topicalizadas, em que eventos passados conectam-se tematicamente (Riessman, 1993). Ou seja, pequenas histórias

(Bamberg e Georgakopoulou, 2008), que até então permaneciam à margem, contudo intensamente presentes nas interações, assumem relevância nas pesquisas. Nessa nova perspectiva, “contemplam-se também momentos de alusão à narrativa, bem como as narrativas adiadas ou recusadas” (Orton, 2020), caracterizando a “terceira virada”. As narrativas, portanto, não existem autonomamente a priori, elas se constituem em contextos interacionais com características distintas e objetivos específicos. Poderemos observar nos dados sob análise que as pequenas narrativas referem-se a eventos passados que, de alguma maneira, conectam-se tematicamente, apresentando tópicos alinhados, ou mesmo ações recorrentes ou habituais, sem que apresentem uma estrutura canônica, e ainda narrativas hipotéticas.

Essa guinada analítica de certa forma caminha em consonância à realidade contemporânea, fragmentada e instável, composta por frações que se decompõem, recompõem, enfim, se transformam. Na próxima seção, trataremos de forma breve aspectos sobre a construção identitária. Esse estudo foi importante para nossa reflexão sobre a representação da infância, por se tratar de uma categoria social cercada de atributos normatizadores que regulam e ditam como ela deve ser. Além disso, contribuiu para nosso argumento de como a comoção é produzida, na medida em que simetrias/assimetrias são construídas a partir de processos de identificação/desidentificação.

#### **5.4.1.2 Construções identitárias**

Bucholtz e Hall (2005) defendem a identidade como um fenômeno relacional e sociocultural, construída em interações, logo, não se trata de uma categoria fixa e estável. Após seus estudos em diferentes áreas das Ciências Sociais, as autoras apresentam cinco princípios fundamentais para o estudo da identidade: *emergência, posicionalidade, indexicalidade, relacionalidade e parcialidade*.

O primeiro princípio é o da **emergência**, considerando que a identidade, constructo formador do self, só poderá ser encarnado no mundo social através da linguagem, do discurso. Para as autoras, a identidade não seria apenas um mecanismo psicológico que se realiza no interior do sujeito, mas algo que se constitui por meio da ação social e da linguagem. Situam esse princípio em situações sociais, em que o uso da língua não se adequa à categoria social a que os

sujeitos estão a priori submetidos, como por exemplo a transgressão de gênero. Esse tipo de comportamento subverte os padrões essencialistas, rompendo com o que lhe é imposto como gênero normativo. Ou quando uma criança fala algo considerado “inesperado ou inadequado” a sua categoria social, podemos também considerar um tipo de subversão ao padrão imposto. O constante reforço de práticas essencialistas, seja de gênero, raça, infância, entre outras, acaba, cumulativamente, produzindo os sistemas mais amplos das categorias sociais.

O segundo princípio é o da **posicionalidade**, considerando que as identidades também se constituem através dos papéis assumidos em interações, como o piadista, o avaliador, o conciliador, entre outros. As autoras sinalizam que mesmos posicionamentos transitórios e efêmeros contribuem para a subjetividade e intersubjetividade do discurso.

O terceiro princípio é o da **indexicalidade**, que considera como as formas linguísticas são usadas para construir posições identitárias que identificam o status social. As associações entre língua e identidade estão enraizadas em crenças e valores sociais que normalizam quem pode ou não produzir determinados padrões na linguagem, além de informar as ideologias a que se afilia. Ainda destacam que, mesmo em interações fugazes, os participantes posicionam a si mesmo e os outros como tipos particulares de indivíduos.

O quarto princípio é o da **relacionalidade**, considerando que as identidades adquirem significado social sempre na relação com outras posições identitárias disponíveis e outros atores sociais. As autoras ampliam as noções de semelhança e diferença, por acreditarem que as identidades são construídas intersubjetivamente através do que denominam táticas de intersubjetividade, sendo elas: *adequação/distinção; autenticação/desnaturalização e autorização/deslegitimação*.

O primeiro par *adequação/distinção* nos foi de grande ajuda na compreensão dos processos de construção dos afetos em relação às crianças representadas nas campanhas, construídas na ambivalência entre vítima inocente/ potencial ameaça. A noção de adequação enfatiza que não se trata de homogeneizar grupos ou indivíduos para que sejam posicionados como iguais, mas apenas o suficiente para manter similaridade e, com isso, garantir os objetivos interacionais. A diferença que prejudica o processo de adequação deve ser, portanto, reduzida ou controlada, enquanto as semelhanças, vistas como favoráveis ao projeto de construção identitária, devem ser evidenciadas. Já a distinção é operada pelo movimento

inverso, ou seja, pelo encobrimento das semelhanças que possam comprometer a construção da diferença.

O segundo par relacional trazido pelas autoras é *autenticação/desnaturalização*. A autenticação ocorre quando um indivíduo se constitui como narrador autêntico na narrativa, utilizando-se de seus conhecimentos ou credenciais para legitimar sua autoridade. As Agências multilaterais constroem sua identidade a partir do lugar social que ocupam na temática da infância e do refúgio. Apresentando-se como aquelas que produzem conhecimentos práticos, conceituais, jurídicos e assistenciais, logo, uma autoridade está sendo sempre reivindicada por elas. A desnaturalização, contrariamente, evidencia como uma identidade forjada, falsa ou problemática está sendo reivindicada, desestabilizando relações hierárquicas que foram naturalizadas nas práticas sociais.

Por fim, o último par das relações intersubjetivas proposto pelas autoras é *autorização/deslegitimação*, que diz respeito aos aspectos estruturais e organizacionais da construção da identidade. A autorização refere-se à imposição de uma identidade através de estruturas ideológicas ou de poder local ou translocal. Já a deslegitimação ocorre quando as identidades são descartadas ou censuradas por essas mesmas estruturas de poder. Tais estruturas operam tanto no nível macro quanto micro, podendo ser reiteradas nas interações, mesmo sem a presença de uma autoridade identificável.

Apresentados os elementos intersubjetivos que autorizam, legitimam, naturalizam ou não identidades, retomamos agora o último princípio proposto pelas autoras, **parcialidade**. Esse princípio parte do pressuposto de que toda identidade é fragmentada e encontra-se em permanente mudança, podendo inclusive oscilar dentro da mesma interação, já que é relacional e não há estabilidade a priori. Segundo as autoras, é importante observar que a identidade pode se constituir de uma parte intencional e outra habitual. Muitas vezes ela se dá pelos processos de contestação ou negociação na própria interação, outras vezes é resultado de percepções/ representações de outros ou efeito de estruturas ideológicas maiores. Como destacam, as construções identitárias são múltiplas.

Em nossa pesquisa, além dos aspectos relacionados à adequação/distinção como já informados, a indexicalidade torna-se um importante princípio, pois orienta como os marcadores linguísticos criam ambivalências na construção identitária da criança, ao identificá-la através de atributos que a qualificam como inocente, pura,

doce, frágil, passiva e ao mesmo tempo selvagem, irracional, entre outros. Esses índices atravessam e complexificam a construção identitária da categoria social, principalmente quando acionada para fins de sensibilização e estabilização do que é ser ou não ser criança, do que é adequado ou não para a infância, ora contestando certos constructos ora reforçando-os. Todos esses aspectos tornam-se ainda mais adensados, se postos em relação à criança cidadã, normatizada como sujeito de direitos, assegurando participação, autonomia e direito à voz em busca de “seu melhor interesse”. No entanto, o que se verifica é o uso político dessa categoria pelas Agências e suas campanhas, seguindo a infância sistematicamente silenciada e despolitizada em seu direito à cidadania.

Como já dito anteriormente, em razão da natureza dos dados, a análise também será complementada pelos estudos da Multimodalidade. A seguir, apresentamos alguns recursos semióticos trazidos pela teoria, dos quais lançaremos mão nas análises.

#### **5.4.1.3 Teoria da multimodalidade**

Como bem coloca Lucia Hellín (2023) em capítulo do livro *Heteróclito y multiforme: debates y propuestas para analizar discursos*, “como analistas de discurso, trabalhar com corpus que incluem imagens em movimento supõe um desafio do ponto de vista metodológico” (tradução nossa). Seja pela quantidade de dados que se obtém no processo ou pelas dificuldades das ferramentas conceituais e técnicas, o desafio está posto.

Cada vez mais nosso mundo contemporâneo constrói narrativas no entrelace das linguagens verbal e não verbal. Estamos permanentemente interconectados a partir da difusão e expansão tecnológica. Interagimos com grande diversidade de textos multimodais em nossas práticas sociais, como por exemplo, a plataforma YouTube, local de compartilhamento de produções fílmicas institucionais ou caseiras, fonte dos dados desta pesquisa. Portanto, ao propormos uma análise dos vídeos de campanhas humanitárias produzidos por organizações internacionais, torna-se necessária a atenção aos seus índices verbais e não verbais na construção de significados, como formas de representação de uma determinada “realidade”.

Ainda como nos informa Hall (1997), as linguagens são sistemas de representação que se utilizam de signos e símbolos — sejam eles sons, palavras

escritas, imagens produzidas eletronicamente, notas musicais, até mesmo objetos — que representam para outras pessoas nossos conceitos, ideias e sentimentos. Os significados não podem ser definitivamente fixados ou entendidos como verdade absoluta, pelo contrário, estão sempre em situação de disputa e negociação.

Os estudos contemporâneos sobre multimodalidade apresentam diversas abordagens. Segundo Jewitt (2009), as principais seriam a análise sociosemiótica multimodal, associado ao trabalho de Kress e van Leeuwen (2001, 2006); a análise multimodal interacional, tendo como representantes Norris (2004) e Scollon e Scollon (2003) e a análise do discurso multimodal, tendo como destaques O'Halloran (2004) e O'Toole (1994).

Para este estudo, traremos algumas considerações teóricas propostas por Kress e van Leeuwen (2006) em sua gramática visual, a partir de uma análise sociosemiótica multimodal. Essa abordagem analítica nos permite investigar as interações entre os participantes interativos – o produtor da imagem e o observador – através dos enquadramentos dados aos participantes representados nas imagens em movimento. O enquadre produz significados interacionais, estabelecendo relações mais próximas ou mais distantes entre os participantes, criando maior ou menor envolvimento entre eles.

Além disso, essa abordagem prioriza a observação dos recursos semióticos em uso, sendo esse uso contextualizado social e culturalmente. Nessa perspectiva, o foco analítico dos signos está na compreensão de seus padrões e design, assim como dos discursos, histórias e fatores macrossociais que os moldam, visando à construção do significado. (Jewitt, 2009). Para esse autor, a sociosemiótica extrapola os aspectos linguísticos, ao considerar diferentes estudos que possam oferecer reflexões sobre os modos não linguísticos, alcançando a teoria do cinema, história da arte, iconografia, entre outros, além de ser influenciada pela sociologia e trabalhos na área de comunicação visual. Diante do exposto, reiteramos a abordagem escolhida para este estudo, que propõe o diálogo da sociosemiótica com diferentes referenciais teóricos nas análises propostas.

Como nos apontam Kress e van Leeuwen (2006), nenhuma representação é transparente ou neutra. As escolhas feitas na construção do campo visual, assim como as escolhas lexicais ou oracionais nas representações verbais, produzem “realidades” e sentidos. Nosso olhar, através das imagens, é convidado a compartilhar determinadas visões de mundo, de forma a naturalizar concepções

muitas vezes estereotipadas e racializadas da realidade. Um enfoque multimodal compreende o texto como o resultado da combinação de distintos *modos* que estabelecem relações entre si.

Entendemos as campanhas como uma prática social, apresentando-se como um gênero textual com determinados objetivos comunicativos do seu criador. Os gêneros se realizam dentro de *modos*. Por *modo*, entende-se a linguagem oral, escrita, imagética, gestual, musical, fílmica, ou seja, formas social e culturalmente definidas, que oferecem recursos para criar os sentidos. Segundo Hellín (2023), qualquer meio suficientemente desenvolvido para produzir sentido é um *modo*.

Para que um recurso semiótico seja considerado um *modo*, deve atender a três critérios: representar estados, ações e eventos no mundo, representar interações e, por fim, as relações internas do texto multimodal com o contexto. Esses critérios correspondem às funções da linguagem, conforme descritas por Halliday e Matthiessen (2004) transpostas ao texto multimodal.

- *função representacional ou ideacional* – representa eventos, objetos ou participantes em sua relação com o mundo. Eles apresentam estados ou realizam ações.

- *função interacional* – representa as relações entre os participantes representados e interativos (produtor e público). Os participantes interativos são, portanto, pessoas reais que produzem e dão sentido às imagens no contexto de instituições sociais que, em diferentes graus e de diferentes maneiras, regulam o que pode ser “dito” com imagens, como deve ser dito e como deve ser interpretado.

- *função composicional* – representa as relações internas no texto, organizando os elementos e construindo os sentidos.

A função representacional ou ideacional pode realizar *i) narrativas* de experiências que se desenrolam em um tempo e espaço, nas quais os participantes representados realizam ações. Essas ações são representadas por **vetores**, linguisticamente entendidos como verbos, quando o representado é denominado **ator**. Quando não há ação qualquer por parte do representado, diz-se que ele é a **meta**, ou seja, quando outros vetores na imagem apontam para ele. O processo narrativo pode ser **transacional**, ação feita para algo ou alguém ou **não transacional**, quando a ação não é feita para algo ou alguém, equivalendo ao verbo intransitivo. Quando o participante representado é o ator e o alvo, simultaneamente, não há ação, e sim **reação**. Assim como na ação, a **reação** pode ser **transacional**

ou **não transacional**, apresentando esta última forte carga de subjetividade. Nas imagens, os **vetores**, representativos das ações, são formados por elementos que formam uma linha oblíqua ou diagonal, representada por corpos, membros ou qualquer instrumento presente na cena. Importante também dizer que, nas imagens, o **ator** muitas vezes é o participante mais destacado pelo tamanho, lugar na composição, contraste com o fundo, saturação de cor, conspicuidade e/ou saliência psicológica. *ii) estruturas conceituais* que descrevem ou classificam os participantes por categoria ou características individuais que os fazem pertencentes a determinado grupo.

A função interacional é estabelecida pela relação no interior das imagens entre participantes representados, quando há mais de um, através das ações vetoriais, como já descrito anteriormente, ou diretamente com o espectador. Quando os participantes representados olham para o espectador, os vetores, formados pela direção do olhar dos participantes, realizam a conexão, que também pode ser proposta por expressões gestuais. Estabelecida a interação com o espectador, a ele é endereçado um “você” visual. O produtor usa a imagem para fazer ou solicitar algo ao espectador. Olhar, gesto e expressões faciais, um sorriso, por exemplo, exigem algo do espectador. Por essa razão, imagens desse tipo são denominadas como “**demanda**”. Entretanto, quando não há conexão visual ou gestual entre representado e espectador, os autores denominam a relação como “*oferta*”. Os participantes representados são oferecidos ao espectador como itens de informação ou objetos de contemplação para serem observados, validados ou rejeitados. “É sempre interessante estudar que tipos de participantes representados são, num determinado contexto, retratados como exigindo algum tipo de resposta social imaginária do espectador, e quais não são” (Kress e van Leeuwen, *Idem*).

A função composicional refere-se a maneira pela qual todos os elementos, representacionais ou interacionais, se relacionam e se integram em um texto significativo. Os três elementos composicionais são o valor da informação, a saliência e o enquadramento. Trataremos apenas dos dois últimos, por terem sido mais produtivos na análise. A saliência refere-se à estratégia utilizada para atrair a atração do espectador, como posicionamento em primeiro plano, tamanho, contrastes de cor ou diferença de nitidez. O enquadramento, além de ser a ausência ou presença de linhas ou molduras que limitam o representado em cena, também diz respeito à distância, podendo aproximar espectadores e representados como

distanciá-los. Através do enquadramento o produtor seleciona o que deseja mostrar ao espectador e como deseja que os representados sejam vistos por ele.

O ângulo horizontal, quando o plano for frontal, sugere aproximação, já um ângulo oblíquo sugere certa neutralidade. Segundo os autores, o ângulo de cima para baixo imprime uma relação de inferioridade ao representado, enquanto o ângulo de baixo para cima sugere superioridade ou exaltação. O tipo de ângulo pode comunicar simetrias/assimetrias e relações de hierarquia e poder. Todos esses elementos composicionais demarcam o tipo de relação estabelecida na interação entre participantes interativos (produtor e espectador) sempre mediada pelos representados.

Embora a teoria construída pelos autores refira-se a imagens estáticas, eles salientam a possibilidade de ser utilizada também em imagens em movimento, mesmo havendo algumas diferenças. Na imagem, por exemplo, as ações se realizam por vetores, enquanto nos vídeos e filmes é a própria ação e deslocamento do ator que está em movimento. A demanda e a oferta também são possíveis de serem analisadas, já que pode haver conexão ou não com o espectador. Nas imagens em movimento os significados são construídos na sequência de enquadres ou fotogramas (Novellino, 2011).

O que distingue a imagem estática da imagem em movimento é a ilusão produzida por uma característica da nossa visão: a persistência retiniana (Feldman, 1979, apud Hellín, 2023). Isso ocorre porque visualizamos a imagem e, gradualmente, em um quinto de segundo, ela desaparece de nossa retina. A reprodução de imagens estáticas em velocidade suficiente para que nossa visão não perceba o intervalo entre elas é o que produz o movimento em filmes e animações. Uma imagem em movimento recebe um enquadramento através do visor da câmera de filmar

Nas imagens em movimento, é muito comum haver cortes e montagens. A montagem tem a função de unir diferentes planos ou fragmentos de planos. Segundo a autora, a cena seria um conjunto de tomadas unidas por uma unidade de tempo ou espaço em um filme narrativo, já a sequência agrupa uma série de cenas. Concluindo, podemos dizer que a imagem em movimento é composta por várias fotografias ou imagens interligadas, logo, podem ser atribuídas a elas todos os recursos analíticos usados para as imagens estáticas. Assim como Kress e van Leeuwen (Idem) já haviam mencionado, o sistema oferta-demanda é verificável nas

imagens em movimento, bem como a alternância de diferentes distâncias e ângulos de enquadramento proporcionados pela filmagem.

Em nossos dados, foi possível observar cortes e montagens, com mudanças de cenas que marcaram alternância de espaço e tempo. No vídeo 1 (Amira), várias cenas de distintas situações envolvendo diferentes crianças são editadas em sequência, não havendo relação de continuidade entre elas. A conexão era apenas temática, quer dizer, crianças vítimas de algum tipo de violência. No vídeo 2 (dia das crianças), os cortes e as montagens são realizados a partir de tomadas em diferentes espaços de um parque, mas podemos dizer que a relação entre as cenas se mantém, ancorando o evento de entrevista com as crianças. No vídeo 3 (Malak), a montagem traz imagens ilustrativas em determinados momentos da narrativa testemunhal da criança. Por fim, no vídeo 4 (#aindadátempo), os cortes e a montagem foram mais significativos, alternando participantes, tomadas, ângulos, distanciamentos e enquadramentos, a partir do movimento da câmera, fato não tão evidente nos demais.

Os estudos no campo da multimodalidade vêm ampliando suas abordagens, principalmente em razão da expansão tecnológica. As facilidades multimodais das tecnologias digitais permitem que a imagem, o som e o movimento entrem no cenário comunicacional (Jewitt,2009), possibilitando a ampliação dos dados disponíveis e novas abordagens de análise.

Nosso caminho metodológico, como já exposto, foi selecionar cenas significativas ou fotogramas das peças audiovisuais e analisá-las na inter-relação com o todo da narrativa multimodal, de modo a atender aos objetivos propostos neste estudo, ou seja, investigar como as narrativas representam as infâncias em movimento.

A seguir, apresentamos o capítulo de análise dos dados selecionados.

*Ao nos ensinar um novo código visual, as fotografias alteram e ampliam nossas noções sobre o que vale a pena olhar e o que temos o direito de observar. São uma gramática e, ainda mais importante, uma ética do ver.*

*Sontag, 1977*

## 6

### **Análise dos vídeos de campanhas humanitárias**

Pretendendo contribuir para a reflexão sobre o contexto migratório na atualidade, mais especificamente sobre a representação da infância em migração forçada, este presente capítulo investiga campanhas humanitárias de organizações internacionais – Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – veiculadas pela plataforma YouTube.

Ao empreender as análises, buscamos entender como a criança/infância é representada, observando de que maneira a grande narrativa ou metanarrativa (Lyotard, [1979] 2009; Shoshana, 2013) sobre a infância é mobilizada ou está pressuposta no discurso das campanhas, produzindo dicotomias que separam o que está dentro ou fora dela. Embora as campanhas pretendam, entre outros objetivos, aproximar representados e espectadores, e com isso propiciar o engajamento com a causa por elas defendida, o mito da infância universal acaba por favorecer ambivalências nos afetos e imaginações em relação a infâncias que se afastam desse enquadramento, como sinalizam Bhabha (2009), Tabak e Carvalho (2018), Chouliaraki (2008), entre outros/as.

Poderemos observar, portanto, que essas dicotomias e ambivalências pautarão os processos que orientam a empatia no espectador, seja pela vitimização passiva que produz e salienta a diferença através de um processo de diferenciação, seja pela identificação do espectador com o que lhe é apresentado a partir de semelhanças e aproximações (Bucholtz e Hall, 2005; Chouliaraki, 2008, 2010). O incremento tecnológico adensa as tensões e ambiguidades inerentes ao regime de representação, em que estratégias de sensibilização e apoio à infância em situação

de refúgio misturam-se à mercantilização e espetacularização do sofrimento, produzindo sentimentos por vezes antagônicos na audiência.

Além disso, buscamos identificar, quando possível, índices – gestos, expressões ou contranarrativas – que se apresentem como momentos de ruptura às expectativas, ou que simbolicamente representem alguma “resistência” por parte dos representados. Ainda que os vídeos atendam a objetivos específicos, sendo a produção conduzida e planejada por equipes profissionais que roteirizam o que será (e como será) apresentado, sempre haverá espaços para fissuras e possibilidade de fuga daquilo que é prescrito, principalmente, diante da espontaneidade e inventividade da criança. Como apontam Silva e Pereira (2021), “diante do jogo de forças, as crianças também podem tentar romper, negociando e resistindo”.

Para tal propósito, apresentaremos quatro campanhas construídas em diferentes formatos, visando apresentar, panoramicamente, algumas estratégias usadas pelas agências como forma de sensibilizar os espectadores e representar as infâncias.

A fim de não fragmentar as narrativas audiovisuais e para que a compreensão global das mesmas não seja perdida, o capítulo estrutura-se a partir dos vídeos selecionados que darão título às quatro primeiras seções. No percurso de cada uma delas, haverá uma parte mais descritiva do vídeo e outra mais analítica, no entanto, em diversos momentos, descrição e análise caminharão juntas. Às quatro seções iniciais somam-se mais duas, nas quais serão apresentadas as reflexões sobre a produção da comoção comparativamente entre os vídeos (seção 5), e as contranarrativas visuais e verbais (seção 6). Destacamos a importância do acesso ao link indicado para melhor acompanhamento e compreensão do que será apresentado em cada seção.

Como instrumental analítico, lançaremos mão de categorias da Análise de Narrativas (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972; Bamberg e Georgakopoulou, 2008; Bastos, 2008; Bastos e Biar, 2015, Bucholtz e Hall, 2005) transpostas ao contexto multimodal (Kress e van Leeuwen, 2006).

Como já apresentado no capítulo 3, as organizações produtoras das campanhas que serão analisadas fazem parte do complexo sistema de gestão internacional da ONU. Reconhecidas como “atores transnacionais”, que atuam na prestação de assistência a pessoas em deslocamento ao redor do mundo, bem como na regulação e gestão dessa população, cada qual desenvolve atividades e projetos

dentro de sua área de atuação, produzindo conhecimentos especializados. Mesmo sendo o UNICEF o porta-voz de lutas pelos direitos da infância globalmente, isso não exclui as demais, que, inclusive, atuam em parceria em diversos projetos humanitários<sup>38</sup>, além de outras aqui não apresentadas como a UNESCO.

### 6.1 Vídeo 1: Crianças como Amira estão fugindo da violência brutal

Link de acesso <https://www.youtube.com/watch?v=ifg2hwn8OaU>

Essa campanha do ACNUR (2018), continua a ser veiculada tanto no YouTube quanto em outras mídias sociais. Nela, a história da protagonista Amira é contada na voz da narradora do vídeo, que nos relata a tragédia ocorrida com a menina iemenita, 6 anos de idade, afônica em razão da explosão de uma bomba perto de casa enquanto brincava.

A campanha explora com intensidade o sofrimento e a vulnerabilidade da infância com o propósito de sensibilizar o espectador e torná-lo um doador. São privilegiados tropos recorrentes em representações visuais de populações em situação de refúgio, como sugere Lenette (2017) e já conceitualizados no capítulo 2. Destacamos, portanto, a predominância dos *tropos de personificação*<sup>39</sup>, *infância, resgate e cuidado*.

O vídeo inicia-se com a imagem da explosão de uma bomba, cena frequente em cenários de guerra e destruição, instaurando um clima de tensão ao que será narrado e retomado na narrativa verbal da locutora do vídeo. A imagem em preto e branco na abertura do vídeo contrasta-se com a cor vívida da explosão da bomba e com as cores em tons terrosos do cenário em que a protagonista será apresentada na sequência. Podemos considerar a representação em preto e branco uma alusão ao caráter destruidor e desumanizador da guerra, imprimindo maior densidade à imagem e provocando sensações também negativas em relação ela, especialmente

---

<sup>38</sup> Importante destacar que, embora atuem em parceria em alguns projetos e campanhas, as organizações precisam dos recursos financeiros provenientes das doações, logo, travam entre si e com outras inúmeras ONGs permanente disputa mercadológica.

<sup>39</sup> O tropo de personificação se alterna com o de massificação (Lenette, 2017) nessa campanha. Apesar de Amira, protagonista da história narrada, ter tido sua singularidade assegurada, outras imagens de crianças não tiveram o mesmo tratamento ao longo da apresentação.

pelo jogo de cores presente na cena. A saliência dada à explosão reforça sua força aniquiladora, ao mesmo tempo em que justifica o cenário de destruição.



Fig. 13 Amira

Imagens/vídeos: @vídeo ACNUR

Essa é Amira, criança iemenita de 6 anos de idade à época. Assim ela nos é apresentada pela legenda no vídeo e pela narrativa breve e vicária da locutora que se sobrepõe à narrativa fílmica. A identificação e apresentação da protagonista através da singularização de sua história evidencia o *tropo de personificação* como estratégia de representação. Amira, como fica evidenciado no título da campanha “*Crianças como Amira estão fugindo da violência brutal*” torna-se a representante/protagonista de um conjunto homogêneo, indistinto e difuso de crianças que fogem da violência e violação de direitos.

1	Aos seis anos de idade, Amira está traumatizada.
2	Uma bomba explodiu ao lado de sua casa enquanto ela brincava.
3	Desde então, Amira nunca mais conseguiu falar.
4	Uma criança merece viver aterrorizada assim?
5	Amanhã pode ser tarde para proteger uma criança inocente da fome,
6	da violência e do desastre.

A breve narrativa verbal que acompanha a imagem propõe uma inversão nas duas primeiras orações: primeiro é apresentado o estado de horror de Amira: *traumatizada* (linha 1), apesar de sua pouca idade, e somente depois a causa do trauma é apresentada “*Uma bomba explodiu ao lado de sua casa enquanto ela brincava*” (linha 2), justificando e retomando a imagem de abertura do vídeo

(explosão da bomba). Nota-se que a narrativa verbal inicia-se com ações complicadoras (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972), cabendo à imagem de abertura a função de contextualização do cenário de guerra. Essa escolha referenda o que é colocado em primeiro plano: o estado traumático de Amira em razão e consequência da guerra. As ações complicadoras justificam tanto a afonia da criança como a presença da voz da narradora que precisa, no lugar da protagonista, contar a história que se resume à sua tragédia. Há um absoluto apagamento das causas da guerra e do perpetrador do sofrimento de Amira.

Em relação às funções das imagens propostas por Kress e van Leeuwen (2006), na narrativa visual teríamos:

- i) *função representacional* - a intensa expressão de dor e sofrimento de Amira, seu olhar perdido e vago, suas mãos para o alto, próximas ao rosto, quase que em posição de autoproteção, mobilizam e destacam a situação vulnerável da menina, narrativizando a história dramática da criança em contexto de guerra. Ao fundo, as imagens de barracas nos informam que Amira encontra-se em um abrigo após a tragédia, sinalizando o deslocamento forçado da menina, agora sem lar e vivendo em condições precárias. A identificação da organização (ACNUR) também está representada ao longo do vídeo, informando o espectador de sua presença em contextos de guerra e emergências, logo, sua ação transnacional.
- ii) *função interacional* - é construída pelo vetor estabelecido pelo olhar confuso e perdido de Amira, reforçando o horror ao experienciado. Seu olhar fugidio não nos encara em nenhum momento, demonstrando sua impossibilidade de interagir tanto com o espectador como com as lentes da câmera que produzem o vídeo. Concluímos, portanto, que a ausência de contato coloca em destaque o estado traumático da menina, avesso a qualquer tipo de contato, sendo sua imagem apresentada como *oferta* aos espectadores.
- iii) *função composicional* - cores em tons quentes e terrosos sugerem um clima árido, seco que reforça o ambiente precário. O fundo sonoro, ecoando os gritos agonizantes da menina, soma-se à composição visual e acentua a dimensão dramática da narrativa. O enquadramento

de seu rosto frontal, em primeiro plano, busca aproximar a *participante representada*, Amira, dos *participantes interativos*, espectadores e produtor do vídeo.

Todos os elementos semióticos coordenam-se e narrativizam a experiência da protagonista, participante de um evento de violência em um quadro de guerra, suscitando uma situação de emergência. Sua experiência em relação ao evento expressa-se em seu semblante de dor e desespero, em seu choro, em seu grito, através de um processo reacional (sem ação). Amira não age, não fala. Embora sua imagem seja personificada e sua história seja narrada na voz da locutora, Amira não interage com o espectador. Apenas o resultado reacional de sua experiência é explorado com intensidade na imagem, representando-a como a vítima sem voz. A teoria de Kress e van Leeuwen (Idem) sugere que a interação entre os participantes representados e interativos se realiza através de vetores na imagem, que estabelecem algum tipo de contato, como o olhar, a posição corporal ou mesmo objetos presentes em cena. Embora Amira esteja representada em primeiro plano, logo uma aproximação com os espectadores está sendo proposta, a ausência de um vetor de contato, expressaria a inexistência de uma *demanda*, o que significa dizer que visualmente a imagem não é feita “para” ou destinada a ninguém.

Aqui, torna-se necessário separar participantes representados e interativos. Obviamente, a protagonista Amira não propõe *ação transacional* alguma com os participantes interativos, tanto produtor como espectador. Sua impossibilidade real de interação inviabiliza qualquer tipo de contato visual, o que atesta sua indiferença aos objetivos de sua imagem. Amira não espera uma resposta de sua audiência. No entanto, em relação a quem produz a imagem, podemos dizer ser justamente na ausência de contato da protagonista que sua imagem é uma *oferta*. Isso significa dizer que a participante representada (Amira) é oferecida ao espectador pelo produtor como objeto de reflexão. Ela é um fenômeno a ser observado, a quem o produtor e a organização apresentam uma demanda por ajuda, não uma pessoa que se dirige ao espectador (Kress e van Leeuwen, Idem).

Outros participantes também compõem a cena: duas crianças em plano secundário (embora outras compareçam ao longo do vídeo) e um adulto, estabelecendo este último um processo acional de proteção a Amira, com seus braços (vetores) estendidos em torno da menina. A comunicação do seu alto grau

de sofrimento é realizada através de sua potente imagem de dor, sem que haja qualquer verbalização por parte dela. Portanto, sua voz, emudecida em virtude do trauma advindo da tragédia vivida, é transferida para a força imagética de seu desespero e para a narradora do ACNUR.

Na sequência da narrativa da campanha, outras imagens de crianças sucedem-se, como a que será apresentada a seguir, sem que haja a identificação dessas crianças nem tampouco o conflito do qual são vítimas. Mais uma vez, observa-se o apagamento dos diferentes conflitos e suas motivações, sendo a imagem da criança utilizada como o ápice da tragédia e brutalidade humana, despoltizando a guerra e o deslocamento. A sucessão dessas imagens compõe, em nossa avaliação, o que Lenette (2017) classifica como representação massificada, já que as marcas de identidade e subjetividade estão ausentes. A crença no valor ético-universal da infância como força restauradora da sensibilidade e da humanidade justificaria a exploração e circulação tão frequentes em campanhas. A infância seria capaz, nessa lógica humanitária, de aumentar não só a arrecadação de fundos para as ações de assistência como apelar à consciência pública e governamental. Embora o grito, o choro e as vozes dessas infâncias permaneçam inaudíveis e sem força política, incapazes de impedir tais atrocidades, contraditoriamente, suas imagens tornam-se politicamente úteis e potentes ao expor os efeitos da predadora política global.

Para Rancière (2014), a metonímia, ao apresentar o efeito pela causa ou a parte pelo todo, seria uma figura política por natureza, por provocar deslocamento e tensionamento em nossa percepção da realidade sensível. Observemos a definição proposta pelo dicionário Oxford on-line para a metonímia: *“figura de retórica que consiste no uso de uma palavra fora do seu contexto semântico normal, por ter uma significação que tenha relação objetiva, de contiguidade, material ou conceitual, com o conteúdo ou o referente ocasionalmente pensado”*. Podemos, portanto, considerar que imagens de crianças representam “figuras de retórica” para as grandes violências e tragédias humanas pelo tensionamento que provocam em nossas percepções de injustiça, já que tais imagens deslocam a infância dos contextos imaginados culturalmente para ela.

Embora entendamos que há uma tentativa recorrente no discurso internacional das agências humanitárias de posicionar a criança “fora ou acima” da política, o binômio inocência /injustiça é explorado para a mobilização de capital econômico e político à causa. Como adverte Fassin, questões do âmbito

humanitário encontram-se na atualidade misturadas às questões políticas e vice-versa.



Fig. 14 Menino anônimo      Imagens/vídeos: @vídeo ACNUR

Do ponto de vista da interação, seguindo Kress e van Leeuwen, também não há por parte do menino acima um processo de ação transacional (interação), somente um processo reacional não transacional (sem ação e interação), destacando a infância em situação de radical vulnerabilidade e passividade. Mais uma vez a dor da criança é explorada e ofertada ao espectador como objeto de reflexão e comoção: por que ele chora? Para onde olha e o que o assusta? Onde ele está? Está sozinho? Essas e outras reflexões podem ser sugeridas pela imagem sem que haja uma resposta. São questões que o espectador em interação com a imagem terá que imaginar sozinho. Para Kress e van Leeuwen (Idem) esse tipo de construção visual “pode criar um forte senso de empatia ou identificação com os participantes representados”.

Por outro lado, como sugerem pesquisadores da área da comunicação, como Chouliaraki (2010, 2012, 2013), *imagens de choque* são muitas vezes rejeitadas pelo espectador. A exposição massiva, e por vezes espetacularizada, a essas imagens produz o que os teóricos denominam *fadiga da compaixão*. Essa fadiga impede o espectador de interagir com a imagem por se sentir impotente diante das misérias e injustiças do mundo, preferindo a cômoda alienação (Sontag, 2003).

Em concomitância à imagem do “menino anônimo”, a narrativa verbal é suspensa e uma avaliação negativa em relação à situação é encaixada. Essa avaliação interpela de forma interrogativa a audiência, como provocação à reflexão e à comoção: “*Uma criança merece viver aterrorizada assim?*” (linha 4). Observa-se que essa contundente avaliação está ancorada e ganha intensidade na imagem da

criança representada no vídeo. É no compartilhamento da avaliação negativa da condição em que as crianças se encontram que a campanha interroga a moralidade da audiência. Com isso, a resposta esperada é a sensibilização diante do sofrimento de crianças, cujas vidas poderão ser salvas com uma doação. Ao fazê-la, o doador torna-se o “salvador”<sup>40</sup>, como sugere Chouliaraki (2010), posição que por vezes ameniza a consciência e mitiga a culpa e/ou a impotência diante das grandes tragédias. O ato de doação, portanto, separaria doadores e vítimas indefesas, reproduzindo hierarquia no valor individual de quem doa e de quem recebe. Ressalta-se que esse ponto da análise não desconsidera a importância e necessidade das doações nem tampouco o esforço humanitário para minimamente amenizar certas realidades. Contudo, as ações geralmente ocorrem em contextos de emergências, mantendo-se e reproduzindo-se, assim, as assimetrias globais, sem que as reais razões sejam questionadas e verdadeiramente alteradas com soluções duradouras.

Finalizando a primeira parte da narrativa, a orientação temporal dada pelos advérbios temporais marca a urgência da campanha (linha 3) “*Amanhã pode ser tarde demais*”. De que “amanhã” trata a campanha? Quantos anos comporta esse amanhã? Várias crianças como Amira sofrem com a guerra no Iêmen há anos. O contexto de destruição e perda de vidas continua em ascensão. Amira é uma das vítimas, metonímia dessa guerra esquecida, assim como tantas outras. Importante destacar que a única referência ao específico conflito é a explosão da bomba na abertura do vídeo, podendo representar qualquer uma das guerras travadas em diversas partes do mundo, mas sem por isso deixar de comunicar o horror comum a todas elas.

A orientação espacial é dada pelo ambiente árido da filmagem e pelo nome do país que aparece junto ao da protagonista na tela: *Iêmen*. Somos informados de que Amira brincava quando a bomba explodiu, fato que aproxima duas realidades concretas tão antagônicas entre si: brincadeira e explosão de bomba.

Diante do apelo urgente da campanha, individualmente fazemos nossa doação ou a rejeitamos, mas no final seguimos nossas vidas. Afinal, a guerra é lá e não aqui

---

<sup>40</sup> O termo “salvador” refere-se tanto à esfera de doações privadas e individuais quanto à dos Estados-nação mais poderosos que enviam grande soma de dólares ou euros às causas humanitárias de organizações internacionais, muitas vezes como forma de pressionar essas organizações ou mesmo minimizar maiores consequências para a ordem e estabilidade internacionais.

e isso nos aquietam diante das cenas de grandes tragédias, como já dizia Sontag (1977, 2003). Acostumamo-nos a naturalizar certas guerras e milhares de mortes, cujas vidas nem chegaram a existir. Nas palavras de Butler (2018) “uma vida não passível de luto é aquela cuja a perda não é lamentada porque nunca contou de verdade como vida”.

Comparemos a repercussão da guerra entre Rússia e Ucrânia e o tempo midiático dedicado a ela<sup>41</sup>. Seria por que é recente? Afinal, as guerras dos povos “bárbaros e incivis” duram mais tempo do que nos é possível compreender e acompanhar. Até mesmo nas guerras há hierarquias, umas valem mais que outras, umas duram mais que outras, umas são mais próximas e nos atingem como semelhantes, outras distantes em terras esquecidas e desconhecidas. A enormidade de informações e imagens que circulam no momento de um conflito recente deixa à sombra outros tantos que se intensificam e se estendem, sendo o Iêmen apenas um deles.

Em ambas as imagens, Amira e “menino anônimo”, o que predomina é a vitimização e o efeito do choque, promovendo sentimentos que se deslocam entre compaixão e medo/ esperança e risco. A dualidade simbólica do migrante, mudando constantemente entre a vítima sem discurso e a ameaça, está no cerne dos estudos críticos sobre a representação dos migrantes (Chouliaraki e Stolic, 2017).



Fig. 15 Acolhimento

Imagens/vídeos: @vídeo ACNUR

<sup>41</sup> Durante o processo de escrita desta tese, outro conflito dominou o noticiário nacional e internacional, o ataque do grupo palestino Hamas a Israel, trazendo instabilidades e preocupações à política internacional, além da perda irreparável de vidas humanas civis, inclusive milhares de crianças.

Nessa terceira imagem, Amira divide o primeiro plano com a voluntária do ACNUR, embora esta esteja mais próxima ao espectador que a menina. Parece haver a intenção em dar destaque à presença e à ajuda voluntária da organização em situações de guerra e emergência. Teríamos nessa imagem os *tropos de resgate e cuidado*, como destacados por Lenette (2017), frequentes em campanhas sobre refúgio. Esses *tropos* evocam a nobreza das organizações por suas ações e presença nesses contextos, bem como destaca o sentimento de empatia que se realiza na relação de seus voluntários com a população em situação de deslocamento e vulnerabilidade.

Em relação às funções das imagens propostas por Kress e van Leeuwen (Idem), teríamos:

- i) *função representacional* narrativiza, mais uma vez, o sofrimento da criança, mas agora a presença da organização e o acolhimento dado pela voluntária são o centro da narrativa na imagem.
- ii) *função interativa* realiza-se internamente na imagem através de vetores compostos pelos olhares dos participantes representados na cena. No entanto, esses vetores não se conectam entre si nem tampouco com a audiência. Mais uma vez, a imagem se constitui como uma oferta aos espectadores.
- iii) *função composicional* apresenta um cenário ainda empobrecido, podendo ser vistas ao fundo as tendas do abrigo ou campo para deslocados e o chão seco de terra batida. Por outro lado, a imagem está mais aberta e iluminada, destacando-se a cor azul do céu e do uniforme da voluntária da organização. Outras três crianças dividem a cena, tendo uma delas uma bola na mão.

Observamos que a voluntária realiza um processo acional de acolhimento à menina, que chora e grita em virtude de seu sofrimento. Em segundo plano, três crianças também dividem a cena e acompanham o desespero de Amira, ao mesmo tempo em que observam, curiosas, a gravação das imagens. A bola, na mão de uma delas, lembra-nos de que, mesmo em espaços tão áridos e sofridos, a brincadeira ainda persiste e resiste.

Como dito, a função interativa se realiza internamente na imagem através do vetor composto pelo olhar da voluntária em direção a Amira. No entanto, nenhum dos vetores (olhares) conectam-se com a audiência. Essa ausência de conexão entre participantes representados e interativos (audiência) revela certo interesse em oferecer/ofertar uma representação até certo ponto “natural” e espontânea, cujo a saliência parece estar na visualidade do sofrimento da protagonista (posição frontal de Amira chorando) e a posição de acolhimento, em primeiro plano, da voluntária. Por sua maior proximidade com o espectador, a ajuda humanitária parece ser o centro da narrativa nessa imagem, sendo enaltecida em sua agência. Entretanto, a tomada corporal da voluntária pela câmera na cena (de lado) sugere certa “indiferença” em relação ao olhar da audiência, destacando que a ação voluntária acontece “sem a necessidade de ser vista”. Sem desmerecer os esforços e a solicitude dos voluntários, certamente a organização precisa investir na comunicação e circulação social de suas ações e programas como forma de assegurar sua imagem junto ao mercado de doações, do qual depende, para a implementação de seus projetos humanitários. Portanto, sabe que sua credibilidade está e estará sempre em questão.

Por não haver convergência de olhares entre participantes representados e interativos, não haveria *demanda*, mas apenas a *oferta* do sofrimento e da ação voluntária da organização como objetos de análise e reflexão por parte do espectador, como nas demais imagens. Todos esses índices constroem o discurso da emergência, no qual apenas a organização é o agente presente para remediar o infortúnio de crianças inocentes, passivas e indefesas.

Na contramão da *oferta* na imagem, a narrativa verbal que se desenrola no prosseguimento da campanha estabelece uma interação diferente com o espectador. Vejamos:

7	Com pouco mais de um real por dia, nós podemos fazer muito
8	O ACNUR - Agência da ONU para refugiados – ajuda a protegê-las
9	Crianças precisam de nós, e nós precisamos de sua ajuda agora
10	Sabemos que você não vai virar as costas para crianças como Amira (pausa)
11	É mais urgente que nunca
12	Acesse agora <a href="http://onurefugiados.org">onurefugiados.org</a> e faça sua doação
13	Ajude refugiados que perderam tudo

Nesse momento, a narrativa refere-se diretamente à solicitação de doação, e se utiliza de linguagem apelativa. O valor solicitado é bem pequeno – 1 real por dia –, o que possibilitaria a adesão de grande número de doadores. Em concomitância à voz da narradora, na tela aparece texto similar ao narrado em letras brancas – “*com pouco mais de R\$ 1 por dia **você** mantém crianças vivas e seguras.*” Agora, a narradora dirige-se a “*você*” (essa estratégia de convite direto também aparece na linha 10), o possível doador, dando-lhe o poder de salvar a vida de crianças inocentes. Acreditamos que todo o montante arrecadado seja fundamental para o desenvolvimento de projetos e programas humanitários de assistência que, com certeza, aliviam o sofrimento de muitas crianças. No entanto, o discurso de empoderamento do doador parece dar a ele o falso poder de resolver o problema e de realmente salvar vidas.

Na sequência o nome da Agência é referenciado (linha 8), dando credibilidade à campanha e ao direcionamento da doação, afinal, o ACNUR também se constitui como uma marca que possui credenciais reconhecidas e respeitadas socialmente. A credibilidade torna-se importante já que, em se tratando de doações financeiras, sempre haverá suspeitas de lisura ou desvio, logo, observa-se o investimento na identidade da própria marca da organização em destaque.

Em continuidade, a narração se mantém em tom apelativo, quando a referência a crianças é retomada. Observam-se pausas e mudança de entonação nos períodos que se seguem (linhas 9 a 13), quando mais uma vez a moralidade da audiência é colocada em questão através da avaliação “*Sabemos que você não vai virar as costas para crianças como Amira.* (pausa longa e, ao fundo, a imagem de Amira e seu grito inicial retornam à tela). *É mais urgente que nunca*” (mudança de entonação que impõe maior densidade à urgência). Como encerramento da narrativa, temos a coda (linha 12) “*Acesse agora [onurefugiados.org](http://onurefugiados.org) e faça sua doação*”, reconectando o espectador ao tempo presente, através de uma convocação imperativa à ação de doação no site indicado.

Se na construção narrativa das imagens pudemos observar a predominância da *oferta*, caracterizada pela ausência de interação entre espectador e representado, em que crianças são ofertadas pelo produtor ao olhar do espectador, tornando-as mais objetos que sujeitos de suas histórias, na narrativa verbal ocorre justamente o contrário. A mensagem de apelo é explicitamente dirigida ao espectador, através da

locutora, que constrói uma relação de proximidade, indexicalizado tanto pelo pronome de tratamento “*você*” (linha 10) como pelo pronome possessivo “*sua*” (linhas 9 e 12). Portanto, a interação por *demanda*<sup>42</sup> se realiza na voz da narradora da campanha, que fala pelas crianças, interpela a audiência e convoca sua participação solidária. As duas formas de contato (*oferta e demanda*), como teorizadas por Kress e van Leeuwen (Idem), complementam-se, visando atingir os fins da campanha.

Outro aspecto que se destaca na construção da narrativa é a separação entre público e organização nas linhas 7 a 9. O uso do pronome “*nós*”, que tem como referente a própria organização ACNUR (linha 8), estabelece a relação entre doador e organização. Ou seja, doador (você) ajuda o ACNUR (nós) a ajudar crianças “necessitadas”, colocando-se como o interlocutor entre elas e os espectadores. O processo relacional estabelecido referencia o ACNUR como narrador autêntico na narrativa, já que possuidor de conhecimentos ou credenciais para legitimar sua autoridade (Bucholtz e Hall, 2005). Esse enunciado conecta-se à narrativa visual, reforçando a presença da organização no contexto de emergência, o que por fim justificaria a necessidade de doação por parte do espectador, que dividirá com o ACNUR o lugar de agente ou salvador.

A imagem da criança, culturalmente usada para o fortalecimento do discurso da inocência, atua como flecha no coração de doadores e gera simpatia com as causas por ela representada, além da urgência das mesmas. Os índices do sofrimento de Amira acentuados na narração da locutora compõem a **narrativa de emergência** do sofrimento. Segundo Ticktin (2016):

O “imaginário de emergência” (Calhoun, 2010) precisa de alimentação constante, e o tempo de atenção do mundo dura enquanto puder sustentar o horror imediato da violência ou da morte. (*tradução nossa*)

Segundo a autora, em referência à imagem do menino sírio, Alan Kurdi, houve um grande aumento no volume de doações depois de 24 horas a sua publicação, entretanto não foram mantidas mesmo antes dos ataques a Paris. Parece

---

<sup>42</sup> Embora o conceito de *interação por demanda* seja proposto pelos autores em relação às representações visuais, acreditamos ser possível propor uma transposição para a representação verbal, já que ambas as linguagens atuam juntas na construção do sentido da narrativa.

haver um forte imbricamento entre comoção e visualização dramática expandida, levando ao que Calhoun (2010) denomina de “o imaginário de emergência”.

Esse imaginário é criado midiaticamente, mas nem sempre fácil de manter sem que se chegue à exaustão e, sobretudo, sem que se avance na discussão político-social de produção “dos excedentes” do sistema (Agamben, 2007), como “supérfluos e matáveis”. A resposta da gestão a uma emergência centra-se na restauração da ordem e não em sua alteração” (Calhoun, 2010). Para o autor, o crescimento e força do humanitarismo repousaria na esperança de uma nova ordem cosmopolita que substituiria a ordem dos Estados-nação, já que a crença no desenvolvimento econômico e na luta política como formas de tentar melhorar a situação humana vem fracassando.

Mas será que políticas humanitárias conseguem responder a esse fracasso? Como bem nos lembra Ticktin (2016), e também Fassin (2012), o humanitarismo relaciona-se a sentimentos como compaixão, pena, empatia, mas não a direitos, recorrentemente subvertidos pelos discursos compassivos. Para Ticktin:

Na medida em que se concentra nos indivíduos e não nas realidades estruturais, a compaixão não pode, por si só, promover uma política de igualdade. Talvez mais importante, em suas formas atuais e institucionalizadas, o humanitarismo realmente mantém a desigualdade, na medida em que separa duas populações: aqueles que podem sentir e agir por sua compaixão e aqueles que devem ser sujeitos (ou objetos) dela; aqueles que têm o poder de proteger e aqueles que precisam de proteção. *(Tradução nossa)*

A autora considera a compaixão uma emoção limitada que escolhe alguns indivíduos excepcionais e exclui o resto, sendo na realidade incapaz de ser generalizada, dependendo exclusivamente de sensibilidades individuais em vez de direitos. Além disso, passado o momento de comoção e compaixão global, volta-se às políticas de repressão e vigilância de fronteiras, como forma de proteção ao espaço local de cada Estado-nação, principalmente em tempos de ascensão da extrema direita em diversos países.

Apesar de todo esforço e tentativas das Nações Unidas e de suas agências para sensibilizar públicos e Estados sobre a necessidade de proteção às crianças que sofrem em diversas partes do mundo, a narrativa de emergência utilizada na campanha ainda se vincula a discursos compassivos, com pouca força política no enfrentamento das desigualdades globais, principalmente na relação com países

historicamente poderosos que comumente impõem seus interesses acima dos demais, mantendo-se, assim, as assimetrias. Além disso, essas nações sentem-se à vontade para descumprir acordos e tratados internacionais, sem que haja qualquer consequência, enfraquecendo a tão honrosa missão das Nações Unidas de organizar o internacional e promover a justiça e a segurança global.

Alinhando-nos a Wodak (2009), assim como a Kress e van Leeuwen (2006), de que é possível argumentar visualmente, já que imagens defendem ou refutam pontos de vista ao reforçar ou não estereótipos, crenças e valores em nossa sociedade, concluímos a análise, destacando alguns aspectos político-ideológicos que nos parecem relevantes.

A representação da infância sem fala, sem cidadania, através da imagem que choca e espetaculariza o sofrimento, legitima uma imaginação pública estereotipada da criança, como a vítima passiva ou o risco iminente, como nos lembram Bhabha (2009), Tabak e Carvalho (2018), Chouliaraki (2008) entre outros. Aprisionada numa representação que a constrói como receptora passiva da ajuda piedosa dos países ocidentais e do público em geral, “a linguagem do humanitarismo não passaria de uma cortina de fumaça que joga com o sentimento para impor a lei do mercado e a brutalidade da realpolitik” (Fassin, 2012), no exercício da necropolítica (Mbembe, 2016).

Ao dar ao sofrimento e ao trauma a centralidade da narrativa, despolitiza-se a guerra, a migração forçada e a própria infância. O ocidente branco e “civilizado” é desresponsabilizado politicamente, mas responsável, junto com a organização, pela solução que se resume à doação. Mas o que acontece depois? Qual o final de Amira e demais crianças? A campanha não oferece um final para a história da menina, assim como para as outras “sem nome”. Como argumenta Rancière (2014), o horror não está banalizado pelo excesso de imagens, mas pelo excesso de corpos anônimos, “sem nome, incapazes de nos devolver o olhar que lhes dirigimos, corpos que são objeto de palavra sem terem a palavra”.

O sofrimento de Amira e a brutalidade a que foi (ou ainda é) submetida já a coloca fora do sistema de crenças hegemônico de infância. Mas não é apenas o sofrimento e sua vida em estado de exceção que realizam esse descentramento, é também sua etnia. Qual a chance de vermos, na mesma proporção que outras infâncias em contexto distinto, uma criança iemenita enquadrada fora de experiências dolorosas ou de cenários precarizados, sem que sua cultura e origem

ponham em suspeição a promessa de um desenvolvimento saudável, consoante aos parâmetros ocidentais? Seu porvir é entendido como incerto tanto dentro do espaço doméstico, de quem é órfã, como fora dele, por ser destituída de credenciais que autorizam sua “normalidade”. Esse racismo étnico também atinge outras infâncias que vivem em países devastados por guerras e miséria, sem a garantia de que, ao abandoná-los, seu “direito a ter direitos” venha a ser reconhecido. A criança vítima iemenita, além de provocar afetos dirigidos a ela por sua injusta condição, também articula e potencializa nos espectadores a condenação da comunidade ou nação que representa. Como afirma Berents (2020), “desempacotar” imagens de tragédias que envolvem crianças oferece maior compreensão sobre o quadro geopolítico e suas desigualdades. A autora sinaliza a possibilidade de uso político das imagens para justificar não apenas sentimentos compassivos, mas o aumento de contenção ou, na pior das hipóteses, a autorização para intervenções altruístas em países “que matam crianças”. Nesse sentido, as imagens, assim com as campanhas, tornam-se objetos afetivos controversos nas relações internacionais (Berents, Idem).

## 6.2 Vídeo 2: Dia das crianças

Link de acesso: [https://www.youtube.com/watch?v=-wqdw\\_1pMeU](https://www.youtube.com/watch?v=-wqdw_1pMeU)

Como veremos, a proposição da temática da *infância refugiada* neste vídeo diferencia-se do anteriormente analisado, em que dor e sofrimento foram explorados com vistas à mobilização do sentimento de comoção para fins de arrecadação de doações.

O vídeo que será escrutinado a seguir foi veiculado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em comemoração ao dia da criança, outubro de 2021, pela plataforma YouTube. Sua filmagem foi realizada em um parque, índice discursivo e orientador das narrativas, que nos remete ao universo da infância, com seus brinquedos e brincadeiras, além de fitas coloridas que conotam a alegria e a leveza da ambiência. As três crianças – Carol, Fabian e Nicole – aparecem em primeiro plano, tendo sempre ao fundo a mesma orientação, o parque.

Às crianças são apresentadas perguntas que vão sendo respondidas individualmente, após suas apresentações iniciais (nomes e origem, embora todas sejam venezuelanas vivendo no Brasil). Observam-se cortes na edição e montagem sequencial das falas e imagens, que se alternam entre as três crianças. Cada pergunta

se destaca na tela em primeiro plano com letras brancas e grandes, tendo, sempre em segundo plano, cenas com as crianças brincando. Observa-se que suas falas foram gravadas separadamente, estando cada uma delas em diferentes espaços do parque.

Tendo feita a contextualização inicial, prossegue-se à descrição quadro a quadro do vídeo. A análise trará elementos visuais e verbais, procurando capturar os índices significativos que promovem a construção dos sentidos discursivos na representação da infância em deslocamento.

Considerando as três funções das imagens propostas por Kress e van Leeuwen (2006), teríamos:

- i) *função representacional*, as imagens narrativizam um padrão de infância que se aproxima do “mito da infância feliz”, com crianças sorridentes e doces em um espaço adequado a elas, protagonizando suas experiências de refúgio no Brasil. A identificação da organização (OIM) também está representada ao longo do vídeo, informando ao espectador sobre sua atuação e seu apoio em contextos migratórios, alinhada a uma imagem positiva e inclusiva do país.
- ii) *função interacional* é construída pelo vetor estabelecido pelo olhar das crianças frente à câmera, construindo uma interação de *demanda* com o espectador, ou seja, a ele se dirigem e se apresentam imaginariamente, no entanto, em alguns momentos, a conexão não se mantém ou oscila na interação, principalmente nas narrativas de Carol, quando *oferta* suas perdas e saudades à audiência.
- iii) *função composicional*, cenário colorido, sugerindo descontração e alegria nas brincadeiras em um dia claro e agradável no parque. O fundo sonoro também contribui para a construção da ambiência alegre do cenário. Crianças são enquadradas em primeiro plano, tendo ao fundo o mesmo parque, mas em diferentes tomadas.

### **1º quadro: Apresentação**

As crianças se apresentam sorridentes, solícitas e bem vestidas. Somente Nicole parece estar mais envergonhada. Balança muito seu corpo e suas mãos não param de mexer na saia. Não nos é informada a idade de cada uma delas, mas Carol é a mais velha, já uma adolescente, e Nicole, a mais nova, deve ter entre cinco e sete anos. Fabian deve ter entre oito e dez anos e inicialmente apresenta-se ao lado de outro menino, possivelmente seu irmão mais novo. Assim se apresentam:



Fig. 16, 17,18 Apresentação das crianças

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

*Olá, meu nome é Carol* (expressa-se bem em português)

*Fabian* (expressa-se em espanhol claro e compreensível, já apresentando um hibridismo linguístico).

*Nicole* (expressa-se em espanhol mais carregado, dificultando a compreensão)

E a apresentação continua...

*Carol: Nasci na cidade de Guayana, Venezuela.*

*Fabian: Eu nasci em Anaco, Venezuela* (está sentado em um banco, acompanhado do possível irmão mais novo).

*Nicole: Eu venho da Venezuela.*

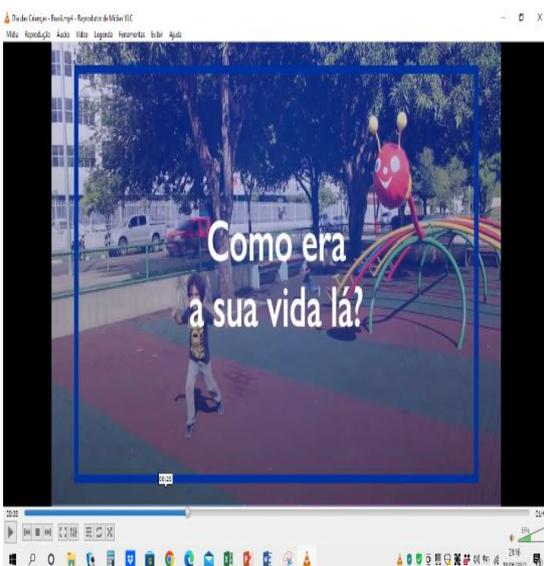
Nesse pequeno trecho inicial de apresentações, as orientações informam o lugar de origem das crianças. Podemos observar que a faixa etária contribui para maior ou menor espontaneidade e desenvoltura nas respostas. Enquanto os maiores – Carol e Fabian – parecem estar mais à vontade diante da filmagem, Nicole, a mais nova, apresenta certo desconforto que se reflete em sua agitação corporal. Carol, a mais velha, estabelece um contato direto com os espectadores, abrindo sua apresentação com “*Olá, meu nome é Carol*”, diferentemente das outras duas

crianças que apenas respondem diretamente ao que lhes foi solicitado, ou seja, “qual o seu nome? ”.

Quanto ao local de nascimento, observa-se que Nicole, a mais nova, apenas se refere ao país, enquanto Carol e Fabian já acrescentam a cidade de origem.

A função narrativa das imagens ancora o evento de entrevista com as crianças, produzindo uma relação de proximidade entre participantes representados e interativos, devido à forma como seus corpos se posicionam em primeiro plano, de frente para a câmera, propiciando a convergência de olhares (vetores) entre criança e espectador. Podemos também ressaltar que o tropo privilegiado nesta campanha é o da *infância e personificação* (Lenette, 2017), em que crianças são singularizadas e protagonizam suas breves narrativas.

## 2º quadro: As saudades



Em primeiro plano, lemos a pergunta “*Quais são suas lembranças da Venezuela?* ”, enquanto ao fundo visualizamos escorregas com as crianças mais novas brincando. Ao longo de toda a apresentação, ouve-se uma música, em concomitância às imagens projetadas e falas das crianças, dando um tom suave e alegre à imagem.

Fig. 19 Saudades      Imagens/vídeos: @vídeo OIM

Seguem as respostas dadas pelas crianças, entendidas aqui como narrativas breves, sempre destacadas em *itálico*.



Fig.20 Lembranças de Carol    Imagens/vídeos: @vídeo OIM

**Carol:** *Meu estudo lá, onde eu morava* - observa-se uma pequena pausa e um semblante saudoso, projetando seu olhar para um lugar distante - *meus colegas, minha família.*



Fig.21 Lembranças de Fabian    Imagens/vídeos: @vídeo OIM

**Fabian,** agora sozinho, ainda sentado no banco, responde: *minha família, minha casa*, com olhos fixos na câmera de filmagem e com semblante que reflete seriedade diante da pergunta e do sentimento que, provavelmente, ela provoca.

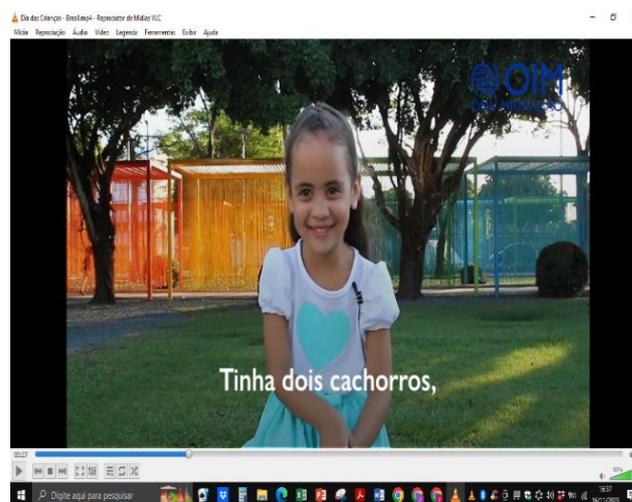


Fig. 22 Lembranças de Nicole – Imagens/vídeos: @vídeo OIM

**Nicole**, ainda envergonhada, sorrindo e mexendo as mãos como que tentando aliviar sua timidez relata: *Tinha dois cachorros, uma branca e outro branco e preto*. Nesse momento, para de mexer as mãos e balança as pernas. Observa-se muita inquietude corporal. Embora sorridente, algum incômodo traduz-se em seu corpo.

Mais uma vez a ambiência mantém-se fiel à grande narrativa da infância. As memórias e saudades trazidas pelas crianças sublinham os espaços e laços de afeto – *estudo* (= *escola*), *colegas*, *família*, *casa*, *cachorros*. Carol, por ser a mais velha, reporta-se saudosamente através do olhar a esses tropos e afetos, deixando transparecer a falta sentida pelo afastamento. Nesse momento, o vetor de seu olhar rompe a conexão com o espectador, ofertando suas lembranças. A saudade, que certamente provoca dor e tristeza, é construída de forma doce e simples nas narrativas breves das crianças. As perdas e dores não são referendadas em imagens de sofrimento, que muitas vezes provocam a fadiga da compaixão (Chouliaraki, 2008, 2010), no entanto, estão latentes nas narrativas verbais e gestuais das crianças, deixando transparecer o quão difícil é deixar para trás aspectos da vida tão caros a todos, crianças ou não. Suas imagens em interação com espectador convocam-no a uma reflexão a partir de sentimentos (com)partilhados. Aqui, a representação da infância não é exótica e perturbadora nem tampouco passiva quanto a de Amira (seção 6.1). A representação imagética e verbal reproduz o projeto normalizado de infância, tornando-a com certeza mais confortável aos olhos

do espectador. No entanto, as breves narrativas, principalmente nas vozes de Carol e Fabian, contestam de alguma forma o encantamento construído.

### 3º quadro: A rotina na Venezuela

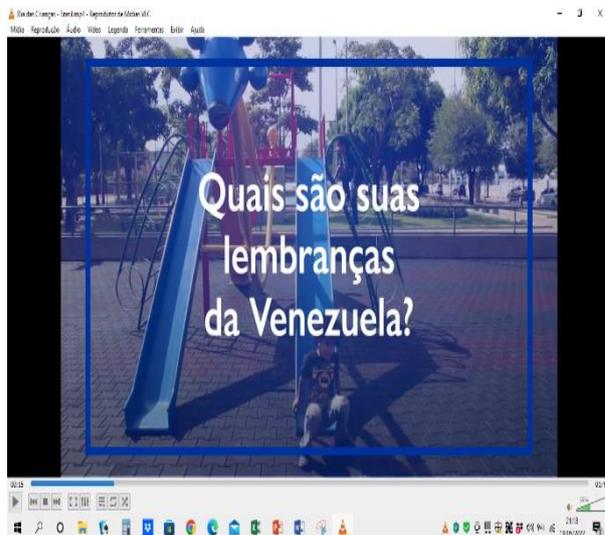


Fig. 23 Rotina      Imagens/vídeos: @vídeo OIM

Mais uma vez a tela ao fundo mostra Fabian e seu irmão brincando em outro brinquedo do parque. Em sobreposição a essa imagem, é lançada a segunda pergunta às crianças: “*Como era sua vida lá?*”, sempre acompanhada pela mesma música.

**Carol:** *Eu saía de casa, eu ia estudar* (agora seu semblante está mais alegre, sorridente e leve) *quando eu chegava em casa eu almoçava* (seus olhos voltam a passear buscando suas lembranças distantes), *eu ia dormir, às vezes a gente ia pra casa da minha avó.* (Observa-se a edição de corte na fala de Carol, pois parece que ainda continuaria sua narração).

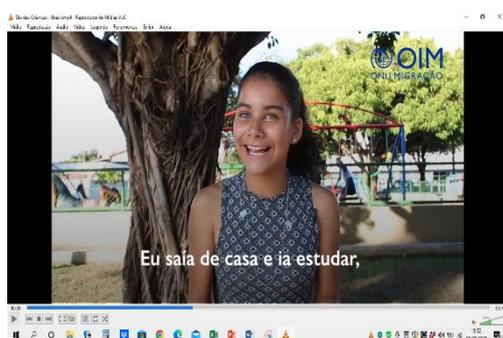


Fig. 24 Rotina de Carol



Imagens/vídeos: @vídeo OIM

Sua breve narrativa apresenta orações que se encadeiam, apresentando sua rotina na Venezuela. Nelas, destacam-se mais uma vez elementos de orientação da narrativa “*chegava em casa*” “*ia pra casa da minha avó*”. Já no campo visual, os

momentos de rememoração rompem a relação interativa de Carol com o espectador, que mais uma vez oferta-nos suas lembranças e seu sentimento saudoso.

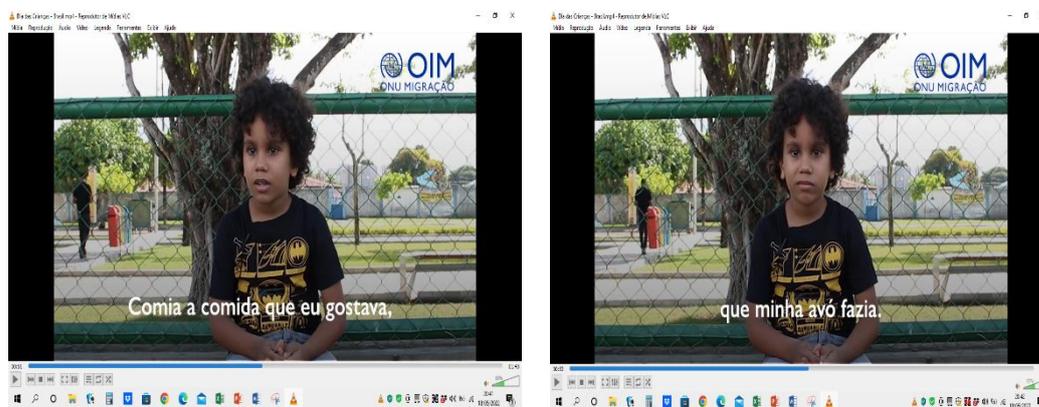


Fig. 25 e 26 Rotina de Fabian

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

**Fabian:** *Jogava videogame com meu irmão mais velho* (suas mãos estão entrelaçadas e por vezes as movimentava. (Seria constrangimento? Vergonha? Saudade?) *Comia a comida que eu gostava que minha avó fazia* (seu rosto parece emitir sinal de desapontamento: não estaria mais comendo a comida da avó? Ela teria ficado na Venezuela? Sinaliza o sentimento de saudade? Diferenças culturais estariam sendo sentidas em sua alimentação aqui no Brasil?).

### **Nicole não respondeu a essa pergunta.**

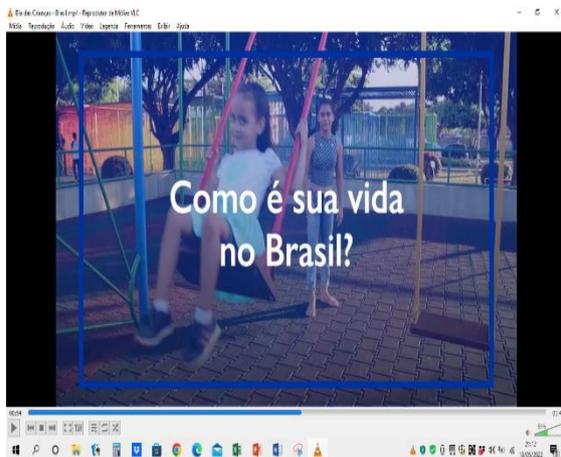
Assim como no quadro anterior, os valores universais da infância estão presentes na fala das crianças: *casa da avó*, *comida da avó*, *videogame*. A expressão de alegria no rosto de Carol, ao narrar parte de sua rotina na Venezuela, demonstra que essas lembranças a levam de volta ao lugar do afeto e da segurança. Sua casa, a escola, provavelmente os amigos, e a casa da avó são elementos que dão coesão à sua história e à sua existência, atestando que havia uma vida que valia a pena ser vivida lá em seu país de origem.

Também no depoimento de Fabian, esses elementos são ressaltados, mas sua expressão mais séria parece indicar desapontamento. Teria seu irmão mais velho ficado na Venezuela? E seu videogame? Teria ele um aqui para jogar?

Ambos, Carol e Fabian, referem-se à casa da avó. Esse tropo, potencialmente afetivo, referenda a história de muitas crianças e famílias que se encontram partidas, afastadas de seus familiares, como parece ser o caso dessas crianças, embora não

possamos afirmar. De qualquer modo, a simbologia sensível das avós permanece e entra em diálogo com a própria experiência de infância do espectador.

#### 4º quadro: E no Brasil?



Sobreposta à imagem de Nicole sentada no balanço, acompanhada de Carol que a balança, surge outra pergunta com as mesmas letras grandes e brancas: “ *Como é sua vida no Brasil?* ”

Fig. 27 Vida no Brasil      Imagens/vídeos: @vídeo OIM

**Fabian:** *Eu brinco, brinco, brinco e estudo* (com as mãos agora embaixo das pernas que balançam). A expressão do menino se altera quando fala que estuda. Parece haver uma avaliação negativa em relação a essa atividade.

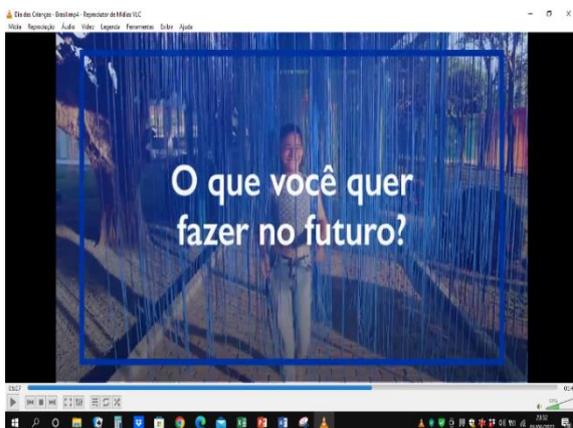
**Nicole:** Ainda envergonhada, agora com as mãos entrelaçadas nas pernas, diz: *Faço meus deveres de casa, brinco, como* (jogando seu corpo miúdo para trás, dá um sorriso no final).

**Carol não responde a essa pergunta**, mas não sabemos se foi sua escolha não respondê-la. Por que nada foi narrado pela adolescente sobre sua rotina no Brasil? Teria sido importante ouvir sua experiência, se estaria enfrentando dificuldades em seu processo de integração. Estaria na escola? O apagamento dessas questões deixa em suspeição a vinculação com sua rotina e seus pares por aqui. Suas pequenas narrativas remetem-na à saudade da família e dos amigos de seu país, salientando mais os aspectos do passado que os do presente em sua nova condição de vida.

Tanto Fabian como Nicole referem-se ao estudo e às brincadeiras, mas sem maiores detalhamentos sobre essas atividades, como por exemplo, como ou com quem brincam. Essa alusão ao estudo teria sido algo roteirizado e solicitado pelo produtor do vídeo? O que parece estar sendo tornado relevante é que o respeito ao direito de brincar e estudar é assegurado às crianças refugiadas em nosso país, sem

deixar a ver as angústias que envolvem o processo de se integrar e aprender em um novo país e em uma nova cultura.

### 5º quadro: E o futuro?



No último quadro é apresentada a imagem sorridente de Carol passando por uma cortina de franjas azuis. Sobreposta à imagem, a pergunta: “*O que você quer fazer no futuro?*”

Fig. 28 Futuro

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

**Carol:** *Eu queria voltar* (faz uma pausa e repete sorridente com semblante afirmativo) *eu queria voltar, lá está minha família. Eu já tenho saudade dela, então eu queria voltar lá.*

**Fabian:** (ainda sentado no banco com as mãos por baixo das pernas que não balançam mais) *eu quero ser youtuber e também pessoas que vendem roupas bonitas.*

**Nicole:** (continua sentada no banco e seu corpo permanece em movimento, mas sempre sorrindo): *Aprender a ler, aprender a andar de bicicleta sem rodinhas* (sempre com uma risada meio sem graça no final).

A diferença de idade entre os atores traz expectativas diferentes. Enquanto Fabian projeta para o futuro uma ocupação profissional, “*youtuber e vendedor de roupas bonitas*”, o futuro para Nicole é mais imediato: “*aprender a ler e andar de bicicleta sem rodinha*”. Já para Carol, a mais velha, o futuro desejado seria o retorno a seu país e sua família, reiterando seu sentimento de saudade e falta de vinculação com a nova realidade no Brasil, tão bem marcadas em suas narrativas breves ou até mesmo em seu silenciamento. Verifica-se que o uso do tempo verbal por Carol denota mais imprecisão e modalização “*queria voltar*”, apontando para o reconhecimento dos limites que podem se impor a seu desejo de futuro, pois quase sempre a decisão de partida ou retorno não depende exclusivamente da criança, já

que geralmente migra acompanhando seus pais. Esse cenário vem sendo alterado pelo enorme número de crianças que se deslocam sozinhas para fugir de situações-limite de violência, perseguição, violação de direitos ou pauperização, quando a vida deixa de ser segura, restando apenas a fuga como resistência e luta por melhores condições de vida. Some-se a isso também aquelas que perdem seu (s) familiar (es) durante a arriscada viagem. Para essas crianças “órfãs” – tanto de uma família como de um Estado que a proteja – o cenário é bem menos romantizado que o do vídeo em questão.

A partir da análise, identificamos que, nas narrativas visuais e verbais, destacam-se predominantemente os elementos de orientação – *parque, casa da avó, escola, lá, aqui* – e avaliações positivas em relação ao lá, o país de origem, principalmente na voz de Carol. Esses índices evidenciam a dificuldade de adaptação à nova vida em outro país, mesmo havendo um grande esforço da campanha em representar as crianças em quadros coloridos de alegria e descontração que remetem a concepções e experiências universais de infância. De alguma forma essas concepções são contraditas (ou não confirmadas) nas breves narrativas verbais. Nelas, as crianças constroem avaliações positivas em relação à vida na Venezuela, ressaltando a saudade e deixando ver a dificuldade de adaptação como pontos centrais de suas narrativas.

Não existem ações complicadoras nas narrativas visuais nem nas verbais. Nenhuma referência ao que aconteceu ou mesmo a uma situação que tivessem experienciado aqui no Brasil. As perguntas feitas às crianças parecem querer enquadrar o que deve ou pode ser dito por elas. Sabemos que para algumas crianças, a depender da idade ou repertório, articular enunciados mais estruturados ainda é um processo desafiador, como no caso de Nicole, que se mostra tímida, agitada e, provavelmente, pouco à vontade. E ainda, em se tratando de criança, quem faz a pergunta e em que condições ela é feita também pode garantir ou não o sucesso da interação.

Como já explorado, a ausência de informações sobre a vida de Carol no Brasil produz um apagamento sobre o processo de integração, geralmente complexo e não tão amigável como a campanha informa, principalmente para os adolescentes. Esse apagamento relaciona-se com a ausência de ações complicadoras na narrativa, além de qualquer menção aos processos de travessia e chegada. Dois mitos articulam-se na campanha: “o mito da infância feliz e o da cordialidade brasileira” que, juntos,

estruturam e apresentam uma experiência quase idílica de crianças refugiadas, numa retórica narrativa que comunica o ordenamento das questões de refúgio no país. Assumimos, então, uma posição “de que por aqui está tudo caminhando bem”, entretanto sabemos que os desafios ainda são gigantescos, tanto no que se refere ao acesso a direitos, como à integração e adaptação à realidade linguística, cultural e social.

A estratégia nesta campanha é uma aposta em representações que estabelecem uma relação mais simétrica entre representados e espectadores, ao mesmo tempo em que constrói também uma imagem positiva do país tanto internamente como internacionalmente.

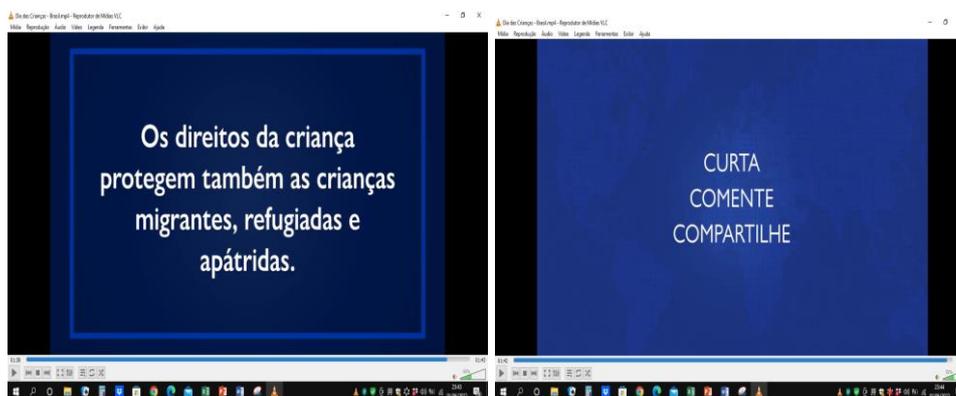


Fig. 29 e 30 Mensagem OIM

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

Em tela final, segue a mensagem da OIM: *Os direitos das crianças protegem também as crianças migrantes, refugiadas e apátridas*. Em seguida, a logo da instituição e, finalizando o vídeo, a solicitação: *Curta, comente, compartilhe*.

Há o reforço, no discurso da organização, de que a criança, seja ela qual for, é sujeito de direitos garantidos no Brasil. Contudo, a garantia e o acesso a eles nem sempre são fáceis como sugere a campanha, especialmente pelas de idade mais avançada e desacompanhadas. Como nos informa Bhabha (2019):

É claro que as estruturas contemporâneas de proteção à criança até agora atenderam mal, na prática, às necessidades, aos desejos e às trajetórias de migrantes adolescentes do século XXI. Como resultado, a realidade da migração de adolescentes contemporâneos é de perigo, falta de proteção e insegurança aguda, onde a vulnerabilidade reconhecida desta população não resultou em estruturas de governança adequadas e imperativas de implementação. (p. 375).

Ou seja, a criança, como sujeito de direitos, ainda tem dificuldade em acessá-los, deixando a grande maioria na invisibilidade e vivendo em condições precarizadas e inseguras. A governança dessa população permanece atuando mais em mecanismos de controle e regulação para minimizar riscos. Ao ser pensada e construída discursivamente como o ser em formação e desenvolvimento, a infância precisa ser controlada para que venha a se tornar um adulto capaz e produtivo para a sociedade e não uma ameaça a ela. Para isso, quanto mais próxima de padrões dominantes, maior será a possibilidade de aceitação por parte das sociedades anfitriãs. Portanto, as instituições (família, escola e Estado) apresentam-se como guardiãs da infância, responsáveis por geri-la, tendo por princípio a adequação e a homogeneização, de modo a garantir que crianças se tornem cidadãos ajustados e integrados, sem que se questione o significado desses atributos. Esse é o discurso que também se atualiza implicitamente na campanha.

Por fim, a imperatividade da mensagem final, convocando ao compartilhamento, em linguagem contemporânea das redes sociais: “*curta, comente, compartilhe*”. A pergunta que podemos nos fazer, embora reconheçamos a importância da visibilidade do tema da migração e do refúgio, principalmente quando envolve crianças, é se, dentro desse contexto, há algo a ser “curtido”. Que tipo de vinculação e de solidariedade está se construindo a partir de uma curtida? Que razões morais nos levam a pensar ou agir sobre o que é apresentado?

Segundo Chouliaraki (2015)<sup>43</sup>, está havendo uma mudança profunda na base comunicativa no campo humanitário, passando-se da solidariedade colonial, ou seja, aquela baseada na piedade que separa pessoas em classes de afortunados e desafortunados, à solidariedade irônica, propiciada pelas mídias tecnológicas, cujo engajamento e ativismo se resume a um “clique” na tela, selando um compromisso fugaz e contingencial, sem grandes reflexões sobre as questões mais abrangentes que envolvem os representados e suas vidas, em interface com as relações geopolíticas que produzem os fluxos migratórios.

Embora nesse vídeo o espectador não seja convocado a realizar qualquer tipo de doação financeira, a OIM também realiza seus projetos de assistência dependente de doações dos Estados e de pessoas físicas e jurídicas, logo,

---

<sup>43</sup> XV Humanitarian Congress Berlin: Distant Suffering – Visual Access to the War Zone, 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0-X9dYFgQw4>. Acessado em 25/07/2022.

implicitamente há a intenção de aproximação do público com a causa e a consequente contribuição em favor de uma instituição que atua ativamente na garantia de uma infância digna às crianças que migram, tal qual a representada no vídeo. Portanto, o que está em destaque é o sucesso da atuação da instituição, conferindo-lhe credenciais de confiabilidade em um segmento mercadológico permanentemente em disputa.

A narrativa do vídeo, tanto em seus aspectos visuais como verbais, estrutura-se a partir de índices discursivos que nos remetem à ambiência da infância, como já apontado anteriormente, através de um enquadramento “normalizado e universal”, essencializando na infância traços de ternura, graça e inocência. O enquadramento, como discute Butler (2011), sugere certos tipos de interpretação que produzem efeitos de verdade que, no vídeo em foco, valida a intercambialidade entre as crianças representadas e o espectador. Ao contrário da repulsa ou do desassossego produzidos por imagens ou narrativas de choque que produzem a fadiga da compaixão, a aposta está na positividade da mensagem.

Segundo Chouliaraki (2012), assim como imagens de vulnerabilidade e exploração da dor e do sofrimento recebem críticas no campo iconográfico, o mesmo acontece com a eufemização, pois, ao ocultar as diferenças, produz-se uma falsa identificação que poderia levar a suspeitas quanto à necessidade de ajuda, assim como privaria essas vidas de suas especificidades. Ainda como adverte Chouliaraki (Idem), “a questão da representação do sofrimento alheio talvez seja um problema “insolúvel”, estará sempre preso à ética e à política das relações de poder global, com suas normatividades e padrões sensíveis à diferença, sejam elas de gênero, raça, etnia ou infância, esta também atravessada pela idade (quanto mais nova mais comovente). Além disso, como já advertia Lévinas (1999) nenhuma representação é capaz de capturar a complexidade da alteridade. Entre o reforço negativo ou o abrandamento de realidades, a tensão da representação mantém-se em pauta.

Minimizar as diferenças e fazer circular boas práticas<sup>44</sup> como homenagem às crianças refugiadas foi a aposta da campanha, construída em um cenário

---

<sup>44</sup> Entende-se como boas práticas as ações positivas de integração de crianças e jovens, divulgadas nos sites dessas organizações, tais como a rádio Super Panas, a exposição virtual de fotos produzidas por adolescentes venezuelanos, Projeto Mi casa, tu casa, cujo objetivo é formar bibliotecas nos abrigos em Roraima, entre outras ações.

encantador. Entretanto, chama a atenção a ausência de outras raças e etnias que também buscam acolhimento e uma vida melhor no Brasil. Onde estão os haitianos e congoleses? Sírios e angolanos? Com certeza, a crise que se instaurou na Venezuela produziu um enorme deslocamento de pessoas para o Brasil, que se intensificou a partir de 2016. Segundo dados da Unicef, entre 2015 e maio de 2019 foram registradas mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. No entanto, de acordo com o último relatório “*Refúgio em Números*” disponível no site da ACNUR<sup>45</sup> em 21 de junho de 2022, encontramos:

Desde 1985, o Brasil reconheceu cerca de 60 mil pessoas como refugiadas, a maioria delas (48.789) proveniente da Venezuela – seguido por pessoas da Síria (3.667), República Democrática do Congo (1.448) e Angola (1.363). Nesta população, cerca de 90% são pessoas entre 18 e 45 anos de idade. E, apenas em 2021, foram confirmados 3.086 pedidos de reconhecimento da condição de refugiados, sendo que pessoas da **Venezuela e de Cuba** foram as que mais obtiveram esta confirmação. **Do total de casos confirmados em 2021, 50,4% deles foram feitos por crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 14 anos.** (...) somente no ano passado, 29.107 pessoas solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, provenientes de 117 países, sendo a maior parte venezuelanos (78,5%), angolanos (6,7%) e haitianos (2,7%). Além disso, o Conare proferiu 70.933 decisões em 2021, número considerado como o maior volume da década.

Como podemos observar pelos dados transcritos acima, as solicitações de refúgio de venezuelanos são quantitativamente expressivas e predominantes, representando 78,5% das solicitações, atribuindo-se esse fato à vizinhança entre as nações. No entanto, outras pessoas de distintas nacionalidades aqui também aportam, mas não estão representadas nos vídeos com crianças produzidos em nosso país. Importante destacar que imagens ou matérias informativas são possíveis de serem encontradas nos sites, mas, no que tange a campanhas humanitárias ou vídeos nacionais que envolvem a infância, nenhum foi encontrado. Em razão disso e a partir da premissa de que é possível argumentar visualmente, examinaremos, mais detidamente, a linha argumentativa da campanha, destacando alguns aspectos político-ideológicos que nos parecem relevantes.

A crise humanitária na Venezuela teve seu início em 2010, porém o fluxo migratório intensificou-se a partir de 2016, quando vivíamos no Brasil o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, com a conseqüente assunção de

---

<sup>45</sup> <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/> acessado em julho de 2022.

seu vice Michel Temer. A essa época, já existia, no arcabouço jurídico nacional, a lei 9.474/97 que regulamenta o Estatuto do Refugiado de 1951 e adota a ampliação da definição de refugiado<sup>46</sup>, sendo considerado um marco normativo progressista e exemplo a ser seguido regionalmente. Sob o governo de Michel Temer, também foi sancionada a lei 13.445/2017, lei de migração, apesar dos vetos a seu texto inicial. Segundo site da ACNUR<sup>47</sup>:

(...) a nova Lei trata o movimento migratório como um direito humano e garante ao migrante, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Além disso, institui o visto temporário para acolhida humanitária, a ser concedido ao apátrida ou ao nacional de país que, entre outras possibilidades, se encontre em situação de grave e generalizada violação de direitos humanos – situação que possibilita o reconhecimento da condição de refugiado, segundo a Lei nº 9.474/1997.

Do ponto de vista legal, somos um país que possui instrumental jurídico baseado nos direitos humanos em relação aos refugiados, embora entraves burocráticos, operacionais e administrativos ainda dificultem a inserção de adultos e crianças em nossa sociedade, além de preconceitos latentes e grandes desigualdades.

Conforme dados do próprio ACNUR, nunca tantos vistos humanitários foram cedidos em tão breve tempo como se deu em relação aos venezuelanos. Esse tornou-se possível em razão da lei 9.474, que completou 25 anos em julho de 2022 e beneficiou a entrada de venezuelanos e sírios com a expansão da definição de refugiado, sendo motivo de celebração, é claro. No entanto, perguntamo-nos se essa celeridade e reconhecimento se dariam em função de posições político-ideológicas divergentes entre essas duas nações.

Segundo Patricia Martuscelli, em artigo publicado no site Migramundo (2022)<sup>48</sup>:

A consolidação da definição expandida de refúgio foi um importante avanço da Lei 9.474 que permitiu a proteção de milhares de pessoas como refugiadas em nosso país. Porém *o uso político* (grifo nosso) da grave e generalizada violação de direitos

---

<sup>46</sup> Além da condição de fundado temor, a lei 9747 também prevê situações de grave e generalizada violação dos direitos humanos.

<sup>47</sup> Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/legislacao/> Acessado em julho de 2022.

<sup>48</sup> Disponível em <https://migramundo.com/os-25-anos-da-lei-brasileira-de-refugio-entre-avancos-e-retrocessos/> acessado em agosto de 2022.

humanos para algumas nacionalidades e outras não é uma barreira para o acesso ao refúgio”.

Como exemplo, a autora destaca a rejeição de solicitações de haitianos que se enquadrariam na definição expandida do direito à solicitação de refúgio em nosso país.

Tanto no governo Temer como no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, como apresenta Moreira (2020) em seu artigo “*As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na política externa (2016-2019)*”, o afastamento da Venezuela e de organismos internacionais como o MERCOSUL, a Organização dos Estados Americanos e a União das Nações Sul-Americanas foi promovido como política de Estado. Os retrocessos reconhecidos nas políticas internas e externas durante o governo bolsonarista de extrema-direita contrastam com o número de refugiados reconhecidos no período de 2011 a 2021, justamente por esse antagonismo à Venezuela, considerada pelo ex-presidente e sua base eleitoral como um país “comunista”<sup>49</sup>. Mesmo antes de assumir o cargo de presidente do Brasil, suas declarações xenófobas e preconceituosas já apontavam para os retrocessos que testemunhamos. Especialmente sobre a temática do refúgio, sua postura manteve-se excludente, chegando a declarar que os refugiados seriam uma ameaça às nações, representando a “escória do mundo”. Diante disso, os dados tornam-se, no mínimo, surpreendentes.

A posição declaradamente assumida pelo ex-presidente da nação contradiz a linha argumentativa da campanha e os números apresentados pela ACNUR. Portanto, parece-nos que a resposta positiva à concessão de refúgio aos venezuelanos não se vinculou somente a um Estado humanitário, mas como estratégia política de divulgação internacional de uma imagem acolhedora, principalmente em relação a cidadãos a cujo país de origem se opunha ideologicamente, aludindo, assim, à superioridade de seus princípios e valores de governança a partir de uma aparente neutralidade ideológica. E na contramão da postura colaborativa sempre assumida pelo Brasil internacionalmente, Bolsonaro revogou a participação do país no *Pacto Global para Migração*<sup>50</sup>, assinado por 164

---

<sup>49</sup> Não se pretende analisar nem discutir as questões políticas da Venezuela. Apenas marcamos o antagonismo de base ideológica entre as duas nações visando sustentar nossa linha argumentativa.

<sup>50</sup> A partir de 2023, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições para presidente, o Brasil retornou ao Pacto Global para Migração.

países, em 2018, assentando sua justificativa na defesa da soberania sobre as questões de migração<sup>51</sup>. Seguindo Martuscelli (2022), entre avanços e retrocessos, resta-nos mantermo-nos na defesa de um Estado democrático, verdadeiramente acolhedor, que se comprometa nacional e internacionalmente com os direitos humanos.

### 6.3 Vídeo 3: A história de Malak

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=m3WzqNJw5j0>

Em março de 2006, o Unicef lançou três animações infantis – *Unfairy Tales* – “contos que não são de fada”, a partir de histórias reais de crianças que fugiram de zonas de conflito. O título da trilogia sugere ambiguidade irônica ao contrapor o gênero narrativo “contos de fada”, comumente atribuído a crianças, às tristes e injustas histórias que são narradas, produzindo um deslocamento do conceito hegemônico de infância, pretensamente construído para organizá-la em padrões estáveis e estáticos.

Para fins desta análise, não apresentaremos a animação, mas a história que, provavelmente, deu origem a ela. É a história de Malak, menina síria em situação de refúgio, estando, à época da gravação do vídeo, com 7 anos de idade. Este vídeo foi produzido pelo Unicef, instituição que desenvolve amplamente campanhas de ajuda humanitária a crianças em situação de vulnerabilidade.

Por ser uma peça audiovisual em formato de testemunho, o texto verbal é significativamente mais volumoso, o que justificou maior exploração da metalinguagem narrativa, mas sem deixar de apreender, ao longo da análise, os sentidos trazidos pelas imagens que compõem o texto audiovisual. Para tal objetivo, optamos por dividir a narrativa em razão dos pontos que se destacaram, mantendo sua linearidade.

Nesse vídeo destacam-se os tropos da *infância e personificação* (Lenette, 2017), já que a menina e sua história são privilegiadas e singularizadas. Malak assume o protagonismo do testemunho, possivelmente, a partir de uma solicitação

---

<sup>51</sup> Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-completa-quase-dois-anos-fora-do-pacto-global-para-migracao-da-onu/> Acessado em julho de 2022.

para que narre sua história. Sua fala nos chega sem sua imagem. Visualizamos apenas o mar calmo acompanhado pelo som suave da maré.



Fig. 31 O mar

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Tendo sua beleza ou mesmo seu mistério e seus perigos tantas vezes poetizados, o *mar* constitui-se como um signo potente em nosso imaginário, cuja força simbólica e discursiva acompanha, com frequência, histórias migratórias pretéritas e contemporâneas. A ele conectam-se dicotômicos sentidos que vão desde possíveis recomeços, esperanças e transformações a outros, como turbulência, medo, morte. Além disso, cabe destacar que é comum encontrarmos na mídia notícias sobre o fenômeno das migrações sob a forma metaforizada de grande onda ou inundações (Strom e Alcock, 2017), ou seja, desastres naturais que operam para a construção negativa do processo migratório, como algo que precisa ser combatido e evitado.

Como orientação espacial, o mar, com sua polissemia, contextualiza a história de migração e travessia que será narrada. Poderemos observar que a narrativa de Malak apresenta a estrutura canônica proposta por Labov e Waletzky (1967). Ao longo da análise, pretende-se evidenciar essa estrutura através dos elementos que a compõem e observar como esses elementos se relacionam e constroem sentidos na narrativa, dando destaque às ações complicadoras e às avaliações. A representação da migração neste vídeo contrasta-se com a apresentada na análise anterior (seção 6.2), quando o processo migratório esteve completamente apagado, assim como as adversidades enfrentadas. As imagens que compõem o vídeo e dialogam com o texto verbal complementarão a análise.

Considerando as três funções das imagens propostas por Kress e van Leeuwen (2006), teríamos:

- i) *função representacional*, narrativiza uma viagem marítima forçada e perigosa, protagonizada por uma criança, cujas experiências na travessia e chegada em outro país, deslocam-na do lugar convencional da infância.
- ii) *função interacional* é construída pelo vetor estabelecido pelo olhar da criança com seu interlocutor presencial, no momento em que narra sua história, embora em raríssimos momentos haja o cruzamento do seu olhar com a câmera, logo com o espectador. O interlocutor não está ao alcance da visão da audiência. O enquadramento frontal da menina sugere aproximá-la do espectador, sem que haja demanda por parte dela, apenas a oferta de sua história e imagem.
- iii) *função composicional*, imagens sugestivas e ilustrativas sobrepõem-se à narrativa de Malk pelo processo de montagem, provocando a imaginação do espectador e propiciando sua imersão na história visualmente. Imagem da menina em primeiro plano e em espaço aberto, estando o fundo embaçado/ desfocado, dando mais destaque à imagem de Malak. O fundo torna-se mais nítido ao final da narrativa, quando o cenário muda e uma parte externa do abrigo, com construções e barracas brancas, pode ser visto. A identificação da organização só ocorre no início e na finalização do vídeo.

### 6.3.1 Tristeza anunciada

A menina introduz sua narrativa através de um prefácio avaliativo e anuncia por meio dele que a história a ser contada será triste “*eu não gosto de deixar ninguém triste...por que eu iria querer fazer você triste?* ” No entanto, ela avança em sua narração.<sup>52</sup>

#### Excerto 1

1	Malak	eu não gosto de deixar ninguém triste...
---	-------	--

<sup>52</sup> Para Rancière (2014) a verdadeira testemunha é aquela que não quer testemunhar. ” O que importa não é o conteúdo de seu testemunho, mas o fato de sua palavra ser a palavra de alguém cuja possibilidade de falar é truncada pelo intolerável do acontecimento; é o fato de que ele fala apenas porque é obrigado a tanto pela voz de outro” (p. 90), no caso, pela voz da organização.

2		por que eu iria querer fazer você triste?
3		se eu quisesse deixar você triste, eu contaria
4		a história de quando nós entramos no barco.

Nas linhas 3 e 4, constrói o resumo da história que será contada, que ao mesmo tempo constitui-se como o ponto da narrativa, ou seja, a razão de ser contada “*se eu quisesse deixar você triste, eu contaria a história de quando entramos no barco*”, mostrando-se consciente do impacto do seu testemunho. Duas questões se apresentam: i) a realização de uma negociação com a sua interlocutora na abertura da história, considerando a possibilidade de afetar outros ao contá-la e, ao mesmo tempo, ser também afetada por ela; ii) o objetivo da organização é afetar o público a quem a campanha se dirige, logo, essas histórias são capitalizadas, independentemente da experiência de dor de quem as conta.

Embora atenda à solicitação feita para contar sua história triste, Malak desloca-se entre a aceitação e a recusa e, mesmo de forma sutil, parece não estar confortável com o enquadramento vitimizado, como veremos mais à frente.

Retomando sua narrativa, Malak apresenta-nos uma breve descrição do barco, elemento orientador do espaço em que se desenrolará parte da história, além da exposição de suas emoções ao vê-lo, que vão do medo à ausência dele, emoções que tão bem definem as vidas em deslocamento forçado: medo/coragem. Através da narração da mudança de suas emoções, constrói-se como uma pessoa corajosa diante de sua audiência.

### Excerto 2

5	Malak	era muito grande quando eu vi pela primeira
6		vez, eu fiquei com medo mas depois que eu
7		entrei no barco eu gostei há... eu não estava
8		mais com medo.

Nesse momento somos apresentados à imagem de Malak que, vale destacar, conta sua história em língua árabe, com tradução simultânea para português legendado.



Fig. 32 Malak

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Com falas bem articuladas, além de muita expressividade facial e corporal, vai aos poucos demonstrando estar mais à vontade em seu papel de hábil narradora. Muitas vezes sorrindo, outras vezes nem tanto, apresenta-nos as ações complicadoras de sua narrativa.

### 6.3.2 Complicações na travessia

As ações complicadoras estruturam-se a partir de orações temporalmente encadeadas e em sua maioria apresentam verbos no pretérito. A fim de facilitar a análise, devido à sua extensão, foram organizadas em subdivisões intituladas:

Excerto 3: o retorno do medo (linhas 9 a16);

Excerto 4: a perda da mala (linhas 17 a 26);

Excerto 5: a chegada à praia (linhas 27 a 34)

Excerto 6: a montanha e o juramento (linhas 35 a 43)

#### Excerto 3: o retorno do medo

9	Malak	assim que se moveu, a água começou a entrar no
10		barco e nós fomos atingidos pela água parecia
11		que eu e a minha mãe poderíamos nos afogar que
12		o barco poderia afundar. sempre que se movia a
13		água nos atingia. e eu estava vestida assim
14		exatamente assim eu estava com >muito muito
15		muito< frio hã: depois que eu fiquei com frio,
16		eu estava com >muito muito muito< medo

O excerto acima se inicia com orações narrativas temporalmente encadeadas (*moveu, começou, fomos*) no pretérito perfeito, mas também no imperfeito, quando ela interrompe a cronologia, acrescentando ações hipotéticas ou contínuas

(Bamberg, 2008), marcando suas impressões e avaliações (*poderíamos nos afogar/ que o barco poderia afundar*), sugestivas de aflição e medo. Suas sensações e emoções são potencializadas pelo uso repetitivo do intensificador  *muito*, estratégia discursiva pela qual também avalia negativamente a experiência vivida.

#### Excerto 4: a perda da mala

17	Malak	havia uma mulher sentada na nossa mala e ela
18		pensou que era dela ela deu a mala para um
19		homem e ele jogou no mar
20		todas as minhas coisas na mala eram novas eu
21		só usei <u>uma vez</u> . eu disse pra minha mãe que eu
22		queria usar aquilo de novo. apenas alguém jogou
23		fora suas coisas enquanto estávamos no barco
24		ela disse não minha querida eles não vão ser
25		jogados fora, vão colocá-los de volta no barco
26		mas eu estava certa, eles foram jogados fora

Além do frio e do medo, Malak também perde sua mala. Devido ao peso na embarcação, malas e outros objetos pessoais precisaram ser retirados e jogados ao mar, fato que nossa narradora avalia com indignação, havendo, inclusive, mudança na prosódia no trecho em que explica que só havia usado as roupas uma só vez “*todas as coisas na mala eram novas eu só usei uma vez”*. Seu sentimento de indignação ainda é reforçado em associação às expressões facial e corporal. Observa-se que Malak, embora em tomada frontal pela filmagem, propiciando proximidade com o espectador, não interage visualmente com ele. O vetor construído por seu olhar conecta-se com o ouvinte presencial de sua história.

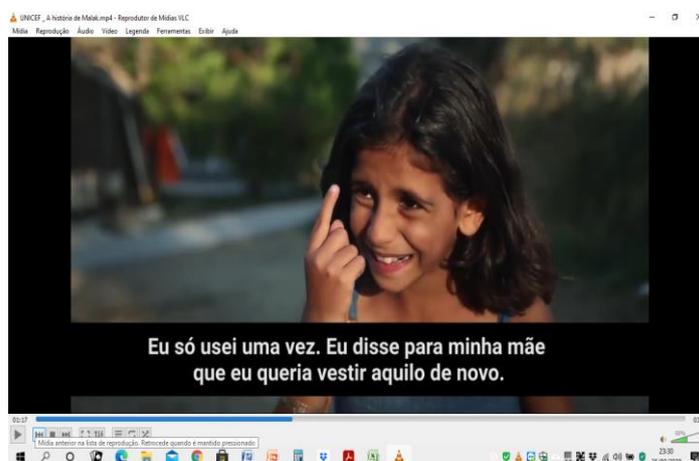


Fig. 33 Malak e a mala

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

A mala como representação metonímica da viagem e, em cujo espaço transporta-se e guarda-se personalidade e intimidade, metaforicamente representa o quanto é necessário ser deixado para trás nas diásporas. Nesse momento narrativo, é introduzida no vídeo a imagem de coletes salva-vidas carregados pelo mar que atacam em solo firme, ou que lá são deixados por aqueles que conseguiram sobreviver à travessia, tendo como referencial as roupas da narradora.



Fig. 34 Os coletes

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Que sentidos essa imagem recupera? À primeira vista, somos levados a imaginar serem os objetos ou malas jogados ao mar, numa associação imediata com a fala da protagonista, contribuindo para comoção em relação à perda da menina. Em um segundo momento, percebem-se restos, escombros de uma batalha, onde a impessoalidade e o anonimato apagam os rostos e as histórias, como cadáveres de vidas abandonadas que nos conduzem ao desconforto. Como Butler (2018) questiona, “o que faz com que determinado aspecto do mundo se torne perceptível e outro não?” Até que ponto consideramos essas vidas, representadas metonimicamente pelos coletes, como realmente vidas dignas de cuidados e proteção? De alguma forma, a imagem tensiona nossa capacidade de reflexão sobre essas vidas invisíveis, que resistem ao nosso olhar e à nossa indiferença. Os coletes

são fragmentos de uma batalha que ainda não chegou ao fim, “alguns humanos consideram natural sua condição de humanidade, ao passo que outros batalham para garantir o acesso a ela” (Butler, 2018). Embora essa imagem não represente um referencial real da história que está sendo contada pela protagonista, constituindo-se como ilustrativa ao texto, ela acrescenta dramaticidade devido à simbologia dos coletes em histórias de perigosas e mortais travessias nos deslocamentos contemporâneos. Acreditamos que, como aponta Agier (2006), a imagem “encarna uma política de vida que resiste”.

Mais adiante, nas linhas 24 e 25, mais uma vez mostrando sua competência narrativa, Malak introduz uma fala reportada de sua mãe “*não minha querida eles não vão ser jogados fora, vão colocá-los de volta no barco*”. Esse recurso narrativo mobiliza maior atenção de sua audiência, demonstrando tanto sua habilidade como narradora como também astúcia em suas observações e avaliações, ao afirmar que estava certa quanto ao destino de sua mala (linha 26). Esse momento narrativo aponta para a “agentividade da menina na narrativa” que, mesmo já sabendo o desfecho, só o revela no final do excerto, após a tentativa da mãe de dissuadi-la da ideia de perda, com o objetivo de poupá-la do desapontamento, atitude materna natural e compreensível.

Malak mostrou-se perspicaz ao narrar e avaliar a situação, consolidando sua imagem como aquela que, “embora criança”, portanto limitada em sua possibilidade de agência decisória sobre os eventos, “sabe” o que está acontecendo, apesar dos esforços maternos de proteção. Essa passagem quebra nossa expectativa em relação ao binômio infância/inocência, tão enraizada em nosso imaginário, e interroga-nos sobre os espaços de escuta e olhar atentos à diversidade da e na infância. Além disso, ao deslocar o adulto – mãe – do seu lugar habitual “daquele que sabe”, e portanto protege, produz uma precarização na imagem desse adulto que, diante de situações adversas, retorna à experiência de insegurança e medo, com necessidade de proteção.

#### **Excerto 5: a chegada à praia**

27	Malak	quando o sol nasceu, eu olhei pra minha mãe e
28		ela estava sentada na água na parte inferior
29		do barco, então eu a peguei. em seguida o
30		combustível do barco acabou e um pescador com
31		com seu barco nos levou até a praia

32		quando nós chegamos na praia, nós rasgamos o
33		barco de borracha, jogamos fora o colete
34		salva-vidas e nos deslocamos para as montanhas

A narrativa do excerto inicia-se, tendo em primeiro plano a imagem abaixo, em cujos tons de azul misturam-se céu e mar, enfraquecendo a nitidez do horizonte distante. No centro da imagem, um barco apenas ilustrativo do momento narrativo, sem sabermos ao certo se sua presença refere-se ao barco no qual deslocavam-se ou se ao barco do pescador que os resgatou. Entretanto, em oposição à suavidade trazida pela imagem, as complicações na viagem prosseguem.

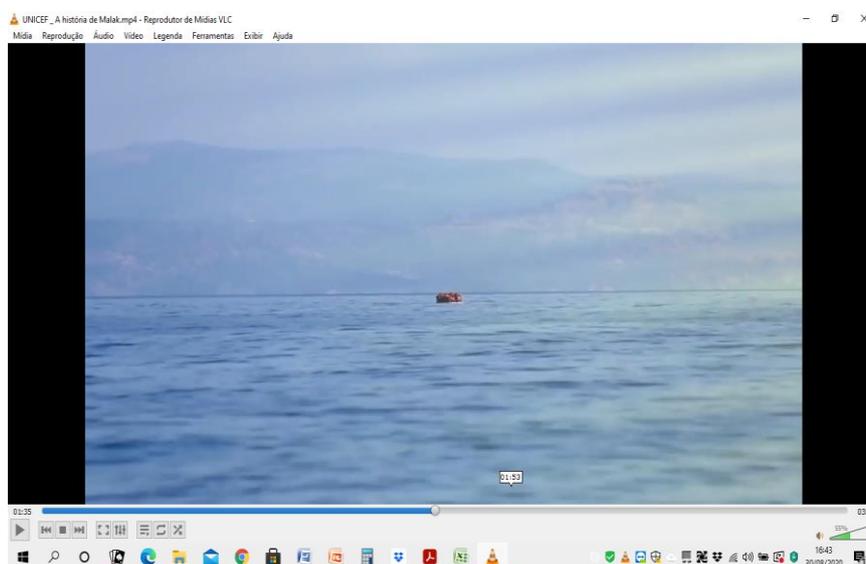


Fig 35 O barco

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

O encadeamento das orações se dá obedecendo a uma cronologia, com a maioria dos verbos no pretérito perfeito. O volume de orações narrativas, observado entre as linhas 29 a 34, é tão intenso que produz uma sensação de exaustão.

Nas linhas 28 e 29 “*ela estava sentada na água na parte inferior do barco, então eu a peguei*” observa-se, no gesto de cuidado e proteção à mãe, a inversão dos papéis de quem cuida e quem é cuidado, diante da fragilidade e vulnerabilidade do adulto. Nessa passagem, assim como na anterior, observa-se um deslocamento das imagens universais de adulto e criança.

### **Excerto 6: a montanha e o juramento**

35	Malak	a montanha era muito muito alta cada vez que
36		nós atingíamos o pico, eu pensava que era o
37		fim mas nós continuamos indo mais alto (pausa)
38		mas eu juro que não lembro onde a gente dormiu
39		eu me esqueci eu não me lembro bem
40		depois que chegamos à estrada, nós nos
41		limpamos do pó e fomos à polícia depois que
42		terminamos com a polícia, eles nos disseram
43		para irmos.

Além de dar continuidade à narração das complicações e dificuldades da viagem, observa-se nas linhas 38 e 39 “*mas eu juro que não lembro onde a gente dormiu /eu me esqueci eu não me lembro bem*” a passagem do evento narrado ao evento narrativo (Bauman, 1986), quando a história narrada é interrompida e a menina passa a dirigir-se a seu interlocutor presencial, no esforço de justificar a falta de lembrança de onde haviam pernoitado. Esse momento narrativo se abre a diversos questionamentos a partir do estranhamento que provoca. O que haveria de mal no esquecimento de algum fato? Haveria algo a ser omitido ou escondido? Algum medo? Por quê? A força discursiva do vocábulo “*juro*” nos remete quase a um pedido aflito de desculpa por não lembrar. Observam-se também, na sequência, mais duas orações que validam o juramento feito. De Fina (2003), em seu estudo sobre narrativas de migrantes, constatou que as orientações relacionadas ao espaço-tempo foram problemáticas devido à vagueza e falta de precisão por parte dos enunciadores, sugerindo sujeitos pouco agentivos, em processos de fragilização. Essa análise, de certa maneira, justificaria o esquecimento de Malak, embora não a consideremos pouca agentiva, muito pelo contrário.

No entanto, além do acima exposto, o estranhamento tem como causa não o esquecimento em si, mas o juramento decorrente dele. Sabemos que todo migrante, ao abandonar seu Estado-nação e atravessar a fronteira de outro estado, necessariamente viverá na ilegalidade e clandestinidade até chegar a um local de “acolhimento”<sup>53</sup>, caso chegue, para registro, solicitação de abrigo e refúgio. Esses indivíduos, em completa situação de vulnerabilidade, são empurrados para espaços onde novas fronteiras segregadoras se constituem, legitimando

<sup>53</sup> O termo foi grafado entre aspas para relativizar o seu sentido, pois, via de regra, o que se observa, em contextos de refúgio, é justamente o oposto.

imaginações que os configuram como intrusos ameaçadores da soberania e da ordem social, política e econômica.

Além disso, para que o pedido de registro seja aceito e a permanência no abrigo, autorizada, precisam contar suas histórias, e estas devem ser bem coesas e convincentes. Provavelmente, algumas precisam ser passadas e repassadas de modo a não deixar “pontas soltas”, que gerariam dúvidas na avaliação dos órgãos e comissões que representam o estado soberano e inquiridor.

Luiselli (2017), em seu trabalho voluntário como tradutora para crianças indocumentadas e desacompanhadas na fronteira dos Estados Unidos, reconstrói as narrativas de crianças solicitantes de refúgio a partir de quarenta perguntas que compõem o questionário jurídico elaborado pelo serviço de imigração americano. As respostas a esse questionário são determinantes para a obtenção do status de legais ou não. Há sempre o risco iminente de deportação, caso suas respostas não atendam positivamente ao que é considerado e avaliado como adequado pelo serviço de imigração.

Diante dessa constrangedora realidade, em que crianças em deslocamento, principalmente as desacompanhadas, são frequentemente expostas, tendo seu status de crianças e seu “direito a ter direitos” ([1951] 2012) violados, o que estariam autorizadas a contar ou responder? Isso nos leva de volta ao que nos trouxe até aqui: o juramento de Malak. O atrito entre forma e função produz estranhamento, e, ao produzi-lo, desabilita um significado estático, possibilitando a abertura a interpretações diante das questões sensíveis que envolvem os processos migratórios.

Na sequência, Malak apresenta a chegada à polícia, designação genérica em referência ao controle nas fronteiras, como a resolução da narrativa (linhas 42 e 43), encerrando as ações complicadoras do deslocamento (evento narrado) e informando-nos de que estariam “*autorizados a ir*” (ela e outras pessoas que desembarcaram na Grécia), sem no entanto nomear ou explicar para onde.

### **6.3.3 Saudade e solidão**

Apesar da resolução da narrativa ter sido a autorização para entrada no país, a coda, termo laboviano que marca a saída da história narrada (evento narrado) e o retorno ao presente do evento narrativo, anuncia que outra história se inicia,

trazendo à superfície sentimentos que constituem aqueles/aquelas que migram em busca de sobrevivência.

**Excerto 7:**

44	Malak	eu sinto saudades da minha escola
45		na síria e da minha professora (pausa) ela era
46		adorável, ela nunca me deixava triste eu tinha
47		muitos amigos...agora eu não tenho nenhum
48		eu espero que as coisas voltem a ser o que o
49		que eram antes eu espero que a síria volte a
50		ser o que era.

Defende-se que a coda construída estabelece uma relação dialógica com a introdução da narrativa da travessia, uma vez que lá (introdução) Malak anuncia e negocia a história triste que contará e, ao terminá-la, expõe suas saudades e sua solidão, ratificando, mais uma vez, o ponto narrativo: uma triste história. Na introdução defendemos, também, que a história afeta não somente quem a escuta, mas também quem a conta, sendo a narrativa uma “tentativa de impor ordem e coerência a ocorrências, por vezes, incompreensíveis” (Orton, 2020). Nesse momento final do evento narrativo, observamos que a imagem da menina é mais explorada, já que que, na narrativa da travessia, o foco deslocava-se entre a narradora e as diversas imagens que ilustravam o que ia sendo narrado.

Embora tenha se mostrado bastante expressiva em vários segmentos do vídeo, neste, especialmente, observam-se muitos movimentos corporais e faciais, demonstrando inquietude, “quicando no lugar”, como bem define a expressão popular, demonstrando certo desconforto e constrangimento, até então não observados.

A seguir, apresentamos textos gestuais e verbais que corroboram com a análise proposta.

**Sequência 1:** *“Eu sinto saudades da minha escola na síria e da minha professora”*

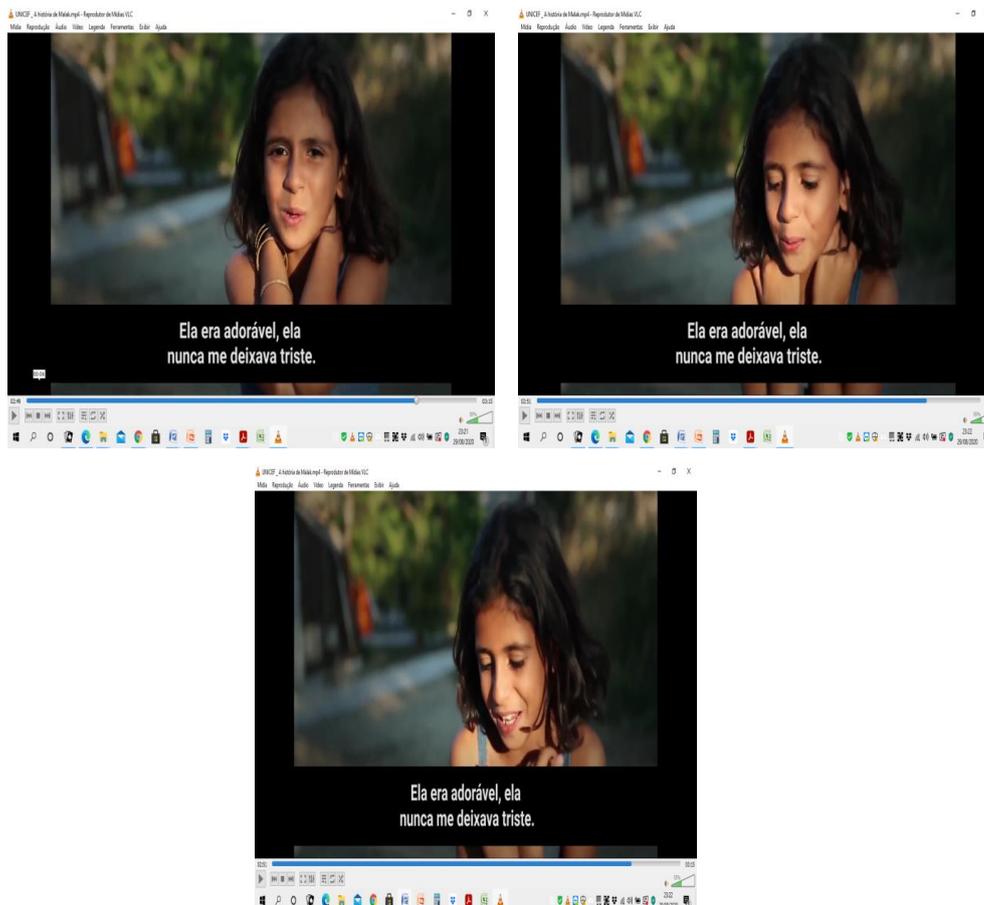


Sequência 1 (fig. 36 a 39) Malak saudades

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Nessa sequência, ao trazer sua lembrança da Síria e suas saudades – a escola e a professora – suas mãos, braços e cabeça movimentam-se rapidamente e sem parar. Tentamos capturar os vários movimentos que se relacionam ao mesmo enunciado, argumentando ser significativa essa profusão de movimentos por apontar uma inquietude ao falar de seus sentimentos. Sua conexão visual permanece apenas com o interlocutor presencial, logo, sua imagem e suas lembranças são ofertadas ao espectador, sem demanda por parte de Malak (Kress e van Leeuwen, 2006), ou seja, ela não solicita, não exige qualquer ação por parte do espectador.

**Sequência 2:** *“Ela era adorável nunca me deixava triste”*



Sequência 2 (fig. 40 a 42) Malak e a professora

Ao referir-se à professora como aquela que nunca a deixava triste, observa-se mudança em sua expressão facial. Seu olhar (vetor) projeta-se no espaço-tempo longínquo da lembrança (figura 40) e retorna ao próximo e presente chão em que agora habita (figuras 41 e 42), interrompendo, em alguns momentos, sua conexão visual com a interlocutora. Sua imagem não se constitui como uma demanda à audiência, já que não há interação vetorial. Nas figuras 40 e 41, seus braços e mãos são vetores que realizam uma ação de proteção, como um abraço a si mesma ao longo do enunciado, denotando maior vulnerabilidade nesse momento de exposição continuada. Aqui, seus movimentos corporais e faciais, componentes expressivos tão significativos, demonstram a difícil tarefa que é falar de algo que provoca dor. Malak não enuncia sua tristeza, “não quer deixar ninguém triste”, como anunciou na introdução de sua narrativa (6.3.1), mas deixa-a subentendida na forma como constrói seu enunciado. Ao trazer a lembrança da professora, “aquela que nunca lhe causa tristeza”, insinua justamente sua antagônica condição atual. O resgate de suas

lembranças afetivas aprofunda esse sentimento que, mesmo não dito, se faz presente em seus movimentos e expressões.

### Seqüência 3: “*eu tinha muitos amigos...agora eu não tenho nenhum*”



Seqüência 3 (fig.43 e 44) Malak e os amigos



Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Ainda traz em sua coda a saudade dos amigos “*eu tinha muitos amigos*” em oposição a seu atual sentimento de solidão. Seu movimento corporal, projetando sua cabeça junto ao ombro (fig. 43), aponta para a fragilidade nesse momento narrativo. Há uma mudança observável em sua performance na passagem do evento narrado para o evento narrativo. Enquanto no evento narrado (travessia) Malak constrói para si uma imagem corajosa e astuta diante dos perigos e incertezas da viagem, no evento narrativo a exposição de sua fragilidade fica mais evidente ao falar de seus sentimentos.

Nesse momento final, a filmagem desloca-se para outro espaço do abrigo, e sua imagem, com um grande laçarote verde no cabelo e brincando no balanço, compõe a cena (fig. 44). Há outra menina no balanço, mas não interagem. O balanço, brinquedo que projeta um corpo para frente e para trás, metaforiza a própria condição da criança em contexto de refúgio, que se movimenta entre o passado deixado para trás e o futuro incerto à frente.

Diferentemente das histórias das crianças representadas nos demais vídeos, foi possível conseguir informações sobre a integração de Malak. Segundo o Unicef,

ela agora se encontra na Alemanha, mas relata ainda ter saudades dos amigos.<sup>54</sup> Consideramos importante destacar que Malak, a menina síria, protagonista de uma história triste, mostrou-se perspicaz e agentiva em diversas passagens da narrativa, assumindo o lugar de narradora de sua história e não de vítima dela, sendo capaz de avaliar e expressar-se de forma articulada, sensível e intensa.

Apesar de uma representação menos violenta e mais digna ser dada à criança, a experiência narrada não deixa de ser comovente, pelo contrário. O drama está no vivido e narrado em seu testemunho. Nela, questões político-ideológicas relevantes sobre a migração forçada são trazidas na voz da criança, que narra as agruras da viagem da Síria à Grécia. Malak, metonimicamente, representa a diáspora síria em razão da guerra que teve seu início em 2011 e se estende até hoje. O ano de 2015 foi marcado pelo grande número de deslocamentos do Oriente Médio e da África, quando o mar Mediterrâneo tornou-se a rota principal de vidas em fuga, na busca por sobrevivência na Europa. Imagens e histórias povoaram as mídias, como a do menino Alan Kurdi, que não sobreviveu à travessia, reatualizando a lenda da Cruzada das crianças do século XIII<sup>55</sup>.

Enquanto no vídeo 1 (seção 6.1) a tragédia é o sofrimento da protagonista em razão da guerra, neste a tragédia é o deslocamento, a migração, sugerindo interpretações de que permanecer no espaço doméstico ou adjacências seria mais seguro que se arriscar em travessias clandestinas e perigosas organizadas, muitas vezes, por traficantes e contrabandistas.

Como resposta ao aumento de frágeis embarcações superlotadas que chegam à costa (quando chegam), a Europa aumentou o controle das fronteiras e segue implementando políticas que incluem deportações e aporte de recursos financeiros em países mais pobres, que se tornam os receptores de grande parte da população deslocada na região, como a Turquia, segundo o ACNUR. Em tempos de globalização, sob a ilusão e o ditame de um mundo integrado e de fronteiras fluidas, o deslocamento ainda não é um direito assegurado a todos, mantém-se restrito ou vedado a certos corpos e certas nacionalidades em condições específicas.

---

<sup>54</sup> Acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=SWz7eugOgAk>

<sup>55</sup> Em referência ao livro do autor francês Marcel Schwob “A cruzada das crianças”, publicado originalmente em 1896. Como escreve Noemi Jaffe, na contracapa da nova edição brasileira “Uma história do século XIII, contada por um autor do século XIX para leitores do século XXI, quando o mar Mediterrâneo testemunha trágicas peregrinações de pobres e crianças, agora na direção contrária”.

Ironicamente, a Europa, que protagonizou histórias heroicas de deslocamentos e descobertas de novos mundos; que invadiu, oprimiu, barbarizou e colonizou povos é o mesmo que hoje ergue muros de proteção e contenção contra aqueles/as muitas vezes construídos discursivamente como “intrusos invasores”.

#### 6.4 Vídeo 4: #aindadátempo (E se fosse o seu filho?)

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=3OHFHQAAtLUo>

O vídeo da campanha que passamos a analisar foi lançado pelo Unicef em 2015, ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 25 anos. A montagem do vídeo foi feita a partir de cenas reais gravadas em uma grande feira de intercâmbio da América Latina<sup>56</sup>, realizada em São Paulo no mesmo ano. Durante a feira, foi montado um estande com nome fictício “*ECA Exchange Programs – To change children’ lives*”, em referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente, relação pouco provável de ter sido percebida pelos participantes da feira e talvez até pelos espectadores do vídeo. No estande, atores contratados tentavam convencer os visitantes, pais em busca de intercâmbio para seus filhos, a aderirem a um dos programas propostos.

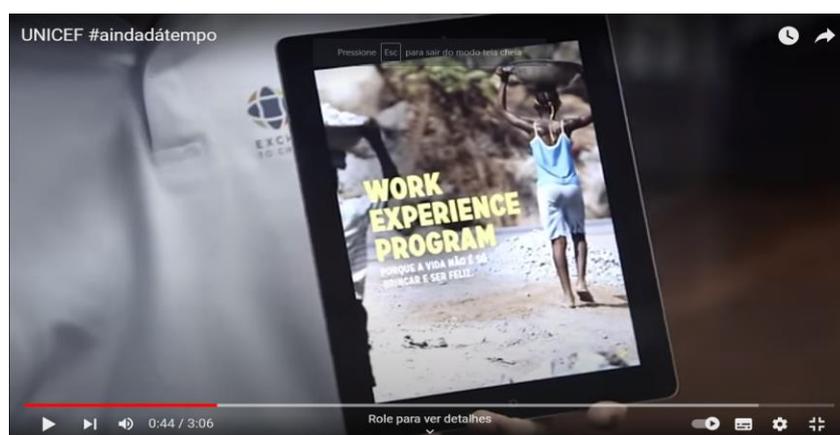


Fig. 45 Programa fictício 1

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

<sup>56</sup> O Salão do Estudante, considerado o maior evento de educação internacional da América Latina, conta com a presença de representantes de diversas instituições de diferentes países. As modalidades oferecidas vão desde intercâmbio e cursos de idioma até opções de graduação e pós-graduação. O evento realiza-se em algumas capitais brasileiras. Segundo o site *Guia do Estudante*, os EUA lideram o ranking dos destinos mais desejados.

<https://guiadoestudante.abril.com.br/noticia/maior-feira-de-intercambio-da-america-latina>  
Acessado em janeiro/2024.

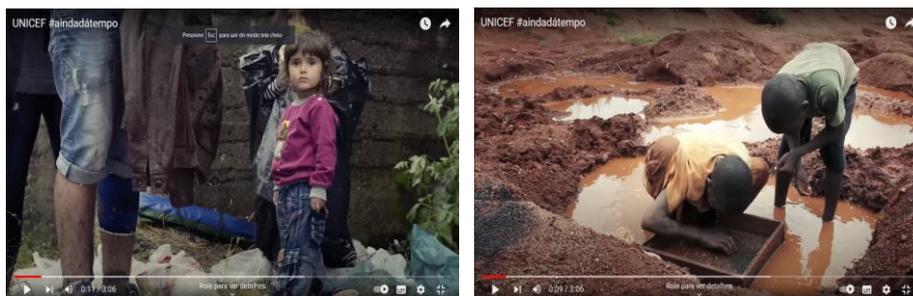
Para surpresa dos pais, os programas previam privações e violações de direitos, como trabalho forçado, vivência em campos de refugiados, luta armada, entre outros. Os pais participantes chocavam-se com o que lhes era oferecido, ou seja, experiências inimagináveis para seus filhos. É justamente sobre esse mote que a campanha é construída: “*E se fosse seu filho?*”

Em relação às funções das imagens propostas por Kress e van Leeuwen (Idem), teríamos:

- i) *função representacional*, há duas narrativas que se articulam. A mais ampla é a própria narrativa da campanha humanitária e, dentro dela, outra hipotética narrativiza o evento de intercâmbio, em que atores tentam persuadir visitantes a consumir programas fictícios de viagem para seus filhos.
- ii) *função interacional* é construída internamente nas imagens pelos vetores estabelecidos pelo olhar de atores e pais na interação representada. Não há interação dos vetores com os espectadores do vídeo, sendo as imagens uma *oferta* à reflexão.
- iii) *função composicional*, apresenta imagens de crianças na abertura do vídeo acompanhadas de telas narrativas que introduzem cenas reais gravadas no evento através do processo de montagem na edição. Os ângulos na filmagem das imagens alternam-se, mudando os enquadres e distâncias. A sequenciação das imagens são escolhas e recortes do produtor, mas a continuidade da narrativa se mantém.

O vídeo inicia-se pelo processo de montagem, em que imagens de crianças em situação de vulnerabilidade em diversas partes do mundo são apresentadas ao espectador.





Sequência 4: Fig. 46 a 49 Imagens de crianças      Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Essas imagens alternam-se uma a uma sem identificação das crianças nem de seus contextos. O destaque é dado à condição de vulnerabilidade, desamparo e injustiça em que vivem ou por que passam essas crianças. Tais imagens têm a função de sensibilizar a audiência e contextualizar o que será apresentado. O burburinho de vozes e sons não identificados ao fundo, somado à música que introduz o vídeo, adensa o clima dramático, evocando tensão e tristeza.

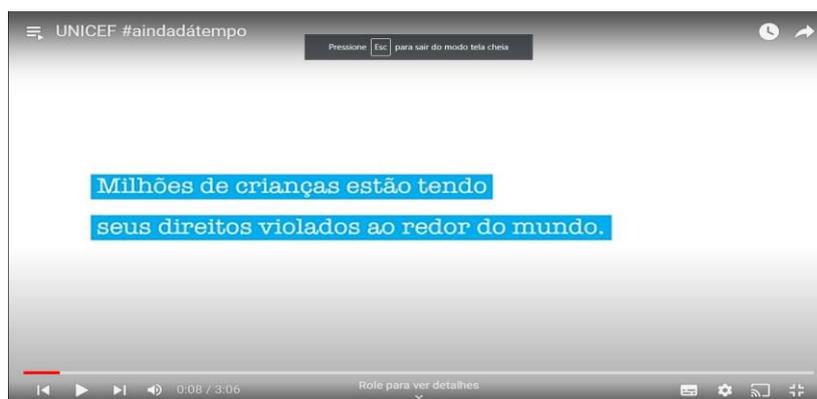


Fig. 50 Direitos violados

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Entremeando e ancorando essas imagens, temos a tela “*Milhões de crianças estão tendo seus direitos violados ao redor do mundo*”, realizando, juntas, o ponto da narrativa mais ampla da campanha, ou seja, o motivo para ela ser contada (Labov e Waletzky, 1967 e Labov, 1972).

Na sequência, duas telas são apresentadas. A primeira (abaixo), cuja função é sensibilizar os pais a partir da avaliação hipotética, estabelece um processo de identificação entre as crianças vítimas de violação de direitos e violências e os filhos dos participantes e espectadores, provocando (ou pretendendo provocar) uma simetria nessa relação.



Fig. 51 E se fosse seu filho?

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Por fim, a segunda tela (abaixo) configura-se como a contextualização da narrativa hipotética que será encaixada na campanha, construída pelas imagens e narrativas dos atores durante a feira de intercâmbio. Ao mesmo tempo, essas narrativas breves e hipotéticas constituem-se como as ações complicadoras dentro da narrativa mais ampla da campanha humanitária veiculada na plataforma YouTube. Nessa passagem, observa-se também a mudança de ritmo na música de fundo, acompanhando a mudança de ritmo narrativo na imagem, agora mais dinâmico, com o vai e vem de pessoas na feira e a interação dos atores com os possíveis consumidores. A partir daí, o que se vê são cenas da própria feira, constituindo-se como o segundo momento narrativo na campanha em que uma instituição fictícia propõe programas fictícios e inimagináveis a participantes reais, cenas que são assistidas por espectadores pela plataforma YouTube.



Fig. 52 Contextualização

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Podemos dizer que, nesse segundo momento narrativo, quando a narrativa passa a ser hipotética, há um apagamento da organização Unicef, já que não há uma

associação ou menção direta com ela, mantendo-se oculta para o público visitante do estande ficcionalizado, sob uma nomeação também fictícia. Essa campanha foi trazida para a análise justamente por sua arquitetura narrativa diferir-se das demais, que, além de combinar elementos lúdicos e irônicos, estratégia usada com frequência na atualidade, é construída através da coordenação de duas narrativas simultâneas.

Em algumas das cenas gravadas dentro do estande, podem ser vistos painéis expostos ao fundo, todos grafados em língua inglesa, conferindo autenticidade à proposta e em consonância aos objetivos da feira. Através de um zoom na tela, pode-se observar com maior nitidez os painéis, cujos títulos, além de grafados em língua inglesa, estão em fonte maior que os subtítulos que os acompanham, estando estes em língua portuguesa. Como a gravação das cenas é realizada em diferentes ângulos, além de passarem pelo processo de edição e montagem, a leitura desses painéis torna-se mais difícil para os espectadores da campanha pela plataforma YouTube.

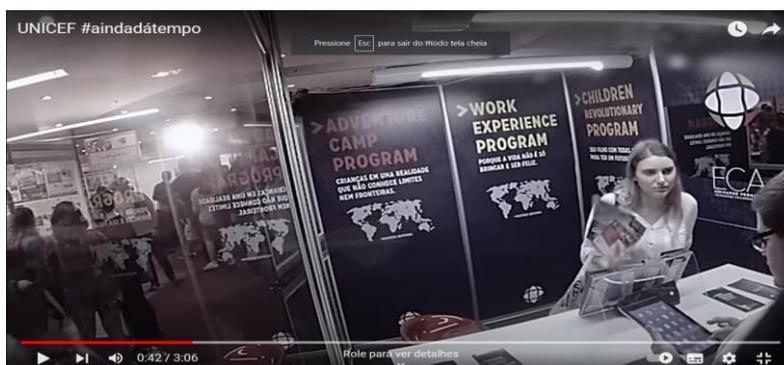


Fig. 53 Estande fictício

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Da esquerda para a direita teríamos os seguintes painéis:

1º) Título: **“ADVENTURE CAMP PROGRAM”** (programa de acampamento de aventura); subtítulo: **“crianças em uma realidade que não conhece limites nem fronteiras”**.

2º) Título: **“WORK EXPERIENCE PROGRAM”** (programa de experiência de trabalho); subtítulo: **“porque a vida não é só brincar e ser feliz”**.

3º) Título: **“CHILDREN REVOLUTIONARY PROGRAM”** (programa revolucionário infantil); subtítulo: não foi possível ser lido na imagem.

A princípio, os painéis são atrativos e valorizam os programas da hipotética agência. Além de os títulos serem sugestivos aos pais que buscam por formação abrangente para seus filhos em outros países, principalmente os de língua inglesa, a grafia nessa língua torna-se um índice de credibilidade por alinhar-se com os propósitos dos visitantes e interessados no evento. Portanto, estar grafado em língua inglesa (todos os programas estão intitulados nessa língua) torna o produto valioso e confiável aos olhos dos consumidores, já que o objetivo da feira é criar oportunidades internacionais para estudantes que têm recursos para tal empreendimento.

Os subtextos, já em língua portuguesa, estabelecem uma relação de sentido com os títulos, caso os consumidores realizem a tradução dos mesmos, mas, sob a forma de ironia, promovem o deslocamento do significado de alguns termos como “*aventura, limites, fronteiras e trabalho*”. Esse deslocamento propõe uma crítica às distintas realidades a que crianças (não como seus filhos) são expostas e à desigualdade de oportunidades para transpor limites e fronteiras, contrapondo a esperada experiência de aventura segura, divertida e rica em aprendizagens em experiência de sobrevivência, dor e morte. Chama a atenção, o subtexto “*Porque a vida não é só brincar e ser feliz*”, que, ironicamente, relativiza o direito à brincadeira e à felicidade normatizado para a infância. Além disso, a imposição normativa aos aspectos formativos também se contrapõe ironicamente à ausência deles no cotidiano das infâncias mobilizadas pela campanha, sem direito a brincar, estudar e ser feliz, aludindo apenas à condição de exploração em trabalhos forçados. Todos esses deslocamentos de sentidos e antagonismos endossam a diferença entre as realidades sobrepostas pela campanha.

Como já dito, as cenas foram editadas a partir de cortes e montagens e apresentam a interação dos atores com diversos pais que buscam o estande, tendo havido, certamente, a autorização para que houvesse a veiculação de suas imagens. As narrativas verbais e não verbais não são lineares, apresentam-se como “*flashes*” das interações entre atores e visitantes da feira, mas ganham coerência na edição final, compondo uma única narrativa hipotética.

Aos pais são apresentados diversos programas, além dos expostos acima, disponibilizados pela fictícia agência. Os atores, cujas performances imprimem seriedade aos programas, oferecem informações detalhadas sobre os mesmos, através de narrativas breves e hipotéticas, como em “*Se ele chegar nos campos de*

*refugiados, né, ele pode não chegar, aí ele vai lidar com o quê? Discriminação, com a distância dos pais, dos amigos*”. Essas narrativas, na arquitetura mais ampla da campanha, como já dito anteriormente, apresentam-se como ações complicadoras da experiência de crianças em situação de refúgio e violência que, transpostas ao contexto de intercâmbio, tornam-se inimagináveis para os pais em relação a seus filhos.

Na sequência, outro programa é apresentado pelos atores, quando nova ação complicadora é construída na narrativa breve e hipotética.



Fig. 54 Programa fictício 2

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

*“É um programa de estudo em que você vai ter cem por cento de estudo, o tempo todo, sem distrações”*, reforçado pelo subtexto em português: *“Estudo e nada mais que estudo”*, informação que, inicialmente, pode ir ao encontro dos desejos e das expectativas dos pais, ávidos por experiências formativas para seus filhos. Mas as ações complicadoras continuam *“Ele (o estudante) não terá acesso à energia; ele não terá água potável; não tem banheiro; não tem merenda. Olha que bacana... não tem nada. Não é legal?”* Nesse trecho, a ironia é expressa de forma bastante contundente através das avaliações construídas pelos atores: *“ não tem nada; olha que bacana; não é legal?”*

Os falsos programas de intercâmbio, contrapostos a situações reais de *vidas nuas* (Agamben, 2007), em realidades extremas, fortalecem o jogo irônico entre ficção e realidade, na tentativa de sensibilizar e conscientizar o público. A ironia presente nos textos, nas falas e imagens que constituem a campanha, desloca sentidos e provoca sensibilidades em relação a realidades distantes, que assumem potência diante da pergunta hipotética *“E se fosse seu filho?”*, deixando mães e

pais desconcertados. A campanha propõe justamente essa desordem e embaralhamento, ao quebrar as expectativas dos consumidores e misturar diferentes e injustas realidades, principalmente porque o evento destina-se, de maneira geral, a classes sociais privilegiadas, que podem ter acesso e custear tais empreendimentos educacionais para seus filhos. Ao expor as desiguais oportunidades que estratificam crianças e jovens globalmente, também expõe certos valores que permeiam as sociedades, em especial as do sul global (ou mundo majoritário), que anseiam pelo consumo do que é ou vem de fora, principalmente do norte global (ou mundo minoritário). Não queremos com isso invalidar ou minimizar tais empreendimentos na formação de um jovem. A questão que se coloca é o contraste estabelecido pela campanha, entre o supérfluo e o necessário, entre o excesso e a escassez, entre quem pode ou não cruzar fronteiras, entre a vida e a sobrevivência. Os direitos básicos ainda não são igualitários. Ninguém deveria ter que sobreviver, apesar de haver grande potência em quem sobrevive.

A parte final do vídeo da campanha organiza expressões e falas dos pais diante do oferecido. Assistimos a reações que passam pela indignação, raiva, incredulidade, surpresa e até risos constrangidos são observáveis. Uma das falas enunciadas por um dos pais participantes “*Isso é inaceitável*” é entextualizada na tela e dirigida aos espectadores do vídeo, embora a avaliação feita pelo participante não estivesse relacionada apenas a seu filho.



Fig. 55 Coda avaliativa 1

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Na sequência, complementando a tela anterior e ampliando a abrangência da mensagem, o Unicef apresenta como síntese, a coda avaliativa da campanha.

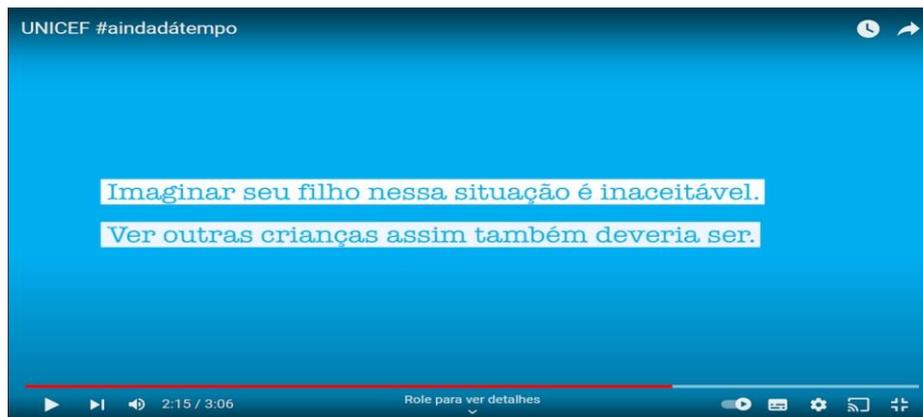


Fig. 56 Coda avaliativa 2

Imagens/vídeos: @vídeo Unicef

Foi possível observar que, apesar de não haver imagens apelativas de crianças durante a narrativa ficcional dos programas de intercâmbio, pelo menos não para os espectadores do vídeo pela plataforma YouTube, o efeito de choque se dá pelas ações complicadoras nas narrativas breves dos atores em interação. A imagem da criança permanece como signo que inspira inocência e vulnerabilidade, mantendo a crença de que são atributos essenciais na construção da comoção e do engajamento.

O apelo, nessa campanha, concentra-se basicamente nos signos verbais dos textos em tela, painéis e fala dos atores, por apresentar narrativas breves que deslocam a infância do tipo de experiência esperada, com descrições que, inclusive, desumanizam as crianças nesses contextos, afastando-as mais uma vez da narrativa hegemônica de infância. Aqui, o que provoca e mobiliza emoções não é a imagem da criança retoricamente exposta aos olhos dos espectadores, mas a imaginação, ativada pelos programas ficcionalizados, de que os filhos pudessem vivenciar tais experiências desumanas. A avaliação hipotética “*E se fosse seu filho?*” pretende provocar mais reflexão que piedade diante das diferentes realidades, ao propor uma relação mais simétrica, mesmo que hipotética, entre espectadores e representados. Talvez haja maior equilíbrio entre os processos de distinção /adequação como propostos por Bucholtz e Hall (2005). A partir desse alinhamento, a campanha visa promover mais conscientização sobre temática que envolve crianças em situações-limite.

Como bem descreve Chouliaraki (2010), como resposta às imagens negativas (de choque) ou positivas, há hoje uma forte tendência na linguagem humanitária de uso de “atos de representação”, ou seja, jogos imagéticos ou verbais que

ficcionalizam realidades. Muitas vezes utilizam-se da ironia para contrastar crenças, valores e modos de vida da sociedade onde as campanhas circulam, em contraposição aos apelos tradicionais de engajamento e solidariedade que expunham a realidade do sofrimento humano.

Essa nova modalidade se tornou possível pelo incremento tecnológico e pelo enfraquecimento do discurso da piedade (Boltanski, 1999) e das grandes narrativas morais na pós-modernidade (Lyotard, [1979] 2009), quando verdades universais são relativizadas e qualquer representação pode ser colocada em suspeição. Além disso, o discurso passa a ser através de um apelo reflexivo que será sempre individualizado, centrado na ideia de sujeito moderno engajado e racional, descrente do sensacionalismo ou sentimentalismo.

Apesar de haver essa tendência, ainda coexistem na linguagem humanitária todas as formas de representação, algumas vezes combinando distintas estratégias. Segundo Chouliaraki (2010), diante da difícil tarefa de representar o sofrimento alheio, novas estéticas vêm se apresentando como tentativas de legitimação e renovação do gênero, incrementadas pelas estratégias de marketing para competir no mercado de doações.

O espectador irônico, como denomina a autora, é o resultado de emoções pós-humanitárias, em que o “eu” passa a ser a medida de todas as coisas, já que inserido numa lógica neoliberal de mercado e consumo. Ou como ceticamente argumenta Han (2021), na *sociedade paliativa*, em que “toda condição dolorosa é evitada” por ser entendida como sinal de fraqueza, e a ditadura individualista do consumo e do prazer imperam, não há mais espaço para a empatia, o outro (e sua dor) tende a desaparecer.

Ao correlacionar as crianças em situação de privação e os filhos dos participantes e espectadores, o sofrimento desloca-se para o mundo particular e reflexivo do próprio espectador, uma vez que é através da ativação de emoções, a princípio restritas ao espaço privado e individual (minha família, meu filho), que outras mais amplas passam a ser identificadas e consideradas.

Estabelecendo uma comparação entre a narrativa de migração na campanha anterior (seção 6.3) e a apresentada aqui, podemos observar diferenças ideológicas sobre a concepção migratória. Na campanha de Malak (seção 6.3), a migração é construída como tragédia, como algo que precisa ser evitado e controlado, enquanto nesta, torna-se objeto de consumo desejado, oportunizado e incentivado. Essa

diferença marca não apenas o contraste entre os diferentes sentidos do termo e dos processos que o autorizam, mas principalmente entre quem pode ou não migrar e sob que circunstâncias e condições. Para aqueles que fogem de conflitos e violências em busca de melhores condições de vida ou sobrevivência, inclusive crianças; quando a fuga é a derradeira e última alternativa, o deslocamento é cercado de inseguranças e incertezas, que vão desde viagens clandestinas por rotas perigosas, muitas vezes mortais, até exposição ao tráfico humano, exploração sexual, enfim, violências de diversas ordens.

A diferença, portanto, entre as duas concepções de migração é abissal. Uma é consentida e entendida como aproximações e trocas entre nações e cidadãos do mundo, pertencentes à “aldeia global”, enquanto a outra é sempre uma ameaça à segurança das nações e ao ordenamento internacional, cujos sujeitos, “intrusos indesejáveis”, podem ser descartados. Como Arendt ([1951] 2012) já afirmava, um homem, afastado de suas origens, de seu lar e sem pertencimento a uma comunidade nacional e política, torna-se vulnerável ao perder seus vínculos, sendo arrastado para fora da humanidade. Ou como descreve Mbembe (2016), pela (i)lógica da necropolítica, aqueles que representam ameaça ou desvio às normatizações e regulações impostas, constituem-se como corpos descartáveis e matáveis.

## **6.5 Reflexões sobre a construção da comoção**

Esta seção pretende, comparativamente, discutir os modos de construção da comoção nos quatro vídeos analisados. Iniciaremos com a retomada de alguns pressupostos de Chouliaraki (2008, 2010) sobre a mercantilização das emoções e em seguida uma breve apresentação sobre a distinção entre piedade, compaixão e solidariedade proposta por Arendt (1990). Acreditamos que esse conjunto de reflexões, em dialogia com os processos de adequação/distinção (Bucholtz e Hall, 2005), contribuirão para uma compreensão, mesmo que não totalizante, dos processos de comoção estruturados nas campanhas.

Na contemporaneidade, o deslocamento, muitas vezes forçado, desafia e fricciona as inter-relações do “eu” e “nós”, podendo tanto ampliá-las como produzir exclusões assentadas em sentimentos nacionalistas e xenófobos, muitas vezes reforçados por representações e enquadramentos que distanciam representados e espectadores. Afinal, como nos interroga Butler (2018), quem é o “nós” em uma

comunidade global? De certo, a humanidade, idealizada e abstrata, não dá conta de responder a essa questão, já que o “nós” sempre é um recorte que produz exclusões. Que vidas e corpos então importam? A invisibilidade de algumas vidas traz indiferença a suas mortes, pois a morte social as condena à inexistência. Como trazer essas vidas à visibilidade? Como recuperar a emoção diante delas? E que tipo de emoção é (ou não) ativada? Como discorre Fassin (2022) “querer refletir a partir de uma sensibilidade moral é um ato tão político quanto assumir permanecer impassível frente à implacabilidade seletiva da mortalidade”.

Angariar a atenção do espectador e sua doação é o objetivo da organização que produz a campanha visando à sensibilização. De certa forma, as campanhas trazem ao campo do visível e da existência indivíduos que estão distantes do espectador, geralmente em cenários de pobreza e violência. A grande questão é, como já anunciada por Rancière (2014), que “não se passa da visão de um espetáculo à compreensão do mundo e da compreensão intelectual a uma decisão de ação. Para ele, sempre haverá a indecidibilidade do efeito de uma imagem sobre o espectador, ou seja, não há como prever o sucesso da intenção do produtor em relação a seu objetivo.

A ambiguidade do regime de visualidade, entre expor ou não o espectador a imagens intoleráveis de sofrimento humano sempre rendeu (e continua a render) críticas e incertezas, por seu flerte com o espetáculo e o excesso de consumo passivo de imagens, transformadas, assim, em mercadorias. Como Rancière (2014) salienta, “o problema não é saber se cumprir ou não fazer e olhar tais imagens, mas sim dentro de que dispositivo sensível isso é feito”<sup>57</sup> e que tipo de atenção convoca. O discurso humanitário, como dispositivo biopolítico (Foucault, 2008), integra-se à governança internacional e às suas políticas securitárias, logo, as campanhas transitam em um dispositivo de sensibilidade ambíguo, cuja exposição do sofrimento alheio como objeto ofertado e disponível a ser observado, analisado e, por fim, consumido ou rejeitado, embaralha sentimentos, ao transformar dor e sofrimento em mercadoria.

Segundo Chouliaraki (2010,2013), o tipo de solidariedade que hoje se manifesta é corroborado por três condicionantes: “instrumentalização do campo

---

<sup>57</sup> Rancière (2014) ilustra essa ambiguidade a partir do ocorrido com o fotógrafo sul-africano, Kevin Carter. Sua impressionante fotografia no Sudão (*O abutre e a menina*) rendeu-lhe o prêmio *Pulitzer*, mas também ataques ferozes à ética de sua imagem, levando-o à morte prematura.

humanitário e do desenvolvimento; o recuo das “grandes narrativas” morais e de solidariedade e a crescente tecnologização da comunicação”. Ao reduzir a ação do espectador a uma visita ao site ou a um click no link indicado, vem operando um esvaziamento moral que se resume à fugacidade do ato rápido, cômodo e muitas vezes fundado em valores contingentes, denominado pela autora de *ativismo consumista*, transformando, assim, o ator moral público em “espectador irônico de vulneráveis” (Idem). Para a autora, esse novo espectador é uma figura ambivalente na medida em que se coloca cético a apelos morais, entretanto aberto a ajudar aqueles que sofrem.

Do ponto de vista da circulação, as campanhas em foco associam-se a essa nova forma de engajamento rápido, suficiente para não gerar grande envolvimento, mas ao mesmo tempo responder ao apelo moral. O cenário contemporâneo de desconfiança, fadiga da compaixão ou indiferença faz com que as organizações invistam pesadamente em estudos de mercado e marketing para aumentar sua credibilidade, visando garantir maior alcance de doadores. No entanto, ao enquadrar o sofrimento alheio como mercadoria a ser consumida pelo mercado de espectadores, opera-se uma alteração da moralidade e da expressão da comoção.

Para Arendt (1990, apud Caponi, 1999), a compaixão só se realiza dentro de esferas íntimas, em relações singulares que geram verdadeiras identificações e exigem sofrimento mútuo. A compaixão do “ponto de vista político seria irrelevante e sem consequências”. Por outro lado, a piedade seria a expansão do sentimento de compaixão à ordem coletiva, às grandes massas de sofredores, o que para a autora inviabiliza as práticas políticas, entendidas por ela como diálogo entre iguais, despojados de interesse privado. A piedade estabeleceria uma relação assimétrica entre diferentes distantes, produzindo o grupo dos “miseráveis, dos desvalidos, dos fracos”. A proposta alternativa arendtiana à piedade seria a solidariedade, fundamentada na simetria de interesses e universalização da dignidade humana (Caponi, 1999). Ao contrário da lógica da piedade, que produz categorias hierarquizadas, muitas vezes produtora de submissão, coerção e violência, a solidariedade, imbuída da diversidade humana, reconheceria no “outro” um semelhante e como tal com direito ao respeito e à singularidade.

Do ponto de vista da construção das campanhas, as narrativas verbais e não verbais pretendem despertar a empatia do espectador, acionando sua moralidade diante da criança através da desidentificação. Esse processo se constrói a partir do

que Bucholtz e Hall (2005) denominam *processo de distinção*, cuja saliência das diferenças em relação às semelhanças entre os membros de uma mesma categoria social produz a ideia de *diferença*. Embora todas as crianças representadas nos vídeos em análise pertençam a categoria infância, a etnia, as trágicas histórias e o estilo ou as condições de vida são marcadores que as tornam distintas dos membros que compõem essa categoria aos olhos de doadores ocidentais, verificados nos vídeos 1 (Amira), 3 (Malak) e 4 (Feira de intercâmbio).

A ênfase dada à diferença traz implicações que tensionam sentidos e produzem ambivalências. Se por um lado a narrativa de sofrimento da criança, signo da inocência e vulnerabilidade, posiciona-a na categoria identitária mais ampla, gerando a obrigação moral de ajudá-la e protegê-la, por outro, o enquadramento dado reforça estereótipos que a posicionam fora da grande narrativa sobre o que é ou como deve ser uma infância.

Tabak e Carvalho (2018) também problematizam a narrativa internacional que reforça e normatiza a infância universal, deixando de fora outras tantas que se diferenciam. A representação da infância afastada do centro de produção da narrativa hegemônica pode levar à divisão da opinião pública e fomentar políticas de restrição ao acolhimento, à permanência e aos direitos dessas crianças em nações anfitriãs, já que norma e desvio articulam-se produzindo sentimentos antagônicos em relação a essas crianças ou experiências de infância.

Dentre as campanhas analisadas, o vídeo 1 (Amira) explora com mais intensidade esse aspecto, através de uma representação vitimizada, sem que seja dada às crianças a palavra. Acaso infâncias longínquas e acentuadamente diferentes das normatizadas e celebradas pela narrativa ocidental podem representar a promessa de futuro ou estariam fadadas ao desajuste e ao risco social? Tentativamente, a organização busca promover a restauração dessa situação de exceção, sempre dependente da percepção e dos afetos angariados, que se situam entre o horror ou a piedade, sentimento que Arendt considera pouco útil politicamente. Essa é uma estratégia ainda muito recorrente na linguagem humanitária (*efeito de choque*), cujo enquadrando como vítima passiva das grandes tragédias, aprisiona a criança em uma lógica redutora de humanidade, criatividade e potência. Além disso, estabelece uma assimetria entre representado e espectador, onde este se consolida como o salvador piedoso e aquele como vida subalternizada e dependente da caridade.

O vídeo 3 (Malak) difere-se do vídeo 1 (Amira) por não utilizar imagens de choque ou sensacionalistas da criança. Malak apresenta-se como a protagonista e narradora de sua “história triste”, como assim ela denomina. O processo de distinção, como proposto por Bucholtz e Hall (2005) também se faz presente, no entanto, consideramos que, embora sua experiência a desloque da narrativa hegemônica, sua expressividade, carisma e potência corroboram para uma representação mais humanizada, promovendo mais solidariedade que piedade, como proposto por Arendt. Seu relato testemunhal, além de comovente, apresenta avaliações e posicionamentos que fortalecem sua singularidade e subjetividade no próprio ato de narrar e interpretar sua experiência. Malak recusa o lugar de vítima passiva e apresenta-se como agente da sua história.

O vídeo 4 (feira de intercâmbio), assim como o vídeo 3 (Malak), não se constrói através de visualidades chocantes. O choque se realiza na arquitetura da campanha, predominantemente verbal, ao propor uma aproximação entre crianças em contextos de violência e escassez e filhos dos espectadores. Podemos considerar que a articulação simultânea da adequação e da distinção (Bucholtz e Hall, 2005) cria um efeito de espelhamento de realidades, tendo por objetivo a produção da empatia. Ou seja, os filhos pertencem à categoria infância tal qual as demais crianças, logo, há uma proposição que intensifica as semelhanças que constituem essa categoria, principalmente no que concerne aos direitos a ela atribuídos. Por outro lado, a saliência dada à distinção dentro dessa categoria, marca a diferença que promove a percepção da injustiça e desigualdade, através da desumanização da infância espelhada. Portanto, é a partir de uma aproximação hipotética e de uma premissa igualitária inexistente que a campanha leva os espectadores à reflexão sobre a realidade de crianças que, diferentemente de seus filhos, não acessam a direitos básicos. Nessa campanha a comoção parece transitar mais em direção à solidariedade que à piedade, já que construída a partir da proposição de uma relação mais simétrica, mesmo que hipotética, entre representados e filhos dos espectadores.

O vídeo 2 (Venezuelanos) foi deixado por último por duas razões; primeiro porque trata-se de uma homenagem ao dia da criança, destinado àquelas em situação de refúgio e, em segundo, porque o processo de empatia ou comoção é operado de maneira diferente das demais. Neste, também não há imagens de choque, embora as narrativas das crianças tragam à tona sofrimentos relacionados

às perdas e saudades, signos constitutivos das experiências de deslocamentos forçados, que, de certa forma, contradizem o “mito da infância feliz” da narrativa imagética. A aposta da campanha realiza-se através de imagens positivas, entoadas pelo fundo musical alegre, no espaço colorido e divertido do parque. A narrativa da campanha estrutura-se pelo processo de adequação (Bucholtz e Hall, 2005), cujas semelhanças postas em destaque coadunam-se com o imaginário da audiência, promovendo maior identificação do espectador com a representação. O enquadre dado à infância na campanha pretende aproximar e conectar os espectadores a uma ideia de humanidade e infância únicas, compartilháveis e intercambiáveis. Além disso, a similitude fenotípica entre as crianças representadas na campanha e as brasileiras também contribui para essa maior identificação. Destaca-se, também, o protagonismo dado às crianças que, a seu modo, participam e interagem com a audiência, dividindo suas lembranças, saudades e desejos, representadas em corpos dóceis e não ameaçadores. As orientações presentes na narrativa da campanha – *parque, casa de avó, escola* – também reforçam afetos e normalizam a infância, assegurando uma relação pacífica entre representados e espectadores, através de paisagens idílicas sedimentadas no imaginário social.

Como salienta Chouliaraki (2010), representações positivas que abrandam realidades, levam ao apagamento das diferenças e dificuldades constitutivas do processo de integração em uma nova nação. Funcionam como uma resposta às imagens chocantes tão exploradas na construção do imaginário humanitário. No entanto, essas imagens também hierarquizam os polos da relação: de um lado, crianças sorridentes, acolhidas e gratas e, de outro, a organização cuidadora, o país anfitrião e o público, que encontra reconforto nas imagens sem questioná-las.

Apesar de todos os aspectos levantados na análise, a campanha, entendida como mediadora entre público e crianças migrantes, tenta, a partir de imagens e experiências positivas, contribuir para a desconstrução de discursos preconceituosos e xenófobos em relação a essa população, através de uma visualidade que resgata a esperança e a dignidade das crianças representadas.

A problemática da representação de corpos humanos em sofrimento continua desafiando produtores de mídias de comunicação de massa, organizações e mesmo a arte, na busca por alcançar um equilíbrio entre a retórica da semelhança e da diferença. Ou como sinaliza Lenette (2017), em referência a Gilligan e Marley (2010) em seu artigo, o desafio que se impõe à representação é como “evitar o

reforço de ideias negativas ou enquadramentos estereotipados e capturar imagens positivas sem “adoçar” as realidades dos refugiados.

## **6.6 Pulando a cerca: pequenas “posturas e imposturas”**

Nosso objetivo nesta seção foi buscar capturar momentos em que pudemos observar alguma fratura na representação verbal ou não verbal que provoque dissonância na narrativa da campanha ou possibilidade de extrapolação a ela. Como sinalizado por Marques (2017), a política das imagens está associada ao “gesto de ler” nas imagens posturas e imposturas que se materializam como pistas capazes de “trair” a legenda ou a narrativa que insiste em uma representação objetificada, roteirizada e consensualmente definida para os sujeitos representados. Observar aquilo que resiste ou insiste em não se deixar apreender ou capturar, sejam falas, expressões, posturas corporais, gestos e olhares, configura-se como “possibilidade de transformar as coordenadas de enunciação” (Idem) dessas vidas.

### **6.6.1 Amira**

Inicialmente, propomos a retomada do vídeo 1 (Amira). Através da imagem frontal da menina, uma aproximação com o espectador está sendo proposta pela produção. No entanto, a interação não se realiza, já que, como discutido anteriormente, não há conexão dos vetores do olhar entre menina e público, constituindo-a como objeto exposto a outros sem ter as condições de retribuir ou interagir. Entretanto, propomos outro olhar interpretativo para a questão, considerando a possibilidade de haver uma resposta, mesmo que inconsciente, da menina àquela desconcertante filmagem. Ela rejeita a aproximação, embora a filmagem, contrariamente, insista em capturá-la em sua extrema fragilidade. Para Marques (Idem), “a violência reside na violação sistemática da distância” entre a intenção de quem produz a imagem e o espectador, cujo resultado são estratégias espetaculares que pretendem falsamente eliminar o distanciamento necessário para que a alteridade se constitua.

Assim, Amira é perseguida pelas lentes insistentes e invasivas de sua intimidade dolorida e enquadrada como a criança sem fala e vítima passiva. Até que ponto a importância de documentar e apresentar corpos e rostos autoriza a violação

do respeito à dor de outra pessoa à revelia de sua disposição e desejo? É disso que se trata. Amira encontrava-se atordoada, traumatizada. Teve ela opção? O que ela nos diz através de sua desconexão? A interpretação aqui proposta parte da crença de que há no “ato de ver um gesto invisível que constitui modos diferenciados de “partilha da sensível”<sup>58</sup>, ou seja, de distinção entre o que se deixa ver e o que se propõe invisivelmente ao olhar (Marques, Idem).

De alguma forma, a menina resiste à interação e essa resistência, intencional ou não, insinua seu desconforto diante da ausência de respeito a sua alteridade. Apesar dos muitos olhares sobre ela (produção, câmera, voluntária e outros), não há qualquer conexão, por menor que seja, em momento algum. Portanto, sua desconexão fala-nos certamente de seu sofrimento, mas propomos ser também uma resposta, mesmo que simbólica, à violência de sua representação.

### 6.6.2 Fabian

Recuperamos neste momento uma passagem do vídeo 2 (Dia da criança), no qual Fabian, uma das crianças protagonistas da campanha, responde à pergunta feita em tela: “Como é sua vida no Brasil? ”. Como resposta, constrói sua breve narrativa “*Eu brinco, brinco, brinco e estudo*”. A expressão do menino se altera quando fala que estuda. Parece haver uma avaliação negativa em relação a essa atividade.



Fig. 57 Fabian e o estudo

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

<sup>58</sup> Rancière, 2009

Essa passagem (0:56 segundos) traz uma desconcertante expressão de Fabian ao referir-se à sua rotina de estudo. Sua expressão facial, com manejo de olhos e cabeça, assim como a entonação dada ao vocábulo “estudo”, surpreende e até mesmo apresenta-se como uma deliciosa e divertida avaliação “transgressiva” aos olhos e sentidos do espectador, diante da espontaneidade incontida no ato narrativo. Consideramos sua performance significativa, pois provoca uma ruptura e uma abertura ao inesperado, como um ponto de fuga ao controle do que pode ser dito ou tornado visível, principalmente em um contexto em que provavelmente há um roteiro planejado que conduz também a respostas esperadas. Destacamos, assim, sua crítica ao estudo como um momento em que Fabian reivindica para si a possibilidade de agência através de seu posicionamento avaliativo, desafiando ou resistindo à narrativa soberana, principalmente porque há um esforço na campanha em apresentar o Brasil como um país que garante os direitos às crianças refugiadas, entre eles, o estudo/ educação.

### 6.6.3 Malak

Destacamos aqui um momento narrativo já salientado na seção (6.3) de análise, quando Malak avalia a perda de sua mala com maturidade, demonstrando estar consciente da situação em andamento no barco. Consideramos essa passagem uma contranarrativa à ideia de subalternização da criança, muitas vezes sem direito à palavra ou, quando a tem, é palavra minorizada, tornada irrelevante. Importante destacar que não se trata da palavra ruidosa ou caprichosa daquelas cercadas de mimos e excessiva proteção, mas daquela que desnuda percepções, muitas vezes silenciadas ou invisibilizadas pelo adulto como forma de proteção. Também aquelas que expõem as incongruências e a incompletude desse mesmo adulto diante da complexidade e insensatez do mundo, oferecendo, quem sabe, aberturas para outras possibilidades de leitura e reinvenção dos modos de ser e estar nele. Aproximamos aqui da formulação que Rufino (2017) oferece, em seu belíssimo texto de doutoramento, sobre as *encruzilhadas*, espaços de fronteiras híbridas, “campo de possibilidades, horizonte disponível para transformações radicais”.

Portanto, os processos de “infantilização” ou de “inadequação” a concepções universais precisam ser desafiados e transformados para que o reconhecimento do potencial dialógico e avaliativo da criança diante dos fatos e do mundo que a cerca, e do qual participa ativamente, não seja continuamente desconsiderado ou silenciado. Malak, ao se construir na narrativa e expor suas percepções, desnaturaliza e bagunça as dicotômicas relações adulto/criança, inocência/infância, passividade/agência, afastando-se de uma concepção essencializada de infância, que, encarcerada em vários “mitos” que a narrativizam, desconsidera a diversidade de experiências que a compõe, principalmente quando envolvida em contextos complexos de deslocamentos, violências, pauperização, abandono e outros.

## 7

### Interseccionalidade

Nosso interesse principal foi investigar a representação da infância em campanhas humanitárias e observar as narrativas construídas sobre elas em contexto de trânsito e refúgio. No entanto, nos dias de hoje, não é possível realizar uma análise sem levar em consideração os atravessamentos de classe, raça e gênero que saltam aos olhos nesses dados. Para atender a essa demanda do mundo contemporâneo e lançar luz sobre esse caráter estrutural e estruturante, incluímos este capítulo em que serão discutidos alguns aspectos significativos, sem a pretensão de dar conta da complexidade que envolve esses atravessamentos. Destacamos, inclusive, que as questões de gênero e raça são constitutivas da infância, como vem apontando a literatura, alinhando-se aos pressupostos interseccionais que constituem as relações sociais, estruturalmente desiguais e ainda preconceituosas.

O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, que afirma:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (2002, p. 177)

A autora, em documento dirigido às Nações Unidas e Organizações humanitárias, destaca que as hierarquias de raça não são como às de gênero, mas ambas estão sujeitas a limitações dramáticas na fruição de direitos e garantias básicas, especialmente quando há abusos a partir da combinação desses dois atributos. Em relação à infância, ainda podemos acrescentar o etarismo, processo que também gera desigualdades e diferentes formas de exclusão.

Embora reconheçamos a interseccionalidade nas infâncias, optamos, neste estudo, por investigá-la de forma separada, a fim de iluminar tais atravessamentos.

Sendo assim, partiremos da discussão sobre raça na primeira seção e em seguida, na segunda, refletiremos sobre aspectos de gênero que se destacaram nos

dados, reconhecendo nesses atores a força que resiste e insiste apesar dos enquadres e enclausuramentos de sua representação.

### 7.1 Questões de raça e racismo

Inicialmente, gostaríamos de retomar algumas reflexões já apresentadas no capítulo de análise (vídeo 2). Lá discutimos a predominância de crianças venezuelanas nos vídeos produzidos nacionalmente. Problematizamos a ausência de crianças haitianas e congolezas e outras etnias em um vídeo que homenageia crianças em situação de refúgio no Brasil, já que essa população é diversa e não se restringe apenas às venezuelanas, sendo estas, entretanto, quantitativamente mais relevante. A escolha parece reforçar padrões e atributos que qualificam corpos como mais adequados à visibilidade e circulação, especialmente no tocante à imagem internacional brasileira.

Não considerar outras raças e etnias em uma campanha que se propõem homenagear o dia das crianças é apagar as diferenças e apostar na homogeneidade fenotípica das representadas, a partir de um recorte racializado que invisibiliza as demais. Imaginar que apenas o quantitativo defina o que se torna visível parece-nos um processo excludente e hierarquizante, que reforça preconceitos tão arraigados em nossa estrutura social, escondido sob o véu do mito da democracia racial, onde o racismo se afirma por meio de sua própria negação (Gomes, 2005).

Nossa vida em sociedade nos faz perceber as diferenças, entendê-las e tratá-las de forma desigual (Idem), seja por marcadores de raça, gênero, idade, posição social, entre outros. Raça é uma construção social, política e cultural produzida nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico (Idem). Para Frantz Fanon (2008), o racismo despersonaliza, pois nega o reconhecimento do indivíduo como uma pessoa, sendo uma prática que “retira do sujeito sua identidade e o concebe como o diferente” (Araújo, 2021), por meio do processo de discriminação (Kilomba, 2019). É no antagonismo com o branco ocidental que “o outro”, o negro, assim como outras etnias, torna-se o diferente, o “fora do lugar”, habitante das margens e periferias das estruturas locais e globais.

Tratando esta tese da representação da infância em deslocamento, não pretendemos abordar ou pensar as questões raciais apenas a partir da sociedade brasileira, que, como apontam os teóricos (Gomes, 2005; Munanga, 2004),

apresenta especificidades. Pensamos ser importante considerar aqui o racismo globalmente localizado, no qual a diáspora africana sofreu profunda desumanização através dos processos de escravização e colonialismo que marcaram o “lugar de subalternidade” do negro, assim como outras etnias que se constituem como bárbaras ou incivilizadas.

A posição de poder do branco ocidental e sua cultura como norma a ser perseguida e universalizada afeta o modo como “o outro”, em sua diferença, é percebido e construído. Ao retratar “outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada” (Gomes, 2005), naturaliza-se a ideia de “inferioridade” desses grupos.

Grada Kilomba (2019), argumenta que, “no mundo conceitual branco”, o negro é identificado como “objeto ruim”, ao incorporar aspectos da sociedade branca que são reprimidos e tratados como tabu, a exemplo da agressividade e sexualidade. Essa associação constrói o negro (ou o outro) como ameaça, perigo, “permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa” e com isso escape de sua historicidade de opressão.

A autora identifica no racismo três características simultâneas. A primeira é a construção da diferença, que é acionada por diferir de um grupo que tem o poder de se definir como norma. A segunda aponta para a hierarquização, articulada através da desonra, do estigma da inferioridade que, associados à diferença, constroem o preconceito. A terceira característica constitui-se pela combinação do preconceito (hierarquização naturalizada da diferença) com o poder. Todos esses processos produzem no seio das sociedades o racismo.

No campo da visualidade, a forma como certos corpos, marcadamente diferentes da norma cultural ou gramática ocidental, são representados, alimenta imaginações que ora os infantilizam ora os demonizam. Discutimos, nas análises dos vídeos (capítulo 6), como a grande narrativa ocidental e hegemônica essencializa a infância, produzindo dicotomias que determinam o que está dentro ou fora dela, e como a construção do risco ou da ameaça é operada a partir desse descentramento. A representação de crianças em contextos de grande sofrimento, pobreza e tragédia, usada como forma de sensibilização e capitalização de recursos para projetos e programas de assistência internacional, propicia, simultaneamente, a produção do estigma dessas infâncias. Todas elas marcadas por dor e histórias dissonantes do que se autoriza para uma infância normalizada e, portanto,



corpos. A massificação é uma forma recorrente de representação dos refugiados em mídias e campanhas que, como vem apontando a literatura iconográfica da comunicação, estereotipa e desumaniza indivíduos em sofrimento, ao negar-lhes sua singularidade e dignidade. Esse tipo de representação é significativa por operar silêncios e hierarquizar corpos, (re)produzidos em exotismos, cor da pele, origem de nascimento, enfim, nas várias formas de estratificação que valoram uma vida. O reforço de estereótipos alimenta imaginações preconceituosas de sub-raça e impede ou inibe possibilidades para além de parâmetros redutores e segregadores.

A seguir, outra imagem que se destaca na mesma campanha e que também diz respeito à representação da criança racializada.



Fig. 59 Corpo desnutrido

Imagens/vídeos: @vídeo ACNUR

Nessa imagem articulam-se os *tropos de infância, resgate e cuidado* (Lenette, Idem). Esses *tropos* evocam a nobreza das organizações por suas ações e sua presença nesses contextos, bem como destaca o sentimento de empatia que se realiza na relação do voluntário com a criança em situação de vulnerabilidade.

Portanto, a imagem narrativiza a ação do ACNUR através de seu voluntário, que divide o primeiro plano da cena com a criança, realizando um processo acional de acolhimento a ela. Entretanto, ao fundo, outra ação de acolhimento acontece. Sentadas em solo assemelhado à areia ou terra, podem ser vistas outras crianças. Nesse grupo, uma delas segura outra mais nova em seu colo, ou seja, a ação de cuidado e proteção também é realizada por uma criança, mas que, secundarizada na

imagem, torna-se imperceptível e apequenado o seu importante gesto de também ser, como o voluntário do ACNUR, agente cuidador e protetor em sua comunidade.

Em relação à interação, os vetores (Kress e van Leeuwen, 2006) constituídos pelos olhares dos representados não se conectam com os espectadores, tornando-se, como já discutido anteriormente, uma imagem oferta. Essa ausência de conexão entre participantes representados e espectadores revela certo interesse em oferecer/ofertar uma representação até certo ponto “natural” e espontânea, em que a ação voluntária da organização e a vítima objetificada são postos como objetos ou fenômenos a serviço da análise e reflexão do espectador, que, por fim, decidirá aderir ou não à campanha. A demanda é do ACNUR, expressa através da narradora que, como já vimos, fala pelas crianças na campanha, colonizando a infância, que permanece sem o direito à palavra.

Apesar da pouca precisão em razão da velocidade da cena, aproximadamente 2 segundos, é possível observar que a criança não consegue manter o contato visual com o voluntário, não havendo interação entre eles. Seu olhar é triste e seu corpo frágil<sup>59</sup>, passivo e assujeitado, reforçando o lugar destinado às infâncias na campanha e, em especial, o lugar da criança negra, representante de um continente que foi também estigmatizado como espaço da falta e do primitivo, construído como social, cultural e economicamente atrasado.

Até aqui, a representação assemelha-se a de outras crianças de distintas etnias presentes no vídeo. No entanto, destaca-se a desproporção entre cabeça, tronco e membros, evidenciando a desnutrição, logo, o contexto de vulnerabilidade alimentar e escassez a que a população está exposta. Embora não saibamos exatamente de que país se trate, a partir de uma lógica reducionista, como afirmado acima, somos levados a inferir ser um país africano, não identificado em suas especificidades e diferenças. A representação dos negros homogeneíza distintas tradições e culturas, tratadas como um bloco único aos olhos do branco ocidental, levando apenas em consideração os processos históricos compartilhados, ou seja, a escravização, o racismo e o colonialismo, instrumentos históricos de opressão ao continente e aos seus habitantes.

---

<sup>59</sup> A imagem da criança negra/africana, representada comumente a partir do que lhe falta, da escassez e fragilidade, contrapõe-se à imagem do sujeito negro adulto, ao qual se associam outros estereótipos animalizados, como força, agressividade e virilidade, reforçando imaginações ameaçadoras sobre esses corpos (Kilomba, 2019).

Na cena central, a criança necessitada dos cuidados do voluntário também não é identificada. Não sabemos seu nome, sua origem, sua história, nada. Todos os elementos que a humanizariam encontram-se apagados. A visualidade da criança negra também nega-lhe a existência como criança cidadã, já que seus direitos básicos não estão assegurados, a começar pela alimentação. Apesar do esforço da organização em operar a aproximação entre mundos desiguais (majoritário e minoritário) com a intenção de promover assistência, ela o faz a partir de representações que salientam distinções profundas que produzem a diferença (Bucholtz e Hall, 2005), através de um cenário de grave precariedade e de um corpo emaciado e frágil, sempre dependente da caridade do mundo ocidental.

Nunes (2016) traz em seu artigo a discussão sobre o racismo nas infâncias, destacando a necessidade de que se realize, no âmbito dos Estudos da Infância, o debate racial, para que se saia do denunciamento e se articule as potências e resistências através das diferenças. Considera que, embora muitos estudos já apontem críticas à desqualificação de crianças como sujeitos de pesquisa, a criança negra não recebe atenção por não ter sido considerada criança por muito tempo. O que ela evidencia é a diferença qualitativa de visualidade entre crianças brancas e negras. A infância como fenômeno sócio-histórico único e universal silencia os racismos éticos raciais, cujas diferenças são produzidas a partir de padrões dominantes, muitas vezes antagonizando crianças brancas ativas e autônomas e crianças negras passivas, dependentes ou desviantes.

A representação permanece um desafio na medida em que será sempre dependente dos interesses de sua produção, circulação e, sobretudo, do olhar de quem a vê. A imagem da criança negra, como metonímia de um tempo-espaço marcado por desigualdades, fixa-a nesse contexto da falta, sem dar a ela a possibilidade de narrar e protagonizar sua própria história. É mais uma entre tantas imagens que compõem a memória coletiva ocidental desse território, que se resume à fome, ao desencanto e a privações. Como nos diz Sontag (2003), “quando se trata de recordar, a fotografia [imagem] fere mais fundo. A memória congela o quadro.”

Apesar das considerações trazidas para a análise, reconhecemos nessa imagem um esforço do ACNUR em buscar maior inclusão nesse campo tensionado da representação. As várias modalidades em que se realiza na atualidade parecem demonstrar as tentativas de adaptação às exigências do mercado e da sociedade contemporânea. Observa-se nessa imagem que grande parte do corpo da criança

aparece coberto, evitando sua exposição. A prática de exploração pornográfica de corpos esqueléticos, bastante comum na linguagem humanitária, precisa ser evitada não em razão de olhos sensíveis, ressequidos ou indiferentes do público ocidental (Sontag, 2003), mas, principalmente, em respeito à dignidade das vidas representadas. Para a autora, o conflito de interesses entre objetividade e subjetividade, entre demonstração e suposição, é insolúvel. As imagens serão sempre convites à especulação e à fantasia.

## 7.2 Questões de gênero

Em tempos pós-modernos ou modernidade tardia<sup>60</sup>, valores e grandes narrativas modernas entraram em eclosão (Lyotard, 2009). O avanço do capitalismo no mundo marca esse período, trazendo consequências no modo de vida, que se torna cada vez mais individualista e consumista. Praticamente tudo se transforma em produto para consumo, cujo fim é o lucro. As desigualdades ao redor do mundo aprofundam-se, tensionando as relações no interior das sociedades. Acrescente-se a esse cenário a tecnologização da vida e a globalização que reinventaram as relações humanas, fortalecendo o surgimento de novas pautas que colocaram em xeque conceitos, princípios e sistemas binários da modernidade. Assim como o mundo, as identidades deixaram de ser estáveis. Passaram a ser entendidas como fluidas, fragmentadas (Bauman, 1999) e em permanente transformação, em oposição a concepções rígidas, universais e essencializadas, levando a problematizar os modelos tradicionais, entre eles o gênero, aspecto central desta seção.

Movimentos feministas passaram a questionar e se opor ao modelo dominante patriarcal que determinava papéis essencializados para homens e mulheres, sendo estas compreendidas como dependentes e inferiores e aqueles como dominantes e superiores. Embora os estudos de Judith Butler sobre gênero tenham questionado e problematizado as teorias feministas, sendo ainda um campo discursivo tensionado e em disputa, não é nosso propósito adentrar essa discussão. Interessa-nos sua dimensão social e relacional, como “fenômeno culturalmente performado e

---

<sup>60</sup> Não pretendemos aprofundar o debate a respeito desse conceito ainda em disputa. Introduzimo-lo apenas para contextualizar a questão de gênero.

"performativamente constituído", em vez de ser uma propriedade essencial ou pré-discursiva do indivíduo (Orton, 2020). Esse aspecto torna-se importante justamente porque imagens de meninas e mulheres ainda continuam sendo tropos que inspiram sentimentos baseados em modelos essencializados de gênero, comumente performados nas campanhas.

Historicamente, mulheres e crianças<sup>61</sup> constituem-se como “vítimas” preferenciais da linguagem humanitária por despertarem maior comoção em razão de ideias fixadas no imaginário social, que Lenette (2017) denomina “*tropos de infância e feminização*”. O uso desses tropos vem de longa data<sup>62</sup>. Apesar de hoje encontrarmos diferentes estratégias de campanhas, como as apresentadas para análise, o enquadramento da vulnerabilidade e vitimização da criança ainda é muito recorrente, principalmente quando interseccionalizada com o gênero, a raça e a idade. Vasavada (2016)<sup>63</sup> discute em seu artigo que, após a 2ª grande guerra, essas imagens foram “imensamente bem sucedidas para arrecadação de fundos e também contribuíram para a sentimentalização da infância pobre e dos refugiados como objetos passivos, vulneráveis e sem voz”.

A argumentação acima se confirma no conjunto de vídeos e campanhas que formaram o corpus deste estudo, assim como nos dados selecionados para a análise. Embora crianças do gênero masculino também compareçam, já que a infância associa-se à ideia de ingenuidade, estão em menor número. Tomando apenas as quatro campanhas apresentadas, observamos que meninas estão mais representadas. Presa à ideia de pureza, inocência, dependência, fragilidade e outros estereótipos que definem o feminino, mulheres e meninas ainda se constituem como a vítima ideal aos apelos compassivos.

Outro enquadre associado ao feminino é a noção de cuidado. Imagem de mulheres com crianças no colo ou em contexto de proteção também se mantém

---

<sup>61</sup> Estudos empíricos realizados pela pesquisadora Birgitta Höijer (2004) com o objetivo de compreender “como as pessoas reagem ao envolvimento emocional diante de vítimas inocentes de conflitos políticos, guerra e outras formas de violências” evidenciaram maior engajamento moral da audiência com certas vítimas preferenciais (mulheres, crianças e idosos).

<sup>62</sup> A fundação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) ocorreu em 1863, sendo a primeira organização humanitária da modernidade, preocupada inicialmente em prestar ajuda aos soldados feridos em conflitos. Está disponível ao público, em seu site, imagens e vídeos de conflitos durante o período de 1966 a 1975 para futuras pesquisas. Disponível em <https://www.icrc.org/pt/document/now-open-icrc-archives-1966-1975>. Acessado em setembro de 2023.

<sup>63</sup> Then and Now: Evolving Representations of Children in UNICEF Photographs - Kinjal Vasavada, 2016.

como uma recorrente opção narrativa. Segundo Amores, Calderón e Gary (2020), o principal fornecedor de imagens de crianças abandonadas e Madonas durante a Guerra Fria foi o Unicef, que as utilizou para angariar dinheiro e construir apoio para os seus programas de saúde e alimentação materno-infantil.

Esse imaginário narrativo construído sobre mulheres e crianças desafortunadas, afirmam os autores, realizou um importante trabalho político durante a Guerra Fria, garantindo apoio ao intervencionismo e à política desenvolvimentista dos EUA. Essas questões também são apontadas por Berents (2020) na atualidade, que destaca a possibilidade de uso político das imagens de crianças. Ao ressaltar valores culturais de cuidado associados à maternidade, promovia-se o fortalecimento da estabilidade familiar e social, colocando a mulher como a responsável pela sobrevivência da família, tradicionalmente idealizada e importante dispositivo de controle e contenção moderna (Foucault, 2008). Portanto, as imagens de Madona exigiam não só a imediata reparação daquela emergente e triste condição, sem colocar em questão os aspectos macroeconômicos e políticos subjacentes a essas representações, como também disseminava um apelo aos valores da família tradicional, fundindo segurança nacional e familiar (Idem).

Diante das profundas transformações que vêm se operando nas sociedades, além da irreversibilidade das abissais desigualdades econômicas em diversas partes do mundo, a migração vem sofrendo grande feminização (Lisboa, 2006 apud Bertoldo e Ricardo, 2017). Se outrora os fluxos eram predominantemente masculinos, e crianças e mulheres eram consideradas apêndices nesses processos, na contemporaneidade, as organizações precisaram se voltar para essa nova realidade e considerá-la em seus relatórios e pesquisas, já que se trata de uma população expressiva, exposta a determinadas violências em razão do gênero.

De acordo com o site Migramundo, mulheres e meninas são especialmente vítimas de exploração sexual, inclusive por meio de prostituição e pornografia, afetando 20% das crianças traficadas, havendo, inclusive, o envolvimento de familiares e amigos no recrutamento. No Brasil, entre janeiro de 2020 e junho de 2021, o Disque-100 registrou 301 casos de tráfico de pessoas. Destes, 50,1% eram crianças e adolescentes e outros 24,9% eram mulheres<sup>64</sup>. Ainda segundo o mesmo site, cerca de 90% de todos os que fogem da Ucrânia através das fronteiras são

---

<sup>64</sup> <https://migramundo.com/trafico-infantil/> Acessado em fevereiro de 2024.

mulheres e crianças, que sofrem riscos de violência de gênero, abuso e trauma psicológico. Em razão de muitas crianças terem se deslocado sozinhas, esses riscos são multiplicados.<sup>65</sup>

Também o Unicef salienta em seu site e relatórios<sup>66</sup> que as disparidades de gênero atingem as meninas com a entrada na adolescência. As meninas, comparativamente aos meninos, são responsáveis por trabalhos mais pesados no âmbito doméstico, sofrem maior ameaça de violência baseada no gênero e riscos desproporcionais de casamento na infância<sup>67</sup>. De acordo com a organização, as complicações na gravidez continuam a ser uma das principais causas de morte e incapacidade para meninas nos países menos desenvolvidos, além de representarem três quartos da população adolescente infectada pelo vírus HIV. Esse quadro agrava-se em contextos de conflitos armados, catástrofes naturais e outras emergências humanitárias, como o deslocamento por rotas perigosas, quando todos, homens, mulheres, meninas e meninos ficam mais vulneráveis a múltiplas violências. Os meninos, correspondendo à lógica binária de gênero, são mais recrutados por grupos armados, trabalhos forçados e violências entre gangues, segundo a organização.

Após essa breve introdução ao tema e aos enormes desafios a serem enfrentados, as imagens das infâncias capturadas nas campanhas que compõem este estudo, não trazem problematizações, contribuindo pouco para a reflexão. De modo geral, observou-se, na narrativa verbal e não verbal, a manutenção e reprodução de atributos, comportamentos e papéis sociais hegemônicos de gênero.

Na representação das meninas Carol, Nicole e Malak (vídeos 2 e 3, respectivamente), os atributos relacionados ao gênero feminino, como simpatia, semblantes sorridentes e cativantes, meiguice, graciosidade ao falar são mais evidentes que em Fabian (vídeo 2), um dos poucos meninos que comparece nos dados analisados. Nele, o masculino é marcado em seu semblante mais fechado e

---

<sup>65</sup> <https://migramundo.com/trafico-infantil/> Acessado em fevereiro de 2024.

<sup>66</sup> Para maiores detalhes ver <https://www.unicef.org/protection/child-marriage> Acessado em fevereiro de 2024.

<sup>67</sup> De acordo com o relatório, o casamento na infância na Índia representa um terço do número global, 216.65 milhões. Estudos vêm problematizando as narrativas das organizações internacionais e ONGs que prestam assistência à infância, demonstrando a necessidade de se levar em consideração a participação e autonomia da infância em diferentes culturas e realidades, onde casamentos, trabalho, militarização e prostituição passam a ser escolhas legítimas, mesmo que isso produza tensões e desconfortos em visões estabilizadas na cultura ocidental sobre os direitos da criança. Para maior aprofundamento ver Hanson (2022) e Tabak (2023).

em enunciados assertivos e diretos. São sutis as diferenças, mas estão presentes. Outro aspecto que poderíamos destacar é que, ainda no mesmo vídeo 2, quando às crianças venezuelanas é apresentada a pergunta sobre o que gostariam de ser no futuro, encontramos diferenças significativas em suas respostas. O desejo de Fabian está mais vinculado à ação “*Youtuber e vendedor de roupas bonitas*”, enquanto Nicole expressa desejos mais intelectuais que envolvem aprendizagens “*Aprender a ler e andar de bicicleta sem rodinhas*”. Já Carol expressa desejos relacionados às emoções “*Eu queria voltar*”, em referência à saudade da Venezuela.

As imagens<sup>68</sup> a seguir também sugerem a manutenção das diferenças entre os papéis sociais de gênero.

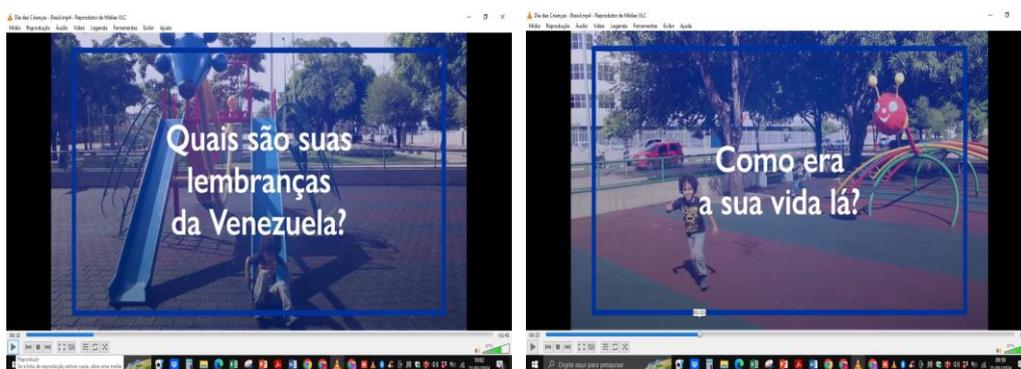


Fig. 60 e 61 Meninos brincando

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

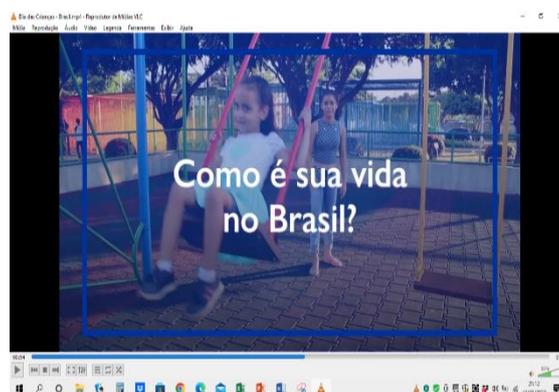


Fig.62 Meninas brincando

Imagens/vídeos: @vídeo OIM

Enquanto os meninos são representados em atividades de maior exploração dos brinquedos, com autonomia e ação, correndo no espaço do parque, as meninas participam de uma atividade em que a ação de cuidar e ser cuidada são salientadas.

<sup>68</sup> Por se tratar de imagens em movimento, sugerimos o retorno ao vídeo para melhor visualização [https://www.youtube.com/watch?v=-wqdw\\_1pMeU](https://www.youtube.com/watch?v=-wqdw_1pMeU)  
Em 0:14, 0:33 e 0:54 segundos

Ou seja, as imagens reproduzem narrativas que nos dizem como meninos e meninas se comportam de maneiras diferentes: meninos são ativos, exploradores e mais autônomos, e meninas são mais passivas e dóceis, envolvidas em atividades mais “calmas” e em relações de cuidado. Importante destacar que Carol, a adolescente, participa de um cenário que a infantiliza, que certamente não corresponde mais aos seus interesses. Sua representação a aproxima da imagem de maternidade, daquela que cuida, através de dois aspectos que se interseccionam, gênero e idade. Esse lugar do feminino é muito comum dentro das estruturas familiares mais pobres, quando crianças mais velhas, majoritariamente meninas, são responsáveis pelos mais novos e pelos afazeres domésticos.

Para finalizar, trazemos uma última imagem<sup>69</sup> capturada no vídeo 1 (Amira), em que foi possível observar alguma desestabilização do gênero na representação, mesmo sem ter havido a intenção de fazê-la.

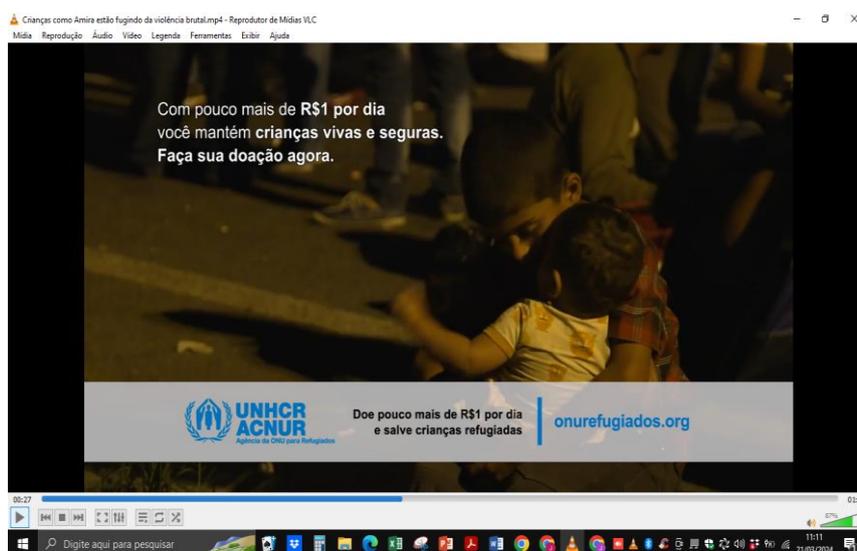


Fig. 63 Menino e o cuidado

Imagens/vídeos: @vídeo ACNUR

Essa imagem simbolicamente produz uma ruptura ao modelo binário estabelecido e oferta um enquadramento de Madona, *a virgem e a criança desamparada*, no qual o menino assume o lugar da virgem na representação, exercendo ações de cuidado e proteção com a criança em seu colo. Com isso, a

<sup>69</sup> Pela pouca iluminação na imagem, dificultando a visualização, indicamos acessar o link <https://www.youtube.com/watch?v=ifg2hwn8OaU> (0:23 segundos)

imagem realiza simultaneamente duas narrativas: “meninos também podem ser cuidadosos e exercer tarefas que socialmente estão associadas a mulheres e meninas” e, ao mesmo tempo, “é injusto que uma criança tenha que cuidar de outra criança”. As duas narrativas, entre outras, são possíveis. Entretanto, a combinação de ambas amplia a carga sentimental da vítima, através do deslocamento do significado simbólico da Madonna para a criança e por ela ser um menino. Além disso, a pouca luminosidade na imagem torna-a mais sombria e dramática, dificultando o contato visual do espectador com as crianças representadas.

A velocidade da cena, que dura aproximadamente 4 segundos, em conjunto com as outras várias imagens que compõem a campanha, massifica os representados e desumaniza essas infâncias sem nomes, origens e histórias. A mudança de uma imagem para outra parece querer nos dizer que não precisamos nos demorar muito nelas, só o tempo suficiente para que a mensagem da urgência seja comunicada. Ainda segundo Sontag (1977), o fluxo das imagens em movimento produz a anulação dos efeitos da sua predecessora. Passamos de uma a outra sem tempo para interiorizar ou refletir detidamente sobre o que nos é apresentado. Mas aqui, no espaço desta pesquisa, que buscou olhar a campanha de forma minuciosa, reconhecemos nessa ação de ternura e cuidado a expressão de sua potente humanidade.

## Considerações por uma infância plural



Fig. 64 Comissão de frente

Jornal Vozes da comunidade

Como encerramento deste estudo, trazemos a imagem da comissão de frente da Escola de Samba Vila Isabel no Carnaval de 2024. Mais de trinta anos depois, a agremiação reedita o enredo “Gbalá – viagem ao templo da criação”, narrativa de matriz yorubá<sup>70</sup>, que apresenta a divindade em estado depressivo e entristecido com o resultado de sua criação. O mundo sem cor e destruído pelos homens é magicamente reencantado pela inocência das crianças que, simbolicamente, devolvem o coração à divindade e salvam o planeta da destruição, restituindo-lhe a beleza e a esperança.

Essa grande narrativa atravessa tempos, histórias, culturas e tradições e encontra eco na contemporaneidade. Sem dúvida, sua força e beleza seduzem e mobilizam paixões. Como todo mito, apresenta-se sob a forma de uma narrativa pedagogizante, que tem por função naturalizar e universalizar certas concepções de vida e de mundo, estabilizando, assim, temas sensíveis do campo político-social. Apesar da fragmentação das grandes narrativas (Lyotard, 2009) na contemporaneidade, a infância segue sendo narrativizada e entendida dentro de uma

---

<sup>70</sup> Disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/mocidade-e-unidos-de-vila-isabel-levantam-a-sapucaia-na-segunda-noite-do-grupo-especial/#> Acessado em março de 2024.

lógica essencialista, produtora de dicotomias que organizam o que é aceitável ou não como experiência de infância (s).

Como apontou Ariès (1973), a infância não é uma categoria natural, mas sócio-histórica, marcada pelas contradições das sociedades e do tempo em que vive. A criança cidadã nasce normatizada pela Convenção sobre os Direitos da Criança, trazendo embates e contradições para a compreensão dessa etapa da vida, que apresenta especificidades e também diversidade. Embora o documento seja entendido como um marco importante do reconhecimento da criança como sujeito de direitos, nem todas as crianças estão habilitadas a acessá-los por inúmeras razões de natureza política, ideológica e cultural, tornando-se por vezes um instrumento excludente em relação a algumas que “se afastam do território protegido da infância, inquietando a vida cotidiana internacional” (Tabak, 2023).

Além disso, ao se pensar e construir a infância a partir de parâmetros universais ocidentalizados, que atribuem valores de inocência e vulnerabilidade, entre outros, implicitamente, outra ideia também vigorosa a acompanha, ou seja, de que é o lugar da intervenção, do controle e da regulação, já que é o tempo-espaço em que se articula o futuro da humanidade.

Diante de um contexto ainda em tensão e disputa, buscamos entender, a partir desta pesquisa, como a infância em situação de refúgio é representada em campanhas humanitárias das Agências multilaterais (ACNUR, UNICEF e OIM), responsáveis pela gestão dessa população, e como a empatia é produzida no espectador a partir dos modos de construção das campanhas.

Neste capítulo final, retomamos o percurso da pesquisa, buscando responder às perguntas que nortearam as análises, bem como os entendimentos construídos a partir delas.

No capítulo 2, contextualizamos a pesquisa e apresentamos as diferentes arquiteturas em que as campanhas são produzidas, tendo por base os estudos iconográficos de Lenette (2017) sobre os tropos de *massificação*, *personificação*, *resgate*, *cuidado*, *infância*, *feminização* e *criminalização*, e de Chouliaraki (2008, 2010, 2013) sobre as três tendências de imagens em campanhas: *choque (negativa)*, *positiva* e *reflexiva*. Essas conceitualizações nos auxiliaram no decorrer das análises.

Nos capítulos 3 e 4 procuramos refletir sobre temas que dialogam com os dados da pesquisa e atravessam as narrativas analisadas. Consideramos importante

apresentar as bases teóricas em que este estudo se desenhou, formando-nos e informando também os leitores sobre os conhecimentos que se interseccionaram, como governança, humanitarismo, refúgio e infâncias (certamente poderiam ser outros), reafirmando, portanto, a interdisciplinaridade proposta pelo campo da LA (Moita Lopes, 2006).

Alinhando-nos à perspectiva qualitativa interpretativista (Denzin e Lincoln, 2006), no capítulo 5, apresentamos o quadro teórico-metodológico, reconhecendo o caráter provisório e situado do conhecimento aqui produzido (Moita Lopes, Idem). Informamos ainda o instrumental analítico mobilizado na realização das análises, que pretendeu, dentro de suas limitações, escrutinar os textos multimodais das campanhas. Por serem produzidos em vídeos, ou seja, imagens em movimento, foi necessário buscar um caminho metodológico para enfrentar a multiplicidade de índices presentes em sua construção.

No capítulo 6 apresentamos as análises de cada uma das quatro campanhas. Pretendendo responder à primeira pergunta de pesquisa *i) Como a criança/infância é representada nas campanhas selecionadas?* A seleção das campanhas priorizou a diversidade de arquiteturas produzidas, a fim de observar diferenças na representação da (s) infância (s). No vídeo 1, somente Amira é identificada em um tropo de *personificação*, diferentemente do que ocorre com outras crianças no mesmo vídeo. A centralidade é dada ao sofrimento e à dor de crianças passivas, inocentes e sem possibilidade de agência. Sem voz, e muitas sem história ou qualquer identificação que as humanize, são narradas pela voz do ACNUR, que se apresenta como o interlocutor autorizado a agir e falar por elas. O resultado é uma narrativa que vitimiza as crianças, visando comover o público através de imagens *de choque*.

No vídeo 2, as crianças venezuelanas participam de um evento de entrevista, respondendo às perguntas roteirizadas pela produção. As imagens são gravadas em um parque, cenário que provoca no espectador maior identificação com a infância representada. A campanha se constrói em um tropo de *personificação*, em que imagens *positivas* de crianças são apresentadas ao espectador. Além disso, as crianças dirigem-se ao público através da conexão do olhar, muito embora, por vezes, essa conexão seja interrompida. Observamos que dois mitos se atualizam nessa campanha: o mito da infância feliz e o da cordialidade brasileira. Destacamos,

também, o fato de a representação ter privilegiado um recorte racializado da população refugiada no Brasil.

No vídeo 3, Malak é a protagonista e narradora de sua história triste. Apesar do contexto de perdas, dor e saudade, a representação da infância é mais humanizada, preservando-a como um ator social, capaz de avaliar e intervir na realidade experienciada. Através de um relato testemunhal rico em detalhes, mas sobretudo, no qual a criança rejeita o lugar de vítima e performa uma identidade carismática, corajosa, sensível e humana, identificamos o tropo de *personificação*, que restitui dignidade ao representado.

No vídeo 4, a arquitetura busca promover maior *reflexividade* por parte do espectador. Nele, os tropos não são diretamente identificáveis, já que imagens de crianças não são exploradas como nas demais. Apesar disso, o tropo *da infância* está presente. Estruturada a partir de duas narrativas encaixadas, a campanha ficcionaliza programas de intercâmbio, utilizando-se de narrativas hipotéticas, que transformam a experiência em um espetáculo dramático. Ao aproximar realidades distantes através do irônico contraste que as diferencia, a infância, mesmo preservada em sua visualidade, mantém-se representada em um enquadre de vítima impotente em experiências desumanizantes.

Ainda no capítulo 6, através das análises, também foi possível responder à segunda pergunta de pesquisa ii) *Que narrativas sobre a infância e o refúgio se atualizam nelas?*

A análise aponta que a infância, em todas as representações, de alguma forma, é narrativizada no seu deslocamento do padrão hegemônico ocidentalizado. Ou seja, ela afasta-se da grande narrativa que universaliza um certo tipo de criança e sua respectiva infância, deixando-a “fora de lugar”. Sendo assim, torna-se emergente e necessária a intervenção das Agências e dos doadores para salvar essas infâncias, já que seu desvio pode transformá-las em uma ameaça ao sistema global. É nessa ambivalência que a infância refugiada trafega nas narrativas das campanhas, por ser construída de forma estigmatizada, sob uma linha tênue que a posiciona como a vítima impotente ou o risco iminente.

Quanto ao refúgio, pôde-se observar que a representação conota sentidos negativos ao deslocamento. Foi relevante perceber a diferença entre as narrativas dos vídeos 1 e 3 (Amira e Malak). Neles, o deslocamento é consequência de eventos dramáticos, a guerra ou a “aventura” clandestina, muitas vezes mortal, em contraste

com o deslocamento autorizado e consentido em forma de intercâmbio entre nações (vídeo 4 #aindadátempo). A centralidade dada à vítima impotente e à tragédia do evento promove a despolitização da guerra, do deslocamento/refúgio e também da infância.

A terceira pergunta *iii) Que estratégias são mobilizadas para a construção da comoção e a partir de que índices?* Foi possível observar que a construção da comoção é diferenciada nas campanhas, devido à estrutura de sua composição. Os índices verbais e não verbais contribuem para o deslocamento das emoções, entre piedade e solidariedade, que, de acordo com Arendt ([1951] 2012), estabelecem relações diferentes entre os participantes, já que baseadas em assimetrias ou simetrias na representação. Quanto mais relevância é dada à distinção da criança em relação ao constructo universal, maior será a desidentificação produzida, suscitando relações mais assimétricas, logo, mais piedosas, que reproduzem o binômio vítima/salvador. Quanto mais saliência for dada às semelhanças, maior será a identificação, podendo produzir emoções mais simétricas, como a solidariedade. Também foi possível observar que as orientações e as avaliações constituem-se como estratégias de engajamento utilizadas pelas Agências, de forma a interpelar o espectador em sua moralidade e, com isso, produzir sentimentos compassivos como resposta. Nas falas das crianças, as avaliações e orientações, de modo geral, as transportam para as experiências passadas e saudosas no país de origem.

A última seção, finalizando o capítulo 6, dedicou-se a iluminar pequenos momentos em que as crianças representadas desafiaram ou transgrediram ao esperado ou proposto. Através dessas fissuras, criaram possibilidades de reivindicar para si um posicionamento mais autônomo e agentivo.

A última pergunta *iv) O que se pode ponderar sobre a relação estabelecida entre as campanhas e o mercado de doações na atualidade?* Diante da complexidade do mundo contemporâneo, a disputa entre Agências para se impor e ganhar reconhecimento público, quer dizer, mais investimentos, torna o mercado de doações cada vez mais competitivo, reproduzindo a lógica neoliberal de produto para consumo. Para se construir como marca confiável, os estudos empreendidos apontam para um investimento cada vez maior no marketing das campanhas. Além disso, a tecnologização trouxe novos recursos à representação e ao engajamento público, substituindo grandes emoções por um ativismo fugaz e autocentrado, em

que a ação do doador se resume a um clique na tela. A linguagem digital do compartilhamento e da curtição opera uma mudança na moralidade pós-humanitária, mas facilita a mobilização do cidadão cosmopolita. Através de representações mais lúdicas e/ou irônicas, o cidadão pós-moderno é levado a se engajar a partir de sua própria experiência com a representação, não mais submetido ao sofrimento do outro distante. Apesar de essa tendência estar ganhando força no mercado, as representações tradicionais, mais próximas ao fotorrealismo, ainda circulam.

No capítulo 7 procuramos investigar aspectos relacionados à raça e ao gênero que atravessaram os dados. Foi possível observar uma estética racializada na representação das crianças negras como o lugar da falta, da passividade e do primitivo, reforçando, assim, estereótipos que desumanizam esses corpos. Quanto às questões de gênero, observou-se na narrativa verbal e não verbal a manutenção e reprodução de atributos, comportamentos e papéis sociais hegemônicos de gênero.

## **8.1 Limitações**

A pesquisa moveu-se em um terreno complexo e tensionado, articulando temas sensíveis: infância, refúgio e representação. Consideramos que a dificuldade para mobilizar literatura que operasse nesse imbricamento temático, principalmente por não haver muita produção acadêmica em nosso país a esse respeito, foi um aspecto que dificultou o percurso da pesquisa. A grande maioria dos estudos nessa área vem de fora, tornando o acesso a eles mais restrito.

Incorporar instrumental teórico de distintas tradições também foi um aspecto desafiador. As análises procuraram apresentar, dentro das possibilidades, categorias da Análise de Narrativas transpostas ao texto multimodal que, mescladas e em dialogia com categorias da teoria da sociosemiótica, pudessem capturar a amplitude de índices que se organizam no texto para a construção do(s) sentido(s). Acreditamos que esse encontro teórico metodológico é possível e produtivo, mas, certamente, poderá ser mais desenvolvido, pois avaliamos que ainda houve desproporcionalidade na distribuição e uso das categorias ao longo das análises realizadas.

Por fim, a representação do sofrimento humano, seja na arte – pintura, fotografia, cinema – na mídia ou em campanhas, podendo todas elas hoje circular em redes sociais, permanece um campo instável, rendendo críticas e incertezas. Como já advertia Lévinas (1999), nenhuma representação é capaz de capturar a complexidade da alteridade. Desenvolver nosso olhar e buscar entender o tipo de atenção convocado por certas imagens (Rancière, 2014) é um exercício constante e também político de partilhar e construir novos e diferentes sentidos, configurando-se como “possibilidade de transformar as coordenadas de enunciação” (Marques, 2017) de certas vidas e certos sujeitos representados.

## **8.2 Contribuições e desdobramentos**

Acreditamos que esta pesquisa pode vir a preencher uma lacuna epistemológica e metodológica na área da Linguística Aplicada, bem como estabelecer diálogo com diferentes campos de estudo que tenham por objetivo a infância, o refúgio e sua representação. Nossa proposta de investigação de imagens em movimento a partir de categorias da Multimodalidade em associação a categorias da Análise de Narrativa foi, com certeza, desafiadora. A pesquisa apresenta-se, embrionariamente, como possibilidade de ampliação de nossos estudos narrativos para outros textos e contextos multimodais tão presentes em nossa sociedade contemporânea, já que veiculam e constroem discursos no hibridismo semiótico.

Não pretendemos encontrar respostas definitivas ou verdades inquestionáveis, principalmente diante de temas tão complexos. Todo conhecimento produzido é situado e aberto a novas leituras. Esperamos que as teorias e os teóricos mobilizados possam vir a contribuir com outras pesquisas, ampliando o campo para futuros pesquisadores.

Embora as crianças e suas infâncias nos tenham chegado através das campanhas como signos sociais muito potentes para a produção de emoções compassivas, o uso político de sua imagem ainda precisa ser melhor investigado, como assevera Berents (2020). Por ainda serem consideradas um fenômeno sócio-histórico único e universal, muitas tensões e contradições configuram o espaço-tempo das infâncias, usualmente pensadas dentro das áreas de saúde, sociologia, psicologia e educação.

Investigar as infâncias, principalmente aquelas que se encontram “fora” da narrativa hegemônica, é necessário e urgente para a ampliação de conhecimentos sobre esses atores sociais, suas histórias e percepções do mundo. Esta pesquisa talvez possibilite, quem sabe, uma abertura para que as crianças sejam consideradas como sujeitos de pesquisa importantes no campo discursivo informado pela da Análise de Narrativa. Criança não é apenas objeto de contemplação, intervenção ou consumo no mercado publicitário, seja ele qual for. Alinhamo-nos à Gagnebin (1997) de que é justamente porque a infância não é a humanidade completa e acabada que talvez seja a possibilidade da invenção do possível. E acrescentamos, seguindo Rufino (2019), que as possibilidades nascem das encruzilhadas e da diversidade, “na emergência de novos seres e na luta pelo reencantamento do mundo”.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVICH, F. **O mito da infância feliz**: antologia. São Paulo: Summus, 1983.

ACNUR. **Cátedra Sérgio Vieira de Mello** (CSVM). Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>>. Acesso em: jan. 2022

ACNUR. **Crianças como Amira estão fugindo da violência brutal**. YouTube, 30 de maio de 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ifg2hwn8OaU>>. Acesso em: jul. 2020.

ACNUR. **Declaração de Cartagena**. 22 nov. 1984. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf)>. Acesso em: maio 2023.

ACNUR Brasil. **Dados sobre refúgio no Brasil - Balanço até abril de 2016**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>> Acesso em jul. 2020.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Revista Tempo Social**, Vol. 18, n.2, 2006, p.197-215. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: nov. 2019.

AMORES, J.J.; CALDERÓN, C.A.; GARY, B.G. The Gendered Representation of Refugees Using Visual Frames in the Main Western European Media. **GenD. Issues** 37, 2020, p. 291–314. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12147-020-09248-1> Acesso em: fev.2024.

ARAÚJO, E.P., **Cada luto, uma luta: narrativas e resistência de mães contra a violência policial**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2021.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, [1951] 2012.

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BAMBERG, M.; GEORGAKOULOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text & Talk**, v. 28, n. 3, 2008

BASTOS, L. C.; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, [S. l.], v. 31, n. 4, 2015.

BASTOS, L. C. Diante do sofrimento do outro – Narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. **Calidoscópico** v. 6, n. 2, mai./ago, 2008, p. 76-85.

BAUMAN, Z. O mal-estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERENTS, H. Apprehending the "Telegenic Dead": Considering images of dead children in global politics. **International Political Sociology**, 13(2), p. 145-160. 2019

BERENTS, H. Politics, policymaking, and the presence of images of suffering children. **International Affairs**, 96(3), 2020, p. 593-608.

BHABHA, J. **The Child: What Sort of Human?** Modern Language Association, v. 121, n. 5, 2006, p. 1526-1535.

BHABHA, J. Arendt's children: do today's migrant children have a right to have rights?. **Human Rights Quarterly**, v.31, n.2, The Johns Hopkins University Press, 2009. p. 410-451.

BHABHA, J. **Child Migration & Human Rights in a Global Age**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BHABHA, J.; ABEL, G. Children and unsefe migration. **World Migration Report**, 2020, p. 251-280.

BOLTANSKI, L. **Distant Suffering. Politics, Morality and the Media**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm)>. Acesso em:

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm)

BUCHOLTZ, M; HALL, K. Identity and Interaction: A Sociocultural Linguistic Approach. **Discourse Studies**, v.7, n. 4-5, 2005, p.585-614.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Restaging the Universal: Hegemony and the Limits of Formalism**. In: Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left . Londres/Nova Iorque: Verso, 2020.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR**, v. 1, n. 1. 2011.

CALHOUN, C. The idea of emergency: humanitarian action and global (dis)order. In: FASSIN, D.; PANDOLFI, M. (eds.). **Contemporary States of Emergency: the**

Politics of Military and Humanitarian Interventions. NY, USA: Zone Books, 2010, p. 29-58.

CANTINHO, I. Crianças-migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, maio/ago., 2018, p. 155-176. Disponível em <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_41\\_art\\_7\\_Cantinho.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_7_Cantinho.pdf)>. Acesso em dez. 2021.

CAPONI, Sandra. A lógica da compaixão. **Trans/Form/Ação**, v.21/22, 1998/1999, p. 91-117.

CASTRO, L. R. de. **O futuro da infância e outros escritos**. Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2013.

CHOULIARAKI, L. **The Spectatorship of Suffering**. London: Sage Publications, 2006.

CHOULIARAKI, L. Post-humanitarianism: humanitarian communication beyond a politics of pity.[22] **International journal of cultural studies**, 13 (2), 2010, p. 107-126.

CHOULIARAKI, L. Between pity and irony – paradigms of refugee representation in humanitarian discourse. In MOORE, K.; GROSS, B.; THREADGOLD, T. (Eds), **Migrations and the media**. New York, United States of America: Peter Lang, 2012, p. 13-31.

CHOULIARAKI, L. **The Ironic Spectator: Solidarity in the Age of Post-Humanitarianism**. Cambridge: Polity, 2013.

CHOULIARAKI, L.; STOLIC, T. Rethinking media responsibility in the refugee ‘crisis’: A visual typology of European news. **Media, Culture & Society**, v. 39, n. 8, 2017, p. 1162-1177.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Estudos Feministas**, Scielo Brasil, 2002.

DE FINA, A. **Identity in narrative: a study of immigrant discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

DE FINA, A. **Doing narrative analysis from a narratives-as-practices perspective**. In: Narrative analysis: Narratives as practices. v. 31:1, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2021, p. 49-71.

DOUZINAS, C. **O fim dos direitos humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

FABRÍCIO, B.F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: Redescrições em curso. In Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008

FASSIN, D. **Governo dos órgãos, políticas de reconhecimento aos pobres e imigrantes na França**. Tradução: Paula Vazquez. Cadernos de Antropologia Social nº 17, 2003, p.49-78.

FASSIN, D. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. Berkeley: University of California Press, v. 254, 2012.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANZON, E. C. S. de. **A imagem midiaticizada da morte de Aylan Kurdi: experiências estéticas e poéticas**. Tese (Doutorado em Comunicação). pelo Programa de Pós-Graduação de Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP. Bauru, 2020.

GAGNEBIN, J. M. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GOMES, N.L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Saberes Tradicionais UFMG**, 2005.

HADDAD, E. **The refugee in international society: between sovereigns**. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

HAIDER. A. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

HANSON, K. Reinventing children's rights. *Childhood*, 29(2), 2022, pp.149-156. <https://doi.org/10.1177/09075682221098593> Acesso em jan. 2024.

HANSON, K, MOLIMA, C. Getting Tambo out of limbo. Exploring alternative legal frameworks that are more sensitive to the agency of children and young people in armed conflict. In: **M.A. Drumbl & J.C. Barrett. Research Handbook on Child Soldiers**. Cheltenham : Edward Elgar, 2019, p. 110-131.

HELLÌN, L. Análisis del discurso multimodal de la meritocracia y una propuesta para analizar imagen en movimient. In: Heteróclito y multiforme Debates y propuestas para analizar discursos. Buenos Aires: © Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 2023, p.19-53.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R.; TABAK, J. **Organizações Internacionais: história e práticas**. 2a Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HÖJER, B. The discourse of global compassion: the audience and media reporting of human Suffering. **Media, Culture & Society**. London: SAGE Publications, v. 26(4): 2004, p. 513-531.

HOLANDA, C. M. de, **Imagem, Acontecimento Jornalístico e Símbolo: o caso Alan Kurd**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará: 2019.

JEWITT, C. Different approaches to multimodality. In Jewitt, C. (Ed.). **The Routledge Handbook of Multimodal Analysis**. London: Routledge, 2009.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KRESS, G., van LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London; New York: Routledge, [1996] 2006.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LABOV, W. **Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAGE, N. Imagens e a regulação da comoção: vulnerabilidade e testemunho. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**. Unisinos, 21(2): 2019, pp. 33-43.

LAGE, N.; KATLAU FILHO, J. M. Entre exposição e desaparecimento: por uma ética das imagens do rosto. São Paulo: **ARS**, [S. l.], v. 16, n. 34, 2018, pp. 207–231. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ars/a/dB3kJxQFDrXH64Yf5b8qMnG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: abr 2022

LAURENT, O. What the Image of Aylan Kurdi Says about the Power of Photography?. **Time**, 4 September. Disponível em <[time.com/4022765/aylan-kurdi-photo/](https://time.com/4022765/aylan-kurdi-photo/)>. Acesso em: maio 2023.

LENETTE, C. Visual Depictions of Refugee Camps: (de) constructing notions of refugee-ness?. In: Pranee Liamputtong (ed.), **Handbook of Research Methods in Health Social Sciences**. Springer Nature Singapore. p. 1811-1828.

LÉVINAS, E. **Alterity and transcendence**. Columbia University Press, 1999.

LUISELLI, V. **Tell Me How It Ends: An Essay in 40 Questions**. Minneapolis: Coffee House, 2017.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009 [1979].

MARCHI, R. C.; SARMENTO, M. J. Infância, Normatividade e Direitos da Criança: Transições Contemporâneas. **Educação & Sociedade**, vol.38, 2017, n° 141. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/49873>>. Acesso em: nov. ago. 2023.

MARQUES, A.C.S. Apolítica das imagens e a pobreza: mulheres do bolsa-família no fotojornalismo entre 2003 e 2013. **Sur le journalisme - About journalism - Sobre jornalismo** – v. 6, n.1, 2017, p. 38-55.

MARQUES, A. C. M.; LEAL, M. D. F. O. **Migrantes venezuelanos no Brasil: cooperação como meio para garantir direitos**. Anais CONIDIF. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30913>>. Acesso em: nov. 2019.

MARTUSCELLI, P. N. Infância como categoria de perseguição? Crianças refugiadas e proteção internacional. In JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. de M. D.(Org.). **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018.

MARTUSCELLI, P. **Os 25 anos da Lei Brasileira de Refúgio: entre avanços e retrocessos**. Disponível em: <<https://migramundo.com/os-25-anos-da-lei-brasileira-de-refugio-entre-avancos-e-retrocessos/>>. Acesso em: ago 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. Arte & Ensaios - **Revista do ppgav/eba/ufrrj**, n. 32 dez., 2016.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOULIN, C. A construção do refugiado no pós-Guerra Fria: dilemas, complexidades e o papel do ACNUR. **Revista Carta Internacional**, v. 7 n. 2, 2012, p. 23-49.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói : EDUFF, 2004.

NOVELLINO, M. O. **Imagens em movimento: a multimodalidade no material para o ensino de inglês como língua estrangeira**. Tese (Doutorado pelo Departamento de Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

NUNES, M. D. F. “Cadê as crianças negras que estão aqui?” O racismo (não) comeu”. **Latidade**, v.10, n. 2, 2016, p. 383-423.

OLIVEIRA MOREIRA, D. S. As Semelhanças Entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2020, p. e 47941.

ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. [S.l.: s.n.], 1989. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: jun. 2023.

ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Assembleia Geral da ONU. Estados Unidos, Nova York, 1989. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: jun. de 2023.

ORTON, N. **Práticas de atropelamento, práticas de resistência: dinâmicas de gênero e a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de

Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2020.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2008.

PUNCH, S. Cross-world and cross-disciplinary dialogue: A more integrated, global approach to childhood studies. **Global Studies of Childhood**, v. 6(3), 2016, p. 352–364.

PUSSETTI, C. Nós, pós-humanos: da gênese à liberdade. **Interface (Botucatu)**. 2021, 25: e200306. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/interface.200306> >, Acesso em: jun. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução: Ivone C. Beneditti. São Paulo. WMF Martins Fontes Ltda., 2ª edição, 2014.

RIZZINI, I.; THAPLIYAL, N.; PEREIRA, L. Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 164-177 jul. dez. 2007.

RUFINO, L. R. Jr., **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas**. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

SANTANA, L. H. C.; SILVA, C. F.; SOUZA, E. M. O discurso hegemônico e idealista na troca do termo favela por comunidade. **Porto Das Letras**, 7(1), 2021, p. 14-33. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/7745>>. Acesso em: mar. 2023

SARMENTO, M.J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M.J.(coords.) **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, M.J.; VASCONCELLOS, V.M.R. (orgs.) **Infância (in)visível**. São Paulo: JM Editora Ltda. 2007.

SARMENTO, M.J.; MARCHI, R.C. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma Sociologia da Infância crítica. **Configurações** [Online], 4, 2008. Disponível em <http://journals.openedition.org/configuracoes/> Acessado em: set. 2023.

SARMENTO, M.J. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. **Revista O Social em Questão**, PUC- Rio de Janeiro, XX, n.21, 2009, p. 15-30.

SARMENTO, M.J.; MARCHI, R.C. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 141, out.-dez 2017, p.951-964.

SHOSHANA, A. Translating a national grand narrative into a personal biographies: Alternative biographies among siblings in everyday life. **Narrative Inquiry**, v. 23, n. 1, 2013, p. 171-191.

SILVA, P.; E PEREIRA, R.M.R. 2021. Por uma poética nas produções audiovisuais na cibercultura: a infância em vídeos virais. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 41, n. 113, p.23-32, Jan. - Abr., 2021.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977. Disponível em <<https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Sobre-fotografia-Susan-Sontag.pdf>>. Acesso em: mar, 2022.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, F. T. As ambiguidades e limites do fundamento humanitário do refúgio. **Revista Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v.. 11 nº. 4, 2020, p. 2212-2237.

SOUZA JÚNIOR, J. de. **#HUMANITY\_WASHED\_ASHORE – Transmediatização da Guerra na Síria: (Re)Enquadramentos, Disputas Textuais Online e Des(H)Umanização**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2020.

STROM, M.; ALCOCK, E. Floods, waves, and surges: the representation of Latin@ immigrant children in the United States mainstream media. **Critical Discourse Studies**, 14 (4), 2017, p. 440-457.

TABAK, J.; CARVALHO, L. **Responsibility to Protect the future: children on the move and the politics of becoming**. *Global Responsibility to protect*, v. 10, 2018, p. 199-142.

TABAK, J. “Children Without Childhood”: Representations of the Child-Soldier as an International Emergenc. In: SANDIN, B., JOSEFSSON, J. Jonathan, HANSON, K.Karl. BALAGOPALAN, S. (editors). **The Politics of Children’s Rights and Representation**. *Studies in Childhood and Youth*. Open Accesses Book, 2023.

THOMÉ 2019 Dissertação de Mestrado **Crianças e adolescentes refugiadas e solicitantes de refúgio no município do Rio de Janeiro: desafios e perspectivas para a proteção social**. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

TICKTIN, M. Thinking Beyond Humanitarian Borders.pdf. *Social Research: An International Quarterly*. Johns Hopkins University Press. v. 83, nº 2, Summer, 2016, p. 255-271.

TISDALL, E. K.; PUNCH, S. Not so ‘new’? Looking critically at childhood studies. **Children’s Geographies**. 10(3): 2012, p. 249-264.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2022**. 14 de junho de 2023. Disponível em <<https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>>. Acesso em: jun. 2023.

UNHCR Brazil. **Refúgio no Brasil: Uma Análise Estatística**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documento>>

s/portugues/Estatisticas/Refugio\_no\_Brasil\_-\_Uma\_analise\_estatistica\_2010-2012> Acesso em: 25.02.2014.

VASAVADA, K. Then and Now: Evolving Representations of Children in UNICEF Photographs. **Intersect**, v. 9, n. 3, 2016.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside**: Relações Internacionais como teoria política. Rio de Janeiro: Apicuri/Editora PUC-Rio, 2013.

WRIGHT, T. Moving images: The media representation of refugees. **Visual Studies**, v. 17 (1), Routledge, 2002, p. 53-66.